

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**JORNALISMO PARA PAZ OU PARA GUERRA:  
o refugiado na cobertura jornalística brasileira**

Anelise Zanoni Cardoso

Porto Alegre  
2013

ANELISE ZANONI CARDOSO

**JORNALISMO PARA PAZ OU PARA A GUERRA:  
o refugiado na cobertura jornalística brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCOM/UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de doutor.  
Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Maria Müller

Porto Alegre  
2013

A Egon e Izolete, por serem sempre meu refúgio. A Alan Birck, por ser meu território de paz.

## AGRADECIMENTOS

Quatro anos de doutorado e de deslocamentos. A trajetória desta pesquisa faz parte de um esforço conjunto, o qual não seria possível sem uma rede de agentes solidários capazes de entender e aceitar mudanças constantes na vida desta pesquisadora. Um início de pesquisa turbulento, um pedido de demissão, dois empregos consecutivos, uma troca de casa, algumas viagens, a compra de uma casa, um casamento a poucos meses da entrega desta tese. Enfim, nada mais justo que dividir a sensação de chegar ao destino.

Agradeço aos meus pais por terem investido em minha educação e acreditado em cada uma das decisões que tive ao longo deste caminho.

A Edelberto Behs pela compreensão extrema e às palavras de incentivo.

A amiga e colega de trabalho Thaís Furtado pela constante preocupação e pela confiança.

A Karla Muller, por ter me orientado e acreditado na possibilidade da pesquisa e na minha atuação como pesquisadora.

A Alan Birck, que surgiu neste caminho há pouco mais de três anos para ser meu estatístico, amigo e marido, e ter enfrentado ao meu lado todos os contratempos que uma pesquisadora multitarefa pode ter.

## RESUMO

O refúgio faz parte de uma trajetória histórica da humanidade, na qual o mundo moderno ainda resiste em adaptar-se. A figura do refugiado surge em uma paisagem social que se opõe às diferenças e, neste cenário, o discurso jornalístico, tomado como acontecimento e realidade sobre o fenômeno, constrói espaços limitados que restringem sua função social, estreitando realidades, identidades e significados. Sob tal perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como a cobertura jornalística brasileira participa da construção do refugiado, apresentando-o a partir de elementos que enfatizam a guerra e/ou a paz. Para isso, utiliza-se como ponto de partida o jornalismo para paz, teoria criada por Johan Galtung, a qual seria capaz de tecer novos valores para o trabalho jornalístico. Sob a luz do conceito, a disciplina poderia atuar colaborando para a integração local destes sujeitos, bem como levantando possibilidades para a repatriação voluntária e o reassentamento, consideradas soluções duráveis da causa. Para chegar a um denominador comum, utilizamos como método a análise de conteúdo de 98 textos publicados por jornalistas brasileiros nos veículos Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora durante os dez anos que sucederam os ataques terroristas de 2001. O estudo constrói um panorama sobre a imprensa brasileira e revela que, por encontrarem na violência e na vitimização o principal atrativo, as empresas jornalísticas apreendem o assunto com indiferença, apresentando o refugiado como ator social estereotipado e de caráter ameaçador. O que desponta no conteúdo brasileiro, então, não é uma realidade voltada para paz.

**Palavras-chave:** análise de conteúdo, jornalismo impresso, jornalismo para paz, migração forçada, refugiados

## **ABSTRACT**

The refuge phenomenon is part of a historical trajectory of humanity in which modern world still resists to adapt itself. Refugees emerge in a social landscape that opposes to differences and, in this context, the journalistic discourse, taken as happening and reality on the cause, builds up limited spaces that restrict its social function inside the phenomenon, narrowing realities, identities and meanings. According to this perspective, this research aims to understand how the Brazilian journalistic coverage takes part on the construction of refugees, presenting them by means of elements that emphasize war and/or peace. To do so, it is used the peace journalism theory, by Johan Galtung, which should be able to create new values for the journalistic work. Under this paradigm, the field could work collaborating to the social integration of these people, as well as raising possibilities for voluntary repatriation and resettlement, considering long term solutions to the cause. To get to a common ground, the method used was the content analysis of 98 texts that were published by Brazilian journalists at the newspapers Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo and Zero Hora during the ten years that followed the September 11<sup>th</sup>, 2001 terrorist attacks. With an innovative characteristic, this study builds up an image of the Brazilian press and reveals that, for finding in violence and in victimization its main attraction, journalism companies treat the subject with indifference, presenting refugees as stereotyped and threatening social actors. What comes up in the Brazilian content, then, is not a reality based upon peace.

**Keywords:** content analysis; print journalism; peace journalism; forced migration; refugees

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Circulação média dos jornais de referência no Brasil. Fonte: IVC .....	102
Tabela 2 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal Correio Braziliense..	104
Tabela 3 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal Folha de São Paulo..	105
Tabela 4 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal O Globo .....	105
Tabela 5 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal Zero Hora .....	106
Tabela 6 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Correio Braziliense .....	107
Tabela 7 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Folha de São Paulo .....	108
Tabela 8 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de o Globo .....	108
Tabela 9 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Zero Hora .....	108
Tabela 10 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Zero Hora.....	109
Tabela 11 – Percentual de matérias em que o refugiado fala e é personagem .....	110
Tabela 12 – Classificação do refugiado de acordo com sua motivação de fuga .....	131

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição total de textos, por periódico, sobre refugiados e publicados em dez anos de análise.....	109
Gráfico 2 – Percentual de participação dos jornais no corpus de pesquisa.....	111
Gráfico 3 - Número de matérias por editoria na cobertura jornalística de quatro jornais .....	120
Gráfico 4 – Percentual de matérias por gênero predominante.....	122
Gráfico 5 – Distribuição de matérias conforme a temporalidade.....	123
Gráfico 6 – Distribuição de matérias conforme a origem da informação. ....	124
Gráfico 7 - Distribuição de textos e número de refugiados no mundo .....	129
Gráfico 8 - Porcentagem sobre o tipo de discurso nos textos analisados .....	134
Gráfico 9 – Porcentagem sobre quem tem direito de fala nos textos analisados.....	135
Gráfico 10 – Porcentagem sobre os assuntos abordados na fala do refugiado.....	136
Gráfico 11 – Percentual sobre a totalidade do espaço de fala do refugiado de acordo com sua categoria .....	138
Gráfico 12 – Percentual dos termos utilizados nos textos para identificar o refugiado .....	142
Gráfico 13 – Valoração da ação do refugiado .....	146
Gráfico 14 – Identidade do refugiado.....	148
Gráfico 15 – Percentual de matérias conforme o foco dado se não arena ou na formação do conflito.....	153
Gráfico 16 – Percentual de texto com por foco nos promotores .....	154



## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – “Terra Estrangeira”, Folha de São Paulo, 20/03/2005, Revista da Folha, p. 12-19. .....	121
Figura 2 – “O êxodo do horror – A fronteira”, Zero Hora, 14/10/2001, p. 4-5.....	121
Figura 3 – “Cicatrices da Guerra”, Correio Braziliense, 27/12/2009, p. 20.....	125
Figura 4 – “O êxodo dos famintos”, Zero Hora, 21/08/2011, p. 18.....	125
Figura 5 – “Refugiado colombiano tenta a vida no sertão”, Folha de São Paulo, 06/11/2005, p. A30.....	132
Figura 6 – “Os filhos da guerra”, O Globo, 20/02/2005, p.39.....	132
Figura 7 – “Um novo começo”, Folha de São Paulo, 15/09/2007, p. 4-5.....	139
Figura 8 - "Refugiados da Bola", Correio Braziliense, 17/03/2009, p. 39.....	145
Figura 9 - "Cubana espera processo com churrasco", F. São Paulo, 12/09/2004, p D 6.....	150
Figura 10 – “Um homem em busca de si mesmo”, Correio Braziliense, 04/12/2006, p. 20..	155
Figura 11 – “Refugiada somali narra suas duas vidas”, F. São Paulo, 03/11/2007, p. E3.....	157

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. UM MUNDO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>22</b>
2.1 Trânsito entre fronteiras e suas teorias .....	24
2.2 Deslocamentos forçados e a concepção do termo refugiado .....	34
2.3 Brasil como modelo regional para a prática do refúgio .....	43
2.4 Temática do refúgio como objeto de estudo .....	48
<b>3. DESLOCAMENTOS DA IMPRENSA .....</b>	<b>52</b>
3.1 O refúgio na paisagem jornalística .....	56
3.2 Enquadramentos e construção de realidades .....	59
3.3 A ideia da estigmatização .....	63
<b>4. TERRITÓRIOS DE PAZ OU DE GUERRA .....</b>	<b>73</b>
4.1 Possibilidades de um jornalismo com foco na paz .....	79
4.2 Conceitos do jornalismo para paz .....	84
<b>5. TRAJETOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>98</b>
5.1 Refinamento do corpus .....	106
5.2 Mapas do instrumento de pesquisa .....	111
<b>6. MARCAS DA COBERTURA JORNALÍSTICA BRASILEIRA SOBRE REFUGIADOS .....</b>	<b>117</b>
6.1 Marcações do território jornalístico ocupado pelos refugiados .....	118
6.1.1 Quem é o autor dos discursos .....	124
6.1.2 Possíveis temas que pautaram os textos .....	128
6.2 O terreno fértil da construção de representações .....	130
6.2.1 Quem fala e o que falam: os atores das notícias .....	133
6.3 A construção midiática do ser refugiado .....	140
6.3.1 Valores de ação do refugiado como protagonista .....	145
6.3.2 Identidade do refugiado .....	147
6.4 Fronteiras do jornalismo para paz e do jornalismo de guerra .....	152
6.5 Particularidades de Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora	154
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>177</b>

## PREÂMBULO

### *Uma história, um começo de pesquisa*

O embrião desta pesquisa se formou em abril de 2002. Na época, como repórter, recebi de um editor a missão de acompanhar a chegada do primeiro grupo de refugiados afegãos no Brasil que desembarcava por meio de um programa de reassentamento. A pauta era discutida na redação há alguns dias, mas confesso que estranhei o fato de ter sido denominada para a tarefa; afinal, era uma recém-formada repleta de inseguranças.

Por mais que meus superiores pensassem que aquele momento era apenas mais um na agenda da editoria Internacional (e não foi!), senti calafrios. Percebi, pela primeira vez, o peso da responsabilidade de trabalhar com informações de um assunto importante e desconhecido por mim e para os leitores que comprariam o jornal no dia seguinte.

Domando a ansiedade, preenchi o pensamento com as poucas imagens que conhecia sobre refugiados. Pensei que provavelmente desembarcariam em Porto Alegre pessoas miseráveis, com pouco estudo e paramentadas de vestes típicas do mundo muçulmano. Entretanto, as primeiras famílias de refugiados do Afeganistão, transferidas como reassentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), desembarcaram em solo gaúcho sem burcas ou turbantes, mas de calça jeans, tênis e camisa.

O grupo inaugurava uma fase nas relações internacionais do Brasil e dentro das redações jornalísticas, que desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 já repensavam o tema do refúgio. Naquele momento, os ataques aos Estados Unidos ainda estavam vivos na memória do mundo e passavam a insinuar, principalmente por meio da imprensa, uma relação entre terroristas e pessoas de identidades árabe e muçulmana – as mesmas daqueles que chegavam para viver como reassentados. Assim, aceitar refugiados de nações que poderiam estar ligadas ao terrorismo significava um desafio para o mundo, especialmente porque muitos países passaram a fechar fronteiras em decorrência do medo.

Ao mesmo tempo em que o território brasileiro era desconhecido aos refugiados reassentados, a temática causava desconforto nos jornalistas, que ainda não conheciam a questão a fundo e partiam para reportagens com um esquema mental que relacionava a identidade do refugiado a um elemento ameaçador e um tanto estranho para os padrões ditos “normais”. Na redação, era habitual ouvir comentários que relacionavam a nacionalidade dos

novos moradores ao terrorista Osama Bin Laden. Também era comum a manifestação de leitores, que ligavam ou mandavam e-mails questionando as condições e o interesse do Brasil de recebê-los. Ainda assim, o assunto do refúgio apresentava valor-notícia suficiente para conquistar reportagens nos jornais e a atenção de autoridades, que aproveitaram também o momento para se promover.

Por aqui, o país passou a incrementar suas rotas de mobilidade, remetendo-nos a lembranças de uma época em que era considerado um território de oportunidades para estrangeiros. Em paralelo, conflitos entre nações pululavam no continente oriental, principalmente relacionados aos fatos do 11 de setembro, aumentando a produção de refugiados no mundo, que precisavam de tempo e paciência para serem literalmente escoados para outros países.

Diante deste cenário, o trabalho jornalístico da época produzido por repórteres com mais experiência parecia ter poucas diferenças entre a cobertura feita por mim, uma recém-formada. De modo geral, tinha a impressão de que os refugiados eram retratados como seres exóticos e que os jornalistas inspiravam-se muito nos textos produzidos pelas agências de notícias do exterior. Por muitas vezes, os refugiados noticiados poderiam ser classificados como a verdadeira representação do lixo humano de Bauman (2007), porque eram apresentados pela mídia como um grupo sem função útil, dependente da sociedade civil e alheio às oportunidades que poderiam surgir.

Como integrante desta paisagem, passei dois anos e alguns meses monitorando a vida das famílias que vieram a Porto Alegre como reassentadas e publicando reportagens sobre o assunto. Fui objeto de raiva dos afegãos, que se sentiam prejudicados com alguns textos e por explorarmos as mazelas de suas histórias de vida. Acompanhei produções fotográficas que exigiam o uso de turbantes ou vestimentas típicas para causar impacto nas imagens. Bebi chá ao som de músicas tradicionais e sob a penumbra do narguilé. Vigiei as famílias a pedido dos editores, os persegui de carro como se fossem celebridades no dia em que desembarcaram no país, os acompanhei a passeios no parque e ouvi deles pedidos de afastamento. Eles não queriam ser notícia.

Percebi que, para o jornalismo que fazíamos, a vigilância de tais personagens estava muito mais relacionada ao fator da diferença cultural e à novidade de convivermos com sujeitos tão estranhos do que ao papel de jornalista responsável por gerar conteúdos com valor social. Na verdade, era visível o fato de que parte dos profissionais faziam recortes da realidade adaptados à própria realidade local e aos modelos pré-concebidos quando relacionado ao “outro”. Ou seja, em poucos dias de estada no país, os refugiados eram

apresentados com a mesma cultura e os mesmo hábitos dos porto-alegrenses – bebiam chimarrão, torciam para a dupla Gre-Nal, passeavam pelo Brique da Redenção.

Em meio à exclusão das identidades dos estrangeiros, importantes traços culturais que nos diferenciavam deles estavam desaparecendo devido a este olhar da imprensa. Por questões peculiares do jornalismo gaúcho, o localismo e a absorção da cultura rio-grandense como forma de integrá-los àquela realidade era comum. A identidade de um passava a ser semelhante à identidade de outro, o que Canclini (2007) justifica como parte dos reflexos da globalização, em que a cultura diferente perde significado porque sobre ela prevalecem hábitos homogeneizados.

O envolvimento com o tema e o sentimento de impotência diante do produto que ajudei a produzir, entretanto, me levaram ao afastamento voluntário da causa depois daquele período de pouco mais de dois anos. A distância (daquela época até hoje) durou tempo suficiente para amadurecer a curiosidade, transformá-la em pesquisa e em uma jornada de buscas por reportagens, livros e cursos especializados na área – talvez uma espécie de *mea culpa*. Portanto, escolher investigar o conteúdo da cobertura jornalística sobre o tema no Brasil não é por acaso.

Como professora de Jornalismo e longe da redação desde 2011 – mas nunca desligada dos trabalhos jornalísticos –, percebi que investigar diferentes textos sobre refugiados e repensá-los é lançar olhar para o futuro a partir de evidências do passado. É dar alguns passos e se distanciar do trabalho da redação para refletir a prática e observar a cobertura jornalística como pesquisadora, e não mais como repórter. É também considerar novos papéis que surgem para o Brasil, que se encaminha para um futuro promissor e para a responsabilidade de se consolidar como um local de acolhimento de outras nacionalidades e culturas.

No âmbito do jornalismo, a temática nos faz repensar o papel do jornalista como incentivador da paz, em contraposição à guerra e à violência. Em meio a um cenário em que é clara a predileção profissional por tópicos que incitam a violência, porque ela produz capilaridade (audiência) e emoção, escolher essa temática é encontrar um caminho desafiador e pouco discutido no Brasil.

Na prática, tendo em vista o papel da imprensa na formação e na manutenção da democracia, deve-se considerar que há alternativas para buscar um novo viés na abordagem do trabalho jornalístico, uma delas é a do jornalismo para a paz. Quando lançamos um olhar sob tal perspectiva, definimos a relação de que democracia e paz são essenciais para o desenvolvimento da sociedade. E o jornalismo pode colaborar para isso – é o que veremos.

## 1. INTRODUÇÃO

A figura do refugiado não é invenção da globalização. É um legado histórico social inscrito na nossa própria história. Contudo, o sistema global proposto pela modernidade o insere em enfrentamentos constantes: em terras estrangeiras, ele é o estranho. Por ser diferente, tende a converter-se em ameaça para aqueles que o recebe e o afasta da zona de conforto. Onde se instala não é onde gostaria de estar, nem onde deveria estar.

Os desafios que o acompanham surgem anexados ao seu próprio significado, utilizado informalmente devido às inúmeras diásporas registradas pelo mundo. É a partir delas que significações mais importantes despontam, bem como o aumento no número de representantes desta categoria.

Diante do estranhamento, a sociedade lançou artifícios para conviver com estes atores sociais. Também percebeu os reflexos negativos dos conflitos que percorreram o mundo até a I Guerra Mundial e deu um passo firme mais tarde, em 1951, ao definir na Convenção das Nações Unidas, em Genebra, o primeiro significado legal para a palavra refugiado.

Daquele ano até hoje, adaptações ao sentido do termo foram feitas para garantir a legitimação de alguns direitos humanos. Países confirmaram a preocupação com a causa e se submeteram a parcerias para organizar um mundo em desordem humanitária. O esforço da legislação, entretanto, nunca foi suficiente, porque o diferente sempre foi diferente, sinalizando que as leis não garantem o fim do estranhamento e o início da aceitação. O refugiado ainda nos parece um “outro” muito diferente, e o difícil é aceitar esta condição de conviver com aqueles que não nos são semelhantes.

Esse conceito (ou pré-conceito) reafirmou-se em novos espaços de discussão, construídos principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Desde o acontecimento, o valor do fenômeno refúgio ascendeu, bem como seu potencial de notícia. É a partir desta data que a temática ganhou novos contornos principalmente dentro do jornalismo.

Uma das justificativas está no fato de parte dos refugiados atuais serem resultado de conflitos ocorridos em decorrência dos atentados – muitos deles nasceram de guerras e revides contra o terror e de perseguições a indivíduos e nacionalidades. A implementação de

uma nova ordem global, menos tolerante e com fronteiras mais impermeáveis, surgiu em concomitância com discursos de ordem violenta e punitiva.

Como local para a organização e compreensão da vida cotidiana, o jornalismo escreve junto essa história. O jornalista dá sentido àquilo que surge como informação, arquiteta a realidade como um construtor do tempo e do espaço. Nesta obra, pode sintonizar-se com a guerra ou com a paz e tem o poder de ingressar no cenário do refúgio ficando alicerces capazes de regular a distância do hiato existente entre os refugiados e as sociedades que lhes hospedam. O jornal, neste sentido, tem o papel de contribuir para relações simultâneas que nascem dentro de uma comunidade e, como afirma Franciscato (2003), é elemento ativo na constituição de uma comunidade imaginada.

Sob a ótica do jornalismo, o fenômeno do refúgio ganha distintas interpretações a partir de recortes da realidade. A técnica é capaz de promover relações e discursos sobre o tema quando encontra nele valor suficiente para ser noticiado. Apesar do consenso de que notícia é um fato real, vislumbra-se nela a função social de formadora de opinião pública, de instrumento de conhecimento do mundo. Por este motivo, noticiar o refúgio é importante, assim como é fundamental analisar e compreender as formas nas quais o jornalismo constrói a realidade – para conhecermos a paisagem desenhada por ele e entregue ao público.

É a partir dessa reflexão que nasce esta pesquisa. Embora temas que permeiam o fenômeno do refúgio, como as migrações e os deslocamentos forçados, já tenham sido analisados sob o ponto de vista do jornalismo (COGO, 2006; VAN DIJK, 2012), estudos específicos sobre refugiados e com abordagem jornalística brasileira ainda são pouco conhecidos.

Para construirmos as bases rumo a este longo caminho de investigação, pensamos no uso do jornalismo como uma estratégia para dar ordem aos conflitos e desentendimentos nascentes das próprias interpretações que faz. Galtung (2006) e Lynch (2007) chamam a técnica de jornalismo para paz, que é um agente de desenvolvimento, principalmente pela criação da consciência crítica. Sua estrutura e ética podem complementar as necessidades da democracia, assim como encorajar uma transição nas práticas de mobilização, mudar opiniões e atitudes e, inclusive, construir uma realidade mais honesta e equilibrada sobre as diversidades culturais. Em termos gerais, o jornalismo para paz é um método que visa à melhoria das representações, da construção da realidade e da consciência crítica, o qual pode atuar na formação de diferentes pontos de vista sobre o assunto. Assim, suas possibilidades nos servem de guia para pensarmos cobertura jornalística brasileira sobre refugiados.

Nesta sequência de pensamento, estudos de Cogo (2006) e Montúfar (2007) sobre a migração como um fenômeno social e a análise aleatória do conteúdo da imprensa a partir de notícias de refugiados também nos contemplam com questionamentos e indicativos sobre a temática. Provenientes de perseguições baseadas em diferentes motivos, estes sujeitos estariam sendo representados como atores sociais de um universo violento e pessimista, assim como vem acontecendo com os migrantes voluntários? A imprensa brasileira estaria seguindo padrões lineares e enquadramentos previsíveis quando encontra valor-notícia nos refugiados? A cobertura jornalística brasileira é produzida com representações mais voltadas para o jornalismo para paz ou para o jornalismo para a guerra?

A partir das perguntas, nossa pesquisa se debruça sobre o **objetivo principal** que é o de compreender como a cobertura jornalística brasileira participa da construção do refugiado, apresentando-o a partir de elementos que enfatizam a guerra e/ou a paz. Neste panorama, temos como **objetivo específico** analisar e discutir as caracterizações feitas pelos jornais sobre os refugiados, entender quais são os modelos utilizados pelos jornais para trabalhar a questão, identificar artificios do jornalismo de guerra e do jornalismo para paz nos textos selecionados, conferir como as iniciativas pela paz são abordadas (ou não) e refletir sobre elementos que podem influenciar nas diferentes construções daquilo que imaginamos sobre o refugiados.

Mais do que reconhecer perspectivas da imprensa brasileira, a pesquisa explora e analisa, de forma quantitativa e qualitativa, o produto jornalístico entregue ao leitor no período de 12 de setembro de 2001 a 12 de setembro de 2011 e traz marcas importantes encontradas nos textos publicados. Para isso, serviram de **corpus de pesquisa** 98 textos produzidos por jornalistas brasileiros dos jornais Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora – que representam no total mais de um terço (36,8%) da circulação de jornais do Brasil dentro desta categoria<sup>1</sup>. Foram selecionados conteúdos assinados por repórteres brasileiros nos quais a palavra “refugiado” referia-se ao personagem deslocado de seu país por motivos de perseguição.

Considerando a possibilidade de a imprensa atuar como mantenedora e colaboradora para os processos de paz ou de conflitos, a pesquisa nasceu também a partir de justificativas relacionadas ao cenário brasileiro atual. A conexão entre o fazer jornalístico voltado ao tema do refúgio e o jornalismo para paz é relativamente nova no Campo da Comunicação do Brasil – o que nos fez buscar um material de referência de procedência estrangeira.

---

<sup>1</sup> São excluídos desta contagem os jornais populares porque os mesmos trabalham com abordagens mais espetaculares e sensacionais, o que não é de nosso interesse neste momento.



O estudo torna-se, então, importante e talvez referência nesta área, porque o Brasil é um parceiro importante na recepção de refugiados e recebe cada vez mais solicitações de refúgio, o que eleva a possibilidade de ser um futuro líder regional na área, principalmente em questões relacionadas ao reassentamento de refugiados. Embora o número de solicitantes e de refugiados esteja muito abaixo dos contingentes acolhidos por outros países da América do Sul, os refugiados deslocados para o Brasil constituem o grupo mais diverso do planeta, composto hoje por 79 diferentes nacionalidades, de acordo com dados do primeiro semestre de 2013 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Isso indica, ao menos simbolicamente, a capacidade de acomodar indivíduos e coletividades oriundas de diferentes locais. A tradição remonta períodos em que o país se transformou em um bolsão de imigrantes e em linha divisória entre a possibilidade de ascensão social e a derrota econômica e cultural do indivíduo.

Parte desta paisagem está inscrita em estatísticas: no final do período de coleta da pesquisa, em 2011, era confirmada a permanência de 4.477 refugiados no país, segundo dados de 2011 do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Destes, 4.053 foram reconhecidos pelas vias tradicionais de elegibilidade e 424 pelo Programa de Reassentamento. Além da realidade sobre o refúgio, o país mobiliza-se hoje para ajudar no assentamento de milhares de haitianos que fugiram do país nos últimos anos. Até 2011, segundo dados do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), pelo menos 6 mil deles ingressaram no Brasil em busca de emprego e moradia e receberam do Governo Federal vistos de residência permanente por razões humanitárias, para que eles pudessem ingressar no território com documentação validada, a qual lhes permite trabalhar aqui.

A realidade apresentada no Brasil faz parte das diferentes diásporas que constituem a cultura global. Há muito tempo, os desfavorecidos mundialmente têm espaços determinados devido ao seu deslocamento e suas participações. Hoje, conforme afirma Silverstone (2002), a diáspora é plural e descreve movimentos múltiplos de diferentes populações. Desde o fim da II Guerra Mundial, movimentações basicamente econômicas representavam uma readequação ao mundo, empurradas pela fuga da pobreza e da fome. Nos dias de política global contemporânea, as minorias deslocadas procuram defender não só o direito de existir, mas também de manter sua própria cultura e identidade, o que parece ser um grande desafio, como cita Canclini (2007). Para o autor, o próprio deslocamento do indivíduo coloca à prova sua identidade, geralmente imposta por uma outra identidade, a nacional – ou, muitas vezes, a regional.

Ao ser posicionado como quinta economia mundial pelo Financial Times (LEAHY, 2011), o Brasil ruma a um futuro promissor e mais visível no âmbito mundial. Por isso, precisa envolver-se mais em assuntos internacionais e em negociações de paz, e a imprensa pode ser um dos elementos capazes de construir novos olhares sobre a temática que emerge.

Com novos posicionamentos, questões políticas e econômicas convergem com novas responsabilidades, como a de se consolidar como um local de acolhimento de outras nacionalidades e identidades, principalmente devido à abertura do mercado de trabalho, e a de garantir uma rede de proteção eficiente aos refugiados. Portanto, se o país deseja conquistar mais espaço global, precisará envolver-se cada vez mais em assuntos das relações internacionais, especialmente aqueles ligados aos fluxos migratórios, à recepção de refugiados e à promoção da paz e dos processos de pacificação. O reconhecimento desses temas como fundamento da democracia é um fenômeno novo, mas sua abordagem, não.

Para que novas práticas sejam validadas dentro deste cenário, tendo em vista uma mudança na percepção do refúgio no Brasil, esta pesquisa apresenta os elementos que enfatizam a guerra e a paz dentro das coberturas jornalísticas brasileiras na temática do refúgio. Para isso, capítulos teóricos e empíricos são arquitetados a partir de métodos da pesquisa documental, bibliográfica e análise de conteúdo.

Com o conceito de que vivemos em um mundo em movimento, o **capítulo dois** constrói um quadro teórico sobre a história das migrações e do refúgio, bem como suas denominações, semelhanças e diferenças. Diante dos paradigmas e modelos lançados a partir de experiências relacionadas aos fluxos de migração internacional, há a constituição de um imaginário coletivo que traduz tal movimento como alternativa viável para a melhoria das condições de vida, tanto na perspectiva econômica quanto na social e cultural. Hall (2011) diria que a imigração traz sempre consigo a ideia de um retorno redentor, bem mais satisfatório que a realidade atual. Nessa movimentação, fenômenos se constituem envolta de personagens e locais de origem, proporcionando mudanças de sentido e forma.

Embora o cenário imigrante tenha mais conotação positiva – porque geralmente há o desejo de deixar a terra natal em busca de uma vida melhor –, a situação dos refugiados é diferente. Ao contrário dos imigrantes, os refugiados deixam a terra natal motivados por alguma ameaça ou perseguição, mas muitas vezes também confiam no pressuposto de que o local do outro é uma terra de oportunidades, onde se pode retomar uma vida. A esperança por mudanças e por condições de vida melhores é uma das características que une imigrantes e refugiados.

Fruto do capitalismo e de consequências deixadas por conflitos, a denominação que trabalhamos aqui revela uma legião de pessoas privadas de suas terras, dos locais de trabalho e das redes comunais de proteção. São sujeitos que não conseguem acompanhar a velocidade das mudanças e das exigências. Para abastecer o cenário que pontua as diferenças entre refugiados e imigrantes, trabalhamos autores como Stuart Hall, Abdelmalek Sayad, Rosita Milesi, Zigmunt Bauman e documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU).

Hall (2011) defende a ideia de que, em condições diaspóricas, os sujeitos geralmente são obrigados a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas. A sujeição é uma forma de adaptação e clamor à aceitação, tendo em vista que, sob os olhos de quem os recebe, existe a possibilidade (ou a esperança) de que a presença estrangeira seja provisória – mesmo sabendo-se que o provisório é indefinitivo e pode prolongar-se. Sayad (2000) considera que a imigração é uma técnica a serviço do trabalho e da economia. Sobre o mesmo aspecto, Cogo (2006) traz o conceito de “cidadania comunitária”, o que auxiliaria no desenvolvimento de mecanismos considerados legais e informacionais sobre a imigração e que atendem às necessidades sociais, econômica e política deles.

Depois de narrar sobre os diferentes contextos da imigração e do refúgio, o **capítulo três** é fomentado por conceitos que levam a conhecer as práticas midiáticas na cobertura jornalística sobre refugiados. Dentro desse aspecto, falamos sobre os diferentes deslocamentos da imprensa no processo de construção da realidade.

Assim como qualquer sucessão de fenômenos acerca do conhecimento, o jornalismo não consegue arquitetar elementos de uma realidade em sua amplitude, e empreende tal ação por meio de artifícios que flutuam o tempo todo a partir de marcas objetivas e subjetivas. Assim, as palavras imersas nos textos transformam a natureza da interação social e fazem a difusão generalizada de bens simbólicos reproduzíveis e acessíveis aos leitores. Esses elementos são todos colocados à disposição por meio de técnicas e conceitos, entre eles o enquadramento e a estigmatização.

O primeiro deles é considerado por Goffman (1986) como um modo no qual o sujeito percebe um fato. Seria um esquema mental cuja realidade estaria encaixada dentro de quadros (*frames*) criados e compartilhados por nós mesmos a partir de experiências. Os estigmas influenciariam nestes recortes, porque, de acordo com Montúfar (2007), constituem-se como notícia e podem servir de estratégia conflitante do trabalho jornalístico.

Ao ingressarmos no **capítulo quatro**, trabalhamos sob a ótica de diferentes paradigmas sobre a paz e de vertentes que formam a linha de estudos da paz. Fazemos a discussão teórica com a abordagem do jornalismo para paz. Este último, ao criar um

contraponto com o tradicional e atraente jornalismo de guerra, conduz a conceitos nos quais a imprensa torna-se capaz de atuar como mediadora dos processos de paz. Sendo assim, a palavra escrita ganha ainda mais poder. É capaz de mobilizar, de “hipnotizar” o leitor e de aproximar de forma analítica caminhos que levam à promoção da não violência.

A complementação das ideias é traçada a partir da linha de pensamento de Johan Galtung (2006). O pesquisador lança as estruturas iniciais para a confecção de um paradigma embasado na possibilidade de o jornalismo atuar como protagonista dos processos de manutenção e consolidação da paz. A partir do conceito, é lançada a proposta na qual o jornalismo funciona como ferramenta que dá visibilidade a atitudes de promoção da paz e espaço para diferentes personagens de um acontecimento. Seguidores do pensador, Jake Lynch (2007) e Dov Shinar (2008), trazem novas nuances, exploram o poder do fazer jornalístico e convidam para uma reflexão sobre a predileção da mídia pelos assuntos relacionados à guerra – em vez da paz.

Em seguida, o **capítulo cinco** contempla os caminhos percorridos para a constituição desta pesquisa. Ao considerarmos o cenário do refúgio uma paisagem a ser descoberta pela imprensa, explicamos aqui quais foram os métodos aplicados para analisamos as apropriações e construções feitas pela cobertura jornalística brasileira sobre refugiados. Ao montarmos o mosaico metodológico seguimos recomendações da análise de conteúdo de Bardin (2011), Fonseca Júnior (2011), Herscovitz (2007) e Weber (1993). A análise de conteúdo é explicada como técnica para este trabalho e nos orienta na construção de um instrumento de pesquisa que foi utilizado durante a análise dos 98 textos.

Por fim, o **capítulo seis** nos remete à pesquisa empírica, feita a partir do instrumento de pesquisa criado com base nos pressupostos do jornalismo para paz. Os números apresentados são analisados a partir de conceitos já estudados, formando um panorama sobre o conteúdo da cobertura jornalística brasileira sobre refugiados no período de dez anos.

Para a organização deste capítulo utilizamos como base as marcas mais representativas que despontaram no estudo estatístico. Assim, orientamos este momento do estudo em marcações jornalísticas sobre os refugiados, construções midiáticas sobre os sujeitos, fronteiras entre o jornalismo para paz e o jornalismo para a guerra e particularidades apresentadas nos jornais analisados. A organização nos levará, por fim, à compreensão deste universo criado pelos jornais acerca da figura do refugiado.

Como resultado deste longo percurso de estudos, percebemos que a temática escolhida é primeiramente caracterizada pelo silêncio. A afirmativa explica o fato de uma década de produção jornalística ser representada por apenas 98 textos assinados por jornalistas

brasileiros e nos quais o refugiado aparece como participante ativo das histórias. O número revela o pouco interesse das redações com a questão, que poderia ser mais trabalhada em reportagens e matérias.

Durante a análise da cobertura jornalística, o que desponta é principalmente um discurso inclinado para o conflito, para aquilo que alguns teóricos estudados, como Galtung, Lynch e Schinar, chamam de jornalismo de guerra. Neste sentido, surgem textos que nos fazem refletir principalmente sobre dilemas da ética jornalística e da alteridade.

Ao analisarmos as construções feitas sobre a figura do refugiado, deve-se saber que o trabalho do jornalista é fundamental para ajudar a criar uma rede de proteção a estas pessoas. Somente com um local democrático a eles, com espaços para suas vozes, opiniões e posicionamentos é possível regular a distância ainda existente entre eles e a sociedade. Neste sentido, a imprensa teria a possibilidade de lhes dar poder de voz igual ao de autoridades e órgãos oficiais, o que sugere o jornalismo para paz. Somente com a aparição da temática do refúgio no dia a dia o tema entraria para a agenda de debates da sociedade, o que promoveria mais mudanças, sentidos de alteridade e novas condições para os refugiados reconstruírem suas vidas no país onde estão. Devemos ter em mente que todas estas possibilidades são difíceis no cenário das rotinas de trabalho que compõem a vida dos jornalistas. Entretanto, é necessário engajamento e compromisso das empresas de comunicação e dos profissionais para modificar atitudes. Com certeza, um grande desafio a ser colocado no horizonte jornalístico.

## 2. UM MUNDO EM MOVIMENTO

*Os outros lugares são espelhos em negativo.  
O viajante reconhece o pouco que é seu  
descobrendo o muito que não teve e o que não terá.*  
Ítalo Calvino

Um planeta impregnado de constantes movimentos. Assim, é constituída nossa realidade. Do ponto de vista de fora, do mundo onde vivemos, surgiram paradigmas que vão da extravagante ideia de Copérnico de que a Terra movimentava-se rotineiramente às teorias da física ditadas por Johannes Kepler e Galileu Galilei, as quais afirmam que o mundo faz parte de um complexo móvel. Internamente, e um tanto distante das ciências exatas, pessoas se deslocam o tempo todo, atravessam fronteiras internacionais, movem-se de um lugar a outro e formam sistemas capazes de ser tão ou mais complexos quanto aqueles ditados pela física. Afinal, a mobilidade humana não têm limites e suas explicações avançam conceitos precisos e dados numéricos.

Um dos fenômenos sociais mais importantes dentro das movimentações, a migração exige a ativação de uma rede de pensamentos para ser compreendida. Mais do que um processo por sua extensão, tempo e espaço, a temática é global e enseja aspectos sociais, culturais, políticos e jurídicos, sendo multidisciplinar, com reações profundas em diferentes sociedades. Ponto de partida para compreender a realidade em que vivemos, o deslocamento pertence a nossa história. É por meio desse trânsito intenso que civilizações foram formadas e países reconstruídos.

Dentro da profusão de teorias que envolvem as diferentes áreas do saber nesta temática, traremos para este capítulo a situação particular das pessoas que atravessam fronteiras. A partir do campo de estudos proposto, nos ateremos à questão do refúgio, um fenômeno social inserido no espectro das migrações forçadas e com características bastante distintas. Os resultados do trabalho da imprensa feito a partir desta temática e suas características serão objetos de investigação mais tarde, sob a luz do jornalismo, por meio do conteúdo produzido no Brasil e publicado nos jornais Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora. Antes de fazermos qualquer análise, lançamos aqui um olhar sobre as tramas que envolvem conceitos e autores que dialogam sobre a diáspora. Assim, compreenderemos alguns posicionamentos da imprensa diante de um panorama tão amplo que é o refúgio.

Este último está inserido na área das migrações, um espaço que envolve antecedentes históricos e teóricos e é hoje um vasto campo de estudos. A migração representa um dos acontecimentos sociais de maior abrangência e que, no contexto da globalização, ganhou mais atenção dos pesquisadores porque está diretamente relacionada ao trânsito de informações, culturas, dinheiro e pessoas. O fenômeno é composto por tessituras que afetam sujeitos e coletivos, no qual circular por diferentes territórios lança fluxos de indivíduos em busca de novos desafios e colabora para a construção de uma sociedade multicultural.

Os estudos que envolvem a mobilidade de pessoas geralmente incluem os deslocamentos de migrantes econômicos, refugiados e os demais sujeitos participantes dos movimentos de migração analisada como um processo. Entretanto, na prática, o termo migrante não é entendido como genérico, no qual abrangeria diversas categorias, como as citadas (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010). A distinção, embora muitas vezes desconhecida pela imprensa, é considerada relevante porque garante diferente proteção dos Estados em cada caso, mas deveria partir da ótica da migração geral.

Na realidade, tantos os migrantes forçados quanto os migrantes voluntários são migrantes, e a distinção a partir da ótica dos migrantes pode levar a processos de discriminação ou de categorização de pessoas as quais, em verdade, compartilham a mesma qualidade de dignidade inerente (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010, p. 281).

Assim, dentro do sistema atual, a classificação de migração voluntária caracteriza-se pelo fato de que a decisão de deixar um país é desejo do indivíduo e está relacionada a razões pessoais e sem a intervenção direta de um fator externo. As migrações forçadas, entretanto, têm como situação clássica o refúgio, cuja denominação refere-se ao sujeito que teve de deixar sua residência ou o país de origem devido ao fundado temor de perseguição em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Também está inclusa nesta última abordagem casos de generalizada violação dos direitos humanos e deslocados internos devido a conflitos armados e refugiados ambientais<sup>2</sup>.

Tendo em vista estas ideias, considerou-se trabalhar com foco nos refugiados, porque os assuntos se cruzam, se complementam e, algumas vezes, se confundem. O refúgio merece olhar atento, porque vai além da conquista econômica do sujeito, muitas vezes proposta pelo ato de migrar e passa pelo equívoco de ser considerado uma ação voluntária e esperançosa de

---

<sup>2</sup> Embora muitas vezes os refugiados ambientais cruzem fronteiras internacionais, a terminologia não está contemplada pela proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). De acordo com Jubilut e Apolinário (2010), tem-se debatido se a denominação poderia se enquadrar no sistema de proteção de refugiados, porém, não seria adequado, pois, nestes casos, não há a premissa básica para o status, que seria a perseguição.

migração. Dentro deste panorama, deve-se considerar que a imprensa é uma das principais colaboradoras na divulgação de classificações e conceitos nem sempre adequados, assunto que será analisado mais tarde.

## 2.1 Trânsito entre fronteiras e suas teorias

Diante das movimentações migratórias e dos efeitos de uma economia globalizada, fenômenos se constituem em volta de personagens e locais de origem, proporcionando mudanças de sentido e forma. Neste mosaico que forma a paisagem do refúgio, discursos se cruzam na tentativa de compreender primeiro a temática da migração.

Uma das formas de abordar a questão é investigando a noção de diáspora e seus conceitos. Pesquisadores têm se esforçado para dar à luz paradigmas relacionados ao tema, que quase sempre são voltados a fatores econômicos, e não sob o aspecto dos deslocamentos forçados.

Tizón Garcia (1993), por exemplo, define o ato migratório como um movimento no qual o cidadão se transfere de um país para outro, ou de uma região bastante distante de outra, com o intuito de viver e desenvolver atividades cotidianas, principalmente relacionadas ao trabalho ou a questões econômicas. Entretanto, deve-se considerar que as motivações de abandono do país para um imigrante e um refugiado são, na maioria das vezes, distintas.

Sayad (2000) explica que os indicadores que apontam desenvolvimentos desiguais entre países são motivadores para a simbiose que formam os movimentos migratórios. Em outras palavras, geralmente as localidades consideradas desenvolvidas alimentam-se da diáspora daquelas subdesenvolvidas. A retroalimentação – entre o primeiro e o terceiro mundo – é justificada pelo autor como uma tentativa de os mais pobres superarem o atraso que os separam dos países que utilizam a mão de obra migrante.

As constantes configurações e tendências estão debruçadas principalmente sob perspectivas quantitativas que comprovam o aumento<sup>3</sup> do volume de imigrantes nas sociedades contemporâneas, porém, ao refletirmos sobre as gêneses que envolvem os processos diaspóricos, identificamos relações diferenciadas, construídas em torno das

---

<sup>3</sup> Dados divulgados em junho de 2011 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) revelam que mais de 43,7 milhões de pessoas fogem hoje de seus países de origem. Destes, estima-se que 15,4 milhões sejam refugiados e 27,5 milhões deslocados dentro do próprio país. Mesmo com a hostilidade apresentada pelos países industrializados, 80% dos imigrantes são recebidos em países em desenvolvimento. Disponível em <[www.acnur.org](http://www.acnur.org)> Acesso em 15 de abril de 2012



palavras “imigrante” e “refugiado”. Ou seja, particularidades teóricas e práticas dos termos sugerem compreensões também distintas a partir de pontos de vista históricos e teóricos.

Relacionados principalmente aos fatores econômicos, ao desejo de mudança social e à fuga diante de ameaças e perseguições, os movimentos migratórios estão enraizados na trajetória do homem e podem ser compreendidos a partir de olhares que cruzam elementos teóricos, práticos e históricos. Atravessar fronteiras – nacionais ou internacionais – faz parte de um fenômeno sociológico, enquadrado dentro de conceitos amplos de mobilidade e que ajuda a explicar traços culturais e de identidade dos dias atuais.

Os primeiros indícios dessa movimentação surgiram com o *Homo erectus* e o *Homo sapiens*, que, em busca de artifícios de sobrevivência, deram início às rotas de migração, que, mais tarde, contribuiriam para a construção das civilizações que conhecemos hoje (KOSER, 2007). Acredita-se que o conceito baseado na busca de novas condições para o sustento e sobrevivência teria começado em Rift Valley, na África, em uma peregrinação inicial em direção à Europa e, depois, para outros continentes.

As difíceis condições de vida no local de origem e o desejo de prosperidade, mesmo que inicialmente instintivos, moviam grupos em distintos pontos do globo e traziam mudanças geográficas e econômicas. Assim, a diáspora conquistou adeptos e períodos importantes na história, como no mundo antigo, onde as colonizações grega e romana dependiam desse trânsito. Longe da Europa, outros movimentos significativos foram associados à Mesopotâmia, aos incas, hindus e impérios, assim como ao trânsito dos vikings e das Cruzadas. O mesmo ocorreu nos três últimos séculos, com o transporte de escravos e a circulação de cerca de 12 milhões de pessoas para o então chamado Novo Mundo.

As informações que se complementam dentro da temática, assim como a ligação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do homem e da sociedade, estão registradas inclusive em passagens bíblicas. No Antigo Testamento, há indicações sobre o refúgio<sup>4</sup> em denominações relacionadas aos pobres, aos perseguidos em outros países e ao abrigo de homicidas (MILESI, 2003). Em busca de ascensão social ou de fuga, aqueles que deixavam a terra natal quase sempre miravam no território alheio a esperança de uma vida diferente e melhor. Na verdade, por séculos, os traslados entre uma cidade e outra ou entre países fizeram parte do imaginário de algumas civilizações, e a terra vizinha sempre ocupou lugar de destaque nas mentes, porque juntava elementos relacionados principalmente à oferta de trabalho.

---

<sup>4</sup> O termo foi oficializado apenas em 1951, quando a Convenção de Genebra definiu caracterizações sobre o que é um refugiado. Na época, as caracterizações estavam muito relacionadas às vítimas da II Guerra Mundial.

Embora não exista uma definição jurídica para a palavra migrante (JUBILUT, 2006), conceitos focados na área das ciências sociais relacionam a permeabilidade das fronteiras e agrupam diferentes tipos e motivações para as migrações que começaram a surgir entre os séculos 19 e 20, muito tempo depois dos registros das primeiras diásporas. Sob a análise de fundamentos econômicos, Georg Ravenstein, em 1885, diante do estudo *Statistical Society*, definiu a questão como um conjunto de propostas empíricas gerais que descrevem as relações entre as origens e os destinos das migrações, o que chamou de leis de migração. Na época, ainda eram desconsideradas análises profundas sobre a diferença entre imigração e refúgio, e a significação do ato migratório estava relacionada a parâmetros que compreendiam questões políticas e econômicas da época, muito dedicadas ao individualismo e ao liberalismo.

A pesquisa que embasou o paradigma é a primeira manifestação do moderno pensamento científico-social sobre o tema, que inaugura uma linha de reflexão que se projeta nos dias de hoje quando buscamos regularidades empíricas para tais movimentos. Por ter caráter multifacetado, o tema exige tratamento multidisciplinar e é analisado sob o ponto de vista das inter-relações entre questões demográficas, econômicas e sociais. Neste contexto, o autor se abastece na justificativa de que o local de origem de uma pessoa atua como alavanca da diáspora, seja por não oferecer-lhe condições de trabalho adequadas para as expectativas, seja pela falta de acesso à terra ou por níveis de vida difíceis de sustentar (ARANGO, 1985).

Diante da teoria, o pesquisador revelou que os deslocamentos ocorriam, na época, a curtas distâncias e exclusivamente em direção a locais mais desenvolvidos, em um movimento provável do campo para a cidade. De forma implícita, o teórico utilizou pela primeira vez a ideia de atração e repulsão (*pull* e *push*), tendo em vista que os fatores que incentivam o cidadão a deixar o próprio país são complementados pelo fato de o novo território cumprir com os desejos e necessidades desta pessoa. Assim, os fatores de expulsão definiriam as áreas de origem dos fluxos migratórios, mas os itens de atração seriam os responsáveis por determinar a orientação destes fluxos.

Ao elaborar uma das primeiras explicações para o fenômeno, Arango (1985) concebia a ideia de que o homem é livre e racional, capaz de escolher pontos do globo que lhe oferecem condições de vida mais favoráveis àquela que lhe pertencia. Os migrantes passavam de indivíduos em deslocamento para atores que precisavam mobilizar recursos racionais e financeiros para atingir seus objetivos (BLANCO, 2000).

Ao lançar as primeiras reflexões sobre a temática, Ravenstein (1885) não contempla os processos, as causas e os efeitos sobre os migrantes. Por isso, críticas à teoria estão relacionadas principalmente à falta de historicidade nos casos de migração e à pouca relação

com deslocamentos motivados dentro de grupos de pessoas (em vez de mobilizações individuais), pois não leva em consideração o entorno social e político e também a influência familiar e pessoal sobre o indivíduo que decide emigrar. Além disso, o autor constrói a tese de que os mais pobres são os mais propensos a deixar o país natal, porque têm o desejo de transformar suas vidas econômica e socialmente. Mais tarde, análises empíricas, como a de Thomas & Znaniecki (1918), e exemplos inseridos na realidade social contemporânea contradizem parte da teoria de Ravenstein (1885) e comprovaram que, na verdade, aqueles que mais se deslocam pertencem à classe média, pois têm condições financeiras de planejar o abandono do próprio país.

De maneira geral, o primeiro estudo técnico-científico sobre migrações também aponta deficiências teóricas em relação aos deslocamentos forçados, que, neste caso, estariam agrupados aos movimentos migratórios, porém, sem um aprofundamento específico. Mesmo que, para a época, a percepção possa ser considerada prematura, ao longo dos anos, a temática continuou recebendo pouca atenção e, até hoje, constitui-se como objeto de pesquisa abastecido com número reduzido de referências bibliográficas – principalmente se comparada ao estudo das migrações sob as perspectivas econômica e social –, o que justifica a pouca quantidade de citações que serão verificadas ao longo deste estudo, principalmente sobre refugiados.

Ao contrário do proposto inicialmente por Ravenstein (1885) ao discutir os processos relacionados aos movimentos migratórios, nas migrações forçadas, o sujeito não é supostamente livre e quase nunca tem oportunidade de eleger o melhor local para refugiar-se. As diásporas involuntárias estão relacionadas principalmente à fuga, e o destino considerado ideal é aquele no qual há a possibilidade mínima de proteção e manutenção da própria vida – porque, como dito anteriormente, o pressuposto para ser refugiado está baseado no temor de perseguição – por motivos como raça, religião, nacionalidade, grupo social e opinião.

Se nas migrações voluntárias o sujeito é incentivado a sair do próprio país devido a uma economia de exclusão que exorta os desempregados nativos e tem o desejo de retornar para seu país como forma de corroborar a decisão que teve, na diáspora forçada os indivíduos não têm escolhas. Por onde quer que circulem, passam pela linha dura do preconceito e são condenados pela pejorativa expressão da “busca de asilo”. Estão em fuga ou precisam abrigar-se devido a violações dos direitos humanos. São consideradas pessoas desqualificadas à procura de um espaço social, cultural e econômico, como sugere Bauman (2005).

Um campo polarizado sobre o assunto migratório é criado a partir do estudo *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas & Znaniecki (1918). Em uma segunda

linha de pensamento sobre migrações, novos debates sobre a temática surgem e atentam para as implicações psicossociais do ato migratório, questão que se estuda a partir da análise de fatores culturais. A pesquisa apresenta uma análise sobre o caso dos milhões de poloneses que migraram para os Estados Unidos entre 1880 e 1910 e demonstra um processo com quebra de laços familiares, tem foco em itens de adaptação e aculturação, mas não trabalha com a perspectiva global do fenômeno.

Apesar de as duas linhas de estudos não contemplarem uma definição precisa sobre os refugiados, principalmente por serem anteriores aos movimentos que legitimaram a denominação, uma das marcas mais importantes para a temática deu-se após a II Guerra Mundial, quando foi necessário criar regras para administrar a movimentação de centenas de milhares de vítimas dos conflitos e lançar artifícios para acelerar e resgatar mão de obra para reconstruir a Europa, a América do Norte e a Austrália. Embora muitos dos deslocamentos tivessem relação direta com a fuga e a busca de refúgio durante a guerra, é reconhecida a profusão de dois grupos devido ao *boom* econômico europeu causado após a II Guerra Mundial: aqueles provenientes dos regimes coloniais de imigração e outro da política de trabalhadores temporários (HANSEN, 2003).

Por meio da migração de trabalhadores, teria nascido a política dos *guest-workers*, denominados como força de trabalho necessária para manter as estruturas de uma cidade. A concepção do fenômeno surgiu após 1948, quando a Alemanha passou a solicitar mão de obra para satisfazer a demanda doméstica do país. Primeiro, buscou-se indivíduos do sul europeu, que poderiam ser absorvidos mais rapidamente pelo mercado. Depois, aderiu-se aos turcos e norte-africanos, e foram negociados esquemas na Itália, Grécia, Espanha, Marrocos, Portugal, Tunísia e Iugoslávia.

O Reino Unido também tentou montar um esquema próprio para trazer trabalhadores, principalmente do leste europeu. De modo geral, os migrantes ingressaram nos países como cidadãos, com o direito de reunificar as famílias. A maioria das nações encerrou a fase de imigração no início dos anos 70. Porém, antes da Europa cessar os procedimentos que ajudariam na construção de uma nova cultura e identidade em solo europeu, após os anos 60, os fluxos migratórios internacionais também seguiram outras direções, passando a atrair indivíduos da América Latina para os Estados Unidos e a Europa, os quais representavam então um ponto de encontro para o sucesso, um esteio para os desejos de ascensão econômica e social dos imigrantes.

No Brasil, a relação de migração e trabalho tem a ver com as origens do cenário social e econômico. Entre 1819 e o final de década de 1940, migrantes italianos, alemães,

portugueses, espanhóis, libaneses, entre outros, se dirigiram principalmente ao sul, estimulados por políticas migratórias, fazendo do país um dos principais receptores de migrantes estrangeiros. Os anos que compreendem o período de 1965 e 1995, ajudaram ainda a incrementar as redes migratórias. Nesta fase, tipificações como refugiados, apátridas e asilados foram implementadas, e restrições foram aplicadas com o objetivo de conter o trânsito constante de pessoas rumo aos países ricos. No mesmo momento, ações particulares de alguns países e instituições de pesquisa e ensino levaram à chamada “fuga de cérebros”, caracterizada por migrações voluntárias, uma vez que o profissional considera necessário ou interessante se deslocar a outro país para ter possibilidades de ampliar conhecimentos e condições técnico-científicas.

Em paralelo ao cenário descrito, a partir de 1960, deu-se início, em âmbito acadêmico, ao manejo de novas teorias que complementaram as abordagens sociais e econômicas das migrações. De acordo com Arango (1985), a mais direta contribuição de desenvolvimento da linha de reflexão de Ravenstein procede de um artigo clássico assinado por Everett Lee, intitulado “A Teoria da Migração”, publicado inicialmente em 1966. Ao codificar e sistematizar as leis propostas, Lee (1966) enfatiza que o fenômeno sempre estará implicado em um local de origem, um de destino e uma série de obstáculos. Seriam correntes e contracorrentes atuando no processo de deslocamento que, sob a perspectiva do migrante, atuam de forma positiva (ou de *pull*), negativas (*push*) ou neutras. Dessa forma, para optar pelo deslocamento, o indivíduo venceria uma série de desafios e seleções, compostas por sistemas de informação capazes de ajudar na escolha do destino do desejo de migrar.

Ainda na segunda metade do século 20, ao partir do pressuposto de que o homem é sedentário por natureza, a chamada teoria neoclássica também se apropria do conceito de que o indivíduo se sujeita ao cruzamento de fronteiras porque tem mobilizações pessoais muito voltadas aos fatores econômicos. Neste caso, assinalado por Lewis (1954) e Ranis & Fei (1961), a migração seria explicada pelas diferenças geográficas de demanda e oferta de trabalho, o que influenciaria em um projeto individual de custo-benefício.

A explicação busca coerência quando analisa a maioria das movimentações migratórias, que se perpetuam na direção dos países mais pobres para os mais ricos, assim como já havia previsto Ravenstein (1885). Neste sentido, as taxas de emigração se elevariam em regiões com baixos salários ou excesso de mão de obra e teriam como ponto final locais com altos salários e pouca força de trabalho. Com o aumento no fluxo migratório e com o pressuposto de um cenário pleno de emprego, haveria um equilíbrio no cenário econômico do trabalho. Ou seja, os países mais pobres desafogariam o excedente de trabalhadores e, mais

tarde, conseguiriam aumentar os salários. Em paralelo, a oferta de empregos aumentaria, e os salários seriam reduzidos em nações com maior fluxo de capital. Dessa forma, uma vez eliminadas as diferenças, a migração tenderia a cessar.

Com fragilidades, este último modelo descrito, embora traga argumentos compatíveis com o cenário econômico e social, que estaria interessado em trocas de mão de obra e demanda de trabalho, reflete pouco da realidade. O que se percebe atualmente no âmbito das migrações é a continuidade de diferenças entre os elementos envolvidos neste sistema, o que mantém o fenômeno vivo e com fluxos em sentidos cada vez mais diversos<sup>5</sup>.

A partir das características gerais da teoria neoclássica, Massey (1997) apontou os limites do paradigma. Mais uma vez, a proposição de análise está baseada em unidades formadas por famílias, domicílio e unidades de produção culturalmente definidas. Além disso, sob esta visão, o diferencial de renda não é uma condição para ocorrer a migração internacional, uma vez que podem contar com incentivos para diversificar os riscos através das redes sociais.

Próxima à temática das desigualdades, a teoria com perspectiva histórico-estrutural analisa o fenômeno dentro da ótica de que todos os elementos que influenciam na migração são interdependentes e não podem ser analisados de forma isolada. Neste sentido, como explica Arango (1985), os imigrantes, ao mesmo tempo em que buscam um emprego de remuneração melhor, investem na possibilidade de ter um status social importante pra aquele cenário – o mesmo não é desejado por aqueles que passam pelas migrações forçadas. Há uma demanda de trabalhadores por parte das economias receptoras.

Outros estudos dentro dessa linhagem surgem para compreender os fenômenos. Entre aqueles de abordagem histórico-estruturalista, Germani (1974) e Singer (1976) criam os principais modelos. Para analisar a migração, eles a avaliam como um fator de mobilização social no qual devem ser levados em consideração não apenas os fatores atrativos e repulsivos (*pull* e *push*), mas também condições sociais, culturais e subjetivas, que operam nas decisões e escolhas do migrante. Sob esta perspectiva, há necessidade de informação por parte do indivíduo para conhecer a realidade do local de destino. A partir deste ponto, são criadas expectativas e feitas construções imaginárias sobre local de migração, ao mesmo tempo em que o sujeito passa a isolar-se socialmente do ponto em que está para preparar-se para a saída.

---

<sup>5</sup> Um dos exemplos é o próprio Brasil. Após constantes crises econômicas registradas em países desenvolvidos como Estados Unidos, Espanha, Portugal, Itália e Japão, meio milhão de brasileiros que vivia no exterior voltou para a terra natal nos últimos cinco anos. A mudança de comportamento, de acordo com o Itamaraty, foi registrada pelos consulados brasileiros e é efeito da crise internacional de 2008. Disponível em <<http://retorno.itamaraty.gov.br>> Acesso em 30 de novembro de 2012.

Então, sob a luz deste pensamento, a análise da migração deve se dar em três níveis. Relacionado ao ambiente, o primeiro seria composto pelos já mencionados fatores de expulsão a atração (*pull e push*), pelas condições de acesso entre as áreas de origem e destino. Normativo, o segundo elemento seria composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados, que fornecem o referencial dentro do qual os indivíduos conseguem perceber e avaliar as suas condições objetivas de existência. No terceiro e último nível, está o fator psicossocial, quando são consideradas as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos. Em uma sociedade integrada, tais elementos refletiriam o padrão normativo vigente no grupo social, que estaria internalizado nos indivíduos.

Para Singer (1976), as migrações estão condicionadas à história e pertencem a um processo global de mudanças relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo e ao processo de industrialização provocado por ele. Assim como Lee (1966), ele acredita que há fatores que atuam na expulsão do migrante, o que ele os classifica como os de mudança (resultantes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, responsáveis pelo desemprego) ou de estagnação (promovidos pela incapacidade dos produtores rurais de se adequarem a fatores de produção exigidos). Dessa forma, o principal fator de atração, mais uma vez, seria a demanda por força de trabalho das cidades. Como reflexo, surgiram obstáculos relacionados à baixa qualificação dos deslocados, oferta de trabalho desproporcional à grande demanda e a marginalização do imigrante.

Também deve-se considerar, quando analisamos a questão dos deslocamentos, a nova teoria das migrações laborais, de Stark (1991). Na tese, embora a decisão de deixar o país volte-se ao aspecto individual, algumas unidades influenciam, como é o caso da família. Neste sentido, a migração é um projeto que está orientado a diversificar as fontes de ingresso ao país e a utilizar a possibilidade de reduzir riscos. Assim, o núcleo parental aguarda o retorno financeiro desta imigração (seja por reembolsos, por remessas provenientes do exterior) ou espera-se que outros integrantes da família se juntem àqueles que escolheram a diáspora.

Por fim e mais recentemente, os estudos sobre imigrações lançaram o conceito de que, para compreender os movimentos a fundo, é necessário estudar as causas do subdesenvolvimento no mundo contemporâneo. Nesta linha, a teoria do sistema mundial sustenta que a migração se deriva diretamente da globalização da economia de mercado. Diante do panorama, as grandes empresas buscam matéria-prima e força laboral barata nos

países da periferia. Com o avanço na área de transportes e tecnologia, o trânsito de pessoas e de informações surgem para conectar cidades globais com centros produção além-mar.

Sendo assim, as movimentações são também resultado de uma mudança global tanto em sociedades de origem quanto aquelas receptoras. Nesses casos, há mudanças profundas e duradouras principalmente nas relações de trabalho que afetam relações sociais, de cultura, de política nacional e as relações internacionais. Castles (2005) indica que numerosos emigrantes percebem sua situação como exclusão econômica e social e se veem obrigados a abandonar seus países e chegam a considerar-se como excluídos dentro da comunidade nacional onde vivem.

No campo jurídico, apesar de ser um fato pertencente ao contexto internacional, não há um instrumento amplo que regule a conduta dos Estados a respeito de todas as variáveis existentes dentro do espectro das migrações. O que há são normas que, ao regularem questões pontuais como segurança, nacionalidade, apatridia, liberdade de circulação de pessoas, direitos humanos, refúgio, asilo, tocam na temática das migrações ou nas normas de proteção geral dos indivíduos (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010).

Embora teorias da diáspora perfaçam caminhos que se cruzam constantemente, o que ocorre hoje, em pleno século 21, é que há o desejo de movimentar-se em busca de perspectivas melhores, mesmo diante de barreiras erigidas por políticas restritivas de acesso a outros países, o que têm limitado a circulação de pessoas para determinados locais e é chamado de imobilidade involuntária (Arango, 2004). Mesmo com o impasse, ainda vivemos em um cenário de trânsito internacional, centralizado agora em países destino como Argentina, Brasil, Nova Zelândia e Austrália. Estas movimentações tendem a crescer de forma diversa, e a maioria dos países receptores de imigrantes demonstra hoje reticências diante do fenômeno, principalmente devido a adaptações financeiras de países como Estados Unidos e nações da Europa, onde, mesmo com as crises internacionais recentes, o migrante ainda os busca como destino e concorre com o nativo em busca de emprego e condições sociais para viver.

De modo geral, as migrações constituem parte essencial no processo de globalização, mas as sociedades do século 21 passam por uma constante reorganização neste âmbito. Em consequência dos impactos econômicos gerados pela crise financeira dos países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Espanha e Japão, corredores por onde passavam estrangeiros em busca de trabalho foram fechados, modificando o sentido das rotas de trabalho e ampliando até mesmo o fluxo contrário de migrantes, os quais agora retornam para seus países de origem. Assim como demarcou Ravenstein (1885) e os pesquisadores que



lançaram teorias como a neoclássica, a movimentação voluntária de pessoas no mundo continua orientada nas ofertas laborais.

Para Arango (2004), a partir dos anos 2000 tem-se uma época pouco propícia às migrações. Apesar da globalização, há duras restrições à mobilidade das pessoas, e as dificuldades de toda ordem e a falta de oportunidades de vida, assim como a proliferação de conflitos e situações de crise, ainda geram uma grande necessidade de emigrar. Para ele, as possibilidades de deixar o local de origem estariam limitadas para os habitantes de países mais desfavorecidos – nestes casos, eles pagam preços elevados para se deslocar e ainda correm constantes riscos. Ao mesmo tempo, algumas nações receptoras precisam dos imigrantes por questões demográficas e laborais. As migrações constituem parte essencial no processo da globalização.

Sob outro aspecto, no âmbito do Mercosul, Cogo (2006) explica que as imigrações registradas nas últimas décadas são caracterizadas pela ausência da chamada “cidadania comunitária”, o que auxiliaria no desenvolvimento de mecanismos considerados legais e informacionais sobre a imigração e que atendem às necessidades sociais, econômica e política deles. Nesse sentido, as imigrações inter-regionais guardam relação com o “caráter europeizante”, que marcou a política migratória brasileira.

Aliada à capacidade interna de suprimento de mão-de-obra para o processo de industrialização, essa política consistiu em um dos principais fatores que concorreu para a fraca participação do Brasil nos processos migratórios dos países do Mercosul, especialmente como receptor de imigrantes (COGO, 2006, p. 25).

Apesar dos tímidos números oficiais sobre a recente área de migração<sup>6</sup>, se comparado com outros países, o Brasil, ao se posicionar como uma das mais importantes potências do mundo, muda, aos poucos, este cenário. Conhecido por ser um país de emigração, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, tornou-se destino de migrantes transnacionais a partir de 2007, com a instauração de uma crise financeira mundial que atingiu principalmente Estados Unidos e Europa. Com a adesão de um sistema econômico com maior visibilidade, tende a se transformar em um celeiro dos movimentos migratórios, onde poderá ser

---

<sup>6</sup> O Brasil concedeu apenas 535 vistos temporários, de permanência definitiva e permanente aos imigrantes em 2010, de acordo com dados do Conselho Nacional de Imigração (CNig), órgão ligado ao Ministério do Trabalho. Disponível em <<http://carep.mte.gov.br/cni/default.asp>> Acesso em: 03 de janeiro de 2013.

reconhecido como um ambiente de oportunidades profissionais<sup>7</sup>. Números atuais apontam um novo posicionamento do país diante a migração econômica, na qual existe uma condição de beneficiamento e de esperança, principalmente ligada ao mercado de trabalho e ao sonho da prosperidade.

## 2.2 Deslocamentos forçados e a concepção do termo refugiado

Em paralelo ao reordenamento populacional ocasionado pelo trânsito que perpassa diferentes momentos da história, a busca por refúgio é também constituinte de realidades sociais e econômicas do cenário internacional. Ao contrário dos imigrantes<sup>8</sup>, que se deslocam voluntariamente geralmente baseados em pressupostos relacionados a oportunidades de trabalho e laços familiares e afetivos, os refugiados deixam a terra natal motivados por algum temor de perseguição ou violação ao direito de ser humano. Perdem seu lugar e suas referências e não podem voltar de onde vieram porque, de alguma forma, não lhes querem de volta (BAUMAN, 2007). Suas casas e modos de subsistência foram destruídos, mas, mesmo vivendo em momentos de hostilidade, têm a ideia de que o próximo deslocamento trará esperança e servirá de abrigo para a vida que está ameaçada.

Historicamente, a migração forçada, com o objetivo de refúgio, é elemento comum e antigo, e não exclusivamente produto dos tempos globais. Por momentos, estes movimentos confundem-se com as diásporas de intenção econômica, mas raras vezes têm relação com o retorno de sucesso do indivíduo, como é o caso dos imigrantes que desejam voltar a seus países em diferentes condições de vida.

De acordo com o Manual de Procedimentos e Critérios para Determinar a Condição de Refugiado, publicado em 2004 pelo ACNUR, a distinção entre um migrante por motivos econômicos e um refugiado é por vezes confusa, do mesmo modo que a distinção entre medidas econômicas e políticas no país de origem do requerente nem sempre é clara. Sob a

---

<sup>7</sup> Outros números apontados pelo CNig revelam que o Brasil já apresenta indícios de país próspero para a vida profissional de estrangeiros. Os maiores grupos de imigrantes registrados pelo órgão são compostos por cidadãos europeus, com predominância para países de origem como França (10,6%), Portugal (7,8%), Itália (6,35%) e Espanha (5,98%). Além disso, no início de 2012, o Ministério da Justiça deparou-se com o grande contingente de imigrantes haitianos que cruzavam as fronteiras com o Brasil e lançou uma proposta para controlar a situação migratória deles. A decisão do governo brasileiro de distribuir 100 vistos por mês surgiu como uma medida paliativa, já que eles não foram reconhecidos como refugiados pela ONU, porque são vítimas de um terremoto ocorrido em 2010, e não de perseguições, conforme dita a Convenção para Refugiados.

<sup>8</sup> É interessante recordar que, segundo a definição da ONU, imigrante é aquela pessoa que permanece fora de seu país por pelo menos um ano. Disponível em <<http://www.migrante.org.br/glossario.htm>> Acesso em: 3 de abril de 2011.

luz das medidas econômicas que afetam um sujeito pode haver objetivos ou intenções raciais, religiosas ou políticas dirigidas contra um grupo específico. “Quando as medidas econômicas comprometem a sobrevivência econômica de um segmento particular da população, as vítimas destas medidas podem, tendo em conta as circunstâncias, tornar-se refugiados ao deixarem o país” (MANUAL, 2004).

Hoje, os refugiados são os migrantes forçados que contam com o sistema mais completo de proteção, o que lhes permite direitos e deveres subscritos por lei. Além disso, com o nascimento da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), foi garantido o direito de toda pessoa vítima de perseguição procurar e gozar asilo em outros países. A ação é complementada também pelo fato de o documento confirmar o direito de locomoção dentro das fronteiras de cada Estado, assim como a garantia de deixar um país e depois retornar.

O termo refugiado assumiu caráter jurídico em âmbito mundial a partir da I Guerra Mundial, como consequência direta das transformações políticas e territoriais provocadas por ela. Naquele período, restrições à liberdade de residência e diferenças entre os direitos de nacionais e estrangeiros eram frequentes. Também teve início nesta época o direito internacional dos refugiados, com os desenvolvimentos na Liga das Nações (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010). Em seguida, a revolução bolchevista, a guerra civil na Rússia e a queda do império otomano colocaram o mundo diante de um movimento massivo de êxodo, direcionado a populações inteiras e popularizando ainda mais o termo refugiado.

Anteriormente, as guerras e a instauração de regimes totalitários ou de outros tipos de ditadura foram as principais causas do fluxo de pessoas – chamadas por Arendt (1989, p.300) como os “refugos da terra” – e movimentações, como as da América Latina, passaram a reconhecer as migrações forçadas e a implementar o conceito de “asilado”. Assim, em 1889, o tratado de Montevideu concedeu o direito de asilo a refugiados políticos, constituídos por pessoas com razões políticas ou vítimas de ofensa política.<sup>9</sup>

Depois, de modo geral, estes deslocados eram entendidos como marginalizados da nova ordem internacional, nascidos da guerra de 1914 a 1918 e do fim dos impérios. Sem lar, perdiam seus direitos humanos, eram considerados mendigos sem identificação, sem nacionalidade, sem dinheiro e atormentavam as fronteiras. Devido às restrições à liberdade de imprensa, figuravam apenas como um excedente da população e sequer eram tema de

---

<sup>9</sup> Em 1954, entretanto, a Convenção de 1954 de Caracas referiu-se a eles como pessoas provenientes de um estado, no qual eram perseguidos por suas crenças, opinião, afiliação política ou fatos que poderiam ser relacionados a ofensas políticas. Em comparação com o refúgio, o termo também fundamenta-se na cooperação internacional e tem caráter humanitário. Entretanto, é limitado a questões políticas, baseia-se na perseguição em si (e não apenas no temor da mesma) e é desprovido de fiscalização por meio de um órgão internacional. (JUBILUT & MENICUCCI, 2010).

discussão. “O jornal oficial da SS, o Schwartz Korps, disse explicitamente em 1938 que, se o mundo ainda não estava convencido de que os judeus eram o refugio da terra, iria convencer-se tão logo” (ARENDDT, 1989, p. 302).

Na tentativa de organizar a sociedade diante das movimentações constantes e conter parte da ideia de que os refugiados deveriam ser assimilados pelas sociedades ou aniquilados, como lembra Arendt (1989), alguns países idealizaram leis relacionadas ao status de refugiado antes da convenção de Genebra, que oficializou tal denominação. A definição russa, por exemplo, foi criada em 1926 e incluía qualquer pessoa de origem russa que não tinha proteção do governo da União da República Socialista Soviética e que não tinha qualquer nacionalidade. Neste sentido, algo similar ocorreu em 1936 na Alemanha, que mais tarde desenvolveu o artigo 1 da Convenção de 1938, relacionado a pessoas que tinham ou que já tiveram nacionalidade germânica e que não tinham outra nacionalidade e estavam desprovidas da proteção do governo alemão. No mesmo ano, um encontro em Evian, na França, com a presença de diferentes Estados, estabeleceu um Comitê Intergovernamental de Refugiados com o objetivo primário de facilitar a emigração involuntária da Alemanha, incluindo a Áustria. (Goodwin & McAdam, 2007).

No período entre as duas grandes guerras, a questão relacionou-se principalmente aos judeus. Logo após a II Guerra Mundial, atingiu dimensões elevadas, o equivalente a dezenas de milhões de pessoas, e se estendeu a outros continentes, tornando-se questão mundial. Em contrapartida, a imprensa sofria constantemente com sanções da liberdade de informar, assim como era influenciada por atitudes do autoritarismo e do totalitarismo, o que dificultava a real apresentação dos fatos e notícias sobre os refugiados. Desse modo, também não era possível construir recortes sobre tal realidade, uma vez que as notícias eram sufocadas.

Apesar das movimentações paralelas no sentido de construir elementos de proteção para o refugiado, um passo importante para uma definição mais abrangente sobre os direitos deles ocorreu com uma convenção internacional aprovada em 1933, a qual definia o refugiado como uma pessoa sem proteção do próprio país. A classificação não traria consequências práticas, porque o texto limitava-se a enumerar os grupos reconhecidos como tal. Em 1943, os aliados criaram a Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas (Unrra). No mesmo ano, realizou-se a Conferência das Bermudas, que ampliou a proteção internacional, definindo-os como “todas as pessoas de qualquer procedência que, como resultado dos acontecimentos da Europa, tiveram que abandonar seus países de residência por terem em

perigo suas vidas ou liberdade, devido a sua raça, religião ou crenças políticas”.<sup>10</sup> O dispositivo serviu de embrião para a atual definição de refúgio, prevista na Convenção de Genebra, de 1951.

Depois da II Guerra Mundial, critérios mais específicos relacionados aos refugiados emergiram como uma forma de organização e limitador dentro do campo das migrações forçadas. Em 1947, foi criada a *International Refugee Organization* (IRO), ainda dedicada aos problemas residuais dos refugiados da II Guerra Mundial. A constituição aplicada especificava outras diferentes categorias a serem assistidas, e o termo refugiado passou a ser aplicado também para vítimas do nazismo, fascismo e outros regimes repressivos. Alguns eram judeus de origem, estrangeiros, apátridas, vítimas de perseguição do nazismo e pessoas vítimas de perseguição após a guerra, casos relacionados a casos de religião, raça, nacionalidade ou opinião política.

Uma luz à temática foi acesa três anos mais tarde, com nascimento do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), instituição internacional considerada apolítica, gerada como reflexo da Convenção de Genebra de 1951 e que substituiu o IRO. O órgão tinha maior abrangência tendo em vista o impacto do desenvolvimento de políticas da ONU neste sentido. Na época, o encontro deu luz à seguinte denominação oficial sobre quem poderia ser considerado refugiado:

Em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar. (MANUAL, 2004, p.18-19)

Embora pioneira, a medida pôde ser aplicada inicialmente por poucos países, porque lançava como base fatos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. A data limite foi fixada para responder às aspirações dos governos, o que motivou uma tentativa de correção ao artigo, pois, naquela época, julgava-se difícil reconhecer e captar vítimas de conflitos de tão longa data. Com novas situações de refúgio, foi necessário lançar novas disposições à Convenção, principalmente para que os Estados tivessem poder político e de decisão dentro de suas fronteiras.

---

<sup>10</sup> Das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio. Disponível em <[www.migrante.org.br/Asilo%20e%20Refugio%20diferencas.doc](http://www.migrante.org.br/Asilo%20e%20Refugio%20diferencas.doc)> Acesso em 24 de julho de 2012

Em consequência, foi elaborado um Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967. Nele, os Estados comprometiam-se a aplicar disposições fundamentais da Convenção de 1951 sem utilizar a data limitadora. As palavras “como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951” passaram a ser omitidas, o que possibilitaria abranger mais pessoas sob a denominação proposta. Uma das expressões mais importantes, o “fundado temor de perseguição” se transformou em um dos fatores-chaves para a definição de refugiado e por isso a classificação não inclui casos de vítimas de fome ou de desastres naturais, a menos que também tenham medo de perseguição devido àqueles tópicos referidos. Reflete os pontos de vista dos seus autores quanto aos elementos constitutivos da noção de refugiado. Uma vez que o receio é subjetivo, a definição envolve um elemento subjetivo na pessoa que solicita o reconhecimento da condição de refugiado (MANUAL, 2004).

A partir das classificações, o ACNUR assumiu a assistência de refugiados, solicitantes de refúgio (aqueles que se consideram refugiados, mas ainda não tiveram o pedido avaliado), deslocados internos, apátridas (pessoas que não têm nacionalidade reconhecida) e retornados (pessoas que voltam voluntariamente e em segurança ao país de origem). Entre as soluções duradoras para o problema passaram a ser consideradas a repatriação voluntária (na qual conseguem voltar ao país de origem com custos subsidiados pela ONU), a integração local (para que o refugiado tenha plena integração social, econômica e cultural no país de refúgio) e o reassentamento (para aqueles que não podem voltar ao país de origem por temor de perseguição e nem permanecer no país de refúgio devido a problemas de segurança, integração local ou falta de proteção).

Na teoria, a convenção deve ser aplicada sem discriminação por raça, religião, sexo e país de origem. Entretanto, não é aplicada a pessoas que já se beneficiaram de proteção da ONU e àquelas que cometeram crimes de guerra e ao direito comum. Para o exercício da proteção, foram criadas cláusulas consideradas essenciais às quais nenhuma objeção deve ser feita. Entre essas, incluem-se o termo “refugiado” e o chamado princípio de *non-refoulement* (não devolução), o qual define que nenhum país deve expulsar ou devolver (*refouler*) um refugiado, contra a vontade do mesmo. Ao ratificar a Convenção ou o Protocolo, os Estados signatários aceitaram cooperar com o órgão no desenvolvimento de suas funções e, em particular, a facilitar a função específica de supervisionar a aplicação das provisões desses instrumentos.

Com mais de 60 anos, a convenção que definiu tais caracterizações ainda é questionada por alguns especialistas, porque não estaria compatível com as adequações do que seria um refugiado do mundo moderno. Além disso, não há a proteção para pessoas que

são perseguidas devido a questões relacionadas à sexualidade, assim como ainda não considera as definições de refugiados climáticos, provenientes de desastres como furacões, terremotos ou tsunamis, os quais se transformaram em questões centrais de debates recentes.

Um dos motivadores da não revisão da convenção assinada em 1951, na visão de Koser (2007), é o fato de que, na época, 145 países concordaram com os termos explicitados no documento. Hoje, se fosse revisto, provavelmente o número de nações de acordo com o protocolo diminuiria devido a fatores diversos, como a crise econômica por que passam atualmente grandes potências como Estados Unidos, França e Alemanha, e devido a negociações nas leis de imigração.

Mesmo sem importantes atualizações, o documento lançado em Genebra mudou drasticamente os mapas que representam a trajetória dos refugiados nas últimas décadas. Assim que fora criado, valia-se da proposta de prestar assistência principalmente para aqueles que fugiam do período nazista imposto pela Alemanha e estavam prestes a serem reassentados nos Estados Unidos. Nos anos 60, populações se ampliavam na África, parte como reflexo das chamadas novas colonizações e das guerras civis. Os expurgados, na maioria dos casos, foram acomodados em países próximos e com péssimas condições para reordenar a vida dos exilados. Na década de 1970, a movimentação das massas de excluídos tomou o rumo do sul e sudeste da Ásia, como resultado do nascimento do estado de Bangladesh, em 1971. A guerra no Vietnã também produziu levadas de excluídos, muitos deles acomodados na Europa.

Um grande salto na movimentação de pessoas em busca de asilo ocorreu no território europeu a partir de 1980, devido à Guerra Fria. Koser (2007) revela, por exemplo, que mais de 100 mil pessoas buscaram asilo no oeste da Alemanha, e o país elevou ainda mais estes números depois de 1989, quando terminou a guerra. Com a queda do muro de Berlim e os conflitos no mundo, a Europa era transformada em destino atraente: entre 1989 e 1992, o número de interessados no asilo quase dobrou, passando de 320 mil para 650 mil.

Uma das motivações para o reordenamento de refugiados, a partir da década de 80, está na Declaração de Cartagena. Para dar amplitude às denominações da Convenção de Genebra, em 1984, o documento foi criado a partir de um debate na cidade colombiana sobre a proteção internacional de refugiados na região. Além das hipóteses já levantadas na convenção, a declaração tecia elementos atuais sobre o assunto, sugerindo que os países incorporassem aos ordenamentos jurídicos o conceito de refugiado também àquela pessoa que tivesse se deslocado do país porque sua vida, segurança ou liberdade estavam ameaçadas pela violência, agressão estrangeira ou conflitos internos.

Conforme as legislações eram aperfeiçoadas, novos panoramas e rotas de fuga surgiram. A maioria dos deslocamentos dos anos 90, por exemplo, ocorreu em localidades como Kosovo, antiga União Soviética, Iraque, Ruanda, Afeganistão, Timor Leste e Bósnia. Ao mesmo tempo, levas de afegãos, bósnios, namíbios e moçambicanos começaram a retornar aos países de origem com o final dos conflitos vividos em seus países de origem. Além disso, a época caracterizou-se pelo deslocamento de refugiados para regiões mais distantes de suas origens, o que se transformou em um fenômeno global, principalmente para a Europa, destino predileto deles.

De modo geral, pode-se definir que a criação de uma legislação para defendê-los surgiu para atender ao desarranjo provocado pela guerra, e não como uma forma de aceitação cultural. No mundo de hoje, ainda se pergunta quais são as possíveis soluções duradouras para a questão dos refugiados, pois eles ainda são vistos como uma parcela “extra” da população.

Embora o discurso de muitos Estados afirme que todo e qualquer cidadão em refúgio tem direito à total assistência, o acesso para requerer asilo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, é cada vez mais difícil e menos divulgado pela imprensa. Desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os embargos estão mais comuns, as patrulhas foram intensificadas, agentes de fronteira impedem a circulação de quem foge da guerra. As restrições, a dissuasão e o processamento extraterritorial são instrumentos importantes de políticas usadas nestes territórios que, em grau crescente, negam as necessidades e reivindicações de proteção. A situação é bastante irônica, pois são estes mesmos países do norte global que criaram, em 1951, a Convenção de Genebra e os princípios cardeais de proteção e da não repulsão de pessoas.

Os refugiados já fazem parte naturalmente de um sistema de exclusão, porque são obrigados a deixar o próprio país para fugir de algum temor de perseguição e passaram a ser compreendidos então como um estorvo do mundo pós-moderno, que há tempos precisa adequar-se aos fluxos de migrantes em busca de trabalho e que, com a chegada de refugiados, tem o desafio de reestruturar políticas de aceitação e solidariedade dentro do reordenamento social e econômico. Entretanto, para muitos dos que fogem, sair do país de origem significa a diferença entre a vida e a morte.

No aspecto geral, o processo de globalização vale-se do fim das fronteiras econômicas, mas delimita espaços onde outras fronteiras são impermeáveis para determinadas categorias de indivíduos. Mesmo protegidos pelo direito do deslocamento, os refugiados estão inseridos nesta categorização de “indesejados” por países desenvolvidos, e que teriam, em tese, mais condições de abrigá-los. Parte desta realidade é confirmada no relatório anual



*Global Trends*, elaborado pelo ACNUR. No último documento, divulgado em 2012 e com dados do ano anterior, relatou-se que países como Paquistão, Irã e Síria são os destinos que mais recebem estes indivíduos. O destino final demonstra uma das disparidades existentes entre a situação do refúgio e da migração voluntária. Certamente, sujeitos com interesses voltados ao crescimento econômico não teriam como destino nações que têm históricos em outros conflitos e fazem fronteira com territórios inóspitos.

A estatística revela que há uma mudança generalizada no ambiente de proteção que existia há pouco mais de 60 anos, quando o ACNUR foi criado<sup>11</sup>. Na época, a agência atendia a 2,1 milhões de casos na Europa, deslocados pela II Guerra Mundial. Atualmente, o trabalho se estende a mais de 120 países, porque 43,7 milhões de pessoas fogem de seus países de origem, dos quais mais de 15 milhões são refugiados, compreendendo o maior número registrado nos últimos 15 anos.

Consideradas desafiadoras, as cifras que acompanham o termo “refugiado” carregam no significado dilemas da própria condição. Ao lado da denominação de imigrante, o refúgio também traz consigo o desejo por melhores condições de vida e, em algum sentido, ambos simbolizam um sentimento de exílio (voluntário ou involuntário) e singularidades que devem ser reconhecidas para que possamos interpretar a realidade do mundo contemporâneo.

Primeiro, é necessário considerar que, na maioria dos casos, como imigrante (ou emigrante), o indivíduo conta com a perspectiva de retorno, mesmo que imaginada, mas quase sempre de sucesso, fruto de um período árduo de trabalho – o que vai depender da história individual de cada um. Nestes casos, a volta é seu combustível para lidar com as diferenças culturais que se apresentam ao longo da trajetória em um país que não é o seu.

Do outro lado dos processos migratórios, o refugiado como elemento de um fenômeno social, já parte para um destino com o tecido social desgastado, rompido. Está, por natureza, em desvantagem porque tem como perspectiva a sobrevivência. Além disso, é obrigado a se deslocar e, quando faz o movimento de retorno (o repatriamento), muitas vezes, não consegue uma reinserção no local de origem, porque aquele lugar social não existe mais ou porque há enormes limitações ao retorno<sup>12</sup>.

De várias formas, os deslocamentos de migrantes criaram uma paisagem cultural no mundo moderno de enorme complexidade e diversidade, que traz consigo um panorama de transformações as quais transcendem as vertentes culturais. Assim, surge a emergência do

---

<sup>11</sup> 60 Years and Still Counting. UNHCR Global Trends 2010. Disponível em <<http://www.unhcr.org/4dfa11499.html>> Acesso em: 20 de julho de 2011

<sup>12</sup> Casos como estes também são comuns em alguns episódios de imigrantes que passam muito tempo longe de seus países, como lembra Sayad (2000).

multiculturalismo, que é inerente aos deslocamentos e considerado um descendente da globalização.

O multiculturalismo consiste em um variado de fenômenos sociais nos quais as pessoas compartilham de um mesmo espaço e se identificam com culturas diferentes. Ao mesmo tempo em que o fenômeno é intensificado pelos processos comunicacionais, também pode trazer formas novas de tensão e de conflitos, principalmente durante a organização dessas diferenças, podendo colaborar para a proliferação de espaços de resistência, chamados por Cortina (2005) de “políticas de apartheid”, e que fazem referência àquilo que não se forma dentro da desejada unidade homogênea que faz parte do conceito de global.

As políticas de apartheid defendem a separação dos diferentes grupos culturais, que vivem em diferentes lugares, inclusive físicos, enquanto a assimilação das culturas relegadas pela dominante foi o modo habitual de proceder dos grupos imigrantes, aos quais pedem que abandonem a própria cultura e adotem o novo país (CORTINA, 2005, p. 140).

Embora transformações ocorram de formas diferentes em sociedades e indivíduos distintos, porque nenhuma imigração assemelha-se à outra, deve-se considerar ainda a premissa de que, para se adaptar às condições diaspóricas, os sujeitos geralmente são obrigados a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hífenizadas. A sujeição é uma forma de adaptação e clamor à aceitação, tendo em vista que, sob os olhos de quem os recebe, existe a possibilidade (ou esperança) de que a presença estrangeira seja provisória – mesmo sabendo-se que o provisório é indefinido e pode prolongar-se (HALL, 2011). Para Thompson (1995), tais fenômenos culturais podem ser considerados como expressão das relações de poder, servindo, em algumas circunstâncias, para manter ou romper tais relações e estando sujeito a múltiplas e talvez divergentes e conflitivas interpretações – pelos indivíduos que os recebem e os percebem ao longo da vida cotidiana.

A negociação das identidades, neste sentido, seria a chave para integrar uma cidadania aos indivíduos. Mas como manter tais identidades se imigrantes e refugiados inserem-se geralmente em contextos de desvantagem onde predominam a cultura “do mais forte”? Em um espaço multicultural, Bhabha (2001) afirma que a representação da diferença não deve ser interpretada simplesmente como reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, porque, assim, a perspectiva da minoria seria uma negociação complexa.

Hall (2011), por exemplo, percebe identidades em crise, decorrentes das mudanças da era em que vivemos. Para um equilíbrio, não são apenas as migrações que se fazem necessárias para a constituição de uma cidadania global. A autonomia do Estado e da nação e

sua capacidade de proteger aos cidadãos contra influências externas, bem como a poderosa lógica econômica e cultural da globalização, não podem ser controladas por Estados individuais, mas por um sistema que envolve o trabalho da imprensa e a atitude dos cidadãos. Portanto, um conceito amplo de cidadania integra um conjunto de direitos, conjunto de responsabilidades e uma identidade (CORTINA, 2005).

### **2.3 Brasil como modelo regional para a prática do refúgio**

Tradicionalmente conhecido por mesclar etnias e culturas diferentes desde os primórdios de seu desenvolvimento, o Brasil desponta como um importante país no abrigo de imigrantes e refugiados. A inserção do país dentro da temática está enraizada na construção da sociedade e da identidade brasileira, o que ajudou também a povoar o território e a desenvolver as riquezas nacionais.

Grandes movimentos migrantes rumaram ao território a partir do final do século 19, quando italianos, portugueses, espanhóis, poloneses, russos, ucranianos, judeus e pessoas do Oriente Médio fugiam da fome e das guerras à procura de terras mais férteis e oportunidades de vida. Começaram trabalhando em fazendas de café e, mais tarde, com a industrialização, seguiram às fábricas e criaram negócios próprios. Entre os anos de 1920 e 1930, desembarcaram japoneses, os quais fizeram do Brasil um dos locais com mais descendentes desta nacionalidade no mundo.

Na mesma década de 30, houve uma abrupta redução no número de pessoas providas de outras nacionalidades, pois o Brasil passou a adotar medidas restritivas durante o Estado Novo, porque temia uma descaracterização da identidade brasileira. A restrição chegou a proibir totalmente a imigração, o que foi abrandada aos poucos à medida que os novos habitantes tornavam-se essenciais para a constituição social, econômica e cultural do país.

Embora os registros confirmem a movimentação migratória de diferentes nacionalidades, não há garantias de que a massa estrangeira tenha se deslocado à América do Sul exclusivamente devido a questões econômicas. Pelo contrário: autores como Barreto (2010), Paiva (2008) e Andrade (2005) creditam tal diáspora à fuga diante de perseguições constantes e, principalmente, à eclosão da II Guerra Mundial. Neste sentido, uma parcela considerável daqueles que emigravam teriam como motivação os conflitos crescentes na Europa, o que os colocaria nas estatísticas relacionadas aos refugiados.

A informação confirma-se também pelo fato de o país, em 1948, formar uma comissão mista que se comprometia a receber uma cota de refugiados de guerra, deslocados então na

condição de imigrantes. Um artigo publicado em julho de 1947 no jornal O Estado de São Paulo, intitulado “A tragédia dos deslocados”<sup>13</sup>, já teria apresentado a informação de que o governo brasileiro imbricava-se na causa e tinha a intenção de receber cerca de 700 mil refugiados de guerra. Mais tarde, dados de 1949 demonstram que chegaram ao país pouco mais de 19 mil migrantes, e as cifras até 1951 não apontam mais do que 25 mil migrantes, classificados como refugiados ou deslocados de guerra (PAIVA, 2008).

A realidade que acompanha o histórico brasileiro dentro da temática das migrações constitui a própria paisagem cultural e sociológica do país. Na atualidade, diferentes descendências, identidades e histórias compõem o mosaico que forma a personalidade do Brasil, o que o transformou em um modelo regional no contexto da recepção de estrangeiros advindos de deslocamentos forçados ou voluntários. Assim, alguns países tendem a mirá-lo como exemplo quando participam de processos dentro das relações internacionais. Nestes casos, a lei brasileira de refugiados é utilizada como modelo quando outras nações adotam regulações internas, e algumas se inspiram nas práticas de proteção criadas aqui e vindas à luz no fim dos anos 40, com a instituição da universalização dos direitos humanos (JUBILUT, 2006).

Embora tenha constituído um paradigma pioneiro do ponto de vista latino-americano<sup>14</sup>, a preocupação oficial do país com a área deu-se oficialmente a partir de 1960, quando aderiu aos artifícios lançados pela Convenção de Genebra de 1951. Na época, o ACNUR sequer mobilizava-se no país para assegurar novas condições de vida às pessoas que o deixavam em busca de asilo e motivadas pelas perseguições do regime militar. Resoluções mais profundas eram destinadas à igreja, que tinha a tarefa de assumir o papel de proteção aos brasileiros, fazendo com que saíssem e se refugiassem no Exterior. Ao mesmo tempo, aumentava o processo de democratização do país e, ironicamente, o território brasileiro era considerado próspero para a chegada de mais refugiados.

O Brasil não desenvolveu sua política de proteção internacional de refugiados porque havia, então, um movimento contrário, de saída do Brasil de milhares de brasileiros em razão da ditadura. Entretanto, havia muitos casos de pessoas perseguidas de países vizinhos que atravessavam a fronteira para resguardar suas vidas no Brasil, porque sequer contavam com condições documentais ou

---

<sup>13</sup> Artigo assinado por Paul Vanorden Shaw e também publicado na **Revista de Imigração e Colonização**. Ano VIII, set. de 1947, n.3. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>14</sup> O Brasil ratificou e incorporou o Estatuto dos Refugiados de 1951 em seu ordenamento jurídico em 1961, sendo, portanto, o segundo país na América do Sul a ratificar a convenção (JUBILUT, 2006).

econômicas de empreender uma viagem de maior duração para um continente distante (BARRETO, 2010, p. 27).

Um movimento mais significativo de pessoas rumo ao país ocorreu por volta de 1975, quando argentinos, uruguaios e chilenos desembarcaram em solo brasileiro em busca de asilo, cabendo à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e São Paulo prestar auxílio a cerca de 350 pessoas que deixavam a ditadura naqueles locais. A partir dos anos 1980, vieram milhares de angolanos que fugiam da guerra civil, o que reascendeu a necessidade de iniciar um escritório da agência da ONU, que foi oficialmente aceito em 1982. Embora o Brasil contabilizasse o abrigo a cerca de 5 mil pessoas entre os anos de 1976 e 1982, a instalação do ACNUR permitiu normas de proteção às pessoas bem como a negociação para que houvesse a aceitação oficial de indivíduos intitulados refugiados de outros territórios que não exclusivamente o europeu – como diziam algumas definições da Convenção de 1951 (SALES, 2010).

Os progressos visíveis na área das relações internacionais incentivaram a abertura simbólica de fronteiras, marcada com a chegada, em 1986, do primeiro grupo de refugiados não europeus, constituído por 50 famílias iranianas que professavam a fé Bahá'i. No ano seguinte, latino-americanos vieram como estrangeiros temporários, o que lançava o país como um espaço propício para a política do refúgio, especialmente após a adesão da Declaração de Cartagena, que permitia receber um fluxo maior de pessoas devido ao fato de terminar com algumas restrições geográficas.

Com a chegada de cerca de 1,2 mil angolanos que fugiam da guerra civil, em 1992, o governo brasileiro adotou uma abordagem mais flexível em relação aos refugiados e decidiu não se limitar à definição da ONU de 1951 e ao seu protocolo de 1967, para ampliar critérios de definição de refugiados e permitir a proteção para mais pessoas.

A ampliação de acordos, no entanto, só retirou o país do limbo da diáspora quando houve a necessidade de criar uma lei apropriada ao assunto. Novas diretrizes diplomáticas foram lançadas em 1997, com a lei 9.474, composta por 49 artigos que definiam mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados. Mesmo com a ressalva de ter sido lançada tardiamente, no momento em que o mundo já sofria a ebulição dos conflitos civis e militares, a legislação é considerada pela ONU como uma das mais modernas no assunto e foi a primeira implementada na América do Sul. Permitiu a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), existente até hoje e responsável por definir as políticas públicas do refúgio e por tomar decisões relacionadas às solicitações de refúgio apresentadas no Brasil,

sendo um marco do atual Direito Internacional dos Refugiados e modelo de proteção na América do Sul.

Com o posicionamento do país diante ao tema e o caráter autossuficiente assumido no Brasil, o ACNUR, na época, considerou desnecessário manter um escritório brasileiro e transferiu-se para Buenos Aires. Com a mudança, o governo estabeleceu o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e passou parte das responsabilidades para os Estados e seus órgãos estatais. Foi oferecida, assim, a concessão para que cada território conseguisse assumir suas responsabilidades diante de uma causa mundial, mas que passava a ter reflexos e oficialmente a fazer parte de uma questão local a ser resolvida.

Tendo em vista o estreitamento de relações com o ACNUR, em 1999, e o engajamento com a causa, foi estabelecido também um Acordo Macro para Reassentamento de Refugiados, comprometendo o Brasil a reassentar pessoas com necessidade de proteção legal e física e mulheres em risco, o que passava a ser uma solução duradoura para o refúgio. O reassentamento solidário foi um dos principais pilares do Plano de Ação do México, assinado em 2004, e que reflete o comprometimento da América Latina de reordenar refugiados que se encontram no primeiro país de asilo. A assinatura brasileira posicionou o Estado diante do desafio de receber e proteger indivíduos em busca de abrigo e abriu portas para que assumisse um posicionamento diante de um assunto internacional de grande importância<sup>15</sup>.

Como consequência, ainda que com pouca experiência em relação à oficialização do refúgio, segundo as regras da ONU, houve um marco na história da diplomacia em 2002. O ano teve a primeira experiência oficial de reassentamento no país, com a chegada de 23 refugiados afegãos vindos de um longo período de abrigo na Índia e no Irã e instalados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O primeiro desembarque representou uma experiência e uma oportunidade inédita, divulgada principalmente pela imprensa regional e nacional, e revelou as mazelas de um Brasil ainda desprovido de condições necessárias para receber refugiados que já haviam passado pela experiência do assentamento. Falhas no sistema de educação, moradia e de empregos expuseram mais tarde o drama das famílias à opinião pública, deixando uma marca negativa no primeiro laboratório de reassentamento que se formou no sul brasileiro. O episódio, ocorrido meses depois dos atentados de 11 setembro – quando o mundo preocupava-

---

<sup>15</sup> Um reposicionamento do Brasil diante os refugiados ocorreu principalmente a partir de 2001, quando o ACNUR implementou um projeto piloto no país para reassentamento, tendo em vista critérios como extensão geográfica, atividade econômica e origem étnica da população.

se em fechar fronteiras – passou a marcar território nas coberturas jornalísticas que, pela primeira vez neste último século, encontrou no refúgio elementos com valor-notícia.

A partir da atuação jornalística, revelou-se uma paisagem desconhecida pelo público. O primeiro grupo que desembarcou tornou-se objeto de curiosidade. Suas roupas, seus costumes, suas histórias e a nova moradia foram inseridos na agenda. Era revelado um universo de duplo estranhamento – daqueles que chegavam e daqueles que os recebiam – e uma dúvida quanto à capacidade do país em conseguir atuar com a proposta da solidariedade regional sugerida pelo projeto.

Outra experiência marcante deu-se em setembro de 2003, quando 16 refugiados colombianos, provenientes da Costa Rica, foram destinados para o reassentamento também em solo gaúcho. Para Sampaio (2010), os problemas mais uma vez se repetiram, porque a assistência financeira oferecida pelo projeto seria muito elevada, o que fazia com que eles não fossem estimulados a buscar empregos e ficassem frustrados com a falta de oportunidades.

Mesmo com as repercussões negativas e as falhas expostas na estreia do projeto no Brasil, outros refugiados foram trasladados pelo programa, que hoje apresenta condições de gestão bem mais evoluídas e parcerias com organizações não governamentais que servem de base estrutural. As mudanças na forma de gestão do reassentamento no Brasil posicionaram o território como principal porta de entrada na América do Sul para pessoas enquadradas nesta categoria e hoje computa um índice de aumento de 275% no número de solicitações processadas pelo Conare nos últimos três anos<sup>16</sup>.

Embora o número de solicitantes e de abrigados esteja muito abaixo dos contingentes acolhidos por outros países da América do Sul, como Equador e Venezuela, os refugiados no Brasil constituem o grupo mais diverso do planeta, composto por 79 diferentes nacionalidades<sup>17</sup>. Isso indica, ao menos simbolicamente, a capacidade do país de acomodar indivíduos e coletividades oriundas de diferentes países e regiões do mundo, de distintos credos e línguas. A tradição, como visto anteriormente, remonta períodos em que o território se transformou em um celeiro da mobilidade, uma linha divisória entre a possibilidade de ascensão social e a derrota econômica, social e cultural do indivíduo.

---

<sup>16</sup> O número refere-se a um período de três anos, saindo de 299 em 2010 para 426 em 2011, e quase dobrando novamente em 2012, quando foram analisadas 823 solicitações de refúgio – o maior número anual de casos decididos pelo Conare. Disponível em <<http://migre.me/evogL>> Acesso em: 12 de julho de 2012

<sup>17</sup> De acordo com as últimas estatísticas lançadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), de outubro de 2012, 4.689 refugiados vivem no país e são reconhecidos pelo governo brasileiro. A maioria deles é de origem africana, seguidos pelos latino-americanos, principalmente originários da Colômbia. Dentro desse contexto, os locais onde há mais solicitações de refúgio são São Paulo (45%), Rio de Janeiro (20%) e Distrito Federal (14%).

Para acompanhar as mudanças culturais e auxiliar na adaptação deles, alguns parceiros como organizações não governamentais trabalham com orientação cultural, aulas de português e apoio socioeconômico. Outros setores providenciam documentos e apoiam na abertura de conta bancária, no acesso à rede pública de ensino, no encaminhamento a serviços público de saúde e na inserção no mercado de trabalho. Os benefícios, entretanto, não os impedem de terem deveres com as leis brasileiras e responsabilidade sobre a própria documentação e sustento da família.

## 2.4 Temática do refúgio como objeto de estudo

Embora a trajetória dos refugiados no mundo seja muito mais antiga do que se imagina, os estudos que fazem referência ao assunto surgiram no início do século 20, quase em paralelo com aqueles relacionados às migrações econômicas, porque até então eram praticamente negados por boa parte dos pesquisadores. A preocupação acadêmica sobre a temática ganhou destaque principalmente após o fim da Guerra Fria, como um teste para a questão da preocupação humanitária que surgia. Na época, pesquisadores passavam a compreender e a se interessar pelas diferenças entre os refugiados do segundo e do terceiro mundo, o que ajudava a consolidar a ideia de “mito da diferença” (CHIMNI, 2009, p. 26) – ou seja, a mudança entre o viés do exílio pela repatriação voluntária e involuntária e a inauguração do debate sobre o destino dos recursos do ACNUR.

Dentro do agendamento humanitário nascente e de questões de identidade que começavam a ser percebidas durante a circulação dos indivíduos, muitas investigações consolidaram o que chamamos de Estudos das Migrações Forçadas (*Forced Migration Studies*). Chimni (2009) considera que a vertente segue os objetivos dos estados hegemônicos e simboliza a mudança rumo a um novo humanitarismo, um tanto dissociado das questões levantadas durante a Guerra Fria e com interesses muito mais políticos.

A fase de transformações no interesse pela pesquisa nesta área ganhou aprofundamento do assunto quando os Estudos sobre Refugiados (*Refugee Studies*) começaram a ganhar visibilidade. De maneira geral, esse campo sempre esteve ligado às questões relacionadas ao tempo presente e à paz. Como sujeito possível para a mudança de atitudes e de perspectivas sobre a temática, passou por fases evolutivas até adaptar-se aos dias de hoje, em que convivemos com diferentes fenômenos que cercam a causa dos refugiados.

O primeiro marco que se relaciona à pesquisa acadêmica nesta área está datado entre 1914 e 1945. Ele é caracterizado pelas consequências relacionadas às guerras que se



procederam neste espaço de tempo e teve foco no poder de absorção das massas colonizadoras, assim como nos refugiados profissionais, como médicos e cientistas que deixavam seus países para fugirem de perseguições.

O segundo momento abrange os anos de 1945 a 1982 e revela aumento no número de pesquisas sobre os campos de refugiados, principalmente provenientes dos movimentos de guerra e do surgimento do ACNUR. A terceira fase, de 1982 a 2000, mostra-se mais ágil e competente. É marcada por um desenvolvimento rápido dos estudos sobre o tema. Um dos marcos ocorreu em 1983, quando o chamado *Refugee Studies Programme* (RSP) foi lançado na Universidade de Oxford, evoluindo mais tarde para o lançamento de um jornal com pesquisas sobre o assunto (*Journal of Refugee Studies*), inaugurado em 1988. A Universidade de York, no mesmo ano, estreou um centro de estudos sobre o tema.

Desde o meio da década de 90, pesquisas específicas sobre refugiados se transformaram em um braço dos estudos sobre migrações forçadas (*Forced Migration Studies*). Uma das explicações é que novos sistemas de governo antecipariam o conhecimento sobre todas as formas de deslocamentos, o que estariam incluídos novos objetivos, estratégias e práticas relacionadas ao controle e manipulação. Na visão de Woodward (2000), essas movimentações intercontinentais seriam as responsáveis pelo movimento global do capital, o que pouparia alguns países de evitar as mudanças de endereço devido a interesses políticos e econômicos.

A migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento. O fator de expulsão dos países pobres é mais forte que o fator de atração das sociedades pós-industriais avançadas. O movimento global do capital é geralmente muito mais livre que a mobilidade do trabalho (WOODWARD, 2000, p. 21).

De alguma forma, um dos motivadores para o início dos centros de estudos de refugiados, em pontos estratégicos, foi o crescimento dos fluxos migratórios do sul para o lado norte do mundo. As pesquisas iniciais, sem dúvida, ajudaram a decifrar as mazelas que envolviam a temática. Assim, embora atue em locais muito específicos, principalmente na Europa, a academia passou a imprimir diferentes nuances sobre a identidade do refugiado e a conter o estigma de “parasita”. A partir de um discurso teórico e empírico, chamou-se a atenção para a necessidade de ouvi-los, de elaborar novas leis para garantir-lhes direitos e de destacar as dificuldades relacionadas à adaptação em solo estranho e às suscetibilidades da

chamada repatriação voluntária, bastante cultuada pela ONU<sup>18</sup>. No Brasil, a área de estudos ainda carece de pesquisadores e parte considerável das investigações se concentra basicamente no espectro do direito internacional, com produções que avaliam geralmente a teoria e a prática das leis e das diretrizes criadas para os refugiados.

A combinação entre a mobilização acadêmica e o contexto histórico de guerras incessáveis em regiões com sistemas de governo hostis ultrapassou fronteiras, repercutindo diretamente no trabalho da imprensa. À primeira vista, não somente o valor-notícia dos fatos envolvendo o refúgio foi considerado pelos veículos de comunicação, mas a movimentação de pesquisadores passou a agendar as redações, que diante das transformações da globalização e das aberturas de fronteiras passaram a oferecer diferentes formas ao tema.

Algumas análises sobre as coberturas jornalísticas, como a proposta nesta investigação, têm sido realizadas por uma parcela pequena do setor de *Refugee Studies*. Um exemplo é o estudo de 2003 do Centro de Monitoramento Europeu de Racismo e Xenofobia (*European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia - EUMC*)<sup>19</sup>. O órgão analisou parte dos esforços da imprensa europeia sobre o tema, em especial a irlandesa, e resumiu a labuta das redações com a verificação de coberturas jornalísticas sensacionalistas, sem aprofundamentos. A pesquisa faz um mapeamento dos principais jornais da Irlanda entre 1997 e 2002 e revela uma realidade possível de ser comparada com outros veículos do continente no período descrito.

Na primeira etapa mencionada no relatório, considerada entre os anos de 1997 e 1998, predominaram reportagens sensacionalistas e especulativas sobre o incremento no número de pessoas em busca de asilo no país, chegando à histeria das fronteiras. Uma das justificativas do estudo é o fato de o crescimento de refugiados na Irlanda ter contribuído para a imprensa atuar como protagonista na pressão ao governo local. Neste caso, o conteúdo jornalístico poderia servir de apoio a mudanças políticas e econômicas sobre o assunto.

O segundo período, entre 1998 e 2000, registrou melhora na qualidade da cobertura jornalística, mas com pouca alteração no conteúdo de jornais regionais e tablóides. É provável a hipótese de que emergia, nesta fase, uma preocupação dos jornalistas e pesquisadores em tratar a temática com mais rigor.

---

<sup>18</sup> A repatriação voluntária é considerada uma solução duradoura pela ONU e um dos objetivos centrais dentro do cenário do refúgio. Neste sentido, o retorno para casa representaria uma espécie de “volta redentora” para o local de origem. Entretanto, em alguns casos, com a premissa de poder encaminhar o refugiado ao país natal, o Estado que está o protegendo o incentiva à repatriação, só que nem sempre o local de origem mantém condições de receber as pessoas que um dia fugiram dele.

<sup>19</sup> Disponível em <[http://www.nccri.ie/pdf/ireland\\_case\\_study.pdf](http://www.nccri.ie/pdf/ireland_case_study.pdf)> Acesso em: 12 de julho de 2012

Com o tempo e com o aumento da discussão no cenário mundial, os jornais pesquisados demonstraram progresso em relação à qualidade do conteúdo sobre refugiados publicado pela imprensa nos anos de 2001 a 2002. Entretanto, muitos veículos, principalmente os tablóides, criaram novos estereótipos acerca da questão.

A relação entre o conteúdo científico e o jornalístico sobre o tema ainda mantém uma distância bastante considerável se analisarmos a maneira com a qual são apresentados os refugiados. Os dados relacionados à produção dentro das redações ainda revelam o desconhecimento e o desinteresse dos profissionais da comunicação para tratar os casos. Chimni (2009) deixa explícita essa ideia quando afirma que a relação “conhecimento x poder” é perecível, porque, quando o poder prevalece, tem a capacidade de dissuadir o espírito crítico do conhecimento. Ou seja, tendo em vista o poder da mídia em relação à opinião pública, os veículos podem transformar as perspectivas sobre a questão dos refugiados, seja para induzir atitudes para a paz ou para o conflito. O que interessa, nestes casos, é que, se comparada à produção acadêmica, o conteúdo jornalístico está em vantagem: tem mais público, mais apelo visual e editorial e trabalha com discursos e linguagens mais flexíveis.

Dessa forma, pode construir novas identidades, por meio da apresentação de novos personagens. Para que isso ocorra de maneira uniforme e mais próxima da realidade, os centros de estudo das universidades deveriam ser sugeridos como fontes de informação e pesquisa aos profissionais da área. O conteúdo midiático também poderia ser cada vez mais explorado como objeto de pesquisa, como estamos propondo.

É importante salientar que a percepção contemporânea sobre os refugiados está intimamente ligada ao reconhecimento da manutenção dos direitos humanos, vigentes desde a luta pelas liberdades na conquista da independência norte-americana e francesa e pelas revoluções libertárias da América Latina. Sem dúvida, o engajamento duplo de jornalistas e pesquisadores revelaria outras faces da questão e desfechos capazes de orientar para paz.

### 3. DESLOCAMENTOS DA IMPRENSA

*Em toda fronteira há arames rígidos e arames caídos. As ações exemplares, os subterfúgios culturais, os ritos são maneiras de transpor os limites por onde é possível.*

Néstor Garcia Canclini

Apesar do caráter histórico e da trajetória que remonta décadas, a temática do refúgio no Brasil nunca foi compreendida como um assunto que merecesse constante acompanhamento da imprensa. Uma mudança nesta concepção ocorreu principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando novos espaços de discussão surgiram, trazendo aos jornalistas uma espécie de renovação acerca do assunto. De modo geral, o ataque aos Estados Unidos incitou uma série de outros conflitos que culminaram no aparecimento de mais refugiados pelo mundo<sup>20</sup> e na reflexão necessária sobre a diáspora, um fato de ordem mundial. Como reflexo, as migrações forçadas foram movimentadas de forma mais intensa para a vitrina da mídia.

Sob a ótica do jornalismo, o fenômeno do refúgio tornou-se um relato sobre o tempo presente e para o tempo presente, como descreve Fraciscato (2003). Distintas interpretações surgiram, realidades midiáticas foram e são constantemente criadas sobre o tema a partir das notícias<sup>21</sup>, produzindo diferentes discursos e trazendo versões ou representações dos acontecimentos.

Como observador de textos caracterizados pela atividade, relação e temporalidade, o que chamamos de fatos<sup>22</sup>, e intérprete daquilo que toma como realidade, o jornalista tenta decifrar os acontecimentos que permeiam a diáspora por meio dos fragmentos provenientes das narrativas de personagens e informações transmitidas por diferentes setores. As narrativas não são apenas representações do real, mas formas de organizar as ações em função de estratégias culturais de um contexto. São dispositivos usados socialmente de acordo com a pretensão do jornalista.

---

<sup>20</sup> Inclusive a chamada guerra contra o terror, lançada pelo governo norte americano de George W. Bush logo após os ataques, trouxe consequências para o cenário mundial, resultando em levas de refugiados, principalmente do Afeganistão.

<sup>21</sup> Diversos conceitos sobre notícia foram construídos ao longo dos anos. Matéria-prima do jornalismo, pode ser compreendida como o primeiro sinal que dá ou se recebe de um acontecimento que acaba de se produzir ou ser conhecido (CORNU, 1994).

<sup>22</sup> Fatos e notícias são dois elementos considerados heterogêneos, diz Gomes (1993).

Neste processo, conforme Cornu (1994, p. 333), o jornalista não consegue apreender a realidade na sua verdade profunda: “a complexidade, as contradições, as incoerências, as lacunas da atualidade – esta apresenta-se como um tecido esburacado – são evidentes”. Para o autor, a atualidade jornalística então seria feita de palavras, discursos, acontecimentos e também de um esforço hermenêutico.

Assim como qualquer processo de conhecimento, o jornalismo não consegue espelhar realidades em sua amplitude – seja a questão dos refugiados ou qualquer outro assunto –, porque é sempre uma construção discursiva, amparada em dados que precisam ser verificados. Traz uma realidade midiática construída a partir de processos que incluem elementos subjetivos e objetivos, e que devem ser considerados como importantes quando chegam ao receptor – que, a partir daquilo que o jornalista expõe, constrói sentidos sobre o tema (CORNU, 1994).

Em relação à percepção individual, Sponholz (2009) recorda que a realidade é vivenciada dentro de um contexto no qual o jornalismo tenta construí-lo por meio de técnicas profissionais. Genro Filho (1988, p.58) relaciona o fenômeno à reconstrução de diversas linguagens possíveis ao jornalismo em diferentes veículos de comunicação: “consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas, sim, de uma ‘simulação’ dessa correspondência”.

Dessa forma, como principal divulgadora de discursos, a imprensa tem o poder de ingressar na área das migrações forçadas atuando a partir de abordagens que se cruzam: por vezes, traz consigo formas neutras ou construtivas de pensar o refúgio e, em outros momentos, pende para as narrativas de violência e o preconceito. O processo depende das escolhas que faz, as quais estão relacionadas a fatores provenientes de rotinas de trabalho, prática jornalística e ideologia dos veículos de comunicação. Ao eleger o que será divulgado (e como isso será feito), a imprensa tem em sua característica básica a possibilidade de atuar na construção do refugiado imaginado, que Montúfar (2007) afirma ser geralmente relacionado a valores negativos e distorcidos. Tais “perigos imaginados” (MONTÚFAR, 2007, p.1) seriam resultado de um terror simbólico no qual o outro nos causaria medo.

Por mais que se considere neutro, o exercício diário da imprensa faz parte de uma diversidade de interpretações que implicam a liberdade individual do jornalista como intérprete da realidade, sua forma de redação, a linha de editorial do veículo para o qual trabalha. A influência que tem sobre o público é o peso e o valor que um elemento – dentro de um conjunto de elementos – tem sobre um contexto e um grupo. Tal aceitação das informações deve-se a uma disposição individual e coletiva dos sujeitos diante de

determinados contextos e situações. Para os emissores (os jornalistas), é relativamente fácil produzir e difundir significados condutores de influência, bem como manter valores e crenças a cerca de um determinado assunto (ROIZ, 2003).

Entre o escopo das influências, também deve-se destacar que o trabalho jornalístico pode trazer mudanças significativas – o que colaboraria para a criação de uma sociedade mais justa e amigável – ou sugerir pensamentos negativos sobre uma temática quando tem a missão de reproduzir falas unidirecionais (geralmente de autoridades ou daqueles que predominam no cenário de conflito) e narrativas que não se aprofundam nas causas do fato, na contextualização e na história dos personagens envolvidos na trama. Neste campo, o trabalho jornalístico pode, em alguns casos, semear ódio às determinadas populações, o genocídio, a xenofobia, o medo e até mesmo o terrorismo – seja por meio de narrativas voltadas para a arena do conflito ou na divulgação de experiências traumatizantes vividas por pessoas que fogem de perseguições.

Apesar do consenso de que notícia é um fato real, deve-se saber que as escolhas daquilo que será divulgado partem do julgamento do profissional de comunicação, que se baseia geralmente em princípios adotados previamente e muito relacionados à audiência, à política da empresa jornalística e a critérios de subjetividade. Sejam quais forem, deve-se vislumbrar na notícia sua função social de colaboradora na formação da opinião pública e de instrumento de conhecimento do mundo.

Conceituada pela primeira vez por Jean-Jacques Rousseau, em 1762, como uma vontade geral do povo, a opinião pública geralmente consiste em imagens estereotipadas provenientes de códigos morais animados por meio de sentimentos de experiências locais. Faz parte de um processo em que a maioria das pessoas primeiro define, julga, enquadra o novo estímulo nos termos existentes em suas subjetividades e enxerga algo.

Dependendo da mídia, sofremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda (HOHLFELDT, 2001, p. 193).

Para formar a opinião pública, os conceitos são vários. O fluxo de informações é contínuo, o que leva ao acúmulo de dados, denominado por McCombs (1972) como “efeito de enciclopédia”. As informações são acumuladas, interpretadas e, quando necessário, utilizadas

para compor um posicionamento. Tal efeito colabora com a ideia de que os meios influenciam o receptor a médio e longo prazo e impõem uma pauta de tópicos sobre o que pensar.

Portanto, na esfera da comunicação, jornal, jornalista, público e opinião atuam diariamente de diferentes formas, e em uma distribuição simétrica, no processo que transforma fatos em versões da verdade. Instrumento de informação e um dos pontos de referência para a concepção da opinião, o jornal almeja a atenção do leitor durante a construção de uma notícia. Para isso, a realidade noticiada é criada a partir dos fatos, e, na cabeça do leitor, ganha a imaginação. É por meio dessa relação entre informação e destinatário que, de acordo com Damásio (2004), são produzidas algumas emoções, que podem ser mantidas vivas em forma de memórias.

Diariamente, conforme os processos jornalísticos, a imprensa age sob enquadramentos que podem conduzir a diferentes perspectivas de um acontecimento, criando diferentes sentimentos, emoções e memórias na mente do público. O jornalismo como prática impõe-se por técnicas que cristalizam um imaginário tecnicamente dominante, que, de acordo com Silva (2006), é sedimentado de forma subjetiva na mente dos jornalistas, tornado crença, valor, intuição e bússola. Por isso, a escolha de uma imagem e de uma maneira de descrever um refugiado ou uma situação que o envolva são artifícios que ajudam nesta colagem entre os diversos imaginários que o jornal apresenta. Dessa forma, a vida do dia a dia apresenta-se como uma realidade interpretada pelos profissionais da Comunicação e dotada de sentido para eles na medida em que forma algo coerente. É um mundo que se origina no pensamento e na ação das pessoas.

Nesse processo, a técnica jornalística permite que a linguagem revelada nas informações seja traduzida por meio de sentimentos, que, são uma percepção de um estado do corpo, acompanhada pela noção de pensamentos com determinados temas e pela percepção de um modo de pensar (DAMÁSIO, 2004). O pensar do jornalista, expresso pela escrita de uma reportagem, é capaz de gerar um sentimento de emoção, uma ideia de um certo aspecto do corpo quando o organismo é levado a reagir a um certo objeto ou situação.

Os sentimentos traduzem esse estado da vida na linguagem do espírito. Além de estarem ligados a um objeto imediato, o corpo e os sentimentos estão também ligados ao objeto emocionalmente competente que deu início à cadeia de emoções. É a passagem do escondido ao revelado, do encoberto ao descoberto. Seria esta a responsável por controlar, submeter e inspecionar a natureza, já que sua essência estaria no controle da razão.

### 3.1 O refúgio na paisagem jornalística

No Campo da Comunicação, as dicotomias que envolvem o sentido das coberturas jornalísticas ajudam a construir diferentes representações e formas simbólicas sobre o que é ser um refugiado. Este sistema é naturalmente inserido em um contexto social que circula pelo mundo e é constituído por falas e ações, imagens e textos (THOMPSON, 1995).

Vítima de perseguições e violações aos direitos humanos, os refugiados ingressam na paisagem jornalística com o ônus de ter perdido familiares, casa, carreira e a própria identidade ao longo da busca pela sobrevivência. Além disso, nem sempre têm conhecimentos técnicos que lhes garantam uma vaga no mercado de trabalho ou abertura cultural para inserir-se em uma nova atmosfera de hábitos e costumes. Para cada experiência em solo estrangeiro, têm a missão de reconstruir a vida e o papel de si mesmo, ao mesmo tempo em que precisam conviver com rótulos negativos que o acompanham naturalmente.

Em meio ao que está posto intrinsecamente na vida destes sujeitos, tessituras distintas se formam. Como indivíduo diferente dos demais, seja por sua cultura, aspecto físico ou social, ele vem ao país com uma identidade opaca e, aos olhos do nativo, chega ao território novo sem saber sua verdadeira função. É privado da ideia de futuro, porque não sabe o que pode ocorrer durante sua adaptação ao local novo. Vive cada dia do presente e é marcado por um passado que envolve narrativas voltadas aos maus tratos e à violência que um dia justificaram seus temores de perseguição ou sua fuga.

Elementos marcantes da relação de vida destes sujeitos os transformam em um “outro”, um “intruso” e não um estrangeiro que possa contribuir para o desenvolvimento social, econômico ou cultural de onde está vivendo. Ao contrário do migrante econômico, que pode ser uma representação de força de trabalho, o refugiado é colocado em uma realidade no qual é identificado como fugitivo e, em algumas vezes, foragido.

No campo do jornalismo, as pré-conceitualizações que peregrinam junto ao indivíduo são transformadas em apropriações e em textos. No trabalho jornalístico, são infinitas as possibilidades do uso da língua, e cada tipo de discurso das coberturas cristaliza um dispositivo de enunciação que lhe é próprio. Dentro dessa ótica, elementos como a violência, a morte e a proximidade são geralmente pinçados para um quadro de realidade jornalística, a partir daquilo que tomamos como critérios de noticiabilidade e que Hall (1984) conceitua



como as estruturas mais opacas do jornalismo, mas que apresentam um padrão geral bastante estável e previsível<sup>23</sup>.

Park (2008) leva a questão para o campo midiático, o que pode justificar o trabalho jornalístico nesta área. O autor constrói a tese de que quanto mais se eleva a tensão por meio da mídia, mais se estreita o limite do interesse das pessoas e se limita a esfera de acontecimentos a que o público responderá (ou interpretará). Sendo assim, em tempos de conflitos e diásporas, a palavra emerge como soberana de um estado social que promove pensamentos e ações voltadas para a guerra e para a violência – neste caso, contra os refugiados. Ao considerar que a linguagem é capaz também de lançar uma verdadeira batalha de nervos quando o cenário predominante não é o de paz, Wainberg (2007) complementa o pensamento afirmando que a escolha das palavras, a descrição dos cenários e o garimpo das falas a serem expostas pela imprensa atuam como verdadeiros soldados, capazes de lutar a favor do bem ou do mal.

Meios de comunicação como os jornais ainda influenciam na forma como as pessoas interagem umas com as outras. Eles transformam a natureza da interação social e fazem a difusão de bens simbólicos – cópias múltiplas de assuntos a diferentes receptores. As formas simbólicas produzidas dentro desse campo são inerentemente reproduzíveis e tornadas acessíveis a diversos receptores. Ou seja, dentro dos significados produzidos pela mediação do jornalista, os sentidos movem-se entre textos, que ganham caráter diferenciado através do tempo e do espaço, descritos por Thompson (1995, p. 299) como uma “quase interação-mediada”<sup>24</sup>. Tais significações transferem-se do público para o privado, do institucional para o individual, do global para o local, e vice-versa.

O autor considera dessa forma que é importante pensar nos meios de comunicação em relação a esses contextos sociais práticos, nos quais os seres produzem e recebem as formas simbólicas mediadas, e os localizam dentro do que chama de grupo de interação. De maneira prática, pode-se considerar a possibilidade de que se o trabalho jornalístico feito sobre o fenômeno do refúgio for composto por elementos enquadrados dentro de julgamentos

---

<sup>23</sup> Neste sentido, o conjunto de tais valores são os responsáveis por determinar se um acontecimento, ou um assunto, pode tornar-se notícia e transformar-se em material noticiável e apto para a “venda”. Wolf (1999) segue a mesma linha de pensamento, incluindo também duas vertentes de seleção: os critérios substantivos relacionados à avaliação direta do acontecimento (que incluem itens como a morte, a notoriedade, a novidade e a proximidade) e os critérios contextuais da produção da notícia (como a disponibilidade, a concorrência e a agenda do dia noticioso).

<sup>24</sup> Para Thompson (1995), é considerada interação aquilo que envolve a comunicação de umas pessoas com as outras e as respostas das mesmas, que podem se transformar mais tarde em laços de amizade, afeto ou lealdade. Ao considerá-la “quase mediada”, ele afirma que há a possibilidade de o fluxo de informação ser unidirecional, o que limita o poder de comunicação dos receptores com o comunicador.

negativos, como é o caso da relação do sujeito com a identidade de foragido e intruso, o receptor poderá receber o assunto de forma muito semelhante. Há a chance de a informação negativa ser reproduzida e multiplicada, o que dependerá de seu grau de conhecimento e envolvimento com o tema.

Em casos como este, o fluxo de comunicação tem sentido único, porque o veículo produz o conteúdo e não há a exigência de resposta imediata: não há grau de reciprocidade, e os sujeitos se ligam a ela por meio de processos de intercâmbio simbólico: “é uma situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes” (THOMPSON, 2011, p. 122).

Dentro deste esquema, deve-se considerar que Martín-Barbero (1992) amplia o conceito dizendo que comportamentos, atitudes, valores que marcam os grupos humanos são resultados também das mediações promovidas por núcleos familiares, amigos, partidos políticos e permanências discursivas – e não apenas do trabalho do jornalista. Assim, as narrativas de caráter jornalístico entram em tensão com um conjunto de signos e linguagens que circulam nas mais diversas relações sociais e culturais e auxiliam na construção do chamado senso comum.

As palavras constituintes dentre deste pensar coletivo são capazes de atingir esferas da vida do homem que inclusive mudam atitudes e opiniões. A incursão do trabalho jornalístico neste cenário comunicacional permite a organização dos fatos pelas palavras, sejam elas escritas ou faladas. Também deve-se considerar aí a transformação e circulação de significados.

Os significados mediados circulam em textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis, na paródia e no pastiche, no constante replay dos intermináveis discursos, na tela e fora dela, em que nós, como produtores e consumidores, agimos e interagimos, urgentemente procurando compreender o mundo, o mundo da mídia, o mundo mediado, o mundo da mediação (SILVERSTONE, 2002, p.34).

Rompendo os limites do textual, o jornalista, ao divulgar um acontecimento, apodera-se dele de maneira isolada e tem como ferramenta de trabalho a precíval mercadoria da notícia, que está relacionada ao inesperado e pode servir de orientação aos leitores.

Em circunstâncias normais – em tempo de paz e não de guerra ou revolução – a notícia tende a circular numa área mais ampla, à medida que os meios de comunicação se multiplicam. Mudanças na sociedade e em suas instituições continuam a ocorrer nestas circunstâncias, porém, pouco a pouco, e mais ou menos de modo imperceptível. Em outras condições – na guerra ou na revolução – as mudanças ocorrem violenta e visivelmente, de modo catastrófico (PARK, 2008, p.68).

A mediação não é assunto novo e sempre esteve incorporada ao trabalho jornalístico, sendo fundamental para a relação contínua entre produtores e consumidores da mídia, em atividades de engajamento e significados. Assim, o conjunto de palavras pode receber mais poder de sedução e mais ideias, de acordo com cada objetivo, o que futuramente pode levar a diferentes construções de opinião.

Seja no início da história dos jornais ou na época atual, é importante considerar o poder das palavras para o leitor. Dessa forma, revisar os procedimentos do dia a dia e enquadramentos utilizados faria diferença no produto final. O trabalho minucioso evitaria a produção de formas simbólicas distantes da realidade do refúgio, assim como, da parte da técnica jornalística, evitaria correções e informações distorcidas, que podem resultar em mediações catastróficas sobre determinados temas e a construção de opiniões equivocadas. Por si só, o trabalho jornalístico não possui capacidade de mudar os rumos das políticas que envolvem a questão dos refugiados. Contudo, ajuda a moldar o meio social e político em que brotam as atitudes e opiniões e pode incentivar mudanças e novos pensamentos. Ao ser delineada uma cobertura jornalística clara, fundamentada e bem sustentada, pode-se adotar tal entendimento.

O fundamento dessa subjetividade está no exercício da língua, que contém sempre formas apropriadas à sua expressão, e o discurso provoca a emergência da subjetividade. “O explícito no texto torna-se fragmentos de sentidos, indícios e rastros de uma verdade que está além dele. O texto se transforma numa coleção de pistas e sintomas que remetem sempre para uma fonte de sentido, a ordem onde se inscreve a consciência que o determina” (GOMES, 1993, p. 78).

Para Thompson (2011), a recepção desse tipo de conteúdo produzido pela imprensa faz parte de um processo hermenêutico e depende da interpretação que cada indivíduo fará, a qual estará relacionada às conjecturas, expectativas e vivências que já teve. Porém, como já mencionamos, as estratégias semânticas permitem a formação de diferentes realidades sobre o tema, provenientes do próprio trabalho do repórter, porque o profissional trabalha com aquilo que enseja o código, com procedimentos de seleção e de combinação que, articulados, vão se transformar em mensagens e, de maneira mais abrangente, em discursos sociais.

### **3.2 Enquadramentos e construção de realidades**

O conjunto de informações mensuradas pelo trabalho jornalístico transforma-se em memória coletiva à medida que é repetido e armazenado, sendo base para a formação de uma

atitude ou de sua mudança, segundo a qual as informações transitam em parte na relação entre mídia e receptor, em parte através dos chamados líderes de opinião (por meio de um duplo fluxo informacional), com os quais as pessoas estabelecem relações emocionais. É por este motivo que Elisabeth Noelle-Neumann (1995) afirma que os meios de comunicação são vistos como atores políticos que ora formam e ora deformam a opinião pública.

As informações que percorrem o fluxo comunicacional até o receptor, são, em tese, dados com significados relevantes, o que indica uma relação entre alguma coisa, uma ideia, um acontecimento. Informar tem origem no verbo latino *in-formo*, que, de acordo com Ilharco (2003), une as expressões *in* e *forma* para significar “dar forma” a uma coisa. Seria a imposição sobre uma ideia. Uma maneira de trazer para diante, para o horizonte, o significado de todo o referencial que cada um de nós está imerso, afetando no nosso comportamento.

Devido à capacidade de transcender tempo e espaço do presente, a linguagem estabelece ligações entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana e as integra em uma totalidade repleta de sentido. Os discursos jornalísticos neste sentido, de acordo com Berger e Luckmann (2009), tipificam experiências, que podem ser agrupadas em amplas categorias, as quais ganham sentido individualmente e coletivamente.

O processo de apoderamento daquilo que é oferecido só acontece devido à aceitação do indivíduo àquilo que lhe é dado. O jornal oferece a informação, os artificios, o conteúdo, a matéria-prima. O leitor participa dessa relação por meio de uma fala imaginal (vivências) e altera-o também por um objeto imaginal (ator social). Na percepção de Silva (2006), a imaginação colabora para o processo do fluxo de informação como uma distorção involuntária do vivido, aquela que emana do real, estruturando-se como um ideal e retornando ao real como um elemento propulsor. Além disso, cada mídia desenvolve um modo diferenciado de influência, dependendo, efetivamente, do grau de exposição do receptor e do grau de interesse que tenha pelo assunto.

Todo esse processo é feito também por meio de enquadramentos<sup>25</sup>, que seriam os responsáveis por dar sentido aos acontecimentos (SÁDABA, 2008). Ao lançar base consistente sobre o paradigma, Goffman (1986) o definiu como uma maneira na qual o sujeito percebe um fato. Seria, em outras palavras, um marco que designa determinado contexto da realidade e um esquema mental que é incorporado aos dados externos objetivos (do acontecimento neste caso). A organização da experiência passa então por marcos sociais e

---

<sup>25</sup> A teoria do enquadramento tem sua origem no desenvolvimento da chamada sociologia interpretativa e o termo foi usado pela primeira vez em 1955 pelo antropólogo Gregory Bateson. Na época, ele referia-se ao processo de recepção de mensagens no qual as pessoas se detêm a alguns aspectos da realidade para formar marcos interpretativos (SÁDABA, 2008).

esquemas mentais em fusão com os quadros (*frames*). Assim, o ser é capaz de montar uma base de significados sobre determinada realidade. De acordo com Sádaba (2008), os *frames* definidos por Goffman (1986) são formas transmitidas e compartilhadas pela sociedade através da qual se mira a realidade. A compreensão dos demais e do entorno passa por uma variedade de marcos estabelecidos com aquilo que interpretamos.

*El frame es la llave del orden interaccional. Es marco y esquema, producto de la interacción y, por lo tanto, un elemento dinámico. Cualquier acción cotidiana es comprendida en la medida en que se articula en los frames, de forma que el autor constata una preeminencia de la sociedad sobre el individuo (SÁDABA, 2008, p. 35).*

Os significados que nascem a partir dos enquadramentos feitos sobre a questão dos refugiados vão formar uma realidade interpretada e subjetivamente dotada de sentido na medida em que formam um mundo coerente. O profissional atua como um sujeito ativo quando ajuda a criar a realidade social, não lhe cabendo o papel de mero espectador ou transmissor, mas sendo coadjuvante de cada uma das suas interpretações do mundo social. Ou seja, assim que um significado é criado sobre a temática, ele ajuda a dar luz a uma nova realidade no entorno social. Dessa forma, as opiniões que se relacionam à complexa vida dos refugiados vão sendo tomadas como acontecimento.

Por isso, Goffman (1986) fala que a vida cotidiana é composta por elementos intersubjetivos, os quais conduzem os jornalistas a transferirem a prioridade de determinados temas e as características dos locais onde trabalham para a realidade que oferecem. Dessa forma, a cobertura jornalística ressalta aspectos e elementos particulares de cada questão, com um impacto subsequente na agenda pública.

O discurso produzido pelos jornais se converte em fontes culturais para compreender e falar sobre o assunto, e seus enquadramentos provém de mapas que indicam entradas diferentes e indicadores relacionados a pontos de vista do veículo e do próprio jornalista. A explicação se aproxima em parte da teoria da *agenda-setting*, de McCombs e Shaw (1972), que define os meios de comunicação como responsáveis diretos sobre aquilo que criamos em nossos pensamentos. Neste sentido, os veículos têm poder de influenciar em nossos sentimentos e memórias e essa imaginação impregna-se de sentido na medida em que damos significado a símbolos e signos do processo comunicacional.

De fato, para compreendermos símbolos e signos, deve-se considerar que os enquadramentos (ou marcos) são elementos nos quais as agendas são elaboradas e se situam dentro do âmbito da criação das notícias – dependendo dos critérios de noticiabilidade

inclusive. Logo, o jornalista enquadra e interpreta o mundo a partir de razões próprias e daquelas voltadas exclusivamente para os critérios de noticiabilidade, porque precisa fazer escolhas compatíveis com os desejos e necessidades do público. Em seguida, ele transfere este conhecimento para aquilo que chamamos de *agenda-setting*. Esta última, então, está relacionada à transferência e à acessibilidade.

Dentro da esfera jornalística, os enquadramentos utilizados pela imprensa passam por uma série de filtros até chegarem ao público e são decorrentes de rotinas jornalísticas<sup>26</sup> que incluem desde a escolha das notícias a serem publicadas até a ideologia dos veículos de comunicação que estão inseridos no dia a dia do jornalista. Também deve-se considerar que as notícias são elegidas e apresentadas de acordo com o perfil e a realidade do público (audiência). Tankard (1991) reafirma a teoria ao explicar que o enquadramento seria a ideia central organizadora do conteúdo das notícias que aportam um contexto mediante um processo de seleção, ênfase, exclusão e elaboração. Mais do que isso, os enquadramentos organizam a vida diária da sociedade e do jornalismo, que, na visão de Tuchman (1978), precisa desta técnica para suas próprias rotinas de trabalho e para transformar informação em acontecimento.

Deve-se considerar também que a importância de um fato é avaliada a partir das experiências do órgão de informação. Os valores-notícia constituem os critérios que não são ativados um a um, mas em conjunto e com hierarquias, e a composição dos noticiários é baseada em elementos pré-definidos (WOLFF, 1999).

Para Galtung e Ruge (1965), o que tem valor-notícia nem sempre é novo, mas é aquilo que cabe dentro de um enquadramento familiar. Este último exprime continuidade e está relacionado ao valor-notícia da consonância, e o significado de um fato é, muitas vezes, julgado antes, ao ponto em que o repórter é capaz de visualizar o que vai acontecer. Então, ele produz uma notícia que torna o resultado previsível. Neste sentido, Tuchman (1978) relacionaria isso ao fato de o jornalista buscar objetividade, o que é diferente da neutralidade. Entretanto, a zona entre a objetividade e a comodidade profissional tem espaços muito tênues.

No campo da rotina profissional, também encontraremos o uso de metáforas, exemplos, frases de efeito, representações e imagens visuais como dispositivos que aprimoram o uso da técnica do enquadramento dentro da perspectiva dos refugiados. A

---

<sup>26</sup> Todos os dias, uma centena de informações chega às redações dos jornais e passa por um crivo de escolhas até transformar-se em notícias e ser distribuída de fato aos leitores. As notícias, por fim, chegam também por meio de correspondentes, repórteres, informantes e agências de notícias. Assim, os modos, os processos e os hábitos já estão inseridos dentro daquilo que chamamos de rotina da produção jornalística. Na visão de Wolf (1999), o processo é complexo e incide além das escolhas subjetivas, procedimentos ideológicos e técnicos que já fazem parte do material genético do veículo no qual o profissional atua.

aproximação empírica oferecida por Tankard (2001) sugere também uma lista de mecanismos ou pontos focais de uma cobertura jornalística: manchetes, subtítulos, fotos, legendas, leads, seleção de fontes, citações, logotipos, estatísticas e parágrafos – todos trabalhando em consonância para criar múltiplas realidades sobre a causa a partir dos *frames*. Neste caso, eles ativam o conhecimento e estimulam choques de moral e de valores e criam determinados contextos, fazem julgamentos e dão sugestão ao tema.

### 3.3 A ideia da estigmatização

Para chegarmos a um entendimento sobre aquilo que compreendemos acerca dos refugiados devemos nos deter também nas categorizações que nos fazem perceber a divisão imaginária existente entre os de dentro da comunidade onde vivemos (ou nós, os nativos) e os de fora (eles, os estranhos). Esses últimos costumamos chamar de excluídos, que a própria origem da palavra, em latim *ex-cludo*, significa separar, impedir.

A exclusão, mostrada em forma de realidade pelos meios de comunicação, tem relação direta com a negação da diversidade cultural. O tema, como fundamento da democracia, é um fenômeno novo, embora sua abordagem apresente longa duração e seja marcada por conflitos (MATTELART, 2005). No plano midiático, estes indivíduos passaram a ser, além de estatísticas geralmente negativas, representações de que algo não vai bem no mundo. Por meio da imprensa, como já mencionado, as minorias e suas diversidades são noticiadas através de olhos ainda míopes.

Identificados por Bauman (2007) como frutos do capitalismo, os refugiados são algumas vezes descritos pela sociedade como uma legião de pessoas sem Estado, privadas de suas terras, dos locais de trabalho e das redes comunais de proteção. São aqueles que não conseguem acompanhar a velocidade das mudanças e das exigências e que terão sempre o rótulo do refúgio – mesmo que um dia percam oficialmente tal condição. São denominados pelo autor como “lixos humanos”.

Embora hoje o fenômeno cause mais impacto devido à velocidade do global e ao papel da mídia na divulgação do tema, deve-se considerar que a causa na qual detemos nossa investigação está permeada por estigmas, o que não é fato novo. Primeiro, deve-se entender que o uso da estigmatização em coberturas jornalísticas associa o refugiado como um indivíduo que ganha uma nova identidade e passa, de alguma forma, a ser desacreditado – é o clandestino, o fugitivo ou o foragido.

O fenômeno pode ser explicado debruçando-se no próprio trabalho da imprensa. Como produtora de conteúdo, ela ajuda a estabelecer modelos aceitos e adotados pela sociedade. Bhabha (2001) atenta para o freqüente uso do discurso colonial nas coberturas jornalísticas, que ajuda a fixar uma forma ideológica de alteridade. Ele diz que (2001, p.105) “é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca”. Dessa forma, o texto embasa suas estratégias na individuação e na marginalização dos personagens, produz um efeito de verdade probabilística.

Ao criar categorias por meio de enquadramentos, as quais as pessoas pertencem e se identificam, bem como seus atributos, os jornais oferecem à sociedade a possibilidade de as mesmas determinarem um padrão externo ao indivíduo e os relacionar à identidade de cada um. O estigma estabelece uma relação impessoal com o outro e, quanto maior a diferença entre o refugiado e o “nativo”, mais acentuado será o estigma e maior a problemática do sujeito regido pela força do controle social. O indivíduo passa a ser diferente, diminuído. Sem espaço e sem direito de resposta, é muitas vezes nomeado à clandestinidade e ao fato de estar comprometendo o desenvolvimento do local onde está instalado.

De modo prático, em uma análise sobre o trabalho da imprensa, Nash (2005) avalia, por meio de técnicas de análise crítica de discurso, que o olhar da imprensa sobre o fenômeno da migração tem dificultado a integração das minorias étnicas, porque trabalha com uma perspectiva estática e permeada por estigmas. A autora acredita que a imprensa atua contribuindo para a formação de discursos discriminadores, buscando a homogeneização de suas origens, crenças, religião e cultura, induzindo a práticas sociais de exclusão. Neste sentido, as palavras servem como o modelo de ideologia empregado por Bhabha (2001), uma vez que designam a realidade e, ao mesmo tempo, a constroem.

O conceito que tratamos aqui, na quase totalidade das vezes, se refere ao significado que Erving Goffman lhe atribuiu na obra lançada em 1963. O termo teria nascido na Grécia Antiga, quando os gregos o utilizavam para fazer menção a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou de mau sobre o status moral de quem os apresentava. Tais marcas eram corporais, feitas com cortes ou com fogo, e identificavam o sujeito conforme sua característica.

Durante a era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro se referia a sinais corporais de graça divina os quais tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a tal representação religiosa referia-se a sinais corporais provenientes de distúrbios físicos (GOFFMAN, 2008). O conceito que vemos hoje,



entretanto, é substancialmente mais amplo e considera estigmatizantes características que não são necessariamente físicas ou visíveis. Quaisquer que sejam e que não se identifiquem com o quadro de expectativas sociais acerca de determinado indivíduo podem caracterizar-se como tal. O estigma é, então, a situação que o indivíduo vive na qual está inabilitado de ser aceito socialmente. O meio social, neste caso, é um fator determinante para a geração, percepção e perpetuação do estigma, assim como a história e a cultura, considerando todas as categorias e pessoas que os compõem, como confirmam Siqueira e Cardoso (2011).

Voltando a questão para os refugiados, pode-se afirmar que é uma condição natural que estes sujeitos não se sintam compatíveis com a sociedade em que foram inseridos. Os estigmas que carregam podem os afastar ou os limitar da inserção plena. Além dessa possibilidade, as coberturas jornalísticas geralmente colaboram para reforçar este sentimento, porque se detêm a detalhes que enfatizam as fragilidades do personagem, perspectiva que aprofundaremos no capítulo seis.

Autores como Pereira e Bizerril Neto (2008) adicionalmente observam que receber a categorização de refugiado é, em si, um sinônimo para a exclusão, porque a palavra já pode vir incrustada, em seu significado, de uma série de estigmas – dependendo do contexto sociocultural local. Então, se dentro de um panorama normal já existe a tendência de classificar os integrantes locais (nativos) em escala ascendente e constante, logo, os “de fora” tornam-se ainda mais marginalizados naquele contexto.

A conceituação (ou estereotipização, contribuição da autora) também influencia no processo de estigmatização destes sujeitos. Neste caso, os estereótipos podem tanto facilitar as trocas sociais entre sujeitos e grupos como também podem servir para segregar e isolar outros, gerando conflitos e desentendimentos. Este sistema subjetivo de percepção pode ser o núcleo da tradição pessoal que permite ao indivíduo a defesa de uma posição na sociedade. Para Lippmann (1964), é um retrato do mundo mais ou menos constante no qual adaptamos nossos costumes, gostos, capacidades, crenças e esperança. Assim, de forma não neutra, os estereótipos podem funcionar como estratégias de conhecimento, porque é uma projeção de nossa consciência e do nosso lugar no mundo.

De modo mais prático, são os estereótipos que ordenam a imagem do mundo, onde hábitos, capacidades e esperanças se ajustam entre si. Dessa forma, podem ser considerados recortes simples do mundo, criados a partir de elementos cognitivos e afetivos, os quais permitem defender pontos de vista diante a sociedade. Tal simplificação dos fatos complexos traz retenção à memória de sujeitos variados, enquadrados em categorias. Portanto, a informação, por vezes, tem simplesmente o significado do que é dito nas notícias, e sua

essência fenomenológica é revelada, ou poderá ser revelada na palavra que aponta a coisa em causa.

Ao considerar que a imprensa contribuiu para uma imagem massiva das diferenças, Canclini (2002) afirma que os jornais insistem principalmente nos estereótipos formados historicamente, demonstrando estabilidade e fixidez. Em outras palavras, tendem a imaginar os cidadãos em um lugar subordinado que reproduz ordem.

Quando a imprensa tenta dar características específicas aos refugiados, promove a divulgação dos estigmas já existentes e ordena uma série de outros elementos que são adicionais a esta condição. Parte disso foi percebido na pesquisa de Pereira e Bizerril Neto (2008) quando avaliaram, por meio de uma pesquisa etnográfica, as experiências de vida de refugiados instalados no Brasil. Os sujeitos participantes sentiam-se excluídos dentro da sociedade em que viviam e, mesmo aqueles que relataram não sofrer preconceito constantemente, afirmaram a existência do estigma, variando de um sujeito para o outro.

A maioria, sob esta análise, optava por não se declarar refugiado ou considerava-se imigrante ou estrangeiro, termos mais aceitáveis para a comunidade em geral. Possuir uma identidade refugiada equivale a ser parte de uma espécie em desvantagem, vitimada, e de uma entidade especialmente delimitada. Tudo o que é compartilhado – língua, histórias, costumes – marca diferenças nítidas em relação aos demais (CANCLINI, 2008). Talvez por este fato e por a imprensa reafirmar rótulos e estigmas, deve-se considerar em nossa análise a hipótese de que muitas vezes estes sujeitos participam de reportagens de assuntos diversos mas não se identificam como tal.

O pesquisador Van Dijk (2012), vai além ao investigar as práticas discursivas relacionadas aos migrantes. Quando analisa o estigma do racismo na cobertura jornalística, nos dá pistas sobre o que ocorre nos jornais analisados nesta pesquisa: as minorias geralmente representam uma diferenciação com a massa de leitores e, sob o olhar do jornalista, são expostas de maneira desigual, porque o profissional costuma se identificar com integrantes de um grupo “superior”. Nestes casos, aquele que parece diferente é tratado como tal.

A partir de discursos que tendem a enfatizar os pontos negativos dos deslocados, textos jornalísticos que tratam a questão do migrante – sob o aspecto das migrações, principalmente voluntárias – vêm sendo investigados na academia com periodicidade e profundidade. Montúfar (2007) aponta o uso de estigmas como estratégia de uma perspectiva conflitante do trabalho jornalístico. O drama, os males sociais e a violência constituem-se como notícia fundamental que reforça a identidade fragilizada de quem chega.

A visibilidade do estigma, então, constitui um fator decisivo, e aqueles que convivem com o estigmatizado ou o acompanham em sua vida cotidiana têm um papel importante, pois podem exercer influências na apreensão da identidade social do indivíduo. Estigmatizada, esta identidade pode ofuscar outras realidades do sujeito e evitar sua integração no local de desembarque. O resultado é a deterioração da sua identidade social, enfatizando as marcas e os desvios, ocultando o caráter ideológico e ruim dos estigmas. A sociedade, então, impõe a rejeição, e pode levar à perda da confiança pessoal em si e na sociedade. Na visão de Bauman (2009), é a construção do medo no território: promovendo sentimento de rancor ao estranho, deixa-se claro que as pessoas excedentes são uma ameaça e, por consequência, não são bem-vindas.

Nesse processo de luta entre a visibilidade dos excluídos e os procedimentos nos quais está inserido o jornalismo, todo texto produzido é divergência, apropriação, reinterpretação, releitura da realidade. É uma suposição do real. Narrador dos fatos, o jornalista é um decifrador de quebra-cabeças de práticas sociais e ajuda a montar mosaicos para o leitor. Dentro daquilo que sabemos sobre mediação, é considerável percebermos também a existência de um conflito ideológico, travado entre questões que relacionam o Oriente e Ocidente e que, nem sempre, são percebidos de modo pacífico. Tais questões podem se refletir diretamente na forma como os jornalistas produzem seus conteúdos e como o público os recebe.

Deve-se reconhecer que as explicações sobre parte da rivalidade, que ganha fôlego com a atuação da imprensa, estão baseadas em discursos da própria história, que refletem as diferentes trajetórias das migrações. As primeiras divisões entre Ocidente e Oriente nos remetem aos primórdios das sociedades que conhecemos hoje, momento em que o povo que vivia na Península Arábica passou a ser tido como uma ameaça aos europeus, principalmente após campanhas para a expansão de seus domínios por novos territórios, os quais eram comumente habitados por cristãos e que se deu por árabes que professavam o islamismo.

Com a chegada dos árabes à Península Ibérica, a coexistência entre muçulmanos e católicos passou a gerar preocupação dos intelectuais lá residentes, os quais passaram a dar publicidade a lendas depreciativas e injuriosas contra os povos árabes, com o objetivo de “combater uma possível influência dos dogmas muçulmanos em seu próprio seio, ou seja, na fé cristã” (CASTRO, 2007, p. 21). Assim, passou-se a criar estereótipos, imagens depreciativas deste povo, o qual foi considerado pelos cristãos como seguidores de pregações hereges de Maomé e que possuiriam entendimentos morais questionáveis, como, por

exemplo, a busca pela morte em uma guerra santa, o que lhe garantiria acesso ao “paraíso” almejado.

A visão distorcida a respeito dos povos árabes consolidou-se com o fracasso das campanhas europeias das Cruzadas, imputando a eles a imagem de um povo violento, beligerante e conflituoso, sendo tais imagens reforçadas durante o período do Iluminismo e do Romantismo, período, este, que se deu a partir da metade do século XVII até o final do século XIX, focando a problemática em duas áreas: sexualidade e violência.

Diante de tais noções e conceitos previamente estabelecidos e que retratavam o “oriental”, Said (2007) constata que, em muitos casos, as noções ocidentais acerca do Oriente são completamente distorcidas da realidade apresentada pelo oriente real. Seus estudos tiveram como principal ponto de partida o crescente interesse da mídia ocidental nas questões orientais durante o período dos anos 1967 e 1973 e dos conflitos bélicos entre árabes e israelenses. Entretanto, ao analisar a produção midiática existente, o autor percebeu que a mesma se mostrou débil e retrógrada, não apresentando qualquer relação com sua história. Assim, seu trabalho serviria para tentar buscar um novo posicionamento para o Oriente, passando a ser o interlocutor, não apenas um silencioso e inerte outro.

Dessa forma, o orientalismo se constitui como tradição acadêmica influente, podendo ser considerado uma área de interesse definida para pessoas que têm o Oriente como um tipo de conhecimento específico, acerca de lugares, povos e civilizações específicas. É possível entender, portanto, que o termo cunhado por Said (2007) é, em linhas gerais, um conjunto de conceitos e contextos criados pelos ocidentais acerca dos povos do Oriente, gerando supostas ideologias e estereótipos a partir de premissas oriundas de uma visão fundamentada em julgamentos baseados em valores ocidentais.

Assim como nas relações interpessoais, a imprensa ocidental há tempo apresenta as influências desta visão. Exemplos não faltam: é possível verificar que, nos início dos anos 80, duas décadas antes dos ataques terroristas de 11 de setembro contra os Estados Unidos, a mídia internacional apresentava árabes e muçulmanos como “terroristas em potencial”, sendo inegável a influência sobre os demais órgãos de imprensa, propagando, cada vez mais, o estereótipo delineado séculos atrás, voltado para a violência, bem ao emprego de generalizações, baseadas em fragmentos da cultura do Oriente, como alguns fundamentos do islamismo que, por si só, não representam o chamado “mundo islâmico”, muito mais amplo e diversificado (SAID, 2007).

Um exemplo consistente a respeito da criação de estereótipos e conceitos prévios dentro do chamado orientalismo é o apontado por Castro (2007): a veiculação de notícias após

o atentado contra um prédio na cidade de Oklahoma, atribuindo a autoria a um suposto cidadão oriundo do Oriente Médio, quando, na verdade, tal ato fora perpetrado por um cidadão norte americano, branco e católico, não possuindo qualquer vínculo com a cultura árabe ou islâmica. Outro fato que pode ser mencionado diz respeito às coberturas da imprensa norte-americana logo após os atentados em 11 de setembro de 2001, nas quais, algumas vezes, as definições de árabes e muçulmanos foram apresentadas como equivalentes, bem como reforçando os estereótipos de violência já relacionados aos mesmos (CASTRO 2007).

Sobre a época, Chomsky (2002) lembra que o *The New York Times*, jornal de referência mundial, publicou até mesmo um editorial do respeitado intelectual Michael Walzer, convocando uma campanha ideológica que abarcaria justificativas do terrorismo e as repudiaria. O anúncio teria sido um convite à histeria internacional, acompanhada pelos principais veículos de comunicação do mundo, que se renderam aos rótulos que relacionavam terroristas aos povos do Oriente – principalmente aos afegãos, que na época viviam sob o domínio talibã de Osama Bin Laden, suposto mentor dos atentados. “Estados Unidos es la mayor potencia mundial. Tiene una fuerza militar y otras formas de poder abrumadoras. Tiene un impacto determinante sobre cualquier cosa que ocurra en la historia mundial contemporánea” (CHOMSKY, 2003, p. 47).

Neste contexto e em tantos outros, a imagem que possuímos acerca dos Oriente Médio construiu-se vinculada à violência e ao fundamentalismo ideológico e religioso apontados pelos enquadramentos da imprensa. Há a falsa impressão de brutalidade de tais povos, bastando-se, unicamente, a tratar todos os países da região como se fossem um único Estado, com uma mesma ideologia social e religiosa. Tal modo de agir resulta, por conseguinte, na criação de estereótipos errôneos e limitados, desprovidos de qualquer contextualização.

Parte deste pensamento é pulverizado em diferentes pontos do mundo por meio das agências internacionais de notícias, as quais controlam hoje cerca de 70% a 90% do noticiário dos meios de comunicação. *Associated Press* (AP), *Reuters*, *EFE* e *France Presse* são as líderes neste seguimento e geralmente entregam suas produções com o viés ideológico dos locais de origem – Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e França, respectivamente. Todas selecionam o que deve ser destacado no noticiário e dão prioridade à cobertura pautada por clientes deste primeiro escalão, que ajudam a selecionar enquadramentos e perspectivas sobre os temas, principalmente a partir de uma visão política e econômica (ESPIRIDIANO, 2011).

Como uma forma de resposta à criação de um conjunto de conceitos, contextos e estereótipos no Ocidente sobre o Oriente, surge algo semelhante a respeito dos ocidentais, criado pelos orientais e definido como ocidentalismo. Tal ideia demonstra a repulsa aos

padrões ocidentais, como a cidade “metropolitana”, o liberalismo político, o capitalismo e o comércio livre. Assim como o orientalismo se originou da tentativa de barrar a influência da cultura árabe e islâmica sobre o cristianismo europeu, o ocidentalismo tem como origem o combate aos padrões comuns da globalização e a busca por uma sociedade com unidade racial ou espiritual e um Estado religiosamente puro, de acordo com os ditames do islamismo.

Segundo Ian Buruma (2006), a ideologia teve como ponto de partida o fracasso da política secular dos países do Oriente Médio, muitas vezes, governados por líderes corruptos que, aos olhos de religiosos radicais, teriam se deixado influenciar pela decadência moral ocidental. Ao criticar as teorias de Said (2007), o ensaísta holandês diz que os ocidentais mais engajados são, na maioria, pessoas que tiveram contato com influência ocidental e que conseguiram formular um espírito crítico sobre o local onde viveram – como exemplo, alguns dos terroristas que realizaram os ataques de 11 de setembro de 2001. O autor especula que tais demonstrações de repulsa podem ter origem na frustração da imigração pela qual passaram. As elevadas expectativas econômicas e sociais criadas, no sentido de um possível sucesso no Ocidente, não se concretizaram e se transformaram em sensação de desprezo e humilhação.

Semelhante ao orientalismo, o ocidentalismo se propaga não apenas nas relações interpessoais, mas também através da utilização da mídia para atingir um maior alcance entre os cidadãos, causando, da mesma forma, a manutenção de estereótipos acerca do ocidente. Chomsky (2002, p. 89), entretanto, acredita que a ideia deste termo cunhado contra os ocidentais nada mais é que uma conveniência do Ocidente para justificar uma série de sentimentos contrários aos Estados Unidos, “do qual as células islâmicas terroristas podem se abastecer”.

Não somos testemunhas de todos os fatos e não vivenciamos todas as situações para sabermos exatamente qual a versão mais próxima da verdade, por isso, como já afirmamos, a linguagem constrói representações simbólicas que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana. Nas palavras de Ilharco (2003), ela se transforma na essência do homem, enquanto o fenômeno da informação abre portas para a reflexão, cria realidades inteiramente novas, tornando possíveis experiências novas. Assim, abre-se um leque para possibilidades até então não imaginadas.

Portanto, as observações pontuadas já colaboram para mapearmos a construção jornalística do refúgio no Brasil. Com pouco conhecimento sobre o tema, os veículos costumam pautar-se pela produção jornalística já existente e pelo suposto interesse da audiência – que nem sempre corresponde àquilo que está interessada. Aqui vale a conceitualização das escolas de jornalismo que reafirmam a máxima: *bad news is good news*.

Partindo da premissa de que as palavras envolvem e encantam, as mesmas podem ter efeito potencializado sobre o público. Embora a recepção do conteúdo faça parte de um processo hermenêutico que depende da interpretação de cada um, se os jornais oferecerem recursos de informação que seguem um mesmo padrão, nos quais o refugiado é apresentado negativamente, será construído para o público um imaginário social fragilizado.

Para ajustar a dose de acidez das coberturas, o profissional deve perceber as diferentes facetas do tema. É, neste mundo da simplicidade e do humanitarismo, que a mídia opera de maneira mais significativa, porque ela filtra e molda realidades cotidianas, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum.

Sob esta perspectiva, ações de comunicação voltadas para a paz, para a alteridade e para o humanitarismo seriam capazes de desacelerar o pessimismo sobre conflitos e minorias. É no sentido de trabalhar a palavra e o poder delas que o jornalismo deveria atuar. Para isso, sugere-se maior aprofundamento na temática, divulgando um olhar sobre a vida de todos os envolvidos, sem excluir características de identidade e cultura. Para que os primeiros passos sejam dados, seria necessária também uma mudança nas rotinas jornalísticas – o que exigiria dos jornalistas mais tempo de produção e pesquisa – fator nem sempre possível. Uma alteração em paradigmas pré-postos da profissão seria a chave para uma compreensão mais ampla sobre o tema e a quebra de um padrão já adotado pelas redações brasileiras.

Alguns pesquisadores já versam sobre o tema sob diferentes pontos de vista. Para Van Dijk (2012), a atuação jornalística sobre aqueles viajam para outro país em busca de lar, emprego e uma vida melhor costuma ser racista. Sob tal perspectiva, os discursos veiculados e produzidos por uma elite simbólica (que seria composta pelos jornalistas) estão relacionados a um padrão midiático no qual o “outro” é traduzido como um elemento estranho, principalmente quando vêm de uma minoria racial.

Os casos elucidados ajudam a compor este mosaico que é o fazer jornalístico e que pode envolver a predileção pela violência e pela espetacularização do indivíduo. Hackett (2006) nos desafia na reflexão sobre o assunto quando afirma que mais de um elemento é capaz de influenciar no trabalho jornalístico. Assim, para obter o produto entregue ao público, deve-se considerar a subjetividade do repórter no momento das escolhas, a influência das empresas midiáticas e suas ideologias, além das rotinas jornalísticas, as quais, muitas vezes, fazem com que o repórter assuma valores diferentes dos seus.

De modo geral, ao selecionar os enquadramentos, o profissional emprega ali “novos valores”, que liga um julgamento noticioso às considerações da audiência. Tudo isso estaria diretamente ligado à retórica e à estrutura da narrativa.

Por fim, Hackett (2006) leva em consideração o modelo do jornalismo como campo, a partir de estudos de Foucault e Bourdieu, que compreendem a mídia como uma esfera institucional autônoma, que articula relações de poder, conhecimento e produção de maneira mais expansiva. Influente e engajado nos anseios do capital simbólico (a acumulação de prestígio e celebridade) e do capital cultural (formas de conhecimento cultural), o jornalista é capaz de criar categorias do mundo que adquirem um nível grande de realidade e influenciam no curso das lutas sociais e nos movimentos que levam a paz.

Embora a própria profissão esteja de alguma forma atrelada ao papel social e promotor da cidadania, o jornalista e as empresas de comunicação se assumem, de modo inato, como integrantes de um ciclo de interesses e tradições, voltados, algumas vezes, à violência, ao drama e ao espetáculo. A imprensa não só reproduz discursos, mas os constrói a partir de enquadramentos garimpados conforme valores predefinidos e que têm a ver com fatores que envolvem políticas corporativas e comerciais. O resultado final tem o mérito de produzir encantamento, imagens e um quadro da realidade que, como já falamos anteriormente, é uma construção da realidade. A partir da porção veiculada, uma série de itens passa a fazer parte do pensamento do público, que o ajudará a formar opiniões sobre determinado assunto e atitudes.

Dessa forma, mudar métodos relacionados à produção da informação requer coragem, o que não implica a perda de qualidade do produto oferecido. Mudar a concepção de cobertura jornalística sobre refugiados, buscando pontos de vista menos belicosos e mais informativos, é fazer um refinamento da história a ser contada. É o que propõem a teoria do jornalismo para paz, que veremos em seguida.



#### 4. TERRITÓRIOS DE PAZ OU DE GUERRA

*A existência do outro como tal pode me colocar em perigo? Pode, sob uma condição: a de que, nos recessos mais profundos da fortaleza egocêntrica de alguém, uma voz repita suave, mas incansável: “Nossas paredes são feitas de plástico; nossa acrópole, de papel machê”.*  
Cornelius Castoriadis

Muito se fala a respeito das diversas maneiras de se buscar paz entre cidadãos, contudo, o termo é constituído por significados diversos e amplos que passam por distintas áreas do saber. Embora alguns autores trabalhem com concepções filosóficas sobre o sentido da paz de maneira negativa, uma afirmativa é comum e possível sobre a temática: a paz não pode ser considerada uma ausência de guerra, assim como não é unicamente o contrário da violência. Deixar de enfrentar o inimigo não a constitui, porque o conceito requer também a certeza de estabilidade e humanização.

Antes de se buscar um conceito adequado ou mais próximo de uma realidade aplicável, deve-se ter como ponto de partida uma consideração apontada por Thomas Hobbes: o homem, em sua natureza, é dotado de instinto voltado à violência, frequentemente beligerante com seus iguais. Partindo-se da premissa, vislumbra-se que o modo de convívio em sociedade e em ordem é oriundo de convenções formadas entre os homens, dentre elas, a criação do Estado, personificado por Hobbes, em sua obra “Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil”, de 1651, pela figura do ser bíblico com o mesmo nome, a fim de representar um poder superior ao dos homens, o qual lhes retiraria do “estado de natureza”, alçando-os a uma situação de ordem social, que se originou na disposição dos cidadãos em abrir mão de partes de sua liberdade “natural”.

Ao escrever *A Paz Perpétua*, em 1795, o filósofo alemão Immanuel Kant (1989), em total consonância com o pensamento hobbesiano, considerou o estado de guerra muito próximo à natureza humana, o que afastava o homem das possibilidades de uma pacificação voluntária. Por isso, levou à ordem do pensamento reflexivo a ideia de perpetuação do termo, porque acreditava que a razão teria mais força que o poder e era capaz de condenar a guerra como um procedimento. Nesse sentido, com o uso da razão, o estado de paz torna-se um dever imediato que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem a anuência dos povos, formando uma espécie de contrato.

Em linhas gerais, o autor destaca ser nossa obrigação buscar a paz, mas o ideal seria que este “contrato” sugerido fosse feito por meio de uma liga especial, “que deveria ser distinta do tratado de paz, o qual simplesmente procura pôr fim a uma guerra” (KANT, 1989, p. 41). A denominada “liga de povos” seria, portanto, resultado de um contrato mútuo entre Estados livres, aliados por objetivos e compromissos comuns, com direitos e deveres recíprocos. Assim, haveria condições de se criar a liga pacífica que, aos poucos, congregaria todos os Estados, tornando possível o desejo das pessoas, amparadas por suas constituições e pela vontade de atingir um estado de paz perpétua, isto é, duradoura. É importante ressaltar que a “liga” não buscaria qualquer forma de interesse em aquisição de potência de Estado, apenas à conservação e garantia da liberdade dos signatários do “contrato”, sem, contudo, haver qualquer meio de coerção para tal fim.

A paz perpétua, então, deve ser entendida como um processo no qual todos precisam ser preparados, educados, e exige um investimento no cultivo da razão. Ao afirmar que não é um estado natural, mas um esforço que exige negociações, o autor sinaliza que ela é possível de ser alcançada a partir da esperança e da educação, considerada o fio condutor para a mudança de atitudes das pessoas. Em todos os cenários de convivência humana, é inegável a possibilidade de um conflito, com uma dimensão bem menor do que aquela de uma guerra, mas que pode se generalizar para toda uma sociedade devido ao seu poder de sedução.

Embora o estudo do filósofo alemão remonte o século 18, a temática e a discussão mantêm-se vivas no tempo. Há, na esfera do pensamento kantiano, o desejo de exercer a cidadania como uma forma de desencorajar a desigualdade e promover o compromisso com a paz. Na sociedade contemporânea, embora o cenário do conflito seja gerador de notícias porque aponta interesses em disputa, é latente a inclinação para a implantação de uma paz mundial. Emerge, sem dúvidas, uma visão proativa em nome da manutenção da ordem social e do reconciliamento de diferentes culturas, economias e territórios que vivem em constante conflito.

Fortemente divulgada nos últimos anos, a corrente pela paz recebeu vigor no século 19, com as sociedades que buscavam a prática e o conceito das pacificações. Entretanto, as ideias foram principalmente fomentadas no século 20, quando algumas guerras, como a mundial e especialmente a do Vietnã e do Iraque, exigiram um reposicionamento político e social do mundo.

Por existir diferentes linhas de pensamento no entorno da palavra em questão, deve-se reconhecer que, como um termo completo e multifacetado, a paz é difícil de ser definida. Decorrentes da *pax Latina*, a paz no mundo ocidental é geralmente considerada uma relação

contratual que implica o reconhecimento mútuo e concordância. No *Glossary of Terms and Concepts in Peace and Conflict Studies* (MILLER, 2005), a palavra é uma condição política que garante a justiça e a estabilidade social por meio de práticas e normas. Para alcançar este nível, precisa manter um equilíbrio com o poder político e sociedade, assim como refletir ações de transparência e responsabilidade.

Por óbvio, o conceito essencial está diretamente vinculado à noção de guerra/violência, causando, assim, a necessidade de não apenas traduzir a paz, mas, da mesma forma, buscar uma conceituação acerca do que significa, de fato, a guerra e a violência. Inicialmente, temos em Bobbio (1998) a noção de que o termo “guerra” é, de forma genérica, o contato violento entre entes que, embora sejam semelhantes, possuem grandes distinções e que poderia dar-se também por meio de força armada, o que veio a reduzir o espectro de abrangência do referido conceito.

Trazendo tal visão para os dias atuais, tem-se a necessidade de se considerar o fato de que a “força” pela qual se causa a dita violência não mais se configura, apenas, no âmbito militar, mas, também, econômico, psicológico e afins. Significa, em linhas gerais, a intervenção física e voluntária contra um indivíduo, um grupo, uma estrutura ou, até mesmo, contra o ator, com o intento de destruir, ofender ou coagir a vítima na qual tal ato é perpetrado. Os atos de violência podem tanto se dar de forma direta, quanto o causador atinge, diretamente, a estrutura física e social de sua vítima, ao passo que, ao ser atingido o ambiente físico onde ela se encontra, estamos diante de um ato indireto de violência.

Ao apontar novas maneiras de como o conceito pode ser aplicado, Bobbio (1998), também elevou seu pensamento para a possibilidade da chamada “paz interna”, ou seja, a cessação de conflitos entre comportamentos, paixões ou interesses de alguém, vinculados à moral – neste caso, seu estudo seria uma incumbência habitual dos moralistas. Em uma segunda conceitualização, a chamada “paz externa”, tida como a solução de conflitos entre os atores, estaria vinculada diretamente ao Direito e seria objeto de estudo de juristas e demais pesquisadores envolvidos com as questões da sociedade.

De maneira geral, o conflito é gerido à medida que os efeitos da violência que ele arrasta são contidos e atenuados pelos adversários ou por terceiros. A atitude de resolvê-los é entendida como a aplicação de métodos de negociação e de mediação por terceiros, visando desarmar o adversário. As soluções devem satisfazer todas as partes envolvidas e terminam quando há um acordo entre os protagonistas, ideia que segue a linha kantiana.

A fase violenta do confronto pode se dar por encerrada quando há um acordo entre os protagonistas, o qual, conforme o pensamento kantiano, se baseia em uma confiança recíproca

criada entre os atores, ao não se valerem de hostilidades que a tornasse impossível. É neste momento que é possível verificar que as causas profundas do desentendimento deixam de agir, e o comportamento dos adversários deixa de ser belicoso. Em vez do conflito, temos a possibilidade da paz durável, uma espécie de reconciliação.

Portanto, a consolidação da paz exige a conversão das elites e dos dirigentes, anteriormente em conflito. Para David (2000, p.381), “o caminho da consolidação da paz é longo e sinuoso; transformar os senhores da guerra em senhores de paz exige, com efeito, uma boa dose de realismo e paciência”. Na sua concepção, alguns conceitos surgem ao longo da trajetória: a paz realista se assenta em relações de poder, dominação e, até mesmo, de recusa à força; é precária, estatal e militar. O que ele chama de “paz liberal” reconhece a centralidade do Estado, mas entende que os atores não estatais podem ajudar as relações interestatais, construindo um sistema internacional liberal.

Há também a possibilidade de uma paz democrática, que defende a ideia que as democracias não se combatem. Quanto mais a democracia estiver institucionalizada, maiores são as hipóteses de resolver problemas pela via do compromisso e da negociação. Na democracia, ainda que os cidadãos ajam sob o manto do individualismo, as instituições estatais os fazem atuar em prol dos “negócios públicos”, tirando-os de seus interesses unicamente individuais. Desse modo, “os homens passam a tratar assuntos comuns entre si e percebem assim, que não são tão independentes dos seus semelhantes” (GORDO, 2007, p. 94). Sob tal perspectiva, é difícil dizer se a paz traz a democracia ou o contrário.

O que é garantia, entretanto, é a necessidade de promover segurança e circunstâncias favoráveis para que a democracia seja mantida e a sociedade retome suas condições socioeconômicas. Dessa forma, a paz seria requisito necessário para a harmonia, assim como para a existência social em geral e para a felicidade pessoal em particular.

Para tornar esta harmonia possível, a busca por sua consolidação passa pela necessidade de utilização de meios técnicos e acadêmicos. E é, neste campo, que surgem os chamados estudos para a paz (*peace research*), os quais podem ser conceituados como atividades científicas interdisciplinares e multidisciplinares que se preocupam em evidenciar condições de uma paz estável e duradoura no mundo, bem como de averiguar em que medida e de que maneira tais condições se podem tornar realidade (BOBBIO, 1998).

Algumas referências bibliográficas estrangeiras sugerem que tais estudos se transformaram em disciplinas acadêmicas apenas nas últimas décadas, e que, até então, eram praticamente negados dentro do cenário de investigações que cuidava de guerras, conflitos e

relações internacionais. Cortright (2008) indica que, até a II Guerra Mundial, não havia registros de programas acadêmicos que promovessem tal linha de pesquisa.

Para muitas vertentes, o interesse na área era proveniente de preocupações religiosas e ocorreu com atraso, porque apenas no século 19 algumas sociedades começaram a pensar em processos que poderiam evoluir em paz ou que a justificasse. Com o processo lento, somente no século seguinte, é que os movimentos pacificadores ganharam fôlego, assim como as campanhas pelo desarmamento, os movimentos pela rejeição do uso da força e a necessidade de sistemas construtivos para resolver questões praticamente insolúveis.

Os fundadores dos primeiros movimentos são europeus e criaram institutos de pesquisa por volta das décadas de 50 e 60. Entre eles destacam-se o *Peace Research Institute* de Oslo (Noruega), o *Department of Peace and Conflict Research* da Universidade de Uppsala (Suécia) e o *International Peace Research Institute*, de Estocolmo (Suécia). Nos Estados Unidos, a valorização da área deu-se após a guerra do Vietnã e em resposta à produção de armas nucleares, na década de 80.

De maneira geral, o estudo da paz é também uma história de ação social e um exame dos movimentos sociais e do desenvolvimento intelectual. Atua com a intenção de compreender vertentes que trabalham em nome da desorganização, da ameaça, do medo e do uso da força (seja ela física ou psicológica). Entre os assuntos estudados estão conflitos armados, guerras, genocídio, terrorismo, violação dos direitos humanos e a construção de sistemas de paz.

A agenda do *peace research* é crítica, pluralista, idealista e normativa. Preocupa-se principalmente com a causa dos desentendimentos e acredita na possibilidade da instauração da paz mundial e na eliminação de guerras e conflitos armados. Ao analisar o caminho percorrido pelos pesquisadores ao longo dos anos, podem ser consideradas quatro fases fundamentais, marcadas primeiramente pelo trabalho de precursores que se inspiraram nas reflexões de Marx e Engels. A produção remonta os anos de 1900 a 1945 e tem abordagens relacionadas ao capitalismo e ao imperialismo. A temática da resolução dos conflitos foi iniciada por Mary Parker Follet e por Quincy Wright (1942), que abordaram principalmente a perspectiva de prevenir os horrores da guerra.

A segunda fase, de 1946 a 1969, caracteriza-se pelo lançamento das fundações institucionais do campo de investigação e é a época em que há a primeira ebulição do pensamento sobre o assunto. Assim foi criado, em 1957, no Michigan, o *Journal of Conflict Resolution*. Em 1960 e 1966, respectivamente, nasceram os Institutos da Paz em Oslo e de

Estocolmo. O ano de 1964 marca outro importante acontecimento na área da pesquisa, com o lançamento do *Journal of Peace Research*.

Outro momento importante nesta fase é a fundação da escola de *problem-solving* (resolução de problemas) pelo australiano John Burton (1972). Inspirado em estudos de comportamento no meio industrial, ele conclui que os conflitos são menos provocados pelas condições materiais do que pela ausência de comunicações, pela presença de más experiências, por expectativas não cumpridas e pelos bloqueios psicológicos dos protagonistas.

Deve-se considerar também a fase que compreende os anos de 1970 a 1989, pontuada como terceiro momento, que consagra a proliferação de estudos sobre mediação e negociação. A partir daí, emergem trabalhos sobre a edificação da paz, assim como estudos sociológicos sobre as causas dos conflitos. Durante os anos 1980, surgem novas instituições especializadas na mediação e na resolução de conflitos, como é o caso da primeira universidade da paz da ONU, implantada na Costa Rica, em 1980. O desenvolvimento dos núcleos de estudos acelerou a tal ponto que hoje existem cerca de 500 centros do domínio da resolução de conflitos e investigações sobre a paz.

Por fim, uma última fase poderia ser assinalada a partir dos anos 1990, com fim da Guerra Fria. A partir desta época, as organizações não governamentais passaram a atuar com mais força na área, e os estudos tornam-se mais ecléticos, alguns incidindo sobre a prevenção de conflitos para a consolidação da paz ou privilegiando a dimensão cultural.

Quando falamos de estratégias pacificadoras, é importante compreender que tais atitudes são tão antigas quanto àquelas que promovem a guerra. Neste sentido, a diplomacia atua como uma arte em busca do compromisso entre diferentes partes e com o objetivo de facilitar a comunicação entre os adversários. Quando o trabalho garante resultados, pode provocar mudanças nas atitudes, nas políticas e nas ações dos atores.

Seja por meio da palavra oral ou escrita, a negociação constitui um fator central para transformar realidades, é uma atitude decisiva entre a guerra e a paz. Na visão liberal, o restabelecimento da paz assemelha-se a uma estratégia de resolução de conflitos pela negociação. Na visão realista, a paz tem de ultrapassar obstáculos políticos, militares e humanitários que não podem ser resolvidos somente via negociação.

O jornalista pode, de alguma forma, interferir nesta negociação (mas não fazê-la), a qual repousa sobre cálculos, percepções, identidades e culturas. Seu trabalho como

pesquisador ou como “voz” para o dia a dia das notícias pode ser um processo orquestrado, com possibilidades de favorecer o diálogo entre as partes envolvidas e os espectadores do fato. Para David (2000), a mediação pode ser formal ou informal e deve aplicar princípios como conhecer bem a história do conflito, ganhar a empatia e confiança das partes, facilitar a agenda, esclarecer questões, propor compromissos com vistas à negociação e ajudar as partes a compreenderem e a aproximarem suas posições. Mediadores abrem canais de comunicação e ajudam a mantê-los, é o que veremos a seguir.

#### **4.1 Possibilidades de um jornalismo com foco na paz**

Em 1960, o pesquisador canadense Marshall McLuhan, ao lançar suas teorias sobre a influência dos meios de comunicação na vida das pessoas, previu que as guerras contemporâneas não seriam travadas apenas com armas convencionais. Para alcançar êxito na batalha de forças e interesses, o trabalho da imprensa seria elemento fundamental.

O pensamento do teórico, que assistiu à atuação jornalística em momentos importantes da história, como a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã, foi certo e permanece atual mais de 50 anos depois de ser divulgado. Em tempos de informação digital e instantânea, na qual *tweets*, *scraps* e mensagens *inbox* alimentam a população conectada com um mundo virtual sem fim, a imprensa atinge sua potencialidade e torna-se elemento ainda mais importante no sistema de divulgação de informações, podendo escolher entre elas aquelas com nuances negativas e de violência, porque chamam mais atenção, ou aquelas que estimulam pensamentos mais pacíficos.

Se a possibilidade de paz está atrelada aos processos de cidadania e educação, pode-se justificar no trabalho jornalístico uma das alternativas para tal processo. Um dos motivadores seria o próprio papel do jornalismo na construção da realidade social. Participante do processo no qual os cidadãos definem os assuntos que vão discutir, tal área do conhecimento contribui ativamente na escolha dos enquadramentos dessa construção de realidade, mas, quando cria um produto jornalístico, deve oferecer um quadro amplo e não distorcido do que acontece (LAGO, 2010). Dessa forma, o que parece uma utopia à primeira vista (*a promoção da paz e da cidadania*) pode transformar-se em ações de resultado por meio de coberturas jornalísticas capazes de dar voz para todas as partes e humanizar as esferas que envolvem os confrontos.

Reflexões acerca do papel do jornalista como interventor de cenários em conflito surgiram em concomitância com o pensamento de McLuhan. Analisando o uso dos veículos

de comunicação como estratégia para a distribuição de visões multidimensionais e menos previsíveis, o pesquisador norueguês, Johan Galtung, é um dos primeiros estudiosos a refletir sobre a possibilidade de o jornalismo atuar como construtor de uma paisagem voltada para paz. As bases para o conceito fazem parte um movimento de reforma do jornalismo internacional, que teve início em meados da década de 60, com a publicação do artigo *The Structure of Foreign News*, em 1965, em uma parceria entre Galtung e Mari Holmboe Ruge. Na época, os pesquisadores colocavam em questão como os eventos se transformavam em notícia e, para isso, trabalharam com o fato de a mesma seguir linhas de edição que partiam de convenções jornalísticas engessadas, enquanto o próprio acontecimento exigia flexibilidade e perspectivas mais amplas para ser compreendido.

Em um momento de reflexão sobre a comunidade interpretativa dos jornalistas, os pesquisadores trouxeram elementos que seriam norteadores de critérios de noticiabilidade e perceberam que quanto mais impactante, significativo, inesperado e negativo o evento, maior seria sua amplitude e a probabilidade de ser fixado pelo público. Na época, o estudo reafirmou a ideia de que as notícias negativas são mais atrativas, fazendo as pessoas terem um julgamento conjunto, massificado. Também se entendeu que coberturas distanciadas da paz eram mais inesperadas e causavam reações do público – ódio, raiva, sentimento de injustiça, entre outros.

Notícias negativas entram nos canais de notícias facilmente porque satisfazem mais os critérios de frequência. Há uma assimetria básica na vida entre o positivo, que é difícil e leva tempo, e o lado negativo, que é muito fácil de se obter e leva menos tempo – compare o tempo necessário para fazer um adulto crescer e se socializar à quantidade de tempo necessária para matá-lo em um acidente: a quantidade de tempo necessária para construir uma casa e para destruí-la em um incêndio (...). Um evento negativo por desdobrar-se facilmente em duas edições de um jornal ou em duas reportagens de TV – o que é bem mais difícil para um tema positivo (GALTUNG & RUGE, 1965, p. 69, tradução da autora).

Considerado um dos mais célebres investigadores pela paz, Galtung, em 1969, passou a reconsiderar seus estudos iniciais e fez uma distinção entre a paz negativa e a positiva, e foi sobretudo sua tese sobre violência estrutural que orientou os trabalhos de uma geração de pensadores marxistas. Sua abordagem sociológica divergiu da escola realista dominante que privilegiava relações de interesse e de poder.

As condições de uma paz durável exigem, segundo Galtung, que todas as formas de violência indireta (injustiça, pobreza, opressão) desapareçam. Para que os conflitos cessem, as contradições, as formas de comportamento e as atitudes das partes em causa devem ser analisadas antes de serem transformadas (DAVID, 2000, p. 289).



Neste contexto, Galtung (1969) alinhava como positivo tudo aquilo que enseja uma ação que, direta ou indiretamente, busque o resultado proposto, sendo, portanto, a negatividade condizente a uma omissão ou, simplesmente, ausência de ação sobre o fato presente, que, ainda assim, atinja o objetivo. São exemplos de paz positiva todas as ações de integração social e estrutural, otimista e preventiva, através de meios pacíficos e buscando elevar os cidadãos a uma situação de igualdade de condições, ampliando o diálogo pacífico entre as mais variadas culturas, a busca por soluções não violentas aos conflitos e à reconciliação.

Em contrapartida, a paz negativa se constitui na ausência de conflitos e de violência, sem, contudo, representar uma visão otimista sobre a sua manutenção ou a forma pela qual foi atingida, uma vez que, não raro, a mesma somente é obtida como resultado da utilização de meios não pacíficos, como, por exemplo, um ténue equilíbrio de condições bélicas entre os envolvidos no conflito, podendo ser bem ilustrado através de um armistício, não havendo atos de guerra.

Em 1990, ao publicar o artigo *Cultural Violence*, Galtung passou a relacionar quatro necessidades essenciais a cada cidadão e que poderiam servir de indicativo para pautar o trabalho jornalístico: sobrevivência, bem estar, identidade e liberdade. A ameaça a tais critérios configurariam em categorias de violência, podendo ser classificadas como diretas e indiretas. A primeira delas (direta), considerada como um “evento”, ocorreria por meio de textos com enfoque em assassinatos, atentados físicos (mutilações, punições, miséria, etc.), dessocialização e consideração do cidadão como um ser secundário e, por fim, repressões, detenções e expulsões. Já a violência indireta, tida como um “processo”, foi exemplificada com atos que representam a exploração do cidadão relegado à miséria, à segmentação social e à marginalização.

Há, segundo o autor, um terceiro tipo de violência, hoje observada com maior clareza: a violência cultural, a qual é tida como uma “invariante”, uma constante, podendo ser perpetrada das mais diversas formas: manifestações religiosas (segregação entre os “escolhidos” e os “impuros”), ideologias políticas, a língua (que, em alguns casos, denota evidente sexismo ou marginalização de alguém, como nos casos em que as línguas não diferenciam os gêneros masculino e feminino, por exemplo), a arte, as ciências empíricas e formais e a cosmologia.

Muitas vezes, um fluxo causal une as três formas de violência, iniciando-se pelas manifestações culturais acima, segregando algum setor da sociedade, posteriormente, levando

à realização de atentados ao ambiente ao qual tal grupo se situa e, ao final, atingindo consequências de grande monta, voltando-se contra o indivíduo. Não se pode deixar de considerar, da mesma forma, que o ponto inicial deste “círculo vicioso” possa se iniciar com a institucionalização da violência indireta ou direta, acarretando a ocorrência das formas consequentes, podendo, até mesmo, culminar na ocorrência de guerras.

Elencar estratégias e métodos para transformar a realidade dos conflitos em ações de paz não é tarefa fácil – nem impossível. O conflito é um evento midiático, estruturador de narrativas e produtor de imagens impactantes – catástrofes, violência e vitimização – que são partes constituintes da atualidade e se impõem a outros assuntos. Guerras são formas de controle humano e convergem em desafios éticos, técnicos e conceituais para o jornalismo.

Na cobertura jornalística, o dilema não é tão somente a administração destes desentendimentos entre grupos e interesses opostos, porque estes já são inerentes à produção jornalística. Franciscato (2003) diz que as coberturas voltadas para guerra conduzem a uma intensificação das potencialidades e dilemas no tratamento de textos e imagens geralmente voltados para a produção da morte. Neste aspecto, a situação contemporânea do jornalismo está centrada principalmente na supervalorização do espetáculo das narrativas, o que se transforma em dilema ético, porque tais discursos são provenientes de indivíduos objetos deste espetáculo e que se veem como inimigos.

A própria retórica jornalística, de acordo com Gorsevski (2000), já é naturalmente entrelaçada em um contexto que privilegia a guerra e os estereótipos negativos, o que faz o público pensar que este é um enquadramento de realidade natural. Por isso, por uma lógica de pensamento, temos a tendência de considerar este padrão como normal e efetivo para os discursos, principalmente para aqueles com origem nos conflitos.

Para esta pesquisa, deve-se entender também que a fronteira, o fronteiro e aqueles transitam de modo forçado, como é o caso dos refugiados, muitas vezes, estão inerentemente inseridos em um contexto violento, porque o próprio cenário de origem está relacionado a diferentes tipos de pressão – seja pela posse da terra, pelo trabalho ou exclusivamente pela sobrevivência. Gorsevski (2000, p. 451) diria que, nestes casos, o público tem a tendência de se abastecer na explicação de que “como as pessoas sempre estiveram em guerra, sempre estarão em guerra”.

A disseminação de um estilo que valoriza diferentes situações de conflito – que consideramos como uma hipótese predominante da cobertura jornalística sobre refugiados, tendo em vista a explicação acima – se dá principalmente por meio da palavra, que é uma importante arma neste cenário de emoções. São elas que delimitam as diferenças culturais e

de identidade e ajudam a construir discursos de resistência sobre a causa. Dentro do modelo entrelaçado de falas e textos que compõem os instantes vistos no capítulo anterior, espaços retóricos repousam sobre a linguagem jornalística. Nestes locais, a retórica é essencial tanto para o exercício do poder quanto para sua oposição e tem a capacidade de nos convencer de que algo realmente ocorreu, seja no noticiário ou em algum documentário (SILVERSTONE, 2002).

Como são textos sociais, as histórias narradas se sobrepõem, convergem e divergem. Por originar-se de alguém e dirigir-se a alguém, a palavra é um importante produto de interação e serve de expressão dentro de uma relação com o outro e com a coletividade, lembra Bakhtin (1990).

Ao eleger como estratégia uma teoria da comunicação não violenta para tentar modificar este modo singular de estabelecer relações entre os eventos, o papel da retórica jornalística está na busca diferentes perspectivas e abordagens. Para Gorsevski (2000), linguagem e a cultura seriam fatores determinantes para a implantação e manutenção da paz, e o produto jornalístico, por meio desse conhecimento, poderia, aos poucos, revelar-se como um bom mediador nos processos de pacificação. Neste sentido, a intenção retórica da não violência é promover a conscientização e o conhecimento sobre o fato que está sendo trabalhado. Por atuar com as emoções, penetra diretamente no sistema de crenças, de atitudes e de opressões impostas anteriormente por sistemas disciplinadores comuns da nossa sociedade. Assim, pode afastar o tradicional caráter bélico da maioria das coberturas, que ocorrem basicamente porque a falta de humanização nos textos reduz os níveis de empatia e tolerância do público com as minorias.

No discurso da não violência, a retórica do jornalista (uma espécie de negociador) pode ser revelada como uma verdade, e é justamente aquilo que as pessoas podem estar procurando. Assim, os elementos para uma negociação nos cenários de conflito incluem cuidados no planejamento da reportagem, além de características profissionais que envolvem risco, coragem, honestidade e paciência para encarar as possíveis críticas e retaliações de outros veículos de comunicação. Neste aspecto, não há perda da objetividade, porque para ser objetivo é preciso investigar.

Por meio do agrupamento de iguais e desiguais, os discursos para paz re-humanizam personagens e os transformam em uma mesma unidade despida de diferenças. Os processos que envolvem os reflexos dos discursos dessa categoria incluem textos escritos – e com caráter interpretativo e reflexivo – que podem fornecer uma poderosa retórica da paz sem supervalorizar os conflitos. A chave para a aplicação deste novo sistema é também o debate

constante e a cooperação entre jornais, o trabalho conjugado dentro dessa linha de pensamento, o que se transformaria em figura importante também para a educação.

Sob esta perspectiva, ações de educação para paz e de comunicação para paz seriam capazes de desacelerar o pessimismo mundial sobre os conflitos, como previa Kant (1989). A ideia é complementada por Wainberg (2005, p. 191), que posiciona-se com a justificativa de que a comunicação e a educação para paz demandam comunicação emocional, direcionada à própria descoberta e valorização: “em outras palavras, o afeto seria o vetor capaz de penetrar no sistema de crenças, modificar eventuais atitudes e abalar as estruturas que facilitam a injustiça”.

É no sentido de trabalhar a palavra e o poder delas que o jornalismo para paz atua. O paradigma constrói-se a partir de um repensar sobre o fazer jornalístico – capaz de mudar a opinião pública, as atitudes e as ações que levam aos atos violentos. Sob esse guarda-chuva respingam também possibilidades para se evitar os discursos padrão e a cobertura padronizada, modulada e pouco reflexiva. Se o jornalista for compreendido também como educador e transformador da realidade, a partir da divulgação das notícias e de diferentes faces do acontecimento, poderá, sim, atuar como um promotor da paz. Portanto, a temática, além de atual, representa uma conversão do posicionamento tradicional do jornalismo para um mais moderno, focado nos direitos humanos, na precisão e mantendo os critérios de noticiabilidade.

#### **4.2 Conceitos do jornalismo para paz**

Atualmente, mesmo com as marcas mais profundas do desenvolvimento, provocadas pela globalização e pela evolução dos tempos, e com as tentativas de evitar a violência na ordem social, incessantes guerras têm marcado a trajetória da civilização, que não consegue abster-se de reivindicações mais agressivas. As tensões do mundo se projetam em áreas hostis ou não, pelos rincões da África, pelos solos secos do Oriente Médio ou pelo território recortado da América do Sul. São provenientes de situações que já levaram a incessantes guerras em relação às mudanças culturais ou religiosas, às posses de terras, às migrações e aos conflitos por ordem política, ideológica e econômica – a maioria deles produzindo hordas de refugiados.

Aclamada principalmente pelo primeiro mundo, a globalização tem, de alguma forma, participação nessas mudanças. Trouxe pontos de vista mundializados e ajudou a estreitar

relações de ódio e a contribuir para o nascimento de um dos novos paradigmas na área de conflitos: a guerra também entre pessoas e com motivações muito relacionadas às diferenças.

Em um estudo dos pesquisadores Lotta Harbom, Stina Högladh e Peter Wallensteen (2006), eles assumem a tese de que os conflitos atuais estão diretamente relacionados à falta de entendimento entre civis, o que poderia ser justificado devido aos diferentes e inúmeros ruídos de comunicação produzidos por eles e pela imprensa. Ao verificarem 35 guerras que ocorriam no mundo em 2005, chegaram à conclusão que todas poderiam ser consideradas conflitos armados localizados em nações que mantinham comunidades em clima de disputa devido a diferentes raças, idiomas, religião ou território. Embora o perfil das desavenças tenha ganhado diferentes características, a violência predomina: o número de vítimas fatais dos conflitos aumentou, incrementando o sentimento de ameaça e as péssimas condições de vida nos territórios em guerra. Junto às estratégias bélicas tradicionais, usadas ao longo dos séculos e ampliadas junto à tecnologia, a implantação cada vez mais eficiente do uso do terrorismo – principalmente por meio dos veículos de comunicação – tornou-se uma tática para influenciar alguém ou alguma população.

Seja qual for a natureza, terror e terrorismo são, por exemplo, estratégias incompatíveis com a paz e com os processos de sua promoção. O reflexo dessa arma é visto não apenas com a morte constante de civis, que abrange geralmente 80% dos casos de guerra (HARBOM, HÖGBLADH & WALLENSTEEN, 2006), mas também com a produção em massa de refugiados. Aqueles que buscam os campos para se abrigar ou aqueles em busca de asilo não podem voltar para o lugar de onde vieram, já que quem comanda os países de origem não os quer de volta.

Ao trabalharmos com uma questão das migrações forçadas, sugerimos que, para criar uma conexão de aceitação das diferenças e novos posicionamentos ao pensar o refúgio, seria necessária uma produção de sentido não violenta, humanizadora. Caberia aqui o conceito de um jornalismo que reflète mais sobre o próprio trabalho, oportunizando a formação de consciência cidadã sobre o tema proposto. Neste sentido, passamos a considerar a imprensa como um espaço para, além de informar e educar, colaborar como instrumento para o fortalecimento das cidadanias. Dentro dessa linha, a proposta do jornalismo para paz, surgiria como uma possibilidade para práticas relacionadas à alteridade e capazes de construir visões mais democráticas sobre a realidade, o que não eliminaria a função do jornalismo de informar o presente social com objetividade e veracidade.

Considerada uma categoria residual da filosofia, a alteridade dentro da prática jornalística representa o outro e faz parte de um processo de construção e exclusão social feito

dentro de um sistema de representações. Os efeitos dessa relação indicariam atitudes mais justas e éticas entre o eu e o outro. Aristóteles, por exemplo, em um pensamento clássico de ordem filosófica, relaciona a alteridade à virtude da justiça, porque esta exige a presença e o entendimento do/com o outro. Em Kant, o outro é reconhecido como critério da ação ética e se torna uma referência avaliativa para elas (apud. RUIZ, 2010).

Para o jornalismo é importante conhecer o uso da alteridade, porque é a partir da delimitação do “quem sou eu” e do “quem é o outro” que a maneira de se relacionar será estabelecida. A forma essencial para entendê-la é compreendendo como o jornalista interpreta e lida com as diferenças das pessoas, porque a identidade e individualidade de cada sujeito está relacionada à questão da alteridade. O modo como o profissional vê o outro (neste caso, os refugiados) e como ele o apresenta ajuda a costurar o sujeito à estrutura, estabilizando tanto os indivíduos quanto os mundos culturais em que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados.

Na visão de Resende (2009b), é no jornalismo que é tecida a vida do outro. Para ele, discursos impressos nos produtos jornalísticos tornam-se expressões daquilo que é tomado como verdadeiro e é a partir destes recortes que compreendemos o mundo e construímos a percepção que temos do outro. Neste sentido, a alteridade não é apenas falar do outro no texto, mas também perceber o que o próprio texto quer dizer sobre o personagem – sem que este sentido esteja claramente escrito.

Ao considerarmos desde já que os refugiados são remanescentes de uma identidade fragilizada, pode-se dizer que uso de uma comunicação não violenta, bem como a utilização da alteridade na produção jornalística poderiam ajudar na construção de cenários mais positivos sobre a causa, talvez mais próximos da verdade, e sem excluir valores-notícia. Poderiam, dessa forma, ajudar na inserção destes indivíduos na sociedade. Por meio de uma comunicação voltada para a paz, o trabalho jornalístico atuaria principalmente como sistema eficiente na integração local dos deslocados e na proteção deles.

Como um artesão, o jornalista tem a decisão de escolher a matéria-prima (a informação) e moldá-la por meio de técnicas variadas que vão dar forma e sentido àquilo que será vendido (o produto jornalístico). Entre tais técnicas, conhecemos o uso dos enquadramentos, a influência dos estigmas e do orientalismo e o ambiente em que estão inseridas as escolhas e os valores-notícia que ajudam a compor um pouco da alma desse produto à venda.

Em meio ao que podemos chamar de “mercado noticioso”, as concorridas rotinas de trabalho, a falta de tempo e a pouca reflexão profissional sobre a prática têm transformado o

que seria um fazer artesanal em produção em série – o que transforma cada vez mais as notícias em “produtos industrializados”. A responsabilidade de criar a própria peça artística – uma metáfora para produtos com diferentes gêneros jornalísticos – continua a mesma para este jornalista, porém, ele a produz utilizando moldes recomendados por fornecedores importantes: a empresa onde trabalha, a sociedade onde está inserido, os valores nos quais acredita e o tempo e espaço onde se encontra. Como resultado, geralmente temos produções muito semelhantes, a maioria delas criada exclusivamente para a venda em alta escala, o que compromete a qualidade daquilo que é feito.

Em busca de impacto e de audiência, é uma tendência trabalhar informações por meio do jornalismo voltado para a guerra. Por ser considerado engajado (*embedded*), o método não se refere exclusivamente ao tratamento de informações herdadas de circunstâncias bélicas, mas procura no outro (o personagem, o sujeito ou um fato em si) artefatos que alimentam condições consideradas essenciais para atrair a atenção do público, como a vitimização, o foco na arena do conflito, a promoção de rivalidades e a exposição de ameaças. Desta forma, a imprensa – e no caso da nossa pesquisa, o jornal – contribuirá com estes elementos para a construção da realidade objetiva e subjetiva de seu público.

Entendendo o conflito como uma relação entre duas ou mais partes que têm objetivos, necessidades e interesses incompatíveis (MITCHELL, 1981), consideramos que muitos profissionais encontram na violência o viés para explicar, por meio das narrativas, situações geradas a partir dessa incompatibilidade. Há vários outros aspectos dentro desta ótica e que, na maioria das vezes, não são reportados pela imprensa. Lynch (2007), por exemplo, ao traçar novas diretrizes para uma cobertura, sinaliza para a necessidade de o jornalista investigar, além das causas de um conflito, as motivações culturais, temporais e sociais daqueles que estão em divergência. A ação descaracterizaria o pensamento linear e a previsibilidade apresentada no jornalismo de guerra e evidenciaria outros aspectos da cobertura jornalística.

Galtung, baseado na premissa inicial de 1965, desenhou um esquema didático chamado de jornalismo para paz, o qual traça, sob a luz do *Peace and Conflict Studies*, diferenças contrastantes entre duas possibilidades de coberturas jornalísticas. A primeira delas está voltada para a guerra/conflito e baseia-se em orientações que incluem a violência, o pensamento da elite, a propaganda e o desejo de vitória. A outra, inspirada em atitudes de paz, representaria a aceitação de um panorama extralinear e multifacetado, capaz de absorver diferenças e lidar com elas para construir um consenso (em vez de um conflito).

Nesta última, as orientações seguem preceitos relacionados às pessoas (personagens), à verdade e à solução do conflito sem o uso da violência. Na opinião de Lynch e McGoldrick

(2005), o jornalismo para paz foi concebido com uma estratégia para remediar o que consta como tradicional na rotina jornalística.

Quando analisa a produção jornalística, Galtung (2005) deixa claro que, para fazer os textos de forma crítica e construtiva, a narrativa precisa privilegiar ambas as partes envolvidas no conflito (são os dois lados da notícia, de maneira igual) e utilizar o jornalismo investigativo para decifrar temas que ainda permanecem obscuros para a cobertura jornalística. “O repórter e o editor devem fazer uma reflexão. O que nós queremos: estimular mais violência ou mais paz? A mídia tem o poder de fazer os dois, e, em nome da objetividade e do equilíbrio, provavelmente tem de fazer os dois” (GALTUNG, 2005, p.5).

No tocante à estrutura de texto, as premissas do jornalismo para paz sugerem a produção jornalística igualitária, que evita tom de explanação apenas para uma parte envolvida no conflito e estigmatizações entre o bem e o mal: “Os atos são enxergados apenas como o trabalho de um diabo, não somente como produto de uma estrutura, de uma cultura ou de um contexto político?” (GALTUNG, 2005, p.5).

Em 2006, ao escrever *Peace Journalism as an Ethical Challenge*, Galtung passa a considerar também que a técnica pode ser entendida como agente de desenvolvimento, principalmente pela criação de uma consciência crítica no público, e teria condições de complementar as necessidades da democracia, assim como encorajar uma transição nas práticas de mobilização, mudar opiniões e atitudes e, inclusive, construir uma realidade mais honesta entre diversidades culturais. Em termos gerais, o paradigma proposto é uma estratégia para construir recortes da realidade menos violentos e unilaterais, porém, verdadeiros.

Apropriando-se do conceito já visto de que a mídia influencia na construção de significados e que estes ganham sentido ao serem recebidos pelos indivíduos e processados em forma de opinião, o jornalismo para paz é um modelo no qual são indicadas categorias diferentes de enquadramento para serem aplicadas em narrativas sobre conflitos em geral. A partir da ideia, fatos violentos, discórdias ou guerras não são ignorados, mas anunciados a partir de quadros nos quais todas as partes envolvidas ganham voz.

Ou seja, é no sentido de trabalhar a palavra e o poder delas que o jornalismo para paz atua. Como técnica, o método incentiva a ordem social, porque inclui o discurso do conflito ou da diferença social como estratégia de paz e reflexão. O desafio, portanto, é promover o engajamento do público e retirá-lo da apatia.

Conforme discutido anteriormente, na estrutura estão possibilidades que evitariam discursos padrão, coberturas homogeneizadas e pouco reflexivas, típicas da produção de informação para as massas. Neste caso, a mediação até chegar ao público passa por níveis no



qual o profissional faz escolhas capazes de levar o destinatário a conhecer possibilidades de paz e novas realidades sobre o tema.

Embora o conceito de jornalismo para paz ainda seja pouco conhecido no Brasil, novas tentativas de proliferação da temática emergiram com o tempo, principalmente em momentos de reconstrução pós-guerra. Galtung acredita que, antes de tudo, os pensamentos do homem passam por constantes influências da violência, porque esta parece apresentar-se sempre como o estado normal das coisas (LYNCH, 2007). Em busca de caminhos despontados em outros roteiros, o pesquisador lançou as estruturas iniciais para a confecção de um paradigma embasado na possibilidade de o jornalismo atuar como protagonista dos processos de manutenção e consolidação da paz. Para isso, ele trabalha com marcas que justamente diferenciam o que ele considera duas possibilidades do trabalho jornalístico: a guerra ou a paz. Neste escopo, cada uma das duas trabalha com quatro referenciais que podem, ou não, se cruzar.

De acordo com Galtung (2006), o trabalho tradicional do jornalista volta-se geralmente para o jornalismo de guerra, com ênfase na violência, caracterizado pelos seguintes itens:

- a) **Orientação para a guerra/violência:** A cobertura jornalística tem foco na arena do conflito e evidencia consequências visíveis como a morte, os danos materiais e os feridos. Neste caso, o conflito apresenta-se como estratégia de vitória. Explora-se a figura de quem ajudou a eclodir a guerra, bem como suas causas, e a veiculação geralmente ocorre de forma reativa – quando a violência inicia. Além disso, o foco se mantém em quem está predominando no cenário, e há falta de proximidade com o assunto: o jornalista e a sociedade parecem não fazer parte da realidade publicada.
- b) **Orientação para a propaganda:** Expõe apenas um lado das mentiras.
- c) **Orientação para a elite:** Foco no “nosso” sofrimento, nos males que podem ser causados para a elite. O nome do suposto causador da injustiça é evidenciado e há enquadramento nos promotores de paz das elites, como governos, autoridades e órgãos internacionais.
- d) **Orientação para vitória:** A paz é traduzida na soma entre vitória e cessar-fogo. Assim, as ameaças entre os inimigos são valorizadas como forma de controle da sociedade e as iniciativas de paz são ocultadas. A vitória é apresentada como uma certeza.

A partir do conceito de jornalismo para paz, é lançada a proposta na qual a disciplina funciona como ferramenta que dá visibilidade a atitudes de promoção da paz. As premissas são baseadas na compreensão de valores da não violência e no entendimento de que um conflito pode ser veiculado de diferentes maneiras sem perder o grau de veracidade. Para isso, é preciso encontrar estratégias críticas, construtivas e jornalísticas de veiculação da notícia, assim como reconhecer que os fatos são sempre selecionados por meio das escolhas do jornalista. A estrutura das escolhas é feita a partir de quatro pontos:

- a) **Orientação para a paz:** Ao apresentar um conflito, trata-o como um espaço em aberto e analisa suas causas e consequências a partir de diferentes pontos, que podem incluir fatores históricos e de cultura. Neste sentido, há a orientação para a vitória, mas a mesma não é apresentada como garantia. Vencedores e perdedores têm histórias para contar, e preceitos de jornalismo e de alteridade são aplicados, tendo em vista a humanização dos personagens. Por ter caráter proativo, ajuda na prevenção da guerra e de futuros conflitos e trabalha com os efeitos invisíveis das discórdias, como o trauma e a glória, a destruição da cultura e da identidade e o patrimônio histórico. A intenção é promover o engajamento do público, fazendo-o compreender o fato como um todo e com todas suas especificidades.
- b) **Orientação para a verdade:** expõe as mentiras contadas por todos os lados envolvidos no acontecimento.
- c) **Orientação para pessoas em geral:** O trabalho jornalístico dá voz para aqueles que não têm voz, apresentando o sofrimento de todas as partes. Os envolvidos no conflito aparecem nos textos com nomes, e as pessoas promotoras da paz também são apresentadas.
- d) **Orientação para as soluções:** A paz é simbolizada como uma soma entre a não violência e a criatividade. Iniciativas de paz são valorizadas como forma de prevenir os conflitos. A cultura, a identidade e a estrutura social de cada um são evidenciadas. O discurso privilegia resoluções, a reconstrução e a reconciliação.

De acordo com Fawcet (2002), o modelo proposto é proativo, porque atua no cenário da vitória (*win-win*), no qual ambas as partes saem vencendo, porque há informação sobre os dois lados. Ao basear-se na criatividade jornalística e na não violência, torna-se uma aproximação analítica da estrutura social e cultural das partes envolvidas no conflito.

A partir da perspectiva acima, quando compreende-se a produção dos profissionais da imprensa, deixa-se claro que, para fazer os textos de forma crítica e construtiva, a narrativa precisa, além de privilegiar ambas as partes de uma situação, utilizar técnicas de investigação para decifrar temas que ainda permanecem obscuros – o que muitas vezes é difícil em coberturas jornalísticas que se apoiam exclusivamente em conteúdos factuais e excluem as análises e contextualizações referentes ao passado. No tocante à estrutura de texto, as premissas sugerem uma produção igualitária e reflexiva, a qual evita o tom de explanação apenas para uma parte envolvida no confronto e estigmatizações, além de possibilitar a fala das minorias. Ou seja, o conceito tem foco na construção de uma cobertura de conflitos mais apurada, menos opaca e com mais utilidade ao público.

Uma das explicações para a ideia seria que o uso de cenas que promovem o conflito, apresentadas em fotos, vídeos ou por meio das palavras, fortalecem o imaginário tecido na mente do público – e suas expectativas em relação ao tema – e reforçam as bases ligadas à audiência e ao sucesso da cobertura jornalística, como já vimos anteriormente. Portanto, a temática da paz, além de cada vez mais atual no cenário mundial, transforma-se em um desafio para os veículos de comunicação e uma conversão do posicionamento tradicional para um mais moderno, humanitário e diferenciado.

Tal mobilização rumo à mudança é decifrada como uma espécie de embate entre o bem e o mal, entre o jornalismo pela paz e aquele voltado à guerra. Seria, no ponto de vista de Galtung (2007), uma jogada entre a verdade e a propaganda, na qual cada profissional (ou empresa) teria liberdade para escolher em qual lado gostaria de atuar.

Paz é como a luz, intangível, mas capaz de ser discernida pela sua ausência ou pela sua rápida e eficiente aparência (como um flash de luz na escuridão de um céu). Paz é uma condição prioritária para a percepção de qualquer coisa, um fenômeno físico que afeta todos os seres, algo cuja presença ou ausência é melhor mensurada em uma continuidade ou em um leque de possibilidades (GALTUNG, 2007, p.7).

No tocante ao exercício da profissão, é possível encontrar ângulos e discursos diferentes, às vezes mensagens políticas ou discursos de direita ou de esquerda. Nesse panorama, é preciso considerar que ambos os lados devem ser baseados em narrativas do real, sublinhadas por eventos cognitivos e comportamentais, que influenciam nas escolhas do repórter na hora de transmitir a palavra mais adequada ao público. Resende (2009b) acredita que esse movimento de reconhecer as diferenças das narrativas e dar oportunidade de fala a todos os lados nos leva ao dilema de ir ao encontro do outro, da alteridade.

Neste caso, a disciplina proposta, além de atuar como modificador de atitudes e opiniões, deve seguir também critérios de objetividade, assim como manter textos críticos e analíticos. Entre algumas possibilidades estão o uso de questionamentos – para propor a participação do público no assunto – e a escolha de palavras com mais precisão e minúcia, como é o caso da troca do termo “terrorista” por “estado de terror”. Utilizar termos como foragido, terrorista e traficante para identificar refugiados, conforme citado no estudo preliminar de Cardoso (2012), infringiria os objetivos da teoria do jornalismo para paz. Assim, a maneira com que a mídia apresenta um conflito e a violência será o fator mais importante na construção das reações de guerra ou de paz.

Dentro dessas perspectivas, é importante reconhecer o jornalismo para paz como uma ferramenta capaz de dar visibilidade a atitudes que ajudam a promover a paz e a ordem social. Sendo assim, o objetivo principal não é defender, mas divulgar o discurso do conflito para incluí-lo como estratégia de reflexão. Enquanto o jornalismo tradicional tende a valorizar elementos relacionados à violência como resposta de conflitos e crises, no jornalismo para paz há a criação de oportunidades que ajudam a sociedade a considerar valores da não violência. Para isso, é preciso compreender o conflito para encontrar estratégias críticas, construtivas e jornalísticas de mediação, assim como reconhecer que os fatos são sempre selecionados pelo jornalista.

Ex-repórter da BBC e seguidor do pensamento de Galtung, Jake Lynch (2007) complementa a teoria com a concepção de que a mesma é uma antítese do jornalismo de guerra. Sendo assim, tem a simpatia da população jornalística porque traz audiência ao levar a arena da batalha para o dia a dia do público. Em termos práticos, sob o ponto de vista do autor, o jornalismo para paz precisa fazer a aproximação analítica sobre os conflitos, buscando oportunidades para ambas as partes envolvidas, levantando possibilidades de projetos multipartidários e encontrando perspectivas além das usuais e oficiais. Dessa forma, a construção jornalística possibilitaria a busca de iniciativas de paz e oportunidades, além da divulgação das mesmas.

Para validar a tese, ele adota uma perspectiva muito próxima daquela trabalhada por Galtung (2006), na qual justifica que a mídia costuma tratar os conflitos como sinônimo de violência – o que justificaria o teor bélico das coberturas jornalísticas. Também encontra no método de transcender e transformar conflitos, traçados por Galtung, um lastro formado pela interligação entre o conflito, a cultura e os estratos sociais.

A partir desse aspecto, Lynch (2007) elenca entendimentos que relacionam as controvérsias implícitas na relação entre o jornalismo e a violência. A primeira delas refere-se

ao fato de esta última nunca ser gerada a partir de sua própria causa. Ou seja, ao trabalhar a questão, os jornalistas precisam compreender que um conflito é formado por uma estrutura que inclui cultura e contexto no qual o evento de violência foi inserido. O jornalismo de guerra não reflete simplesmente os interesses dos proprietários das empresas, que utilizam os meios de comunicação para fazer tal publicidade, indaga Lynch (2007).

Outro aspecto avaliado é a alternativa sempre possível de discursos não violentos, mesmo sob acontecimentos de discórdia e tensão. Neste caso, é dizer que os critérios de noticiabilidade traçados para captar audiência permanecerão os mesmos, mas seus enquadramentos serão mais amplos e menos lineares.

O terceiro fato que se agrega aos conceitos é a percepção de que qualquer conflito pode ter mais de duas partes envolvidas e cada uma delas tem os próprios objetivos, necessidades e interesses. Em alguns casos, os motivadores estão escondidos, em outros, representam o lado mais forte da situação promotora da controvérsia. Sob estes aspectos, Lynch e McGoldrick (2012) deixam claro que é injusto acreditar que o jornalismo para paz não vá falar sobre violência e conflitos, porque é obrigação do jornalismo mostrar o mundo em sua complexidade. Assim, o exercício da profissão precisa também de elementos como estes para atrair a atenção e o interesse do público e para alimentar sua rede de notícias. De modo geral, o método seria capaz de cobrir três importantes áreas: duas delas teóricas (propostas sobre conflitos e notícias; jornalismo e mídia) e a terceira, prática (construída a partir dos princípios da análise da mídia e da construção da crítica).

Para ganhar credibilidade, neste caso, a temática proposta precisa provar que tem algo útil a acrescentar no trabalho do editor ou do repórter que é chamado para fazer tal cobertura. Neste sentido, mais uma vez, é primordial reconhecer o papel do editor e do repórter na escolha das falas que serão publicadas no jornal. O enquadramento que cada um define para sua reportagem ou matéria será primordial.

Quando fala em violência, Lynch (2007) também constrói uma triangulação entre comportamento, atitude e contradição e define que cada conflito é uma relação entre duas partes que têm objetivos e interesses incompatíveis. Dessa forma, os conflitos em questão têm como característica a linearidade e podem ser conceitualizados como competitivo (ganhar versus perder) ou cooperativo (vencer-vencer). No jornalismo de guerra, as contradições, ou as questões que dividem os dois lados, são geralmente esquecidas nas reportagens que focam atitudes e comportamentos. A estrutura da violência é também omitida, dando espaço ao viés da violência direta e à pouca conceitualização da cultura da violência.

Em resumo, o jornalismo para paz tenta reconstruir este triângulo, mostrando diferentes lados da notícia e apresentando aspectos que explicam como as coisas chegaram àquele aspecto – essencial se quisermos mudar pensamentos e atitudes. A diferença, então, é que o jornalismo para guerra, que pode ser caracterizado pelo modo tradicional, utiliza formas de pensar semelhantes em suas coberturas, enquanto o jornalismo para paz é multidimensional e problematiza questões importantes relacionadas a um determinado assunto. De modo geral, os estudos para paz e conflitos oferecem uma visão ampla dos fatos, examinando como o comportamento violento trouxe mudanças nas atitudes, que influenciam na construção de futuros atos de violência ou de paz.

Ao considerar que a dissolução dos conflitos ocorre também quando o profissional se propõe ao esclarecimento, Dov Shinar (2008) contribui para o jornalismo para paz afirmando que é necessário compreender características religiosas e culturais. Por este caminho, construir-se-ia uma relação íntima entre o exercício profissional e a estrutura democrática, o que traria o equilíbrio entre interesses sociais, considerações econômicas e os próprios desejos de mídia para obter honestas representações as quais contribuiriam para a redução das desigualdades. A ênfase do paradigma nas histórias seria desencorajadora de coberturas superficiais, porque auxiliaria na construção de textos a partir de reflexões e abordagens mais interpretativas.

A experiência leva a pensar que a adoção do jornalismo para paz pode chamar a atenção e a opinião do público para o impacto e ameaças dos conflitos; com otimismo, satisfaz a demanda por cobertura mais equilibrada e encoraja interpretações alternativas e reflexão crítica (SHINAR, 2004, p. 44).

Para constituir as bases propostas, Shinar (2008) parte do pressuposto de que os veículos de comunicação devem buscar equilíbrio entre os interesses sociais, as considerações econômicas e seus próprios desejos de mídia. Somente este equilíbrio poderia pressupor honestas representações midiáticas e, juntos, os dois aspectos (*jornalismo para paz e estrutura democrática*) poderiam contribuir para a redução das desigualdades e para aumentar o respeito por personagens frágeis da sociedade.

Neste discurso, a proposta referida passa também por enquadramentos orientados pelo esquema didático de Galtung (2006). Em outras palavras, Shinar afirma que, para inserir o tradicional jornalismo nesta linha, devem-se explorar contextos e panos de fundo da formação dos conflitos, apresentando suas causas a partir de diferentes pontos de vistas. Os enquadramentos também devem priorizar a voz dos rivais, o que desenvolveria situações de

produção de paz (*peacemaking*) e de manutenção de paz (*peacekeeping*). Além disso, como proposta prática, insere-se a atenção em histórias relacionadas aos conflitos, porque no âmago delas podem estar as explicações mais razoáveis para a violência e a mudança de enquadramento da cobertura jornalística.

No campo da teoria, o jornalismo para paz em Shinar (2008) busca causas e soluções para conflitos, estabelece conexões entre jornalistas, suas organizações e fontes e tem como objetivo a divulgação do discurso da não violência e da criatividade diária. Além disso, tem a missão quase diplomática de promover o aperfeiçoamento de uma consciência de produção e consumo da mídia. Em relação ao primeiro paradigma, ele também considera que há dificuldade de reconciliar contradições entre a natureza da paz e as demandas profissionais do jornalismo. Nesse sentido, o desafio diário está na produção de evidências persuasivas e nas tentativas de evitar automanipulações.

Por fim, partindo da hipótese de que a cobertura jornalística brasileira sobre refugiados está enraizada nos tradicionais conceitos de um jornalismo voltado para a guerra – e estes justificados na necessidade jornalística dos critérios de noticiabilidade –, consideramos, neste momento, que o jornalismo para paz pode ser alternativa a uma mudança de critérios relacionados ao tema.

Positiva do ponto de vista global, a teoria apresenta-se como possibilidade porque traz em seus conceitos abertura para a reflexão, bem como para as diferenças culturais, fazendo a integralização da identidade do refugiado e trabalhando questões de alteridade, que ajudariam a compreender o pensamento do outro e suas atitudes. Esta seria uma hipótese para o trabalho conjugado entre o jornalismo diário e a construção de perspectivas mais otimistas para estes personagens.

Embora represente uma vertente positiva do trabalho da imprensa, o paradigma tem fragilidades e ainda é pouco debatido no Brasil. Primeiro, deve-se considerar que imagens entrelaçadas em histórias emocionantes ajudam a construir imaginários sobre a própria guerra, causam emoção, visibilidade e audiência a qualquer veículo de comunicação. Cenas e textos que promovem representações negativas fortalecem o imaginário do público – e suas expectativas em relação à guerra – e reforçam bases ligadas à audiência e ao sucesso da cobertura.

Crítica importante é feita por Hanitzsch (2007), que considera o paradigma uma vertente com visão individualizada, porque ignora o fato de alguns limites da rotina atuarem no trabalho dos jornalistas, como o número reduzido de pessoal, a falta de tempo e de recursos, as hierarquias e as dificuldades de acesso à cena da notícia. De acordo com o

pesquisador, para ter impacto no modo com que as notícias são feitas e desenvolver uma vertente crítica, os defensores do conceito precisariam endereçar constrangimentos estruturais aos meios de produção da notícia.

Mesmo considerando que o paradigma tenha objetivo nobre, Hanitzsch (2007) acredita que é aplicável apenas para aqueles que estão ligados à pesquisa acadêmica, espaço onde geralmente é feita a crítica sem saber exatamente como é feita a cobertura jornalística. Enquanto em alguns aspectos os princípios básicos já tenham sido incorporados no trabalho diário, outras características parecem impraticáveis na rotina do jornalismo, pois os veículos de comunicação mantêm foco na audiência, a qual, muitas vezes, está relacionada a assuntos espetaculares. Dentro da realidade, a guerra, o conflito e as informações negativas têm mais apelo que a paz, porque sugerem imagens mais impactantes, criam imaginários, lidam com sentimentos mais intensos e, ao mesmo tempo, fragmentam e negam a própria complexidade. A guerra é o próprio conflito.

Além disso, o trabalho jornalístico está relacionado à mediação, que implica o movimento de significado de um discurso para outro e, por isso, deve-se considerar a transformação e a circulação de significados. Nestes casos, o repórter, ao divulgar um acontecimento, apodera-se dele de maneira isolada. Assim, para assumir as características de um jornalismo para paz, o profissional precisaria assumir ideias “politicamente corretas” e reconstituir os fatos com mais aprofundamento e tempo de pesquisa.

Para conseguir atuar no mercado, a técnica também precisaria assumir valores semelhantes do jornalismo corporativo. E, para sobreviver às críticas e discussões sobre seu valor analítico, deveria aprender a olhar para as audiências fragmentadas e ativas em vez de vislumbrar o público que precisa ser iluminado pela virtude do direito e comunicação direcionada.

Wolfsfeld (2004) justifica a mesma ideia ao dizer que há uma inerente contradição entre a lógica do processo de paz e as demandas profissionais, porque o primeiro é complicado, enquanto o trabalho do jornalista demanda simplicidade. Neste sentido, as pacificações precisam de tempo para se desdobrar e se desenvolver, enquanto o jornalismo exige resultados imediatos.

Considerando as possibilidades e impossibilidades do jornalismo para paz, deve-se compreender que o jornalismo é ancorado em valores do mercado, o que impossibilitaria colocar em prática todos os itens propostos pelos teóricos que pensam o conceito. Embora tenha fundamentos nobres, o jornalismo para paz representa um grande desafio para as redações, porque precisa dar visibilidade para diferentes aspectos de um fato sem perder



audiência e objetividade. Talvez neste ponto esteja uma de suas maiores contribuições: é preciso apresentar múltiplas informações para construir a realidade de um fato, e isso significa dar visibilidade a aspectos que muitas vezes estão escondidos e não representam o que o público quer ler e, principalmente, a dar voz àqueles que fazem parte de um acontecimento.

De acordo com Lago (2010), a qualidade da informação jornalística é parte inerente de um sistema democrático e fundamental para o exercício da cidadania. Para ela, a responsabilidade social do jornalismo e a defesa do interesse público não podem se resumir a fornecer informações que supostamente interessam as pessoas. Na centralidade dos temas a serem tratados sob a ótica do jornalismo para paz está a atualidade baseada em responsabilidade social, que, segundo Lago (2010), liga o jornalismo a conceitos importantes como interesse público, democracia e cidadania. Dessa forma, os modos de se fazer jornalismo devem ser múltiplos, plurais e devem contemplar o outro. Atitudes como estas deixariam o exercício do jornalismo um pouco mais próximo das atitudes de paz propostas pelo conceito criado por Galtung.

Com a intenção de conhecermos as escolhas (visíveis ao público) dentro da cobertura jornalística sobre o refúgio, partimos, no próximo capítulo, para uma análise de conteúdo. O método, em parceria com um estudo estatístico, nos leva a compreender alguns modos do fazer jornalístico dentro desta temática.

## 5. TRAJETOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

*As paixões se enfraqueceram à medida que as certezas foram perdidas, o pluralismo de ideias surge acompanhado pelo “compromisso com o mercado”, a “lógica do espetacular” tem a melhor mão do jogo, mas a configuração intelectual se recompõe, e o declínio pode ser revertido.*  
Georges Balandier

O que é uma pesquisa científica senão uma longa trajetória de métodos que descortinam aos poucos significados para aquilo que chamamos de objetivos ou problemas? Para chegarmos ao destino final deste caminho, uma sequência de métodos foi aplicada até que alcançássemos as respostas para as principais indagações.

Ao considerarmos o cenário do refúgio como uma paisagem ainda a ser descoberta pela imprensa, lançamos este estudo como uma forma de compreender e conhecer o que está sendo produzido no Campo Jornalístico brasileiro sobre a temática. À primeira vista, talvez pudéssemos apenas supor que a fotografia do fenômeno, sob as lentes do jornalismo, apresenta-se opaca e cinza. A suposta (e simplista) conclusão nos afastaria da própria proposta de investigação e tornaria esta pesquisa desnecessária.

Portanto, o ponto de partida é reconhecer que, para fazer este retrato do fenômeno, cada apropriação feita pelo jornalismo é definida a partir de uma série de critérios que envolvem rotinas de produção, escolhas subjetivas, ideologias e questões relacionadas ao tempo, espaço e cultura. Para analisar estes sistemas e o resultado do trabalho jornalístico sobre refugiados, foi preciso contar com o trabalho empírico – no qual foi selecionado um total de 98 textos dos jornais Folha de São Paulo, Correio Braziliense, O Globo e Zero Hora – e o aparato de autores de referência para construir uma reflexão. O cruzamento entre tais peças nos ajudou a revelar a personalidade desta cobertura jornalística que é produzida em território brasileiro.

Ao montarmos este mosaico metodológico trabalhamos com algumas hipóteses: a) a produção jornalística na área escolhida, sobretudo no jornalismo impresso, segue padrões lineares, muito pouco ousados e capazes de criar enquadramentos previsíveis e voltados para uma elite; b) por estar relacionada a uma questão de conflito – porque o refúgio requer a premissa da perseguição ou o seu temor –, o tema é respondido por meio de um trabalho que tende a vislumbrar a própria violência, o que Galtung (2007) chamaria de jornalismo de guerra; c) o enfoque jornalístico da cobertura sobre refugiados tem sobretudo o objetivo de

impactar, e não de contextualizar, explicar ou esclarecer o fenômeno do refúgio; d) os refugiados aparecem, na maioria das vezes, como sujeitos passivos e não ativos<sup>27</sup>.

A partir de tais suposições e da constatação de que a cobertura jornalística que envolve questões relacionadas a fatos herdados de guerras e conflitos tem naturalmente um viés violento – porque é capaz de criar histórias mais espetaculares –, utilizamos a perspectiva do jornalismo para paz para nos guiar neste estudo. O conceito nos ajuda na montagem do instrumento de pesquisa e é capaz de atuar como elemento revelador, porque seu contraste com o jornalismo de guerra é evidenciado e nos ajuda a conhecer e a compreender a realidade apresentada para o público.

Tendo em vista tais elementos, trabalhamos com o **objetivo principal** de compreender como a cobertura jornalística brasileira participa da construção do refugiado, apresentando-o a partir de elementos que enfatizam a guerra e/ou a paz. Dentro dessa esfera, surgem possibilidades capazes de abranger a temática em profundidade, traçadas em **objetivos específicos**: analisar e discutir as caracterizações feitas pelos jornais sobre o refugiado, entender quais são os procedimentos de mediação utilizados pelos jornais e identificar artifícios do jornalismo de guerra e do jornalismo para paz nos textos.

Como mencionado antes, alguns estudos, como os de Montúfar (2007), Retis (2002) e Cogo (2006) já trabalham questões profundas acerca da cobertura jornalística relacionada às migrações. Müller (2012) e Müller & Raddatz (2009) também consideram a temática, porém, a partir do aspecto da fronteira e de suas peculiaridades. Entretanto, análises que abrangem a temática do refúgio sob este aspecto ainda são pouco exploradas no Brasil.

A análise da cobertura jornalística é feita por meio de técnicas e métodos de pesquisa que envolvem características quantitativas e qualitativas. Na primeira fase do trabalho (teórica), tomamos como base os métodos de análise documental e pesquisa bibliográfica. Depois, na abordagem empírica, trabalhamos com os conceitos de análise de conteúdo, verificados a partir de estatísticas e das análises quantitativa e qualitativa.

O primeiro momento de pesquisa pode ser definido como um processo solitário, no qual foram encontrados documentos que colaboraram para a formação de um pensamento acerca da temática em estudo. Ao relacionar a análise de conteúdo à formação do Campo Comunicacional, Fonseca Júnior (2011) considera esta como uma fase de pré-análise, que se

---

<sup>27</sup> Consideraremos aqui como sujeitos ativos aqueles que participam da ação principal da informação, contribuindo com opiniões e comentários sobre sua própria realidade. Os considerados passivos seriam aqueles que aparecem como vítimas sem voz de um fato no qual estão inseridos. Resende (2009) chamaria de textos cegos aqueles que não disponibilizam o olhar do outro e de textos ruidosos aqueles no qual há a presença de narradores, o que amplia a possibilidade de diálogo entre as partes.

refere ao planejamento da pesquisa e ao instante em que as ideias são sistematizadas. Neste percurso, despontaram informações preciosas oriundas principalmente de documentos de ordem jurídica (leis, dossiês e livros oficiais), produzidos por órgãos relacionados às Nações Unidas e ao Governo Federal brasileiro. Também se considerou a divulgação de estatísticas referentes à circulação de refugiados no território mundial e brasileiro e materiais didáticos fornecidos em cursos.

Em momento paralelo, livros, sites, revistas, artigos nacionais e internacionais e anotações compuseram a pesquisa bibliográfica, definida como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos específicos para a realização e aprofundamento do estudo. A técnica agrupou procedimentos no qual foram identificadas informações e selecionados documentos sobre o assunto, que auxiliaram na identificação do tema e dos assuntos que o permeiam. Com o uso do material documental e bibliográfico, foi possível tecer a linha de pensamento que constitui esta tese.

Para compor a etapa empírica da pesquisa, escolhemos a análise de conteúdo, inferência avaliada como uma operação lógica, destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Por ser considerada uma técnica eficiente e híbrida, que está entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais, pode ser utilizada em parceria com outros métodos de investigação e ocupa-se basicamente da análise das mensagens. A metodologia escolhida é confiável e objetiva, porque o conjunto de procedimentos permite que as análises sejam aplicadas da mesma forma.

De acordo com Krippendorff (1990), o método permite forte orientação empírica exploratória, utilização de modelos – que envolvem ideias, conteúdo, canal de comunicação e sistema – e liberdade do investigador para programar e avaliar os resultados que surgem ao longo do trabalho. Na prática, os estudos são construídos a partir de relações: do analista com os dados, do contexto com os dados, do pesquisador com o conhecimento adquirido e dos objetivos com o *corpus* de análise. A combinação quantitativa e qualitativa consegue ainda promover duas visões sobre o conteúdo manifesto (visível) e o latente (oculto, subentendido), e sua integração é um reconhecimento de que os textos são polissêmicos, abertos para múltiplas interpretações.

Quando aplicado nos jornais, os estudos atravessaram distintas fases dentro da análise de conteúdo. Nestes casos, a técnica tem como objetivo ultrapassar incertezas, verificar se aquilo que o pesquisador julga ver na mensagem está efetivamente contido nela e, também, provar se a leitura particular do pesquisador é válida e generalizável. Portanto, as técnicas podem ser divididas em duas tendências: o desejo de rigor e a necessidade de descobrir, de

adivinhar, de ir além das aparências (BARDIN, 2011).

Considerada como um conjunto de análises das comunicações, a metodologia em questão tem um campo de aplicação extremamente vasto, uma vez que qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor possibilita ser escrito e decifrado. O termo, em Bardin (2011) é definido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Para verificar na prática a conceitualização do método, alguns delineamentos foram necessários. O primeiro deles, e talvez o mais importante, foi a escolha do *corpus* de pesquisa. Neste caso, selecionamos textos sobre a temática do refúgio publicados e assinados por jornalistas que prestam ou prestaram serviço para os veículos Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora, no período de 12 de setembro de 2001 a 12 de setembro de 2011. Determiná-lo exigiu um processo exaustivo de escolhas, no qual outras possibilidades de pesquisa tiveram de ser descartadas, refinamentos e avaliações importantes.

Os jornais que constituem parte fundamental desta pesquisa representam atualmente pouco mais de um terço (36,8%) da circulação de jornais do Brasil dentro da categoria dos veículos de referência<sup>28</sup>, fazendo com que nossos dados representem uma realidade sobre a imprensa brasileira. Para chegarmos a estes nomes, avaliamos primeiro a escolha de jornais localizados no mesmo espaço geográfico onde há predominância de refugiados. Uma das justificativas é encontrada em Traquina (2008) e em Wolf (1999), que consideram a proximidade um critério de noticiabilidade importante e uma ferramenta fundamental para a coleta de informações e produção de um texto jornalístico. Assim, por estarem mais próximos, estes veículos teriam mais chance de perceber a temática como um fenômeno de interesse para a realidade local e a tratariam com mais propriedade.

Depois, para traçarmos as regiões de abrangência, analisamos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e verificamos que, dos 4.477 refugiados que viviam no Brasil até o final de 2011 (período da pesquisa), 86,52% deles fixaram residência nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Portanto, elegemos um jornal de referência e de maior circulação de cada uma das regiões envolvidas. Para a seleção de tais veículos, usamos como base o levantamento anual do Instituto

---

<sup>28</sup> Embora os impressos populares tenham importante representação no cenário jornalístico brasileiro, esses foram excluídos da pesquisa. Devido ao caráter espetacular e sensacionalista de alguns deles, pesquisadores ainda divergem sobre esses veículos de comunicação e costumam a entendê-los como jornais de referência, que seriam aqueles dotados de linguagem abstrata e conceitual, credibilidade, objetividade.

Verificador de Circulação (IVC), divulgado em 2011. Conforme a Tabela 1, inscrita abaixo, Folha de São Paulo é o jornal referência com maior circulação no Brasil, uma média de 286.398 exemplares por dia. O Rio de Janeiro é representado pelo O Globo, com uma média de 256.259 exemplares por dia, e o Rio Grande do Sul, por Zero Hora, com 188.561 jornais por dia.

Embora tenha sede no Distrito Federal e não se situe na linha geográfica de maior índice de refugiados, incluímos também o Correio Braziliense, porque se localiza onde as principais decisões sobre a temática são tomadas e discutidas – órgãos como Ministério da Justiça, Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e ACNUR estão nesta região. O veículo tem uma média de circulação de 56.321 exemplares por dia.

JORNAL	MÉDIA DE CIRCULAÇÃO
<b>Correio Braziliense</b>	56.321
<b>Folha de São Paulo</b>	286.398
<b>O Globo</b>	256.259
<b>Zero Hora</b>	188.561
<b>Total</b>	787.539

Tabela 1 – Circulação média dos jornais de referência no Brasil. Fonte: IVC

Ao elegermos os quatro veículos de análise, para dar início à investigação e à seleção do *corpus*, consideramos como linha temporal de pesquisa o decênio que compreende os períodos de 12 de setembro de 2001 a 12 de setembro de 2011. Este espaço temporal refere-se aos dez anos que sucederam os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos.

Uma das justificativas está no fato de os ataques representarem uma grande mudança não só no cenário internacional, mas também no da comunicação. Além disso, a história do maior ataque aos norte-americanos desde o bombardeio de Pearl Harbor, em 1941, ainda permanece no imaginário das pessoas. O êxito da ação refletiu de maneira direta no comportamento dos cidadãos e incentivou a exaltação de novas práticas terroristas, assim como ações de retaliação que promoveram uma espécie de desordenamento mundial, que culminou na proliferação de refugiados pelo mundo e na formação de novos estigmas, estereótipos e categorias identitárias.

Monitorando os atentados ao vivo, a imprensa informou, ofereceu detalhes, divulgou boatos, colaborou na propagação do pânico e, ao mesmo tempo, tranquilizou a população.

Desde aquele dia, passou a atuar de forma ativa na busca pela justiça e por uma suposta paz mundial. Reflexos destas iniciativas estão registrados nas páginas dos jornais.

Em relação aos refugiados, o período escolhido representa também um momento em que fronteiras foram fechadas, principalmente pelos países do primeiro mundo, que se sentiram ameaçados pelo terrorismo. Também se deve considerar que, após os ataques, uma série de estratégias foi lançada pelo país e por aliados, o que resultou em guerras e, obviamente, no incremento no número de refugiados no mundo.

A morte de Osama Bin Laden, no dia 1º de maio de 2011, acusado por planejar os ataques, e o aniversário de uma década do atentado fecham o ciclo da pesquisa. Mais do que reconhecer perspectivas do mercado editorial brasileiro, o estudo prevê uma análise sobre o produto jornalístico (matérias e reportagens) entregue ao leitor durante esse período.

Por ser empírica, nossa pesquisa depende do tipo de fala a que o corpus se dedica e da interpretação que se pretende como objetivo, por isso, Bardin (2011) já indica que não existem fórmulas prontas em análise de conteúdo, mas, sim, algumas regras de base que foram aplicadas aqui. Em prática, elas devem ser homogêneas (não misturar aspectos diferentes num mesmo grupo), exaustivas (esgotar a totalidade do texto), exclusivas (um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes), objetivas (codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais), adequadas ou pertinentes (adaptadas ao conteúdo e ao objetivo). Assim, o que faremos é apresentar um quadro de significados e códigos contextuais, o que não representará um panorama completo sobre tudo o que é feito em cobertura jornalística brasileira sobre refugiados.

Neste sentido, depois de eleger os veículos e o período a serem analisados, selecionamos apenas matérias e reportagens que versavam sobre a temática do refúgio (incluindo seus personagens e contextos) de Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora. Ao escolher tais trabalhos usamos primeiro uma unidade de registro para fazermos a seleção, considerada parte de uma amostragem estabelecida na constituição do corpus. Para tanto, elegemos como padrão o uso da palavra-chave “refugiado(s)” e “refugiada (s)”. Ou seja, dentro dos dez anos de análise, apenas entraram para a primeira amostra os textos que apresentavam tais palavras – nesta fase, entretanto, nos valem apenas do termo em si, e não de seu significado.

Os primeiros resultados são abrangentes e representam o primeiro recorte do corpus – porque incluem todos os conteúdos em que o termo refugiado foi utilizado, como notas, chamadas, cartas de leitor, editoriais, roteiros de cinema, anúncios e conteúdo de agências de notícias. Entre os registros gerais, verificamos os seguintes resultados e características:

### a) Correio Braziliense

Considerado o primeiro jornal a ingressar no mercado brasileiro, o Correio Braziliense atualmente está em 20º lugar no índice de leitura do IVC. Por estar localizado estrategicamente no Distrito Federal, centro do poder político do país, investe principalmente em notícias relacionadas a questões nacionais.

A Tabela 2<sup>29</sup> traz a quantidade de jornais que apresentaram a palavra “refugiado” e suas variações em seus textos durante o período selecionado. Encontramos o registro total de 1.743. Durante o período analisado, verifica-se um padrão no número de textos por ano. O ano de 2002, logo após os atentados de 11 de setembro, entretanto, destaca-se na busca ao apresentar 214 textos nesta categoria, o maior índice dentro do período analisado.

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
TOTAL	160	214	143	151	115	143	179	128	201	158	151	1.743

Tabela 2 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal Correio Braziliense

### b) Folha de São Paulo

Considerado um dos mais importantes e tradicionais jornais do país, a Folha de São Paulo circula diariamente pelas principais capitais brasileiras. Sua história funde-se com a criação dos jornais Folha da Manhã e Folha da Noite, na década de 1920, e com a Folha da Tarde, de 1949. O conceito do jornal veio à luz em 1960, quando os três títulos da empresa se fundiram. Desde aquela época, é considerado um dos mais influentes do país, e conta hoje editorias fixas como Economia, Mundo, Esportes, Cotidiano, além de cadernos temáticos.

O jornal, destinado às classes A/B tem a segunda maior circulação do Brasil, de acordo com o IVC, e conta com uma ferramenta digital de busca, temporariamente gratuita. Os leitores podem acessar o programa e verificar o todo o conteúdo já publicado no veículo<sup>30</sup>. Na Tabela 3, temos apresentado o número de textos que publicaram a palavra “refugiado” e suas variações no período selecionado. Verificou-se a manutenção de números aproximados de textos, existindo uma queda nestes índices entre os anos de 2010 e 2011. No total, foram localizados 2.415 textos jornalísticos.

<sup>29</sup> Para a seleção dos materiais, utilizamos como fonte de pesquisa o site <<http://buscacb.correioweb.com.br>>, que disponibiliza uma ferramenta de busca para assinantes e permite a coleta de textos, publicados na versão impressa, por meio de arquivos em pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012

<sup>30</sup> Disponível em <<http://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: 15 de março de 2012



ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>TOTAL</b>	211	240	244	287	213	266	203	212	296	100	143	<b>2.415</b>

Tabela 3 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal Folha de São Paulo

### c) O Globo

Com sede no Rio de Janeiro, circula na cidade desde 1925. Traz em suas páginas textos com abordagem nacional e com foco em questões pontuais da cidade carioca e sua região metropolitana. Por ser produzido no centro do país, tem circulação relevante em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Está posicionado como o quinto maior jornal do Brasil.

Para conhecer as bases de dados do veículo foi necessário viajar ao Rio de Janeiro e fazer uma pesquisa no centro de documentações Infoglobo, o qual utiliza o programa *Digital Collections* (Digicol) como base para armazenar textos e fotos. A Tabela 4 apresenta abaixo o número de registros com a palavra “refugiado”. No total, foram encontrados 3.212 textos e os anos apresentam poucas variações em relação à quantidade, exceto nos períodos de 2002 e 2009, que se destacam como aqueles com maior frequência.

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>TOTAL</b>	282	448	229	230	218	281	236	277	357	259	395	<b>3.212</b>

Tabela 4 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal O Globo

### d) Zero Hora

Instalado em Porto Alegre desde 1964, o jornal detém maior relevância no sul do país, embora a circulação média diária de 188 mil exemplares deva-se principalmente ao território gaúcho – incluindo Interior e Capital. É abastecido principalmente por notícias regionais e com foco local que estão distribuídas pelas páginas por meio de editorias: opinião, política, economia, geral, polícia e esportes, além de cadernos temáticos semanais.

A pesquisa foi feita pessoalmente na sede da empresa, em Porto Alegre. Obtemos os resultados a partir de um banco de dados digital que hospeda fotos e textos, chamado de Nica e oferecido pelo Centro de Documentação e Informação (CDI) da empresa. De acordo com a Tabela 5, verificamos uma variação considerável entre o número de textos publicados no período em análise. Mais uma vez, o ano de 2002 foi o que obteve maiores registros (320). Neste caso, o total de textos foi de 2.142.

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>TOTAL</b>	284	320	295	131	149	116	161	126	212	97	251	<b>2.142</b>

Tabela 5 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” no jornal Zero Hora

## 5.1 Refinamento do corpus

Depois de definir o recorte inicial, trabalhamos com o refinamento dos textos obtidos até chegarmos ao corpus de pesquisa. No que chamaremos de Etapa 1, foram selecionados manualmente apenas os conteúdos jornalísticos que continham a palavra “refugiado” e suas variações os quais eram assinados por jornalistas dos veículos em análise.

Em seguida, o material da primeira fase passou por uma leitura prévia e por uma segunda avaliação, denominada de Etapa 2. Neste momento, iniciamos um processo de leitura de cada uma das matérias com o intuito de excluir aquelas que não aplicavam a palavra “refugiado” e suas variações ao conceito oficial da terminologia definido pelo ACNUR e já citado nesta pesquisa.

Em outras palavras, consideramos apenas os textos em que a palavra relacionava-se ao indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, estava fora do país de origem e não poderia ou queria ter proteção de tal país. Estavam incluídos na denominação os casos especiais, como refugiados de guerra, desertores, pessoas não autorizadas a sair do país de origem (como muitos cubanos), pessoas forçadas a deixar o país devido a conflitos armados ou internacionais e aqueles que recorrem ao uso da força para se defender. Foram eliminados, então, todos os termos que, de alguma forma, não representavam o refugiado de acordo com as normas estabelecidas pelo ACNUR.

Ao definirmos como critério a seleção de textos escritos e assinados apenas por jornalistas dos quatro veículos escolhidos, eliminamos a produção jornalística proveniente de agências de notícias. A distribuição desse material produzido em massa representa uma forma de globalizar a informação. Em um processo estruturado e desigual, tais agências tendem a homogeneizar o conteúdo informativo sobre refugiados que circula em território doméstico e crescentemente em um mercado global. Os números esclarecem o fato de poucas empresas manterem o controle do fluxo de informações internacionais, levando algumas regiões à total dependência de outras para o suprimento de bens simbólicos, que são gerados por uma série de fatores econômicos e históricos (THOMPSON, 2011).

Ademais, ao escolher como corpus os textos veiculados e assinados por profissionais dos quatro jornais, parte-se da hipótese de que os repórteres estão mais próximos da temática que faz parte do cenário da cidade ou do Estado onde vivem, como já mencionamos anteriormente. Esta proximidade lhes favorece na hora de escrever sobre o assunto, permite a produção, em tese, de conteúdos com diferencial, também por se destacarem frente aos textos das agências de notícias na aproximação do tema com a realidade social vivida. Portanto, o uso das agências de notícia, neste momento, vai contra nosso objetivo de analisar o conteúdo brasileiro publicado sobre refugiados. Tendo em vista os critérios e as justificativas estabelecidos, os resultados das etapas 1 e 2 são descritos abaixo.

#### a) Correio Braziliense

No total, entre o período de 12 de setembro de 2001 e 12 de setembro de 2011, foram encontrados 40 textos que continham a palavra refugiado, conforme definição, e que eram assinados por jornalistas do veículo ou a serviço dele (*freelancer*). Conforme a Tabela 6, que apresenta a quantidade de textos dentro dos padrões propostos, percebemos que o veículo em análise utiliza as agências de notícia como importante e exclusiva base de trabalho, indicando até mesmo a nulidade de produção jornalística própria sobre a temática no ano de 2003.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>Etapas 1</b>	3	7	5	9	5	9	8	2	2	9	10	79
<b>Etapas 2</b>	2	4	0	3	3	7	2	1	6	4	8	40

Tabela 6 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Correio Braziliense

#### b) Folha de São Paulo

Conforme a Tabela 7, entre o período de 12 de setembro de 2001 e 12 de setembro de 2011, foram encontrados 88 textos que continham a palavra “refugiado” e suas variações, conforme definição do ACNUR, e que eram assinados por jornalistas do veículo ou a serviço dele (*freelancer*). Os números da Etapa 2 apresentam uma frequência pequena, indicando desde já que a quantidade de textos que versam sobre o refugiado como indivíduo em busca de abrigo é muito pequena. Entre os 10 anos, 2007 é aquele que mais apresenta textos (16) dentro das categorias escolhidas.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>Etapa 1</b>	26	14	12	29	25	21	21	22	13	6	12	201
<b>Etapa 2</b>	10	5	6	9	7	6	16	10	5	5	9	88

Tabela 7 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Folha de São Paulo

### c) O Globo

No total, entre o período de 12 de setembro de 2001 e 12 de setembro de 2011, foram encontrados 56 textos que continham a palavra refugiado, conforme definição proposta, e que eram assinados por jornalistas do veículo ou a serviço dele (*freelancer*), conforme visto na Tabela 8. No refinamento da segunda etapa, percebe-se uma média de textos baixa sobre refugiados classificados de acordo com as denominações propostas pelo ACNUR. O ano de 2006 registra o maior índice entre eles, 11 textos.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>Etapa 1</b>	19	12	9	15	13	18	20	18	9	6	15	153
<b>Etapa 2</b>	7	5	5	1	2	11	7	5	2	4	7	56

Tabela 8 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de o Globo

### d) Zero Hora

De acordo com a Tabela 9, no total, entre o período de 12 de setembro de 2001 e 12 de setembro de 2011, foram encontrados 65 textos que continham a palavra refugiado, conforme definição proposta, e que eram assinados por jornalistas do veículo ou a serviço dele (*freelancer*). Entre os anos, há uma média pequena de textos, com destaque para 2002, que apresentou número maior (14) e que corresponde ao período marcado pelas estratégias de retaliação aos atentados de 11 de setembro de 2001.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>Etapa 1</b>	35	25	15	12	13	15	13	11	3	15	10	167
<b>Etapa 2</b>	11	14	7	4	3	3	5	4	2	2	10	65

Tabela 9 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Zero Hora

Com base nos dados acima sobre os quatro jornais, foram extraídos 249 textos no total, conforme a Tabela 10. Neste recorte, Folha de São Paulo tem a maior quantidade de material jornalístico na categoria escolhida, apresentando 88 textos (35,3% do conteúdo total selecionado, conforme Gráfico 1). Zero Hora totalizou 65 textos, o que representa 26,1% do

total escolhido. O Globo gerou 56 textos (22,5%) e, menos expressivo, Correio Braziliense registrou 40 (16,1%).

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>Correio Braziliense</b>	2	4	0	3	3	7	2	1	6	4	8	<b>40</b>
<b>Folha de São Paulo</b>	10	5	6	9	7	6	16	10	5	5	9	<b>88</b>
<b>O Globo</b>	7	5	5	1	2	11	7	5	2	4	7	<b>56</b>
<b>Zero Hora</b>	11	14	7	4	3	3	5	4	2	2	10	<b>65</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>34</b>	<b>249</b>

Tabela 10 – Quantidade de textos com a palavra “refugiado” e assinatura de jornalistas de Zero Hora

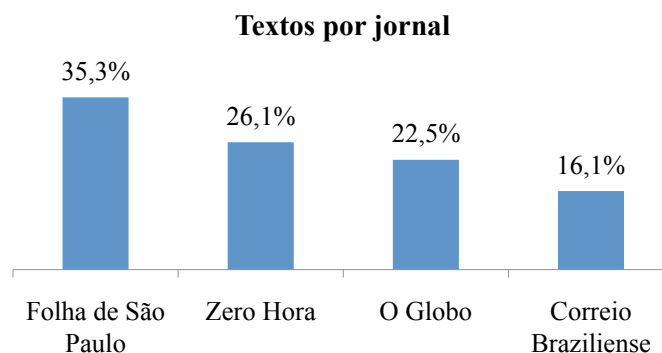


Gráfico 1 – Distribuição total de textos, por periódico, sobre refugiados e publicados em dez anos de análise.

Para que seja atingido o objetivo de compreender como a cobertura jornalística brasileira participa da construção do refugiado (a partir da palavra escolhida), precisamos considerar a realidade midiática produzida pelos jornais escolhidos, principalmente quando envolve este como personagem. Ao trazê-lo para o cenário de um texto, por meio do discurso direto ou indireto, o jornalista acaba por apresentar um espectro da realidade da vida cotidiana dos refugiados, o que nos conduz a um entendimento mais amplo sobre as mediações e representações feitas a partir dos depoimentos deste sujeito.

As escolhas e enquadramentos feitos aparecem por meio de marcas que podem, por exemplo, passar entre o jornalismo para paz e/ou o jornalismo para a guerra. Como explicam Berger e Luckmann (2009), a realidade da vida diária, embora esteja relacionada à questão de tempo e espaço, não se esgota em si mesma, mas revela-se também por meio de fenômenos que fazem parte do dia a dia os quais veremos ao analisarmos os dados da nossa investigação.

Dentro deste cenário, restringimos nosso corpus de pesquisa. Para compreendermos as construções feitas na cobertura jornalística brasileira sobre refugiados, selecionamos, entre os 249 textos, apenas aqueles em que indivíduo em questão era personagem do texto e tinha poder de fala direta ou indireta. Obtivemos, assim, um corpus de pesquisa de 98 textos, de acordo com a Tabela 11.

A partir da fala deles e das interpretações da mídia, é possível compreender a realidade do senso comum, que é tida como elemento da vida cotidiana. Thompson (2011, p. 268) agrega às afirmativas ao lembrar também que estes indivíduos dependem dos próprios recursos de fala para construir uma identidade coerente de si: “dizer a nós mesmos e aos outros o que somos é recontar as narrativas – que são continuamente modificadas neste processo – de como chegamos até onde estamos e para onde estamos indo daqui pra frente”.

Ao refinarmos a seleção dos jornais, percebemos que, dos 249 textos jornalísticos escolhidos inicialmente, 143 deles incluíram o refugiado como personagem das narrativas e 106, o excluíram. Este último número refere-se principalmente ao conteúdo que cita estes indivíduos por meio de estatísticas e de textos noticiosos que não apresentam o texto a partir de uma contextualização, fato que pode apontar rumos futuros desta pesquisa.

Por meios dos números, percebe-se também uma relação clara entre duas variáveis: quando o refugiado é personagem, tem poder de voz em 68,5% dos casos (98 textos); quando não é personagem, não lhe é dada oportunidade de fala em 90,6% dos casos, o que significa que seu depoimento ou opinião não tem validade dentro de um contexto no qual o assunto tratado é o refúgio. Esta relação de identificação entre as duas variáveis foi estatisticamente significativa:

		Refugiado fala		Total
		Sim	Não	
Refugiado personagem	Sim	98	45	143
		68,5%	31,5%	100,0%
	Não	10	96	106
		9,4	90,6%	100,0%
Total		108	141	249
		43,6%	56,6%	100,0%

Tabela 11 – Percentual de matérias em que o refugiado fala e é personagem

Em relação aos quatro jornais, no total de 98 textos em que o refugiado foi personagem e teve voz, 29 deles são provenientes da Folha de São Paulo (29,59%), 41 de Zero Hora (41,83%), 20 de O Globo (20,40%) e 8 do Correio Braziliense (8,16%).

Em relação ao padrão estabelecido para o corpus, Zero Hora apresentou o maior índice de textos aproveitados pelo corpus, 63,1%. Correio Braziliense atingiu 35,7%, enquanto Folha de São Paulo obteve 33% dos seus textos iniciais utilizados e O Globo, 20%, conforme o gráfico abaixo.

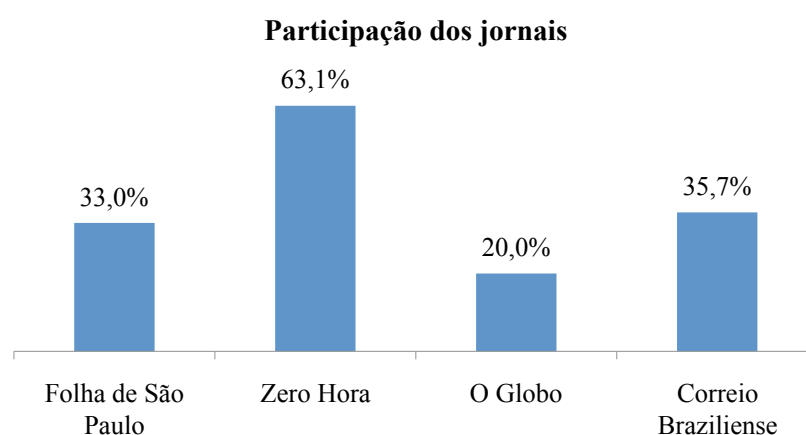


Gráfico 2 – Percentual de participação dos jornais no corpus de pesquisa

Embora os números relacionados à quantidade de textos sobre a questão dos refugiados sejam pequenos, representam a realidade da cobertura jornalística brasileira sobre o tema: em dez anos, o assunto foi pouco explorado pela imprensa, assim como a participação do refugiado como protagonista das narrativas que o envolve.

## 5.2 Mapas do instrumento de pesquisa

Sistemática, a análise de conteúdo tem o poder de revelar o que está explícito e também aquilo que está escondido ou ninguém percebe. Ao mapear espaços de leitura e de intenções por meio de sistemas de inclusão e exclusão, o método trabalha com a aparição de mensagens dentro daquilo que não é visto. É sair da superficialidade da aparência e ingressar em um universo particular repleto de surpresas.

Toda vez que se opta pela análise de conteúdo é aconselhável dedicar tempo ao mapa de codificação, que conduzirá a este encontro entre o revelado e o não-revelado. Esta construção faz parte de um processo sistemático no qual testes, revisão bibliográfica, leituras e análises se transformam em escolhas e, depois, em categorias que darão sentido à pesquisa.

Ao selecionarmos os 98 textos, trabalhamos com um contexto social específico, no qual as narrativas de cada um deles são representações deste contexto composto por uma

variedade de fatos. À pesquisa coube observar manifestações, recorrências e singularidades de dados que são representações de uma realidade social do refúgio. Nesse sentido, “os acontecimentos exigem produção de sentido, são espaço de exploração, interpretação, interação e não contem um “em si”: eles sempre surgem a alguém, são fundamentalmente relacionais” (LEAL & ANTUNES, 2011, p. 27).

Para darmos existência aos elementos que acompanham a temática escolhida e integram o mundo interpretativo, foi necessário nomear, instituir marcas nas narrativas. Assim, fizemos a tipificação da cobertura jornalística em questão – por meio de espaços temáticos que, no próximo capítulo, serão medidos e analisados.

O trajeto até o instrumento de pesquisa para a prática da análise de conteúdo passou por um plano metodológico iniciado pela leitura de cada um textos selecionados. O gesto permitiu a tipificação dos acontecimentos por meio de zonas temáticas e unidades de registro, o que tornou inteligível a massa de dados e a criação de diferentes possibilidades de interpretação dos jornais.

A codificação por temas, na visão de Herscovitz (2007), geralmente oferece resultados positivos, porque são formados por unidades de textos que incluem o sujeito, o verbo e o objeto ou agente, a ação e o alvo da ação. Neste caso, organizamos a análise de conteúdo em três níveis analíticos norteadores, cujas características de cada uma deles permitem olhar para o objeto de estudo sob ângulos diferentes.

O primeiro nível chamamos de marcas de apuração. São referências capazes de localizar o leitor em tempo e espaço em relação ao texto em análise, o que produz sentido para a compreensão da cobertura jornalística como um todo. Incluem os seguintes itens:

1. Jornal: refere-se ao nome do veículo sob análise.
2. Ano: Localiza o período de publicação do texto.
3. Mês: Localiza o período de publicação do texto. com pouco mais de precisão.
4. Editoria: o nome dado pelo jornal para localizar o leitor dentro de uma página. Além das tradicionais editorias, incluímos reportagem especial, utilizada quando a mesma é indicada por uma cartola.
5. Título do texto: refere-se à categoria jornalística, anterior ao texto, utilizada para chamar a atenção de um leitor. Em alguns casos pode ser chamado de manchete.
6. Gênero predominante: estilo jornalístico do texto. Estão nesta categoria artigo (texto opinativo assinado), matéria (notícia geralmente factual trabalhada de maneira mais simples), reportagem (relato ampliado de um acontecimento, com mais fontes e



geralmente com pesquisa de campo), editorial (texto opinativo da empresa jornalística) e entrevista (conversa entre repórter e a fonte, impressa no jornal em formato de pergunta e resposta).

7. Autor do texto: quem foi o responsável por escrever. Estão nesta categoria, o *freelancer* (profissional contratado para fazer um trabalho específico para jornal), correspondente internacional (profissional que mora na região onde ocorreu o fato ou próximo dela), enviado especial (jornalista do veículo designado para viajar até o local do acontecimento e permanecer lá temporariamente) e repórter do jornal (profissional contratado e que tem como local de trabalho a redação do veículo).
8. Lugar: região onde o fato se sucedeu, podendo ser um ou mais. O texto pode ter sido feito *in loco* ou não. O Brasil foi dividido em regiões (sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste), enquanto o restante foi segmentado em continentes de acordo com classificações geográficas internacionais (Ásia, África, América do Sul, América Central, Europa, misto e não indicada).

No segundo nível analítico, trabalhamos com as marcas do refugiado, categoria que localiza o mesmo em relação à motivação do refúgio e a sua própria origem. Dois elementos foram norteadores neste caso:

9. Origem: local de nacionalidade do refugiado. A segmentação é feita por continentes (Ásia, África, América do Sul, América Central, Europa, misto e não indicada).
10. Classificação: refere-se ao motivo pelo qual o indivíduo está refugiado ou sentiu temor de perseguição. Foram considerados aqueles que mais aparecem nos textos: etnia, guerra, pessoas que recorreram ao uso da força para se defender ou são perseguidos por grupos organizados (substituímos aqui a definição pela palavra “narcotráfico”, por ser a situação única e mais frequente), perseguição devido à opinião ou posição política (substituímos aqui pela palavra “político”) e reassentamento (neste caso, o indivíduo já é um refugiado e desloca-se para um outro país por motivos variados e sob a tutela do ACNUR).

Por fim, o terceiro nível é a espinha dorsal da análise e traz as marcas do jornalismo para paz ou jornalismo para guerra. É neste espaço que é revelada a realidade sobre o refugiado apresentada na cobertura jornalística. Incluem, neste segmento, quatro categorias e seus itens, conforme descrição abaixo.

*A) Categoria oportunidade de fala: refere-se à tentativa do jornalismo de ouvir os envolvidos de um determinado fato, e não apenas a elite.*

11. Quem fala no texto: indica quais os atores do texto têm poder de fala e servem de fonte de informação. Estão entre as possibilidades: autoridade da ONU, cientista político, Exército, refugiado, representante do governo, ONG, outros. As unidades de registro foram criadas a partir da leitura prévia dos jornais.
12. Como o refugiado fala: é estilo de discurso investido na narrativa (direto ou indireto).
13. Quantidade de falas: indica o número de vezes em que um ator tem poder de voz por meio de um discurso direto.
14. Tipo de discurso do refugiado: refere-se ao estilo de discurso. Neste caso, consideramos opinião aquele em que o refugiado é comentarista de um determinado fato; em testemunho, ele atua como participante, contando alguma história.
15. Sobre o que o refugiado fala: temas que permeiam a fala direta ou indireta. Foram escolhidos a partir da leitura prévia dos jornais. Estão entre os assuntos autoridades, costumes, choque cultural, crimes cometidos pelo refugiado, dificuldade de adaptação, estado de ilegalidade, felicidade de morar no Brasil, fuga, paz, preconceito, problemas econômicos, problemas políticos, problemas sociais atuais, problemas sociais passado, projetos ou iniciativas, próprio país, religião, violência e maus tratos, vitórias do passado, vontade de retornar ao país e outros.

*B) Categoria humanização dos personagens: analisa causas e consequências que podem influenciar em fatos históricos, culturais e identitários do refugiado.*

16. Termos usados para referir-se ao refugiado: palavra usada em substituição a refugiado, podendo ser uma ou mais. Algumas delas podem ser classificadas como negativas e pejorativas (deportado, clandestino, fugitivo), outras como neutras (nome, profissão). Estão na listagem: adjetivo negativo, adjetivo positivo, clandestino, desertor, deportado, estrangeiro, exilado, fugitivo, imigrante, imigrante ilegal, nacionalidade, nome, profissão, religião, reassentado, outros.
17. Valor da ação do refugiado: é a valoração ou qualificação da ação principal descrita no texto. Pode ser conflitiva, cooperativa, sucesso, desistência, medo, vítima ou indeterminada. A opção “conflitiva” refere-se àqueles fatos cuja essência descrita tem

fundo em ações violentas, ilegais e de enfrentamento diante de um contexto desfavorecido. Pode conter termos pejorativos.

A opção “cooperativa” refere-se a ações positivas, conciliadoras e de integração por parte do refugiado. “Sucesso” refere-se aos textos em que o resultado de algo feito pelo refugiado teve êxito, está bastante relacionada ao trabalho e à sensação de orgulho e de reconhecimento. A opção de “desistência” refere-se ao fato de o refugiado apresentar desinteresse e decepção pela realidade em que vive.

“Medo” é a alternativa que revela o temor devido a alguma ameaça do presente ou do passado. A opção “vítima” refere-se a um posicionamento negativo, no qual o refugiado recebe as consequências de ações geralmente violentas ou de injustiça. A alternativa “indeterminada” é utilizada quando nenhum dos valores acima descritos se aplica.

18. Traços de caráter ou identidade do refugiado: classificação feita pelo jornalista para identificar o jeito, a personalidade e o caráter do personagem. Podem estar explícitos ou implícitos no texto. Entre as opções estão desinteressado, desempregado, doente, engraçado, foragido, fugitivo, marginal, participante político, pessoa de bem, preguiçoso, sonhador, trabalhador, terrorista, triste, velho, vítima ou outro.

*C) Categoria promotores da paz: indica a valorização de ações de paz por meio de mediadores*

19. Foco dos textos: quando são apresentadas possibilidades de paz, esta pode ser sugerida por meio de promotores de paz da sociedade ou por aqueles da elite, como é o caso de governantes, autoridades, ONU e organizações de poder.
20. Elementos de cultura do refugiado: traços que relacionam o personagem ao seu país de origem. Estão listadas marcas culturais de religião (alcorão, traje muçulmano), hábitos (chá, música, narguilé) e vestimenta (barba, bigode, lenço na cabeça, burka, turbante).
21. Traços de identidade daquele que não é o refugiado: como o jornalista apresenta os demais personagens inseridos no texto e em comparação ao refugiado: é melhor, é mais instruído, é inferior, não consta.
22. Elementos da cultura do brasileiro: traços e indicativos mais comuns relacionados nos textos que fazem referência ao refugiado. São utilizadas as marcas lazer (samba, carnaval, havaianas, música, novela, praia), gastronomia (café, churrasco, chimarrão,

feijão, guaraná) e futebol (jogador de futebol, bola, Copa do Mundo, futebol, Pelé, Ronaldo, time de futebol).

*D) Categoria orientações dentro de conflito: o confronto pode ser apresentado como um espaço onde histórias de vencedores e perdedores podem ter voz.*

23. Aspecto do texto jornalístico: ao explorar a “formação do conflito”, o texto trabalha com a orientação *win-win* (vencer-vencer), apresentando os objetivos de todos os lados envolvidos e dando voz para todas as partes. Quando explora a “arena do conflito”, trabalha com espaços fechados e com a orientação de vencedores e perdedores. A opção “nenhuma alternativa” é utilizada quando nenhum dos fatores anteriores é identificado nos textos.
24. Foco do texto: A alternativa “efeitos invisíveis da violência” refere-se à contextualização de traumas, glórias e prejuízos à estrutura local e à cultura dos envolvidos. Na opção “consequências visíveis da guerra”, são valorizados elementos relacionados à morte e aos danos materiais causados por um conflito.

O tratamento das 98 matérias analisadas a partir do instrumento metodológico descrito acima foi feito com a supervisão de um estatístico. Os dados foram analisados por meio do software *Statistical Package for The Social Science* (SPSS), destinado para análises estatísticas das Ciências Sociais. O programa nos forneceu um panorama quantitativo sobre a cobertura jornalística brasileira, o que despontou tendências, regularidades e irregularidades. O ordenamento do material em análise foi fundamental para pensá-lo qualitativamente.

## 6. MARCAS DA COBERTURA JORNALÍSTICA BRASILEIRA SOBRE REFUGIADOS

*Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado.*

Pierre Bourdieu

Revelar o que é produzido no Campo do Jornalismo sobre refugiados é uma oportunidade de compreender os diferentes recortes de realidade feitos sobre a temática e que promovem efeitos diversos. Ainda que os pedidos de refúgio no Brasil tenham triplicado nos últimos três anos<sup>31</sup>, o que eleva a importância do país no cenário das migrações, ao analisarmos os jornais Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora durante uma década, percebe-se que a cobertura que envolve a temática é pequena, mas de extrema relevância para a investigação. O que analisamos a seguir é uma das poucas fontes de informação sobre o refúgio que, por teoria, não são consideradas institucionais, tampouco são provenientes de meios envolvidos diretamente com a causa, como sites de órgãos da ONU ou governamentais.

Ao refinarmos nossas buscas pelos arquivos dos jornais, como já mencionamos, nos deparamos com um total de 249 textos escritos por jornalistas brasileiros e nos quais o refugiado aparecia (a partir do termo de busca “refugiado”). Porém, destes, apenas 98 se adequaram à proposta de apresentar momentos de fala dos protagonistas, o que nos indicou o corpus de pesquisa. Deixar de fora 151 matérias não nos exime de considerá-las um achado importante dentro da pesquisa: o silêncio dos refugiados também é um modo de fala.

Embora uma das propostas seja analisar e discutir caracterizações do refugiado feitas nos textos e nos discursos deles, o que reduziu nosso material de pesquisa, o que está escondido também é revelado. Sem chance de voz, não há reconhecimento de informação comunicada, mas há, de alguma forma, uma fala com significado. O silêncio fala por si e indica que a opinião, o testemunho e as histórias do refugiado não são consideradas importantes para a realidade descrita ou não podem ser apresentadas.

Apesar de Resende (2009a) considerar que conceder espaço de fala para o outro é um gesto de autoridade, e não de alteridade, porque quando o outro fala o faz de um deslugar e

---

<sup>31</sup> Dados do Conare, disponíveis em <http://migre.me/eixCO>

recebe uma autorização de alguém (o jornalista), silenciar sobre a causa do refúgio é indício de um jornalismo voltado para guerra, como Galtung (2007) explica em sua teoria. Sendo assim, não há espaço para as expressões do sujeito, que podem consistir em valorização, avaliação e até mesmo em conflito.

Considerados eixos das histórias, os personagens representam as pessoas reais dentro do cenário do refúgio. O seu reconhecimento e de sua dinâmica funcional ocorrem em paralelo com a identificação dos episódios, porque eles são atores que têm funções importantes dentro da progressão histórica.

Perante o aspecto jornalístico, sabe-se que as notícias que despertam mais interesse são aquelas que contam histórias de vida e não apenas atuações, números e estatísticas sobre o refúgio, principalmente pelo fato de o jornal ser o espaço onde é tecida a vida do outro, como lembra Resende (2009b). Para Fontcuberta (1993), o interesse pelas histórias ocorre porque há rotinização da rotina, que provoca o desejo de consumir informações de vidas distantes e estas podem aportar explicações ou respostas às situações já questionadas e plantadas.

Sem dar espaço a estas histórias, o refúgio transforma-se em fenômeno social opaco, sem vida, sem extensões para discussão e para sua própria compreensão. A percepção sobre suas causas e modos de operar na sociedade e as possibilidades de olhares de alteridade sobre ele são anulados. Afasta-se, dessa forma, as chances de a imprensa atuar como transformadora, como agente de uma cobertura jornalística mais igualitária, voltada para a paz e para a construção de novos pensamentos que reflitam sobre a temática.

## 6.1 Marcações do território jornalístico frequentado pelos refugiados

Dentro desse universo limitado de 98 textos, algumas categorias e caracterizações constroem as marcas do perfil da cobertura jornalística brasileira e ajudam a compreender as estratégias narrativas utilizadas para criar os efeitos de realidade. Cada um dos aspectos em análise ajuda a construir um mosaico de representações que dão sentido ao refúgio e ao ser refugiado.

Elemento inicial para conhecermos a atuação jornalística dentro da área escolhida, o que chamamos de **marcas de apuração** (do nosso instrumento de pesquisa) nos revelam escolhas técnicas e de rotina que envolvem e incidem, de alguma forma, na maneira como enxergamos a cobertura jornalística. Ao descobirmos os dispositivos utilizados por repórteres

e editores desvendamos alguns “efeitos do real” que explicam a maneira como os refugiados são representados.

Para dar início a este trajeto de análise e reflexão, o primeiro fator que podemos citar está relacionado à localização das 98 matérias dentro da geografia dos jornais. Do conteúdo analisado, 48,0% delas foram publicadas na editoria Internacional, conforme o que mostra no Gráfico 3. Por teoria, este tipo de noticiário, embora com pouca tradição em nosso país, é constituído por discursos que têm relevância amplificada. Ou seja, ao enquadrar a questão do refúgio em um cenário mundial, os textos ganham dimensões simbólicas maiores, mesmo quando não pertencem àquela categoria. É o que ocorre com a imprensa brasileira: embora predominem os textos publicados na editoria internacional, 52,0% das notícias têm como pontos de partida assuntos relacionados aos fatos ocorridos dentro do Brasil.

Ao situar os textos dentro do jornalismo internacional, a produção jornalística insere a temática em um contexto que pode lhe dar maior visibilidade ou porque sugere que as soluções são de responsabilidade internacional. O refúgio é um assunto global, com desdobramentos que atravessam fronteiras. Entretanto, por exigir olhares regionais, demanda que sua estrutura e seus personagens dependam muito de respostas locais e individualizadas.

A circulação da cobertura jornalística pela editoria Internacional é comum também quando analisamos os jornais individualmente. De modo isolado, dentro dessa editoria, três deles mantiveram porcentagens individuais próximas: Folha de São Paulo apresentou 55,2% de seu conteúdo (16 textos) na editoria Internacional, enquanto Zero Hora apresentou 43,9% (18 textos) e O Globo, 55,0% (11 textos). Correio Braziliense foi o único que registrou um índice baixo, 25,0% (2 textos).

Assim como elegem os enquadramentos que definirão a realidade intrínseca de um texto, os jornalistas escolhem por onde suas narrativas vão circular dentro de um jornal. A localização dentro da geografia do impresso vai definir também como o leitor vai mirá-lo. Dependendo do sujeito, haverá mais ou menos afinidade e empatia com o tema tratado.

A lacuna que parece existir entre a sociedade onde estão instalados os refugiados e a realidade apresentada nos jornais pode ser diminuída quando os jornalistas inserem estes textos em editorias que remetem a questões localizadas – quando a notícia permite. Inserir a temática do refúgio em um plano menos global é, de alguma forma, estar aberto à possibilidade de reconhecer os refugiados como indivíduos pertencentes de um contexto social brasileiro (e talvez regional, bem próximo ao leitor).

Em outras palavras, quando os jornalistas inserem estes textos em editorias como Cidades, que apresentou índice de 16,3%, ou Esportes (9,2%), conforme o Gráfico 3, eles

aproximam mais a temática do leitor, que passa a perceber o refúgio como uma questão da própria da região de onde vive ou do seu dia a dia – o que gera a impressão de que aquela realidade lhe pertence e pode ser passível de soluções locais. Sob esta perspectiva, seria ativado no leitor um interesse (um valor-notícia) de proximidade – “o refúgio me interessa porque está próximo da minha vida cotidiana e reflete em questões da minha realidade social, econômica e cultural.”

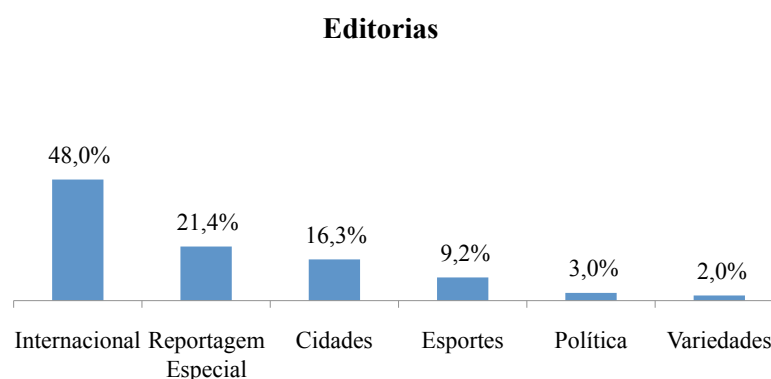


Gráfico 3 – Número de matérias por editoria na cobertura jornalística de quatro jornais

Dentro das categorias que indicam as formas nas quais o texto jornalístico circulou, observou-se também o uso da cartola Reportagem Especial em 21,4% dos casos. O índice substitui o nome de uma editoria e é utilizado em casos nos quais um texto aprofunda a temática, incluindo pontos de vista mais abrangentes, seja por meio de mais fontes, informações ou recursos visuais como fotos e gráficos. Nestes casos, encontramos exemplos nos quatro jornais.

Em Correio Braziliense, por exemplo, a reportagem “Onde os refugiados começam uma vida” (03/08/2011, p. 10) versa sobre a experiência do Brasil como esteio para 4,4 mil pessoas que deixaram o local onde viviam, e poderia situar-se, por exemplo, na editoria Cidades. Também poderia estar nesta mesma editoria o texto “Um país para chamar de seu”, de O Globo (10/08/2008, Revista O Globo, p.31-35), que faz parte de um especial produzido pelo jornal e que revela os sonhos e decepções de refugiados que vivem no Rio de Janeiro.

Folha de São Paulo utiliza o termo Reportagem Especial no texto “Terra Estrangeira” (20/03/2005, Revista da Folha, p. 12-19), na Figura 1, que traz como notícia o fato de cerca de 1,5 milhão de imigrantes e refugiados viverem de forma irregular no Brasil. Em Zero Hora, “O êxodo do horror – A fronteira” (14/10/2001, p. 4-5), representado na Figura 2, tem



características que o incluiria na editoria Internacional, porque revela a trajetória de refugiados que se deslocam ao Paquistão, mas é abrigado sob o título de Reportagem Especial.

De certa forma, eleger o espaço onde o texto irá fixar-se é dá-lo um sentido dentro do contexto escolhido. A etapa, que não deixa de ser uma hierarquização, confere às narrativas maior ou menor importância dentro do universo noticioso. Nesta perspectiva, hospedar o texto de qualquer editoria dentro de Reportagem Especial lhe confere maior importância hierárquica, mas cada caso pode ser analisado individualmente. Em Internacional, por exemplo, a temática inspira olhares globais. Por sua vez, Cidades, Esportes e Política são em temáticas mais voltadas ao dia a dia e que têm a chance de serem mais próximas do leitor e de sua realidade.



Figura 1

Figura 1 – “Terra Estrangeira”, Folha de SP, 20/03/2005, Revista da Folha, p. 12-19. Fonte: [www.acervo.folha.com.br](http://www.acervo.folha.com.br). Acesso em: 12/02/2012  
 Figura 2 – “O êxodo do horror – A fronteira”, Zero Hora, 14/10/2001, p. 4-5. Fonte: CDI Zero Hora



Figura 2

A classificação dos gêneros jornalísticos também nos orienta neste momento de mapeamento e nos ajuda a ter uma ideia inicial sobre o viés dos veículos em relação ao assunto estudado. Cada classificação aborda realidades distintas, definindo verdades diversas, adequadas a um objetivo ou a uma situação.

A partir dos dados, verificou-se que o gênero predominante foi a reportagem (61,2%), conforme o Gráfico 4. Conceitualizada por Chaparro (2000) como um relato jornalístico que torna mais amplas as explicações de uma temática, ela sugere o descortinamento de situações, falas, fatos e saberes que definem, alteram ou explicam uma realidade. Ao mesmo tempo em que pode ser um indicativo positivo de que a questão está sendo tratada com maior profundidade, o uso da reportagem como elemento constitutivo predominante não é garantia de que os fatos estejam passando por tratamentos equilibrados e pouco tendenciosos, o que é revelado quando analisamos a temática dos discursos e as representações feitas a partir da identidade do refugiado.

Além deste aspecto e seguindo a análise, obtivemos o registro de 28,6% de notícias, ou seja, textos que se esgotam em si mesmo e para cuja compreensão bastam as informações do próprio fato relacionado ao refugiado. Também foram encontradas 8,2% de entrevistas e 2,0% de notas, conforme o Gráfico 4. Uma das justificativas para este último resultado é que o gênero notas dificilmente é publicado com assinatura de repórteres e geralmente é proveniente de agências de notícias – fator que foi excluído de nosso corpus de pesquisa.

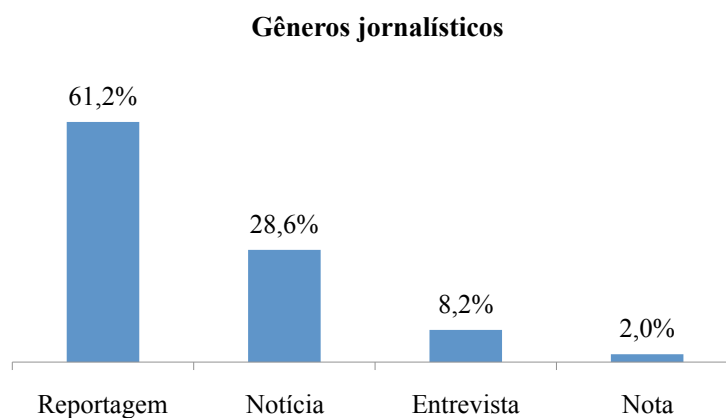


Gráfico 4 – Percentual de matérias por gênero predominante

Quando trazemos à pesquisa os distintos gêneros jornalísticos, lançamos também artifícios que relacionam a atualidade da informação. A atualidade é um feito conveniente da notícia, que requer uma conjunção entre tempo presente e imediatismo para poder circular, como cita Fontcuberta (1993). Em relação à temporalidade dos textos analisados, percebemos que, quando o refugiado tem poder de voz, a maioria deles (61,2%) não se refere a este momento presente, ou seja, o texto não é factual, conforme o Gráfico 5.

Neste caso, a produção jornalística é feita a partir do desdobramento de um acontecimento, que pode ter ocorrido no dia anterior ou não. O número obtido confere com o próprio corpus de pesquisa: ao elegermos apenas textos em que o refugiado é protagonista e tem poder de voz, as narrativas de vida estão mais entrelaçadas na cobertura jornalística. Em outras palavras, estas histórias que sintetizam as experiências humanas (com seus dilemas e paradoxos) dependem pouco da instantaneidade. Além disso, o uso do não factual sugere tanto a possibilidade de interesse espontâneo pela causa quanto um elemento de aprofundamento sobre a questão do refúgio. Também demonstra que, diante de acontecimentos de “última hora”, os refugiados não são, do ponto de vista jornalístico, sujeitos dinâmicos e colaborativos, porque não têm direito à voz dentro destes espaços, explicação que é justificada quando encontramos um porcentage de 38,8% de textos factuais, nos quais os protagonistas são os refugiados.

De modo geral, o fator temporal é decisivo para caracterizar a emergência do jornalismo e as perspectiva das ações em momentos históricos. Para Franciscato (2003), o tempo presente é essencial para a prática jornalística, mesmo quando trazemos histórias do passado para o agora, e se manifesta por meio da temporalidade dos eventos noticiados em seus movimentos próprios, da temporalidade da instituição jornalística com suas rotinas particulares e do tempo do leitor, este relacionado às formas individuais e coletivas de experiência do tempo. Assim, a atualidade jornalística opera em sintonia com a temporalidade dos eventos.

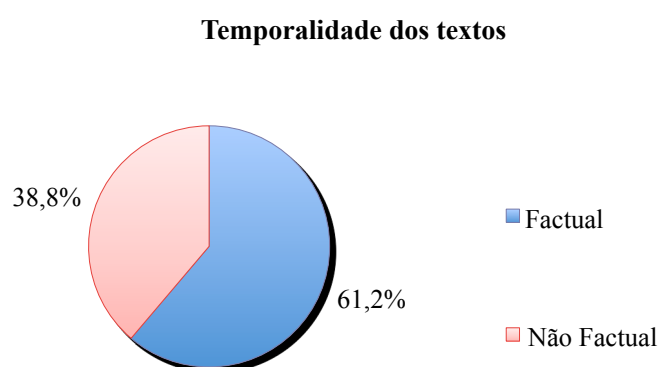


Gráfico 5 – Distribuição de matérias conforme a temporalidade

### 6.1.1 Quem é o autor dos discursos

Narrar é estender pensamentos. É organizar falas e dar sentido a elas. Quem narra algo tem um objetivo e não o faz por acaso ou com ingenuidade. Com esse propósito, o jornalista assume seu texto e suas significações, e cada uma das marcas impressas neste processo tem a ver também com sua condição de tempo e espaço.

Ao ser o responsável por escrever fatos relacionados ao refúgio o qual tem como origem pontos diversos, tanto no Brasil quanto no Exterior, o repórter do jornal, baseado na sala de redação, se abastece de diferentes fontes durante a rotina de trabalho. Pode ter a oportunidade de encontrar a realidade do refúgio próximo de seu ambiente, dar telefonemas, enviar e-mails e conversar pessoalmente com as fontes. Casos como este, em que o repórter “da casa” é o responsável por narrar os fatos, estão presentes em 52,0% da cobertura jornalística sob análise, conforme o Gráfico 6.

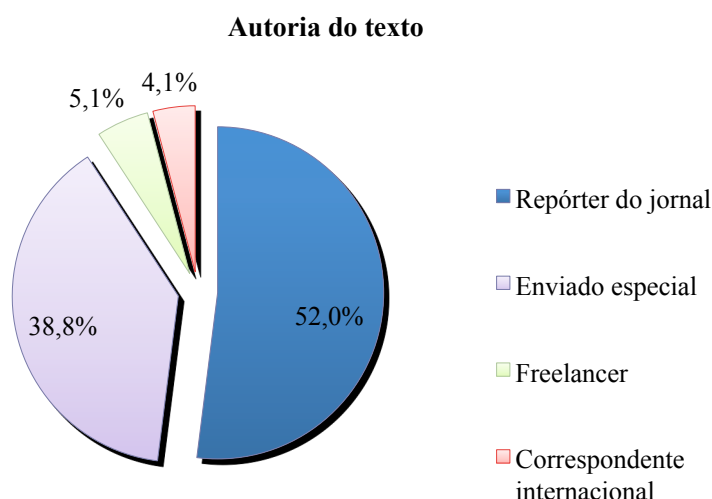


Gráfico 6 – Distribuição de matérias conforme a origem da informação.

Em alguns casos, mesmo lotados no próprio local de trabalho e com possibilidades de apurar o conteúdo jornalístico, alguns deles utilizam como fonte de informação o material noticioso de agências de notícias e da internet para dar vida aos textos. O chamado “cozido” ou “requeentado” é uma técnica comum dentro das redações, principalmente naquelas que decidem por investir em reportagens feitas a quatro paredes e com recursos técnicos mais práticos e rápidos, como o e-mail e o telefone.

Tal característica pode ser percebida quando o Correio Braziliense publica “Cicatrices da Guerra” (27/12/2009, p. 20), na Figura 3. Assinado por Isabel Fleck, o texto revela o

sofrimento – “nas ruas e nas almas”, conforme indica – vivido pelos moradores da Faixa de Gaza um ano após o início de conflitos. Para dar vida ao fato, cinco personagens têm voz na reportagem, mas em apenas um dos casos sabe-se de onde as informações são provenientes: de um discurso enviado à *Arab Women Association* – e não à jornalista, que o reproduziu.



Figura 3

Figura 3 – “Cicatrizes da Guerra”, Correio Braziliense, 27/12/2009, p. 20.  
 Fonte: [www.buscacb.correioweb.com.br](http://www.buscacb.correioweb.com.br). Acesso em: 01/02/2012  
 Figura 4 – “O êxodo dos famintos”, Zero Hora, 21/08/2011, p. 18.  
 Fonte: CDI Zero Hora



Figura 4

Por referir-se a um conteúdo produzido na redação – porque não há indicativos de deslocamento da repórter, informação de praxe quando o tema é reportado de um outro destino – provavelmente ela conversou com estes personagens por e-mail ou extraiu os relatos de agências internacionais. Mesmo assim, ela transpõe ao público elementos emocionais fundamentais, construídos a partir de recursos de linguagem para enquadrar as falas e as descrições providas das fontes: “as cicatrizes dos bombardeiros permanecem nas ruas”, “casas em ruínas, grandes pilhas de entulhos nas ruas” e “marcas profundas na rotina” são alguns exemplos.

Na estratégia, a jornalista capta elementos emocionais fundamentais para fazer do acontecimento um espetáculo e ergue alicerces de um ambiente hostil, violento e trágico, o que ajuda a convencer o leitor sobre a realidade. De modo geral, devido à ausência ao local do fato, a repórter decidiu por confiar no discurso oferecido “por terceiros”, que já passou por um crivo inicial, e faz suas próprias seleções a partir de descrições que não temos certezas se têm mais veracidade ou espetacularidade, mas nos fazem acreditar que realmente existem.

Práticas como esta, comuns das editorias que contemplam assuntos internacionais, deveriam esbarrar em dilemas éticos. O fazer jornalístico “mecânico” e sem reconhecimento crítico muitas vezes agrega-se à necessidade de publicação de determinado assunto, mesmo que este jornalista não tenha condições de conferir as informações com as fontes. É um mal ainda despercebido dentro de muitas redações e que se repete, por exemplo, em Zero Hora, no texto “O êxodo dos famintos” (21/08/2011, p. 18), Figura 4.

Na matéria que narra a vida de famílias da Somália em busca de água, comida e segurança, a repórter Laura Schenkel trabalha com a rotina dos campos de refugiados sem estar no local do acontecimento e constrói uma narrativa na qual o leitor acredita que ela estava lá, conferindo os fatos: “No longo do trajeto, pais e mães chegam ao ponto de ter de escolher quais de seus filhos vão continuar a jornada, decidindo quem tem mais chance de sobreviver à medida que a água e a comida se tornam escassas”, escreve.

Detalhes do texto, como a descrição do personagem Wardo Yusuf, que caminhou por duas semanas com um filho nas costas e outro ao lado, reforçam a ideia e transportam o leitor ao local do acontecimento. Porém, ao dar voz a esse refugiado, ela assinala que a entrevista foi concedida à agência de notícias *Associated Press* (AP), e não ao Zero Hora. Sob este aspecto, o jornal se apropria de um texto comprado, insere diferentes falas que ajudam a construir a ideia de veracidade e cria uma realidade específica sobre a questão da Somália. Como falamos anteriormente, este tipo de produção é usual no jornalismo impresso, principalmente na editoria internacional, que não tem forte tradição no Brasil. Por vezes, quando traz o ponto de vista de especialistas, gera leituras interessantes, mas o erro neste caso é permitir a assinatura do repórter, que por mais que tenha trabalhado sobre o texto, não é autor original do produto que publica. Do ponto de vista profissional, o bom senso indicaria suprimir a assinatura do repórter e conter a vaidade que permeia a vida jornalística.

À medida que as redações enxugam pessoal e reduzem custos com uma matemática voltada a métricas de fluxo de trabalho, questões como a descrita tornam-se mais comuns. Diante deste cenário, o jornalista classificado como enviado especial torna-se a única (e talvez última) alternativa para que um assunto como o refúgio internacional receba um tratamento *in*

*loco* na cobertura jornalística. Nos jornais analisados eles foram responsáveis por 38,8% dos textos, conforme o Gráfico 6, e o número é representado por jornalistas deslocados principalmente para territórios como Paquistão, Líbano, Somália e Israel, entre outros, em momentos pontuados por conflitos de repercussão internacional.

No caso da cobertura jornalística em análise, os enviados especiais revelam um investimento da empresa jornalística e uma forma de evitar os conteúdos homogeneizados fornecidos pelas agências internacionais. Por permanecer durante um período determinado de tempo instalado em um destino e para fazer um trabalho específico, a categoria dá significado à informação de forma mais personalizada, sem perder o referencial do próprio país e em harmonia com as ideologias e enquadramentos desejados. Em relação ao conteúdo, os textos assinados por eles geralmente apresentam narrativas que descrevem a vida do refugiado como um todo, suas amarguras e desafios, detalhes também voltados à emoção do leitor.

Capazes de observar os fatos numa perspectiva mais conjuntural e menos interna, como descreve Agnez (2012), o correspondente internacional geralmente têm mais condições de fazer abordagens completas e também aparece na pesquisa. Representa apenas 4,08% da produção jornalística sobre refugiados. O número concorda com o cenário atual deste tipo de jornalista, que vem sendo cada vez mais raro na paisagem das empresas devido a questões econômicas, e complementa o pensamento de Silva (2011), que em sua obra o define como um jornalista em profunda crise de identidade neste novo século.

Em substituição ao enviado especial ou ao correspondente internacional, os jornais vêm contratando repórteres *freelancers* que geralmente vivem no Exterior. Em nossa pesquisa, encontramos 5,1% dos textos nesta categoria, em Folha de São Paulo e O Globo. Sem vínculo empregatício, a categoria é cada vez mais comum no cenário jornalístico, representando uma alternativa para as empresas adaptarem-se às exigências de flexibilidade do trabalho das últimas décadas (BURKHARDT, 2006).

Pagos por tarefa, eles trabalham por conta própria e podem ser mais facilmente dispensados quando for necessário reduzir a quantidade de mão de obra empregada. Por este motivo, geralmente acumulam diferentes tarefas para empresas distintas e não têm seu trabalho e sua forma de produção controlada, o que pode comprometer a qualidade daquilo que produz e fazer da relação entre a empresa jornalística e o *freelancer* uma ordem baseada na confiança.

### 6.1.2 Possíveis temas que pautaram os textos

Independentemente de quem é o autor do texto, a temática ganha destaque nos jornais a partir de acontecimentos relacionados principalmente a períodos de eclosão de conflitos significativos para o cenário mundial – fora da rotina normal, tais eventos são inclusive alavancas de agendamento para matérias produzidas dentro do território brasileiro. Alguns desses episódios fazem referência a outros textos midiáticos que se constituem a partir de notícias não programadas. Ao mesmo tempo em que a guerra, por exemplo, promove notícias, algumas delas são enquadradas sob a perspectiva da necessidade de refúgio e do surgimento de novas vítimas dentro deste cenário desfavorável.

Durante os dez anos analisados, percebeu-se que o interesse pela temática do refúgio foi diretamente proporcional à produção de refugiados no mundo, alavancada por uma série de conflitos mundiais. No Gráfico 7 podemos visualizar o fenômeno quando colocamos os números frente a frente – quantidade de textos publicados versus população estimada de refugiados em milhões. Em relação às publicações, 48,9% delas ocorreram nos anos de 2001, 2002, 2007 e 2011, o que representa quase metade da divulgação sobre a temática.

Mais do que um índice, as estatísticas corroboram o interesse do jornalismo por fatos imediatos, que quebram a rotina e que se encaixam nos tradicionais critérios de noticiabilidade: o ano de 2001<sup>32</sup> é lembrado pelos atentados de 11 de setembro aos Estados Unidos e à guerra no Afeganistão, que ampliou a diáspora afegã e as discussões acerca do terrorismo. Em 2002, o Brasil foi marcado pela chegada do primeiro grupo de refugiados afegãos pelo programa de reassentamento, o que gerou o fator novidade e o interesse sobre o assunto, posicionando o país como um líder na área. O ano de 2007 foi pautado pela Guerra do Iraque e, por fim, 2011, além de combinar os dez anos dos atentados terroristas, registrou a onda revolucionária da Primavera Árabe, assim como guerras civis em territórios da Líbia e Síria, que produziram grandes levas de refugiados<sup>33</sup>.

O que se percebe em relação a este aspecto é que os textos nos quais este indivíduo é personagem nascem a partir de acontecimentos de grande relevância, de ganchos ou agendamentos geralmente relacionados aos conflitos e que conduzem os jornalistas a pensarem sobre o assunto e seus desdobramentos. Como fenômeno do tempo presente, ligado à instantaneidade, a guerra está por trás dos números do refúgio e conquista visibilidade

---

<sup>32</sup> Não foram encontrados registros sobre o número de refugiados no mundo durante o ano de 2001.

<sup>33</sup> Estima-se que o conflito tenha matado mais de 80 mil pessoas desde março de 2011 e gerado mais de 4,25 milhões de deslocados internos, segundo dados do ACNUR. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/siria>> Acesso em: 2 de dezembro de 2012



devido a suas conseqüências sociais, econômicas e políticas que organizam diferentes práticas e interações da sociedade. Dessa forma, de maneira geral, o interesse espontâneo pelo refúgio não ocorre – e está ligado à guerra – e a cobertura jornalística brasileira atua de maneira previsível.

A justificativa neste momento é baseada no próprio sentido do trabalho jornalístico que contempla os fatos que levam à maior produção de refugiados do mundo. Trabalhar sobre a guerra é naturalmente intensificado por dilemas que discorrem de textos e imagens. As apropriações do jornalismo neste sentido são enriquecidas por cenas fortes, choques emocionais e eventos midiáticos alicerçados em fatores tecnológicos, sociais e geopolíticos. É neste local que repousa também o interesse pelas conseqüências dos conflitos, e o refúgio é uma delas.

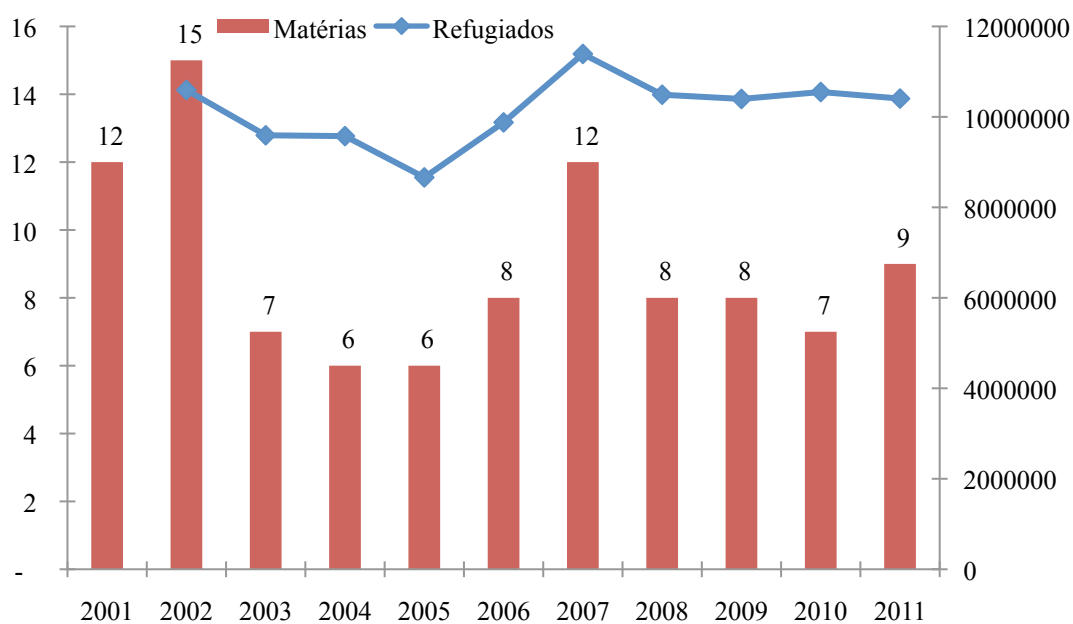


Gráfico 7 – Distribuição de textos e número de refugiados no mundo.

Outro aspecto relacionado àquilo que está na agenda mundial é a escolha dos personagens que participam das narrativas. Quanto maior a representatividade deles como refugiados no contexto mundial, mais utilizados são dentro dos textos. Ou seja, 52,0% de indivíduos citados na cobertura referem-se àqueles que pediram refúgio e são provenientes de países da Ásia (que inclui Paquistão, Afeganistão, Iraque, Síria, entre outros). De acordo com

estatísticas do final de 2011 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR),<sup>34</sup> período que encerra nosso estudo, o continente em questão foi o que mais gerou o deslocamento de pessoas naquele ano, cerca de 14,5 milhões. A produção de textos sobre africanos representa 22,4% do conteúdo, seguido por América do Sul (10,2%), América Central (6,1%), Europa (4,1%) e mistos (5,1%), que incluem textos com personagens de diferentes nacionalidades e continentes. O uso da identificação de tais locais cumpre a função de localizar, situar o leitor e dar a ideia de precisão.

## 6.2 O terreno fértil da construção de representações

O momento inicial de uma narrativa jornalística é quase sempre um instante de confronto, porque exige o posicionamento de diferentes falas, conotações dramáticas imediatas e negativas, cuja função é, conforme Motta (2007), irromper, desorganizar e transtornar. É uma espécie de situação dramática que abre espaço para novas ações e episódios que mantêm a narrativa viva. Na cobertura jornalística brasileira sobre refugiados, o confronto que traz expectativa pelo desenlace das histórias tem em seu cerne a guerra como principal pano de fundo para as histórias de deslocamento.

No segundo nível analítico de nossa pesquisa, em que trabalhamos com as **marcas do refugiado**, a guerra é balizadora da produção jornalística e foi motivo de diáspora para 53,1% dos personagens nos textos, de acordo com a Tabela 12. Incrustada de histórias de impacto, a guerra vende, envolve, produz imagens e relatos impactantes, muitas vezes impensáveis para quem vive longe dela – indicativos que já foram apontados em outros estudos acadêmicos (GALTUNG, 2007; LYNCH, 2007; WAINBERG, 2005).

Os reassentados, ou seja, aqueles que já viviam como refugiados em outros países, mas que se deslocaram para um segundo território (no caso, o Brasil) constituem o segundo grupo mais frequente na cobertura, com índice de 34,7%. Segundo o Conare, no final de 2011, eles eram em número de 424 pessoas no Brasil – de um total de 4.477 – indicativo de que, embora o número seja menor em relação ao total de refugiados, os reassentados receberam proporcionalmente mais atenção que os demais.

Como mencionado no capítulo segundo, o programa de reassentamento iniciou no Brasil em 2002, sendo Porto Alegre a primeira cidade a receber famílias afegãs que viviam em campos de refugiados da Índia – o que justifica o fato de Zero Hora explorar este segmento em 65,9% dos registros, o mais elevado entre os veículos. O fato foi um grande

---

<sup>34</sup> A Year of Crises. UNHCR Global Trends, 2011.

marco para a história do refúgio e agendou a temática dentro do jornalismo, que encontrou ali um campo onde brotavam histórias de vida que poderiam ser quase que infinitamente exploradas. A partir do ocorrido, o Rio Grande do Sul, por exemplo, passou a produzir mais textos sobre a temática.

TIPO DE REFUGIADO <sup>35</sup>	JORNAIS				
	Correio Braziliense	Folha de São Paulo	O Globo	Zero Hora	Total
<b>Guerra</b>	7(87,5%)	20(69,0%)	14(70,0%)	11(26,8%)	<b>52(53,1%)</b>
<b>Reassentado</b>	0(0,0%)	4(13,8%)	3(15,0%)	27(65,9%)	<b>34(34,7%)</b>
<b>Político</b>	0(0,0%)	4(13,8%)	2(10,0%)	2(4,9%)	<b>8(8,2%)</b>
<b>Narcotráfico</b>	1(12,5%)	1 (3,4%)	1(5,0%)	0(0,0%)	<b>3(3,1%)</b>
<b>Etnia</b>	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	1(2,4%)	<b>1(1,0%)</b>

Tabela 12 – Classificação do refugiado de acordo com sua motivação de fuga

Ao desembarcarem no Brasil, os reassentados chegam em condições diferentes daqueles que fogem devido a um fundado temor de perseguição. Deslocam-se do país onde estavam até o segundo destino sob proteção do ACNUR, que os insere em um programa onde passam por etapas administrativas e burocráticas, incluindo a emissão de documentos e entrevistas. Neste sentido, chegam ao território brasileiro um pouco mais preparados, menos acuados, mais ocidentalizados e, talvez, mais abertos para serem entrevistados e contarem suas histórias. O ponto nevrálgico, entretanto, é que muitos deles também viveram histórias de violência, perseguição, subordinação e ameaças em um passado que, muitas vezes, dista de mais de cinco, sete, dez anos do atual momento. Mas estes assuntos são explorados pela mídia como se tivessem ocorrido há pouco tempo ou no tempo presente.

Dentro do panorama de tipos de refugiados inseridos na cobertura jornalística, percebemos também a evidência de 8,2% de conteúdos sobre refúgio político, geralmente relacionado ao êxodo cubano, no qual a saída ilegal do país ou a permanência não autorizada em outra nação pode configurar um pedido de refúgio. Conforme a Tabela 12, apareceram apenas 3,1% de casos de pessoas com fundado temor de perseguição ou ameaça ou direitos humanos devido ao narcotráfico. Este último apareceu, por exemplo, nos jornais Correio Braziliense (“Onde os refugiados começam uma nova vida”, 03/08/2011, p. 10), Folha de São Paulo (“Refugiado colombiano tenta a vida no sertão”, 06/11/2005, p. A30), na Figura 5, e O Globo (“Os filhos da guerra”, 20/02/2005, p.39) referido especificamente aos colombianos, conforme Figura 6.

<sup>35</sup> Verificar as definições utilizadas na página 113 para cada uma das categorias.



Figura 5



Figura 6

Figura 5 – “Refugiado colombiano tenta a vida no sertão”, Folha de São Paulo, 06/11/2005, p. A30. Fonte: [www.acervo.folha.com.br](http://www.acervo.folha.com.br). Acesso em: 12/02/2012  
 Figura 6 – “Os filhos da guerra”, O Globo, 20/02/2005, p.39. Fonte: Arquivo O Globo

A falta de interesse por aqueles que fogem de questões relacionadas ao narcotráfico chama a atenção, porque, de acordo com estatísticas oficiais da mesma época em que as matérias foram publicadas, os colombianos deslocados devido ao regime formavam o segundo grupo de refugiados mais numeroso do Brasil (654 pessoas) e, em 2011, representavam 14,6% da população refugiada instalada no país. Aqueles que se deslocam da Colômbia vêm ao Brasil impelidos por situações particulares: tensões ideológicas entre governos e autoridades e movimentos clandestinos ligados principalmente ao poder do narcotráfico e das Forças Armadas Revolucionárias (Farc).

Encontrar valor notícia em apenas três casos em uma década é preocupante e revela a preferência da imprensa brasileira pelos contrastes. A diferença é o que atrai o jornalista para a cobertura do segmento estudado e, como os colombianos são vizinhos muito próximos, acumulam traços culturais e de identidade semelhantes aos dos brasileiros, o que, superficialmente, não causa diferença nem estranhamento. Além disso, a latinidade, a proximidade cultural e a suposta facilidade de integração deles devido a tal fator não causam impacto e, portanto, perdem valor-notícia. Em tese, considera-se a integração deles mais promissora e menos permeada por obstáculos.

### 6.2.1 Quem fala e o que fala: os atores das notícias

Utilizar citações e espaços de fala dentro de um texto é dispor de recortes que conferem veracidade à narrativa. Toda vez que estes elementos são acionados, há a impressão de que o jornalista é um mero narrador, desprovido do poder de intervenção. Entretanto, cada espaço dado à voz do personagem é uma escolha do jornalista, dirigida conforme sua subjetividade, e que reserva significados que serão constitutivos da realidade criada.

Na narrativa jornalística, acredita Resende (2009a), há uma forma autoritária de contar uma história, e que apresenta-se velada. Compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento significa dar ênfase à ideia de jornalismo como atividade própria em um espaço dinâmico, que se articula a partir de estratégias de poder.

Neste sentido, são características predominantes desta pesquisa personagens que poucas vezes apresentam poder de fala individual e que têm suas declarações interligadas à voz de figuras autoritárias e de controle. Ao mesmo tempo em que os refugiados recebem o direito de ter suas falas publicadas em formato de discurso direto, onde estaria a extração mais próxima de seus pensamentos, em 67,3% dos casos, estas mesmas vozes são interpretadas pelo jornalista e divulgadas simultaneamente em forma de discursos indiretos, conforme o Gráfico 8.

A estatística que aponta o uso de dois discursos diante da fala do personagem coincide com a tarefa do jornalista de atuar como filtro daquilo que é falado. Ao selecionar as vozes sob determinado enquadramento, o repórter escolhe o que será dito, traduz o discurso, adapta-o para a forma que considera mais adequada. De fato, usar demasiadamente o discurso indireto é um modo de exclusão do próprio discurso, regulado pelo dispositivo da autoridade: “quem pode falar e o que pode falar” (BENETTI, 2010, p. 151).

Mesmo com o predomínio deste recorte sobre as falas, deve-se considerar também textos que têm apenas o discurso direto (30,6%), no Gráfico 8, oferecendo uma espécie de diálogo para o leitor, no qual o refugiado parece estar aberto para contar suas histórias, oferecer detalhes e até deixar claras suas opiniões e reivindicações. O uso exclusivo do discurso indireto foi encontrado em apenas 2% do corpus.

### Tipo de discurso

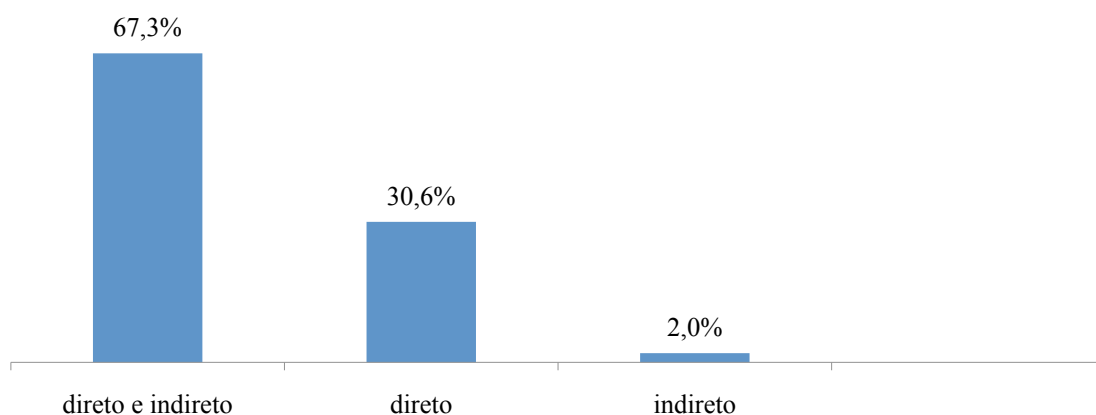


Gráfico 8 – Porcentagem sobre o tipo de discurso nos textos analisados

Quando investigamos quais são os demais indivíduos que compartilham as palavras nas páginas de jornal, ao lado dos refugiados, encontramos principalmente figuras oficiais, algumas delas de competência autoritária. Verificamos que 52,0% dos textos estão nesta categoria e incluem 34,7% de falas provenientes de autoridades com alguma influência política, como a ONU, representantes do governo e policiais ou exército, e 17,3% de organizações não-governamentais que atuam em parceria com a ONU.

Das 98 matérias, algumas também deram oportunidade a outras figuras, além das apresentadas no Gráfico 9 e que não compõem dados estatísticos relevantes. Em pelo menos um texto outros indivíduos tiveram oportunidade de expressão: médicos, advogados, vizinhos, psicólogos, namorados, intérprete, pastor e até funcionário da pensão em que o refugiado estava hospedado.

Para um cenário mais equilibrado, seria preciso estimular o refugiado como fonte de notícia, para que demonstrem integração na sociedade onde estão inseridos. Trabalhar com múltiplas vozes, além de abrir espaços para diálogos e reflexões mais amplas, é um dos princípios do jornalismo para paz.

### Quem tem direito de fala

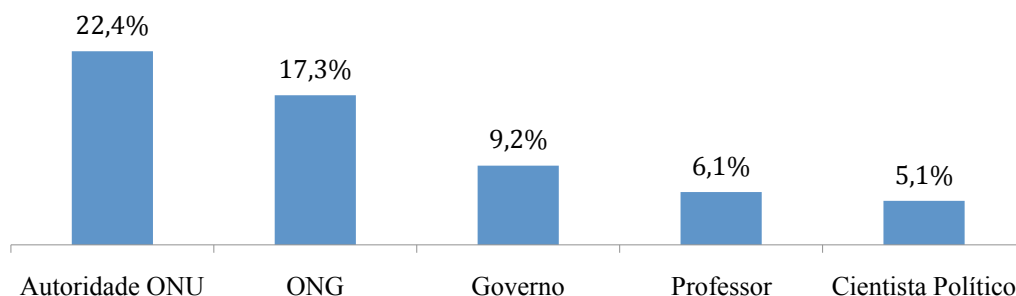


Gráfico 9 – Porcentagem sobre quem tem direito de fala nos textos analisados

Tão importante quanto saber quem divide espaço de fala com o refugiado na cobertura jornalística em análise é compreender como este discurso esteve posicionado e sobre o quê versava. O relato jornalístico, baseado na participação do personagem como testemunha de um fato, teve predomínio em 87 textos e compõe 88,8% do conteúdo. Isso quer dizer que, a partir de depoimentos, o acontecimento ganhou significado utilitário, político e cultural no momento em que está inserido na narrativa do personagem.

Nestes casos, em relação à qualidade destes testemunhos, os jornalistas constroem uma atmosfera negativa em volta das falas, detendo-se principalmente em discursos que remetem aos detalhes visíveis dos conflitos, nos quais estão ou estiveram inseridos os refugiados e a fragilidade de suas identidades, que naturalmente já são permeadas por estigmas. Dentro desta construção de realidade a partir dos discursos, todos os tipos de refugiados atuam como testemunhas. Suas falas, nesta ótica, se sobressaem devido a trechos escolhidos pelos jornalistas e basicamente de ordem conflitante, como violência e maus tratos (44,9%), problemas sociais atuais (28,6%), dificuldades de adaptação (21,4%), problemas econômicos (21,4%), autoridades de poder (18,4%), entre outros, conforme o Gráfico 10.

O predomínio da ordem negativa conduz à construção de um discurso voltado para a vitimização e para o apelo às histórias tristes e chocantes. Em boa parte dos textos analisados, não há espaço para a construção de novos pensamentos sobre o refúgio ou para a motivação de atitudes. Devido ao fato de a situação de refúgio ser acompanhada pela fuga e por questões que remetem aos conflitos, a cobertura jornalística brasileira tende a ser reducionista, enquadrando as falas em ideias pré-concebidas e que reforçam o status fragilizado do refugiado. Ao atuar dentro desse sistema, levanta a bandeira de uma espécie de guerra contra

a insegurança que os refugiados representam, estabelecem campos de batalha urbanos, como diria Bauman (2007), por meio da palavra. Dentro deste contexto, é eliminada a possibilidade de uma ética intercultural (CORTINA, 2005), a qual possibilitaria a conservação das identidades dentro dos discursos, a convivência autêntica e o respeito para compreender o posicionamento de cada um.

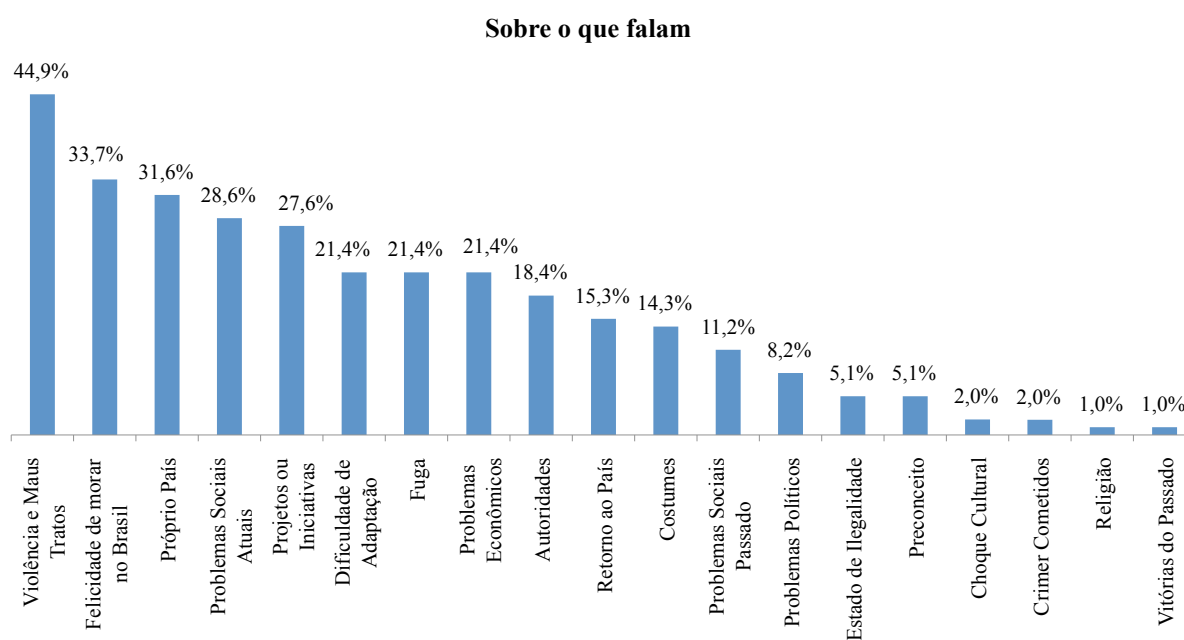


Gráfico 10 – Porcentagem sobre os assuntos abordados na fala do refugiado

Alguns exemplos dentro dessa lógica são marcantes. No texto “Depois de morar na rua, campeã de judô vira babá”, de Folha de São Paulo (02/08/2009, p. C8), a história de Eureka Bokufe é permeada por drama, violência e um excedente de raiva na narrativa. São justamente nos detalhes sórdidos da vida do passado que está o valor-notícia encontrado pelo repórter. Como descreve, a jovem judoca congoleza teve a casa invadida por guerrilheiros e foi obrigada “a manter relações sexuais com o próprio irmão, da mesma faixa etária”. Caracterizada como uma pessoa “sem dinheiro, nem documentos e chorando”, a refugiada trabalha hoje como babá, mas não ganha salário – apenas mora e vive de favor.

Histórias de vida são sempre interessantes de serem contadas, mas a violência enraizada no discurso reforça estigmas pré-existentes e se reporta à ética e à alteridade, porque ambas apresentam um modo de relação com o outro e são fundamentais para a garantia dos direitos humanos. A imprensa neste caso aceita o fenômeno trabalhando com o sentido de misericórdia pela vítima, expõe suas cicatrizes mais fortes e, logo, não protege nem



promove paz. Não há preocupação com a privacidade da fonte, com as consequências após a publicação do texto ou com o papel social do jornalismo. Também não busca-se entender o lado da vítima sem colocá-la em risco e sequer são ouvidos especialistas para contextualizarem a situação.

No momento em que o país abre suas fronteiras para receber refugiados e legisla a favor deles, tem a missão de construir artifícios de proteção para estes sujeitos. Mas, no caso descrito, a violência aqui tem nome, nacionalidade e um rosto estampado no jornal, fatores que provavelmente não seriam utilizados se o protagonista da história fosse um brasileiro.

Neste caso ainda, o uso da imagem tem poder de colocar tensão na temática, entre a racionalidade e emotividade de seu conteúdo. Para Franciscato (2003), o fascínio, o espetáculo, o impacto, a emoção tornam-se valores também para a imagem jornalística, o que revela sua força e também fragilidade do suporte jornalístico. Apresentam um valor referencial sobre um determinado assunto.

Em um segundo plano, complementam as escolhas jornalísticas analisadas nesta pesquisa os relatos com conotação opinativa, nos quais o refugiado atua como comentarista da própria situação vivida. Tal categoria está presente em 69,4% dos casos e não é excluyente àquela analisada anteriormente (testemunho). O que chama a atenção, entretanto, é que, quando tem oportunidade de expressar um posicionamento, o refugiado tem a voz enquadrada para temas que enfatizam o país onde está instalado (o qual é, em muitos casos, o território do jornalista).

Os brasileiros são receptivos e calorosos. Só temos elogios. (Folha de São Paulo, 12/10/2008, Revista da Folha, p. 15).

Ao contrário do campo de refugiados, aqui temos liberdade. Esse é o nosso maior orgulho. (Folha de São Paulo, 12/10/2008, Revista da Folha, p. 15).

O povo brasileiro é bom, mas agora eu ando com medo de bala perdida. (O Globo, 10/08/2008, Revista O Globo, p. 35).

Não por coincidência, a categoria de refugiados que mais se manifesta dentro desta ordem são os políticos (87,5%), conforme Gráfico 11, considerados mais intelectualizados e, assim, mais aptos para emitir opiniões, e os reassentados (85,3%), que, por se deslocarem sob a proteção da ONU e depois de uma temporada de refúgio em um país anterior, geralmente têm mais esperança de estabelecer novas relações sociais, culturais e de trabalho no país anfitrião.

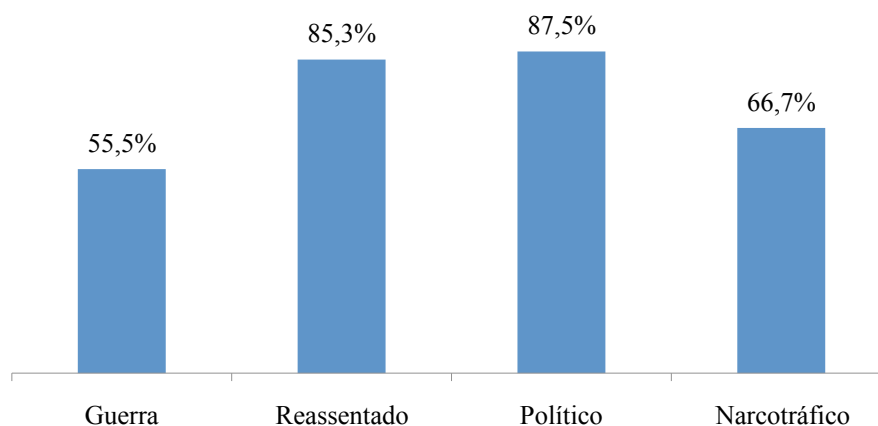


Gráfico 11 – Percentual sobre a totalidade do espaço de fala do refugiado de acordo com sua categoria

Sob esta perspectiva, em 33,7% dos textos eles versam sobre a felicidade de morar no Brasil, em 31,6% o próprio país é lembrado como um local do passado, podendo ou não ser um ponto de referência para o retorno. Também há registros de projetos e iniciativas que pensam em executar no país onde se instalaram (27,6%).

Não fui na direção errada. Estou feliz de vir para o Brasil. Vou aprender a jogar futebol aqui. (Correio Braziliense, 17/03/2009, p. 36)

Quando cheguei, senti que estava no paraíso. Vi a liberdade e a felicidade aqui. Sinto que finalmente estou sendo visto como ser humano (Zero Hora, 21/10/2007, p.37)

Para uma cobertura jornalística sobre refugiados mais eficiente em relação às falas selecionadas, o ideal seriam números muito semelhantes entre o discurso testemunhal e o opinativo. Nos dados apresentados, a diferença entre eles é estatisticamente relevante e aponta para um interesse pelo jornalismo de guerra na medida em que a cobertura privilegia efeitos visíveis dos conflitos.

Os fenômenos que relacionam os elementos discursivos com os usuários, ou a pragmática, como indica Chaparro (2000), ajudam na construção da contextualização do fato. Encontrar evidências sobre a valorização da violência em detrimento da paz é deparar-se com apontamentos que nos levam a perceber que o trabalho jornalístico dentro da temática segue padrões voltados para um ritmo do espetacular, do sensacional e da busca constante pela construção de cenários impactantes e paisagens sempre muito comuns da guerra ou das situações que envolvem o conflito ou a discórdia.

Os relatos com enquadramentos desta realidade são obviamente guiados dentro do interesse jornalístico, potencializam os efeitos transformadores de um texto e alteram o estado das coisas. Entretanto, por mais que imaginemos que a guerra ou a vítima de um conflito sejam apenas resultados de violência, que precisa ser revelada e reiterada, há possibilidades de mostrar faces diferenciadas desta realidade, algo encontrado nesta mesma cobertura jornalística investigada. Em “Um novo começo” (15/09/2007, p. 4-5), na Figura 7, Folha de São Paulo, por exemplo, leva a questão dos refugiados para seu público mirim ao publicar o tema no suplemento Folhinha. A partir da história de crianças, trabalha questões como adaptação ao país desconhecido, a dificuldade de não ter brinquedos, e traz números e explicações que ajudam a contextualizar a questão para a audiência.



Figura 7

Figura 7 – “Um novo começo”, Folha de São Paulo, 15/09/2007, p. 4-5.

Fonte: [www.acervo.folha.com.br](http://www.acervo.folha.com.br). Acesso em: 12/02/2012

Ao trabalhar recursos de narrativas compostos de falas de crianças para crianças, ativa componentes de identificação e alteridade, aproxima o pequeno leitor do fato e faz com este público desde muito cedo tenha conhecimento sobre a realidade.

Em situações de conflito, seja com um outro país, seja entre os próprios moradores ou contra o governo, por exemplo, a vida de muitas crianças fica em risco. Aí, a solução é uma só: sair dali o mais rápido possível. Só que essa viagem não é como sair de férias. (Folha de São Paulo, Folhinha, Um novo começo, 15/09/2007, p. 4).

A Elizabeth, 5, nasceu em Cali, na Colômbia, e teve de fugir com seu pai para o Brasil. Ela trouxe brinquedos, roupas, mas duas coisas bem importantes ficaram: a mãe e a irmã mais velha. (Folha de São Paulo, Folhinha, Um novo começo, 15/09/2007, p. 4).

Outro exemplo que segue um modelo diferenciado daquilo que é considerado padrão nos conteúdos analisados pode ser visto na matéria “Infância Marcada” (03/04/2003, p.8, Especial), de O Globo. No texto, a realidade de um campo de refugiados de Amã, na Jordânia, é narrada a partir do trabalho de psicólogas do Unicef que auxiliam crianças a lidarem com os traumas da guerra. As mazelas do envolver as lembranças são colocadas em cena, bem como a contextualização dos casos e a explicação para alguns dos efeitos invisíveis dos conflitos – o que seria um exercício prático do jornalismo para paz.

Na hora da recreação, dentro de uma grande tenda do deserto, as crianças refugiadas pareciam tranquilas e contentes. Os sinais de trauma costumam surgir durante a noite. Urinar na cama é o mais frequente. Outro é o choro contido de várias delas, depois de despertarem sobressaltadas. O medo dos ruídos também denuncia o pavor.

- O bombardeio de Bagdá tem um impacto que vai além da destruição das vítimas. O impacto da guerra pode ser duradouro nas crianças retiradas de casa sob os bombardeios, para correr sem rumo em busca de um refúgio que talvez levem anos para alcançar. (O Globo, 03/04/2003, p.8, Especial).

### 6.3 A construção midiática do ser refugiado

A partir de um viés centrado em posicionamentos negativos, percebemos produções jornalísticas estereotipadas e ausentes de espírito ético. Em vez de considerar a diáspora como uma ação de sobrevivência e manutenção dos direitos humanos, o jornalista, muitas vezes, relaciona o refugiado ao terrorismo, às práticas violentas, à rebeldia e à desmotivação sem ao menos esclarecer ao leitor os motivos que o levaram a tais denominações. A partir deste ponto vista, o refugiado é apresentado como produto do conflito e pode agir a serviço dele.

Com a movimentação militar americana em países vizinhos ao Afeganistão sinalizando que pelo menos uma ofensiva militar localizada está em preparação, refugiados de origem afegã se dizem dispostos a lutar ao lado no taleban em solo paquistanês. (...) Khalid Abkari, professor de educação física diz que o taleban e os afegãos estão dispostos a fazer sacrifício. Indagado se isso significa atos terroristas, afirma: reações a agressões. (Refugiados repudiam estrangeiros, Folha de São Paulo, 25/09/2001, p.4).

Maissa, 11 anos, é uma dessas crianças simpáticas de Beach Camp que, diferente do que o nome em inglês sugere, nada tem de camping de veraneio. (...) Mas que não falem com Maissa das tropas israelenses. Seu sorriso se fecha e no lugar da criança surge um adulto revoltado. (...) Maissa aceitaria ser uma mulher-bomba num atentado? Sem hesitar ela diz: Sim, e o o faria. (Menina palestina escolhe ser mulher-bomba. O Globo, 21/04/2002, p. 39).

Reclamam dos baixos salários, da dificuldade de locomoção, da falta de telefonemas para os familiares. Reivindicam melhores roupas, alimentos e regalias. Alguns desistiram das aulas de português, outros rejeitam ofertas de trabalho, por considerar a remuneração abaixo do esperado. (Afegãos decepcionados com a realidade, Zero Hora, 21/07/2002, p. 33).

A característica percebida é reforçada com o índice que aponta apenas 5,1% de textos nos quais a realidade do preconceito vivido pelos refugiados é retratada. Para complementar, apenas em 1% dos casos as vitórias anteriores ao refúgio são evidenciadas, o que significa que, nos enquadramentos, este personagem tem um passado relacionado à própria condição em que vive, com poucas lembranças de aspecto positivo.

Ao receber a categorização de refugiado, os indivíduos inscrevem-se em um cenário de exclusão e propício ao ódio a eles. Embora possam estar oficialmente sob proteção de um órgão de poder quando recebem tal denominação, o que lhes garante alguns recursos de sobrevivência, o próprio termo anexado à identidade deles vem repleto de estigmas. Eles são alvos visíveis, fixos e fáceis para descarregar o excedente de raiva do mundo moderno. E, classificados como classes perigosas, são reconhecidos como inadequados à reintegração, já que não podem receber função útil dentro do território onde estão instalados.

Além de representarem um “grande desconhecido”, os refugiados trazem resíduos da guerra e o mau cheiro de lares destruídos e aldeias arrasadas que lembram aos estabelecidos com que facilidade o casulo de sua rotina segura e familiar pode ser penetrado ou rompido, e como deve ser ilusória a proteção proporcionada por sua posição na sociedade. O refugiado é um arauto de más notícias (BAUMAN, 2007, p. 54-55).

Portanto, se dentro de um panorama normal já existe a tendência de classificar os integrantes locais (nativos) em escala ascendente e constante, os “de fora” tornam-se ainda mais marginalizados naquele contexto. O fato é constatado a partir da análise da construção da identidade deste personagem, que é relacionada principalmente a adjetivos, a termos referentes a nome, nacionalidade e profissão. Os modos de demarcação feitos pela imprensa brasileira e baseados na matriz da nacionalidade ou de alguns grupos étnicos fazem parte de debates que vêm mobilizando há algum tempo a área acadêmica e setores relacionados aos temas das migrações (Cogo, 2006). Neste sentido, é importante evitar incluir o grupo étnico, a

cor da pele, a religião e o país de origem do refugiado, a não ser que seja fundamental para a contextualização. As generalizações não representam totalidades, mas formas isoladas de apresentar um personagem do refúgio, como mostram os exemplos abaixo.

São cerca de 2000 pessoas, 80% das quais refugiados do Zimbábue, que dormem na igreja Metodista de Johannesburgo. (...) Homens, mulheres e crianças amontoam-se no chão sob cobertor fino, papelões e com o calor do corpo ao lado. São repulsivos o cheiro forte da falta de banho (...). (Folha de São Paulo, 01/07/2010, p. D18)

Com a movimentação militar americana em países vizinhos ao Afeganistão sinalizando que pelo menos uma ofensiva militar localizada está em preparação, refugiados de origem afegã se dizem dispostos a lutar ao lado do Taleban em solo paquistanês. (Folha de São Paulo, 25/09/2001, p. 4)

O que se percebe, entretanto, são segmentações. Dentro deste contexto, os asiáticos que aparecem na cobertura jornalística são majoritariamente identificados pelo local de origem. Em 63,3% dos casos eles são chamados de “iraquianos”, “paquistaneses”, “iranianos”, “sírios”, entre outros, o que os situa em um grupo caracterizado por denominações, muitas vezes, com sentido pejorativo. A exceção apresentada, porém, são os afegãos, referenciados simplesmente com o termo “refugiado” – e não têm nacionalidade ou profissão que mereçam destaque qualquer.

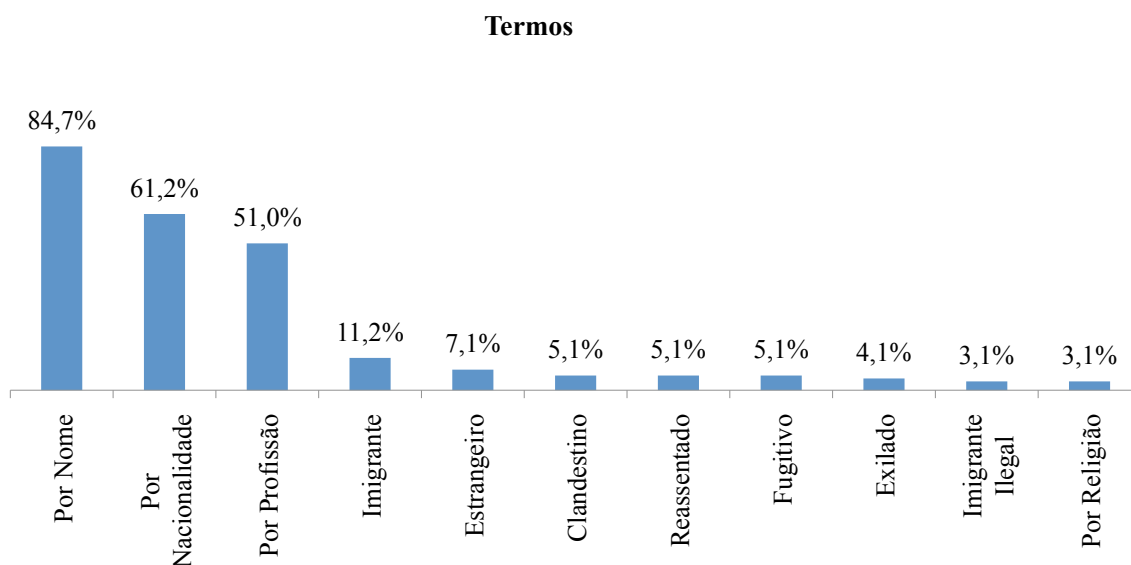


Gráfico 12 – Percentual dos termos utilizados nos textos para identificar o refugiado

No escopo de nomeações surgem também as palavras fugitivo, exilado, imigrante, imigrante ilegal, estrangeiro, clandestino (Gráfico 12). Sob o olhar dos direitos humanos, todos os cidadãos têm direito à livre circulação, então, utilizar termos como ilegal e clandestino pode ser pejorativo. Tal mecanismo colabora para uma construção de sentido sobre o refúgio e reforça o aspecto criminoso e negativo do indivíduo. A criminalização também marca a produção de notícias sobre migrações contemporâneas.

Associado ao caráter de criminalização, que marca a produção das notícias sobre migrações contemporâneas, evidencia-se, a partir desses dispositivos de nomeação das migrações, um confronto enunciativo no contexto das mídias estudadas: a uma “migração simples” (dos indesejados), representada pelos ilegais, indocumentados, clandestinos e refugiados, contrapõe-se uma “migração sofisticada” (dos desejados e disputados), que, designada como evasão ou drenagem de cérebros é representada pela mobilidade de acadêmicos e profissionais especializados em busca de melhor status profissional e ascensão econômica (COGO, 2006, p.113).

O uso da palavra “estrangeiro” para identificar os refugiados é pouco utilizada (7,1%) e pode ser considerada positiva. Tanto o substantivo como o adjetivo podem remeter a uma situação de alteridade, afirmam Cogo & Badet (2013). O “outro”, neste caso, é aceito dentro da trajetória social.

Quando falamos sobre a categorização dos refugiados na cobertura jornalística, percebe-se que a terminologia “imigrante” é utilizada como uma forma de abrandar a realidade daquele que é ator da informação. Em 11,22% dos casos, a palavra “imigrante” é o sinônimo de refugiado – enquanto, na verdade, a denominação deve ser usada quando se refere a diásporas principalmente de bases econômicas e que envolvem o desejo do indivíduo, como vimos no capítulo dois. O termo parece confundir o leitor e a própria imprensa.

Nestes casos, confere-se a incidência majoritária em deslocados europeus (75%) e nula sobre asiáticos e africanos. Ou seja, nos quatro jornais, há um abrandamento no termo do refugiado para aqueles que vêm da Europa. Os europeus estão relacionados às migrações históricas do Brasil e compreendem um número predominante daqueles que vieram em deslocamento pra cá. A origem é uma espécie de qualificativo para a diáspora que estudamos aqui, porque estes sujeitos são provenientes de nações mais abastadas e desenvolvidas, o que indicaria que eles teriam mais condições de viver e se adaptar no país. Podem, em última análise, ser, inclusive, importantes para o desenvolvimento do Brasil.

O discurso diário, uma relação de ideias que ganha forma por meio de técnicas e resulta no campo de linguagem, envolve figuras e domínios do idioma que podem, de alguma forma, ser estigmatizadas e relacionados ao bem ou ao mal. Outro exemplo pode ser

encontrado quando verificamos textos sobre refugiados africanos no nosso corpus de pesquisa. Quando aparecem como protagonistas dos textos, 60% deles são tratados como clandestinos, enquanto os europeus nunca se enquadram nesta categoria.

Solomon decidiu fugir de Serra Leoa, na costa leste da África, no ano passado, logo depois de perder a mãe doente. O pai já havia morrido na guerra civil, mas conhecida graças ao filme de ação *Diamantes de Sangue*, com Leonardo di Caprio. Clandestino, o meia-atacante tentou ir para Europa, mas o navio parou em Santos, em setembro de 2008.” (Correio Braziliense, 17/03/2009, p. 36 – grifos nossos).

O Conselho Nacional de Refugiados (Conare) aprovou o pedido de refúgio feito por dois liberianos que chegaram clandestinamente ao Estado em janeiro. Outros sete nigerianos tiveram a solicitação negada e devem ser repatriados (Zero Hora, 05/05/2004, p. 36, grifos nossos).

Um dentro 3.000 refugiados já reconhecidos pelo governo brasileiro, ele tem o perfil típico da categoria. É negro, sexo masculino, idade entre 20 e 30 anos, fugiu de guerra e massacre na África, veio de navio embarcado clandestinamente (Folha de São Paulo, 12/09/2004, p. C3, grifos nossos).



Figura 8

Figura 8 – “Refugiados da bola”, Correio Braziliense, 17/03/2009, p. 39.

Fonte: [www.buscacb.correioweb.com.br](http://www.buscacb.correioweb.com.br) Acesso em: 12/02/2012

A constituição das identidades, portanto, está muito relacionada àquilo que é constituído dentro de um sistema hierárquico. Em um polo, como lembra Bauman (2007),



estão aqueles que a formam e desarticulam suas identidades à própria vontade, escolhendo-as em uma gama de possibilidades. No outro polo estão aqueles que tiveram negado o acesso de escolha à identidade dentro de um contexto e, portanto, não têm direito de manifestar preferências e se veem oprimidos por identidades impostas por uma rede injusta de classificações.

### 6.3.1 Valores de ação do refugiado como protagonista

Ao apresentar o refugiado como protagonista, *Correio Braziliense*, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora* registraram em até 52% dos textos valorações positivas relacionadas às ações destes personagens dentro de um contexto noticioso. Tais elementos de ação surgem a partir de aspectos como sucesso (34,7%), as ações cooperativas (16,3%) e a gratidão (1%), e estão diretamente relacionados à importância do “nós” (jornalistas e sociedade brasileira) para os “outros”, como nos exemplos abaixo expostos nos títulos.

Refugiados aprendem a sobreviver no Brasil (*Folha de São Paulo*, 12/09/2008, p. C3).

Basquete tira da sombra primeira atleta refugiada (*Folha de São Paulo*, 12/09/2004, p. D1).

Cubano coroa em São Paulo deserção por amor (*Folha de São Paulo*, 10/07/2008, p. D5).

O primeiro mês em busca da felicidade (*Zero Hora*, 21/10/2007, p.37).

Vamos lutar para sermos felizes no Brasil (*Zero Hora*, 15/04/2002, p. 28).

Ele quer fazer a cabeça do Brasil (*Correio Braziliense*, 06/06/2010, *Super Esportes*, p. 4).

Refugiados de guerra buscam paz no Rio (*O Globo*, 28/03/2010, Rio, p. 21).

Em detrimento ao aspecto positivo, porém, na quase totalidade dos textos foram utilizadas ações de valoração negativa – em alguns casos isolados e em outros concomitantes com a valoração positiva. Este índice dentro das ações do sujeito já vem sendo discutido em estudos acadêmicos da área das migrações espontâneas, que inclui principalmente o conteúdo latino-americano (MONTÚFAR, 2007; RETIS, 2002). Entretanto, sob a perspectiva do refúgio, devido à falta de pesquisas nesta área, o dado é novo e de extrema importância. Dentro do quadro negativo, a vitimização é o enquadramento chave para a audiência brasileira

e representa 41,8% deste número. Também constam medo (28,6%), ações de conflito (15,3%), desistência (11,2%) e fuga (2%). Em relação aos jornais de forma individual, aqueles que mais identificaram o refugiado como vítima foram o Correio Braziliense (75%) e O Globo (50%), conforme o Gráfico 13.

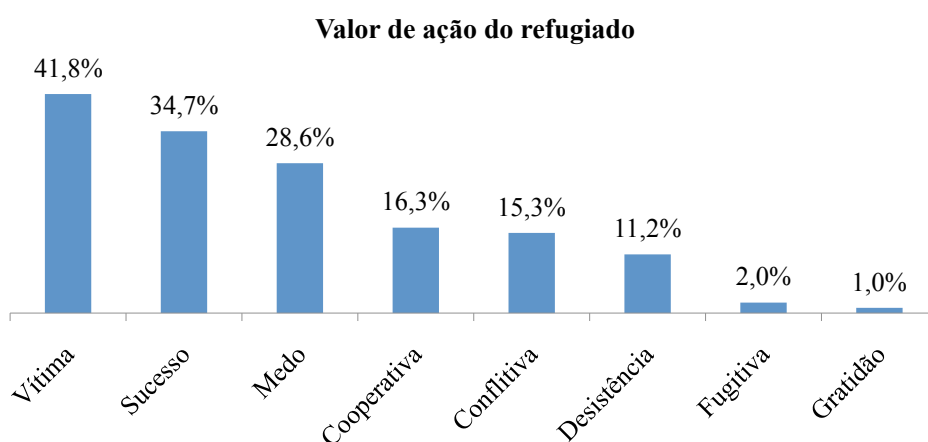


Gráfico 13 – Valoração da ação do refugiado

Uma espécie de guerra é travada contra os refugiados, que são posicionados com a chamada “sub-classe”, definida por Bauman (2007). Como atores da informação, os refugiados com ação de vítima são apresentados como sujeitos passivos, beneficiários da caridade e poucas vezes protagonistas de suas próprias histórias. As estatísticas legitimam a criação de imaginários sociais que reforçam a identidade deles em um contexto fragilizado: a condição de pessoa sacrificada pelo destino é mantida em boa parte dos discursos. Na maioria dos casos, não há registros sobre a busca de um novo status social no país em que estão vivendo, e o posicionamento em questão os associa a crimes e práticas ilegais.

Os jornais parecem se abastecer da tragédia humana, construindo mosaicos diferenciados sobre a identidade de cada um e consideravelmente oposto ao tratamento dado ao cidadão comum brasileiro. Vidas dilaceradas, histórias de criminalidade e de perseguições são exploradas como mola propulsora dos textos. Como falamos anteriormente, não há preocupação com o direito de cada um e com a proteção deles, porque há a ideia de que refugiados já nascem sem direitos e podem ser calibradores de audiência com suas narrativas.

E o homem de calça jeans surrada quer buscar a si mesmo. Quer voltar a ter a própria identidade, um passaporte e o direito de ir e vir. (...) O passado já não lhe pertence. O presente é uma incerteza. E o futuro, um hiato. Jeton é o

único refugiado de Kosovo que vive no Brasil (Correio Braziliense, 04/12/2004, p. 20).

Essa característica faz de Hayatabad um local de concentração de refugiados afegãos, que entram no Paquistão por meio de trilhas pouco vigiadas da fronteira entre os dois países, num aberto desafio à ordem de Islamabad de deter a imigração (Zero Hora, 21/10/2001, p. 10).

Ao delimitar e limitar a capacidade de ação deste personagem estigmatizado, a sociedade marca-o como desacreditado, incapacitado, e como sujeito que pode representar alguma ameaça. Quanto mais visível for a marca imposta, menos possibilidade tem ele de tentar romper ou ocultá-la nas suas inter-relações, pois, já identificada, dificilmente poderá reverter a imagem formada anteriormente pelo padrão social.

### **6.3.2 Identidades do refugiado**

A ideia exposta acima é legitimada quando analisamos os critérios utilizados na descrição da identidade e do caráter deste ator da informação. Números semelhantes aos valores da ação são aplicados para identificar este sujeito. De acordo com o Gráfico 14, surgem personagens com aspectos de vítima (45,9%), triste (37,8%), doente (8,2%), fugitivo (8,2%), marginal (6,1%), foragido (5,1%). Mais uma vez, a vitimização e as demais terminologias que implicam caráter negativo neste personagem são uma forma de reduzir o posicionamento do “outro” diante da audiência.

Neste cenário, a linguagem jornalística atua como um modelo de associação, no qual os refugiados estão relacionados a um mundo simbólico negativo e desumanizador. Em outros casos, são assimilados à criminalidade, à ilegalidade e à delinquência – estigmatizando um coletivo de pessoas a partir de casos pontuais. A ampla circulação de mensagens deste tipo torna-se fator importante de transmissão de ideologias nas sociedades modernas. Assim, o fenômeno ideológico sobre o refugiado torna-se um fenômeno de massa, atingindo cada vez mais audiências.

A figura de vítima se mantém com destaque nos jornais Correio Braziliense (50%) e O Globo (65%). Ou seja, o refugiado fala sobre ser uma vítima e é vitimizado. Neste sentido, o que menos o apresenta como vítima é Zero Hora (36,6%).

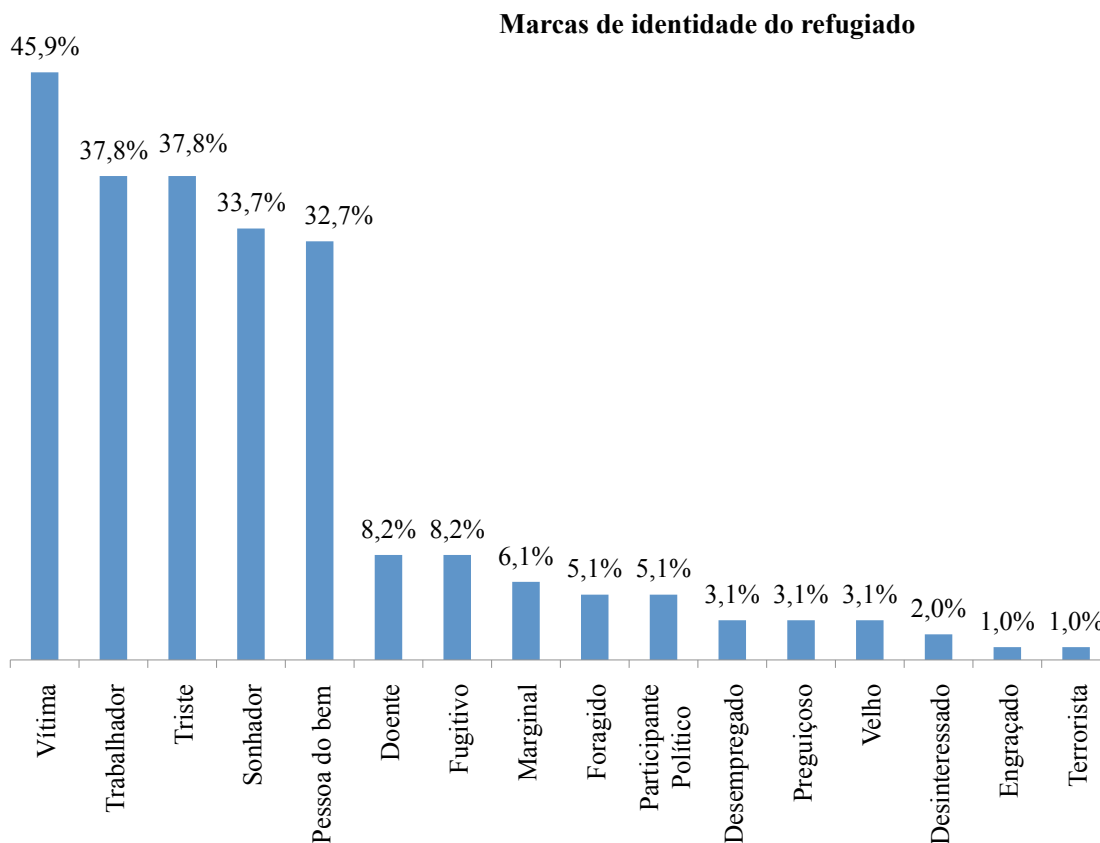


Gráfico 14 – Percentual apresentado sobre as marcas de identidade do refugiado

Quando os textos tratam de delinquentes (os marginais, fugitivos e foragidos), reforçam estigmas e estereótipos e os fazem de maneira desnecessária, remetendo o refúgio à insegurança, à violência e à marginalização. Van Dijk (2007) afirma que estes jogos de palavras sugerem pensamentos objetivos para superdimensionar questões que são inerentes ao aspecto do migrante. Também deve-se considerar que, utilizadas eticamente ou não, as palavras têm o dom de garantir, de alguma forma, a objetividade, a veracidade e a credibilidade da informação.

A grande concentração de mendigos – especialmente mulheres e crianças – é um sinal da presença afegã no Khan Cloth Center. Outro indicativo é o alto número de mutilados. (Zero Hora, 21/10/2001, p. 10).

Homens e crianças amontoam-se no chão sob o cobertor fino, papelões e com o calor do corpo ao lado. São repulsivos o cheiro forte da falta de banho e das roupas imundas, a escuridão dominante (a energia é racionada pela igreja), e o fato de não haver onde pisar (cada passo pode ser um pisão em alguém). (Folha de São Paulo, 01/07/2010, p. D18).

Embora tenhamos uma totalidade de relações negativas dirigidas ao personagem, há uma dualidade, na qual os refugiados podem ser enquadrados também em categorias positivas e de destaque, como trabalhador (37,8%), sonhador (33,7%) e pessoa do bem (32,7%). Sua condição de refugiado, quando instalado no Brasil, sob o ponto de vista da cobertura jornalística, lhe dá suporte e artifícios suficientes para desejar um lugar de destaque na terra onde se instalou. Este território novo é um campo para a possibilidade de sonhar e de tentar construir um futuro consolidado.

As categorizações referentes às ações empreendidas pelos refugiados e à identidade revelada pela imprensa implicam também um conjunto de manifestações sobre sua cultura e a do nativo (“nós”). Thompson (1995), explica que, ao produzir e apreciar formas simbólicas ligadas à cultura, os indivíduos em posição dominante empregam ações de distinção para aqueles que são subordinados a eles e podem atribuir alto valor simbólico a bens que sejam escassos ou raros (ou ambos).

Assim, a cultura local se sobrepõe à identidade daqueles que passaram pelas migrações forçadas, geralmente em forma de discursos etnocentristas. Em porcentagens, constatamos que os elementos da cultura brasileira aparecem em 34,6% dos textos, enquanto o número relacionado à cultura dos refugiados é de 26,9%.

Parte-se da ideia de que o jornal, ao tentar inserir os refugiados em um contexto nacional ou regional, faz com que eles se integrem à cidade às custas da própria cultura local. Sodré (2000) sugere que a proximidade de territórios implica em uma desterritorialização. Ou seja, devido a uma espécie de aversão ao outro, o jornal tenta fazer uma aproximação do refugiado por meio de elementos que são comuns e queridos pelo leitor.

Cada cultura tem um marcador espacial padronizado que designa uma consciência especial de um lugar, mas na cobertura jornalística a atitude é mediada pelo veículo por meio do uso de artifícios comuns aos costumes regionais. Em alguns casos, estes indivíduos são caracterizados como apreciadores do futebol brasileiro, dos parques de diversão e, até mesmo, de alimentos típicos como chimarrão e churrasco. Os jornalistas valorizam aqueles bens que estão ao alcance e que podem empregar valor.

Rahimi ensaiava os primeiros passos com uma bola presenteada por uma professora (Uma televisão para ver o Brasil na Copa, Zero Hora, 12/05/2002, p.22)

Nada que a impeça de levar uma vida normal ou a deixe de fora dos churrascos que as amigas organizam sempre que têm folga. “Eu amo churrasco”. (Cubana espera processo com churrasco, Folha de São Paulo, 12/09/2004, p. D6)

Gosto de feijoada, farofa. Não vivo sem. Agora sempre que como arroz e feijão preciso colocar farofa. (Cubana espera processo com churrasco, Folha de São Paulo, 12/09/2004, p. D6)

**Cubana espera processo com churrasco**

**Basquete** *Fã de carne, feijoada e farofa, Lidrivi afirma que sonha em conhecer o atacante Adriano, 'seu tipo de homem'*

**Competições são condições ideais para desertores**

**'Sabalier' levou atleta para casa e virou seu agente**

**ESTRELA** *A volta do Mundial de Clubes*

Figura 9

Figura 9 – “Cubana espera processo com churrasco”, Folha de São Paulo, 12/09/2004, p. D6. Fonte: [www.acervo.folha.com.br](http://www.acervo.folha.com.br). Acesso em: 12/02/2012

Entre as marcas culturais do Brasil estão um total de 48 ocorrências que variam de lazer (9), gastronomia (14) e futebol (25). Em relação ao lazer, são recorrentes termos como carnaval, havaianas (os chinelos), música, novela e praias. Gastronomia é representada por café, churrasco, chimarrão, feijão e guaraná. Predominante, o futebol é referência para os textos em citações sobre bola, Copa do Mundo, Pelé, Ronaldo e times de futebol como Grêmio, Flamengo e Fluminense.

Sob a mesma análise, foram encontrados um total de 35 marcas culturais dos refugiados: religião (7), hábitos (8) e vestimenta (20). Compõem o primeiro deles o Alcorão e a própria religião em si (geralmente muçulmana e nunca a católica). Em seguida, na categoria de hábitos estão o chá, a música e o narguilé. Traço mais marcante visualmente – e mais possível de ser estereotipado ou, até mesmo, relacionado à imagem do terrorista e dos

próprios refugiados –, a vestimenta é representada por burca, barba (ou bigode), turbante e trajes muçulmanos.

Os resultados situam o Brasil como um local de acolhimento, e o país tem papel positivo nos textos. A variedade étnica e cultural que caracteriza o país colabora para a manutenção de um discurso no qual o território é receptivo para o estrangeiro que pode ser considerado terra de oportunidades para os menos favorecidos. Van Dijk (2012), ao analisar textos sobre imigrantes, já alertava para essa tendência, pois o jornalismo parece indicar maior interesse por falar sobre as características positivas do país de acolhimento em vez de divulgar e entender traços da cultura do estrangeiro que têm o status de refugiado.

Os jornais também têm resistência em apresentar tal migração forçada como uma experiência sociocultural, e as identidades que aparecem nas páginas passam algumas vezes por crises, por uma dificuldade de definição de si mesmo dentro de um contexto social novo. Neste sentido, foi comum encontrar narrativas na qual tornava-se evidente a dimensão espetacular do refúgio e da subordinação.

Em “Um país para chamar de seu” (O Globo, Revista O Globo, 10/08/2008, p.31-35), o iraquiano Smael Razaq é identificado como um homem que adora o Rio de Janeiro e as condições que lhes são propostas, mesmo sob condições nas quais é inferiorizado:

Está tão feliz com a simpatia e hospitalidade dos brasileiros que **acha graça quando é chamado de homem-bomba ou de Saddam** por qualquer gaiato que descobre sua nacionalidade. **O curioso é que ele usa bigode e é sunita como o ex-ditador.**

A humilhação e o posicionamento como subclasse, neste caso, tornam-se requisito para a sobrevivência nesta selva de estranhos. O fator da diferença, em vez de agregar e se transformar em uma multiplicidade de culturas, converte-se em circo. O refugiado é atração, é exótico, é engraçado: “alguns pedem dinheiro para sair em fotografias” (O Globo, Revista O Globo, 10/08/2008, p.31-35). Outros, são convidados para fazer tapetes artesanais na vitrina de uma loja – para atrair a curiosidade de clientes e, quem sabe, promover as vendas (Um mês em solo gaúcho, Zero Hora, 12/05/2002).

O que observamos é complementado pelo fato de que os jornais falam muito pouco sobre choque cultural (apenas 2%). De maneira geral, enfatiza-se a dificuldade de adaptação, expondo os problemas e os desgostos da nova cultura, mas não há contextualização e explicações mais claras sobre as dificuldades naturais de adaptação. Conviver com uma cultura diferente da sua, com padrões socioculturais impactantes exige tempo e flexibilidade

para se adequar, as quais nem sempre estão disponíveis para o refugiado que acaba de chegar ao novo local de moradia. Entretanto, percebe-se que, no trabalho da imprensa brasileira, o tema é exposto como uma incapacidade do refugiado de conseguir viver no novo destino – o que torna mais desagradável a presença dele no dia a dia da sociedade.

Portanto, o nativo coloca-se privilegiadamente à frente deste estrangeiro e nunca é apresentado como inferior, nas matérias. Em alguns casos, aparece como melhor (11%) ou mais instruído (15%).

#### **6.4 Fronteiras do jornalismo para paz e do jornalismo para guerra**

Muitas categorias apresentadas até aqui a partir da análise de conteúdo dos textos jornalísticos sobre refugiados nos indicaram a prevalência de uma realidade que orbita em volta de questões estereotipadas sobre a temática. Dentro deste contexto, ao investigarmos o conteúdo dos textos como um todo – não apenas categorizando aspectos da identidade e da fala deste sujeito –, o consideramos ainda distante das possibilidades traçadas pelo jornalismo para paz.

De modo geral, estes textos reservam, dentro dos traços sutis de identidade e valorização de ação, os principais elementos que levam a crer que há um interesse pela constituição de um imaginário negativo sobre refugiados, assim como um cenário propício para a manutenção do conflito. Sob este aspecto, ao dar vazão às informações que constituem a arena do conflito são usados espaços fechados de fala, com uma orientação entre amigos versus inimigos, vencedores versus perdedores.

O conteúdo deste tipo de narrativa está no Gráfico 15, em que 32,7% dos textos os quais apresentam de maneira clara um posicionamento sobre a temática. As marcas são construídas principalmente a partir de uma evidente rivalidade, uma espécie de luta entre “os de dentro” e “os de fora”. Sob este panorama, são constituídas narrativas com foco direto na violência, evidenciando principalmente a morte e as perdas materiais. Ao analisarmos e compararmos os textos a partir da classificação de refugiado, percebemos que aqueles oriundos das guerras atuam de modo mais eficiente dentro deste cenário de violência e estão 42,3% dos registros de texto.

Também consideramos que 4,1% deste conteúdo atua em questões mais pacificadoras ao explorar a formação do conflito em si, com suas peculiaridades positivas e negativas. São ativados recursos nos quais o texto tem orientação para o equilíbrio entre diferentes atores que constituem aquela realidade. Tenta-se, dessa forma, atender as falas de demandas de todos os



lados envolvidos, sendo esta a indicação mais eficiente para uma cobertura com foco na paz e na redução da lacuna existente nas coberturas jornalísticas sobre refugiados.

Considera-se também que 62,2% de textos não apresentaram posicionamento claro sobre o conflito e seus desdobramentos.

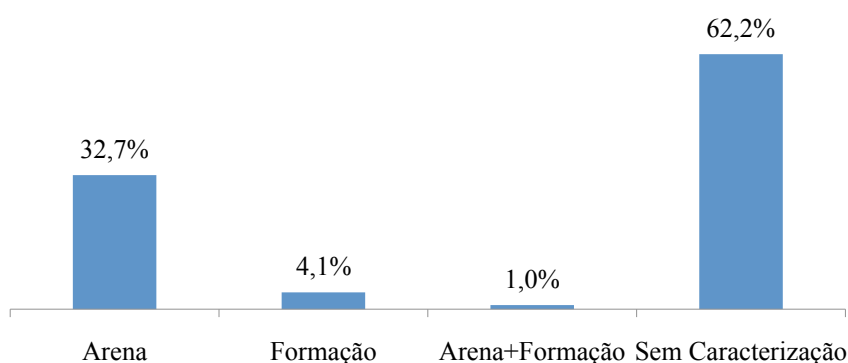


Gráfico 15 – Percentual de matérias conforme o foco dado se não arena ou na formação do conflito

Os chamados promotores da paz são pessoas comuns que, de alguma forma, interferem no tom do conflito vivido pelos refugiados. São figuras importantes e que apontam para mudanças de um cenário de conflito, podendo ser representados por professores, educadores, assistentes sociais, organizações não governamentais que atuam de alguma forma para reduzir as diferenças entre “os de dentro” e os “de fora” e colaboram para, de alguma forma, instituir a paz na realidade vivida. Nestes casos, eles aparecem em 10,2% dos textos.

Os promotores de paz da elite, entretanto, podem ter ou não papel semelhante, mas tal ação é comandada a partir de órgãos ou organizações de poder, tais como governos e autoridades. Nestes casos, são evidenciados os males causados à elite pelos refugiados. Então, em vez de promover a paz, acabam por destacar ações (de paz) que lhes causarão efeitos compensatórios e positivos. Esta categoria está presente em 27,6% dos casos, conforme o Gráfico 16.

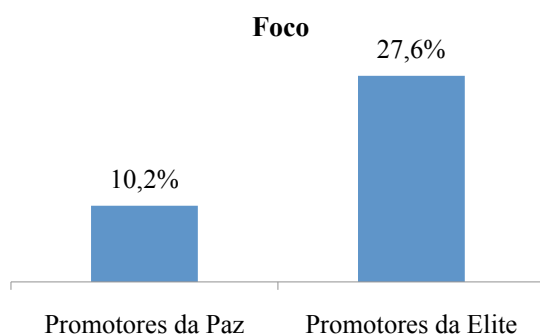


Gráfico 16 – Percentual de texto com por foco nos promotores

## 6.5 Particularidades de Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora

Para encontrarmos as marcas da cobertura jornalística sobre refugiados, cada um dos jornais contribuiu com suas particularidades para formar a identidade daquilo que a imprensa brasileira oferece dentro da área escolhida. Embora os quatro veículos escolhidos formem essa unidade que acabamos de conhecer, individualmente e em determinadas categorias, eles apresentam também traços marcantes capazes de fragilizar ou fortalecer o refugiado dentro do cenário indicado.

Localizado no Distrito Federal, na região brasileira com o segundo maior número de pedidos de refúgio do país<sup>36</sup>, o Correio Braziliense pode ser considerado um jornal com a cobertura mais restrita e menos atuante no território humanitário. O veículo é o que tem o aproveitamento mais deficitário de textos, como já vimos no início deste capítulo. Mesmo em uma zona onde ocorrem as decisões mais importantes sobre o tema, ele faz uma produção jornalística sobre refugiados a partir do conteúdo de agências de notícias ou com textos anônimos, itens que não foram contemplados neste momento em nossa pesquisa.

Em cada página analisada, encontramos apenas duas variações de assinatura de textos: de enviados especiais (37,5%) e repórteres da redação (62,5%), eliminando as possibilidades de inclusão da figura do correspondente internacional e do *freelancer*. O jornal também chama atenção pelo enfoque dado aos refugiados de guerra, que estão presentes em 87,5% dos

<sup>36</sup> Dados obtidos no estudo *Asylum in Brazil – a statistical review (2010-2012)*, concedidos à pesquisadora pelo ACNUR.

seus textos, o maior índice em comparação com os outros jornais. No outro extremo, estão os reassentados, que nunca foram citados como protagonistas no período analisado<sup>37</sup>.

As limitações encontradas na cobertura de Correio Braziliense refletem-se também nas mediações e enquadramentos feitos pelo jornal. O impresso configura-se como o que mais trabalhou com a figura do europeu como refugiado (37,5%). O número deve-se ao caso isolado de um indivíduo de Kosovo (“Um homem em busca de si mesmo”, 04/12/2006, p. 20, Figura 8) que foi a Brasília pedir ajuda a autoridades para conseguir outro país de abrigo que não o Brasil. O caso repercutiu em duas reportagens publicadas nos dias 4 e 5 de dezembro de 2006, sob respectivos títulos “Um homem em busca de si mesmo” e “À espera de uma nova vida”. O jornal também concedeu a fala a personagens da Ásia (25,0%), América do Sul (12,5%), África (12,5%) e mistos (12,5%). Foi o único que não produziu textos sobre oriundos da América Central.



Figura 10

Figura 10 – “Um homem em busca de si mesmo”, Correio Braziliense, 04/12/2006, p. 20.

Fonte: [www.buscacab.correioweb.com.br](http://www.buscacab.correioweb.com.br)

Por encontrar mais fatores noticiosos nos refugiados de guerra, o impresso apoia-se na violência das narrativas para identificá-los como tristes, em 62,5% dos textos. Ao terem as

<sup>37</sup> Neste caso, deve-se considerar que o jornal não trabalha este tema mesmo que a região no qual é produzido faça parte do programa de reassentamento do Governo Federal e mantém indivíduos sob esta característica.

vidas narradas, os personagens também são vitimizados em 75% dos textos deste jornal, o maior número entre todos os outros veículos.

Assumindo uma posição na qual os itens analisados apontam números mais equilibrados, a Folha de São Paulo trabalha basicamente com narrativas assinadas por enviados especiais (48,3%) – indicativo que demonstra um investimento do veículo em deslocar um jornalista para o local onde o fato ocorre – e repórteres da redação (41,4%). Embora não tenha registro de correspondentes internacionais, fez 10,3% das matérias a partir do trabalho de *freelancers*, que atuaram principalmente no cenário internacional – talvez em substituição ao papel do primeiro citado.

A origem do refugiado descrito por estes jornalistas também é contrabalançada. De um lado, aqueles que receberam mais espaço foram os originários da Ásia (31,0%) e África (37,9%), indicando uma tendência para a produção de textos a partir do agendamento relativo ao maior número de refugiados de tais nacionalidades. No outro extremo estão os representantes da América do Sul (13,8%) e América Central (10,3%). Embora os últimos índices sejam pequenos, Folha de São Paulo foi o que mais privilegiou os refugiados provenientes das Américas. Não houve indícios de refugiados europeus, e aqueles textos com mais de uma região de origem do protagonista representaram 6,9%.

Dualidades são frequentes no veículo, o que nos oferece artifícios para uma sensação de equilíbrio. Nas estatísticas, por exemplo, registrou-se o menor índice de refugiados caracterizados como tristes (27,6%), mas o traço em comum da identidade vitimizada esteve presente em 44,8% dos textos. Portanto, no caso de Folha de São Paulo, as narrativas são realidades de refúgio dicotômicas. Às vezes, há preocupação do veículo em aprofundar-se na temática e tentar referi-la sob um ponto de vista mais pacífico, como na reportagem “Crescimento faz angolanos retornarem” (13/05/2007, p. A16), cujo texto versa sobre a possibilidade de retorno dos refugiados após recuperação econômica do país e ciclo de paz.

Depois de se ver obrigado a morar 31 anos num campo de refugiados na vizinha Zâmbia, sua vontade de voltar era enorme. E a expectativa também. Transcorridos cinco anos desde o fim da guerra civil, celebrados neste último mês de abril, o economista Malichi esperava achar trabalho e matricular os filhos numa escola. (“Crescimento faz angolanos retornarem”, Folha de São Paulo, 13/05/2007, p. A16),

Traços de jornalismo para paz puderam ser constatados no texto “Refugiada somali narra suas duas vidas” (03/11/2007, p. E3), no qual uma somali refugiada na Holanda lança no Brasil um livro de sua autoria.



Figura 11 – “Refugiada somali narra suas duas vidas”, Folha de São Paulo, 03/11/2007, p. E3.

A partir da história da protagonista, o veículo permitiu que a mulher contasse sua trajetória de vida em paralelo com o sucesso do livro e a suas fortes opiniões sobre a opressão às mulheres islâmicas.

No Ocidente, como uma mulher, eu tenho acesso à educação e independência financeira. Posso escolher meu próprio companheiro e amigos, posso votar e participar do governo. Há coisas no Ocidente que acho injustas. Ver uma idosa comendo algo do lixo de Nova York é um escândalo para mim. (“Refugiada somali narra suas duas vidas”, Folha de São Paulo, 03/11/2007, p. E3)

Embora atue em algumas circunstâncias no território da paz, Folha de São Paulo tem como característica também o uso de depoimentos impactantes, descrições espetaculares e personagens estigmatizados. Despontam nos textos expressões e terminologias comuns como “preso”, “acham que somos ladrões”, “imigrantes ilegais”, “foragido”, “pai assassinado” “vida esfacelada”, “vítima da fome” e “vítima da guerra”.

Ao verificarmos alguns traços marcantes em O Globo, constatamos que o jornal localizado no segundo estado brasileiro com maior número de refugiados é também o veículo que mais deslocou jornalistas para fazer coberturas na condição de enviado especial (55%). Por consequência, teve apenas 25% de seus textos produzidos por repórteres na redação do Rio de Janeiro.

De modo geral, o veículo compartilha em seu conteúdo informações referentes a distintas nacionalidades de refugiados, abrangendo indivíduos de todos os continentes. Figuraram entre os protagonistas aqueles provenientes da África (40,0%) e Ásia (30%), seguidos por América do Sul (10%), América Central (5%), Europa (5%) e mistos (10%). Os sujeitos africanos e asiáticos, que constituíram maior frequência, são geralmente refugiados de guerra e colaboraram para o índice de 70% nos textos. Os reassentados estiveram presentes em 15% dos textos.

Seguindo uma tendência entre os quatro jornais analisados, O Globo tem o cerne de seu trabalho centrado na vitimização do refugiado, cujas estatísticas legitimam tal posicionamento. Em outras palavras, é o veículo que menos trabalha a valorização do sucesso do refugiado em comparação aos outros jornais, indicativo presente em apenas 15% do seu conteúdo. A identidade de vítima consta em 65% de suas matérias, assim como 55% delas tem, em seu conteúdo, a apresentação de um refugiado triste, sem perspectiva para o local onde se instalou.

Meninas em prantos, algumas soluçando, correram para os braços de suas mães, que saíam assustadas das barracas de lona gritando seus nomes, Os homens se juntaram em vários grupos, apontando para o alto, sem tirar os olhos dos jatos que desapareciam na distância, já sobre o território iraquiano (Nos campos de refugiados, medo, O Globo, 24/03/2003, p. 5).

Nascido em um campo de refugiados, preso duas vezes por Israel por envolvimento em operações de resistência, Absi é o retrato de muitos homens de Gaza. (Menina palestina escolhe ser mulher-bomba, O Globo, 21/04/2002, p. 39).

Apesar de ter passado por grandes mudanças no início da década de 90, em que juntou esforços para adaptar-se a novas estruturas organizacionais e de produção de trabalho para ser reconhecido como um jornal respeitado, Zero Hora criou uma linha editorial com critérios de noticiabilidade muito particulares e regionalizados. O chamado localismo empregado nos textos se transformou em cultura jornalística dentro deste espaço, que faz com que o impresso considere como forte valor-notícia os assuntos relacionados àqueles que habitam ou nasceram no Rio Grande do Sul e fatos originários do território gaúcho.

As escolhas ajudam a justificar as peculiaridades das estatísticas encontradas na cobertura jornalística sobre refugiados e que, algumas vezes, se diferenciam dos outros três periódicos analisados. Ao privilegiar elementos baseados na proximidade e no interesse, que constituem critérios de noticiabilidade, Zero Hora é o jornal que menos apresenta refugiados

de guerra (26,8%) e o que mais versa sobre reassentados – tem um índice de 65,9% de suas matérias dentro deste segmento. O que explica o alto poder de noticiabilidade do reassentamento é o fato de o território gaúcho ser o maior local de abrigo desta categoria e ser pioneiro na recepção de reassentados.

Por privilegiar situações locais e ser líder na questão do reassentamento, Zero Hora destaca-se por ser o jornal que mais publica textos nos quais o refugiado é de descendência asiática (82,9%) – muito impulsionados pela chegada dos afegãos no Estado, em 2002 – e também é o que menos publica textos sobre os africanos 4,9%. Na lista de contemplados, também estão 7,3% os latinos americanos e 4,9% de originários da América Central. Talvez por trazer em sua história a movimentação de imigrantes europeus que ajudaram a constituir o Estado, o veículo em questão não traz registros de europeus como refugiados, provavelmente os considera imigrantes.

Em Zero Hora, há uma necessidade clara de apresentar o deslocado como parte da comunidade gaúcha. A integração local deste sujeito é feita com abordagens menos relacionadas à vitimização – que ocorre em apenas 36,6% dos textos, o menor índice em comparação aos outros periódicos. Em complemento, embora não seja predominante, o jornal apresentou o valor sucesso dentro dos jornais, em 46,3% de sua produção.

Os números, que podem indicar um posicionamento positivo do veículo, quando analisados na perspectiva qualitativa, entretanto, apresentam desdobramentos nos quais esta integração local sugerida é feita também por meio da inserção da cultura do gaúcho na nova rotina dos refugiados. Neste aspecto, aqueles que desembarcam são rapidamente “convidados” a viver a mesma identidade gaúcha. É neste ponto que os refugiados aparecem em discursos que exaltam a cultura gaúcha e em fotografias nas quais aparecem bebendo chimarrão e vestidos com camisas de time de futebol. A cultura do outro também é apresentada como novidade ou algo exótico.

Para quem passeava pela orla do Guaíba no sábado, os véus das mulheres do grupo chamaram a atenção. São eles os palestinos? (Palestinos experimentam, Porto Alegre, 24/09/2007, p. 24).

Sob a fina garoa eles riram, dançaram música gauchesca (logo adaptada com letras em árabe) e provaram chimarrão. (Palestinos experimentam Porto Alegre, 24/09/2007, p. 24).

Na quarta-feira à noite, fardados com camisetas do Grêmio, doadas por um cônsul do times, Vali e Ali Ahmad Faghiri e Abdol Rahimi se dirigiram ao

Olimpico em uma van alugada pela Ceno. (Um mês em solo gaúcho, Zero Hora, 12/05/2002, p. 22).

Sob a perspectiva do localismo, os editores justificam a estratégia como uma tendência mundial dos jornais a se voltarem para o local (estado, região ou cidade) onde estão sediados (FELIPPI, 2007). O que se percebe, entretanto, é que fatores relacionados à cultura e à identidade dos refugiados são superdimensionados em Zero Hora, o que leva à exposição extrema dos protagonistas.

O que percebemos com as observações isoladas de cada um dos veículos é que os processos decisórios do jornalismo e o modo como é feito têm a ver com a cultura jornalística, os valores-notícia e as rotinas de produção. Ao citar a existência de uma comunidade interpretativa transnacional de jornalistas, Traquina (2004) afirma que traços de cultura profissional, com princípios éticos, valores, símbolos, mitos e normas, são compartilhados entre eles, o que percebemos ao apresentarmos uma unidade geral da cobertura jornalística brasileira sobre refugiados.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silêncio. A palavra que dá início à compreensão final desta pesquisa sintetiza um dos desdobramentos deste estudo. O silêncio dos jornais brasileiros em relação ao fenômeno do refúgio fala por si.

Ao localizarmos nesta pesquisa apenas 98 textos escritos por jornalistas brasileiros durante uma década e com refugiados no papel de protagonistas, percebemos que o silêncio não é anulação. É uma fala para dizer que há ausência de interesse pela temática. A produção jornalística (e a acadêmica) na área ainda é pequena, assim como os espaços de fala concedidos ao refugiado e sua atuação dentro da notícia.

Informar é a diferença que faz diferença. Com palavras, expressões e imagens, a cobertura jornalística se transforma em uma descoberta que tenta mostrar o lado significativo e significante de algo. Por si só, não tem condição de mudar os rumos da política ou da economia, mas molda o meio social e político onde o governo está inserido e onde as decisões são tomadas. Ao limitar seus espaços de informação sobre o refúgio, a própria imprensa restringe sua função social dentro do fenômeno e deixa estreitas as linhas temporais dos fatos.

O jornal produz versões, mostra o não revelado e pode deixar de revelar o que está explícito. Por fantasiarmos aquilo que nos rodeia, tecemos a percepção que temos do mundo por meio de imagens significativas que nos são apresentadas. A imaginação e a racionalidade são criações, e ambas coexistem na dimensão simbólica inerente ao ser humano. Se o real é determinado, a memória da sociedade e a história existem na medida em que se submetem às demarcações do ser. O real é determinado e é determinante.

O real, no caso dos refugiados e em uma década, é o conteúdo produzido nestes 98 textos que formaram nosso corpus de pesquisa. É a partir deles que surgiram referências para compreendermos como a cobertura jornalística brasileira aborda a questão e colabora na criação e manutenção daquilo que pensamos sobre o tema. Os discursos impressos nos jornais visitados são tomados como acontecimento e como realidade sobre a temática. O que desponta no conteúdo brasileiro, então, não é uma realidade voltada para paz e para o engajamento do leitor em relação ao tema. Há uma visão simplista do fenômeno, bastante marcada pela apresentação do refugiado como peça de um espetáculo, e não como um importante ator social.

O jornalista lê os significados a partir daquilo que lhe é oferecido, e suas percepções e ordenamentos subjetivos organizam a concepção da realidade. A constituição destes textos é

tomada por um padrão que podemos chamar de senso comum jornalístico. Este último é ainda incapaz de compreender o refúgio como elemento importante do mundo em que vivemos, de relacionar o trabalho jornalístico como peça fundamental na divulgação do tema e de colaborar com a rede de proteção aos refugiados.

Apesar de o jornalismo estar vinculado a um discurso voltado para o social, para a cidadania e o interesse público, sua práxis carece de ferramentas adequadas para o pleno cumprimento dos conceitos, a começar pela impossibilidade estrutural de apreender e acolher o outro sem estereótipos. Dessa forma, o que se percebe na análise realizada são mapas culturais muito semelhantes entre os quatro jornais. A exposição das questões são, na maioria das vezes, superficiais e fazem com que o leitor entenda o tema a partir de pontos de vista unilaterais. Neste sentido, são negados desdobramentos que problematizam a questão, que levam ao acolhimento dessas pessoas vítimas de situações de conflito e que façam o público pensar e repensar sobre o tema, o que promoveria ações de cidadania e inclusão social.

O conteúdo de uma década de cobertura jornalística é também dotado de analogias ao jornalismo de guerra, porque encontra nele a maneira mais fácil e rápida de resolver a temática no dia a dia da redação – por conter elementos que saciam rápido a necessidade de audiência. A escolha, portanto, é muito semelhante àquilo que é produzido pelas agências de notícias internacionais e que há algum tempo já vem sendo pesquisado por estudos das migrações transnacionais.

Os processos de coleta de informação, as exigências das empresas jornalísticas e a necessidade de produzir enquadramentos que lhes atribuam sentido induzem os jornalistas a desenvolverem procedimentos que eles consideram objetivos mas que, na verdade, são padronizados, amarrados em histórias rasas, focadas principalmente em pontos negativos e com sinais precários de apuração jornalística. Assim, não promovem o tema para a agenda de discussões, enquanto o conteúdo da temática deveria ser considerado um valor-notícia a ser explorado de forma complexa e importante, capaz de incentivar atitudes e novos pensamentos no leitor.

Por encontrarem na violência e no excesso de vitimização o principal atrativo para a cobertura jornalística, a imprensa apreende o refúgio com indiferença, ao mesmo tempo em que reconhece nestas categorias o sentido da noticiabilidade, fechando-se para uma possibilidade de humanização destes personagens, bem como para uma compreensão mais ampla. Sob este aspecto, o enraizamento quase inerente de um jornalismo voltado para a guerra dá-se em um cenário que já tem heranças genéticas de conflito. Isso quer dizer que, em vez de atuar com abordagens que colaborem com a inserção destes indivíduos na sociedade de

forma comprometida com os direitos humanos, a imprensa privilegia experiências marcadas pela desigualdade e discriminação, pela dor e pela decepção, que podem promover a violência, o racismo e a xenofobia.

A desculpa é quase sempre a mesma dentro das redações: a violência, o horror e o espetacular impressionam e vendem. Hierarquizam e legitimam o poder de os refugiados serem sempre “os outros” sem, de fato, serem aceitos dentro de suas essências e diferenças como “os outros”. Assim, o posicionamento jornalístico acaba por tentar domesticar o leitor, que precisa se abastecer de mais fontes de informação e ter vontade de conhecer melhor o tema.

\*

Conflitos são momentos de ruptura, nos quais o entrelaçamento de ações entre os atores envolvidos é capaz de produzir diferentes contextos e percepções. O apoio adequado para os refugiados deveria ser responsabilidade de uma rede capaz de criar respostas para o assunto, o que exigiria uma mudança na retórica jornalística e uma reflexão sobre as rotinas. Para que isso ocorra, é preciso aceitar o desafio de perceber tais necessidades – proposta que avançaria até mesmo o campo da formação ética e profissional.

A formação ética do jornalista é fundamental para atuar nesta área. Isso significa não apenas entender preceitos clássicos, como buscar a verdade, o direito à privacidade e independência em relação aos anunciantes, mas encarar temas capazes de retirar os jornalistas das zonas de conforto. Para isso, a formação crítica e a dedicação ao estudo do conflito e de temas de magnitude global como o refúgio, são fundamentais para a prática jornalística.

Talvez por exigir tempo e dedicação, o jornalismo para paz seja um conceito difícil de ser aplicado dentro das redações. Entretanto, seja qual for o tema escolhido, boa parte dos jornalistas brasileiros não se dedica ao aperfeiçoamento profissional e ao aprofundamento, fato que não tem ligação apenas com a rotina atribulada das redações, mas também com a falta de interesse dos profissionais. Bucci (2004), por exemplo, já afirmava que os jornalistas que atuam nas redações dão mostras de um sentimento antiacadêmico e antiintelectual sem precedentes, o que compromete o desenvolvimento da própria profissão e de suas características. Neste sentido, a redação deveria ser o núcleo encarregado de pensar, e o conteúdo que produz refletiria diretamente a forma como pensa.

Outro ponto de reflexão sobre o que é feito na cobertura jornalística está relacionado aos elementos negativos apresentados nas falas do refugiado. Por meio da escolha da palavra, a imprensa acaba por determinar que estes indivíduos são indesejados, incômodos e inúteis ao desenvolvimento da sociedade, enquanto, na verdade, eles deveriam fazer parte das dinâmicas cotidianas.

Neste sentido, deve-se considerar que há um esforço jornalístico para a integração deles, porém, a cobertura jornalística brasileira faz uma “pseudo-inserção”. Um caso marcante no trabalho da imprensa brasileira está na intenção de aproximá-los a nossa cultura, como se eles pertencessem àquele cenário desde sempre. Alguns autores justificam este gesto como um estado natural da nossa cultura (o querer “integrar” o outro a todo custo, deixá-lo parecido com a gente).

Ao tentar fazer com que eles sejam iguais a “nós”, cria-se a ideia de integração local por meio da exaltação aos costumes e aos valores brasileiros. Como se um mecanismo de desproteção ou ingenuidade agisse sobre os refugiados, eles parecem mais aptos que os migrantes econômicos ou espontâneos a serem “fantasiados” pela nova cultura assim que desembarcam no Brasil. Assim, torna-se fator de orgulho – para o leitor e para a imprensa – ver um afegão vestido com camisa de time brasileiro, uma cubana clamando por um pedaço de churrasco recém saído das brasas ou um palestino prestes a brincar em um parque de diversões.

Apresentar o sujeito do refúgio com características da identidade brasileira é evitar que ele seja o outro, com suas singularidades. O ideal de Estado-nação moderno entra em confronto com a ideia de diferentes culturas, porque o jornalista apenas apreende este sujeito a sua representação, e não a sua plenitude. É dizer que quem acolhe impõe condições de acolhida a quem chega. E, como os refugiados não são bem-vindos, pois abalam a zona de conforto da sociedade que insiste em interagir entre os iguais, merecem submissões. Para transformar o trauma da diferença em um encontro ético, o ideal seria a recepção da alteridade.

Sabemos que o jornalismo é uma prática de comunicação muito particular, na qual é preciso lançar elementos para que a relação entre o discurso e a atenção do público seja efetivada. Tendo em vista que o acontecimento jornalístico geralmente se define no contraste entre o excepcional e aquilo que é reconhecido como normal, é esta variação entre as diferenças que deveria encantar e fazer o jornalismo existir.

Para mudar e conseguir transformar a paisagem, é preciso que o profissional se dê conta daquilo que produz. A grande questão é ampliar a cobertura sobre os conflitos que

envolvem a temática, para que as disputas pelo espaço – por ordem econômica, política, religiosa, entre outras – ingressem em um campo problemático e construam diferentes perspectivas sobre o fenômeno do refúgio.

Para isso, é importante reconhecer as medidas humanitárias principais em torno do refúgio (como a integração local, a repatriação voluntária e o reassentamento) e entender o papel do próprio jornalismo na atuação de tais categorias. Partindo do princípio de que a imprensa, bem como outros órgãos de influência na formação da opinião, têm poder sobre aquilo que pensamos, todos poderiam atuar como colaboradores.

É preciso mudar a forma de ler o fenômeno para que novas atitudes sejam empreendidas. Como já exposto por Galtung, no jornalismo de guerra o foco se mantém em quem está predominando dentro de um cenário de conflito. Ao mediar a fala do refugiado por meio do discurso indireto e ao evidenciarem orientações da elite, em que governos, autoridades, órgãos internacionais têm mais poder de voz que o próprio sujeito protagonista da matéria, a paz possivelmente não terá visibilidade. Uma medida seria valorizar narrativas nas quais este ator tenha mais poder de voz e que suas falas representem um panorama real nos quais os testemunhos sejam tão evidentes quando suas opiniões e posicionamentos. É preciso dar chance ao discurso e fazer deste uma representação para todos os envolvidos em um fato.

Para entendermos o processo como um todo, podemos usar como exemplo o interesse pelas histórias de vida. Embora as narrativas percorram o terreno inóspito do passado do refugiado, o uso demasiado do discurso estereotipado, do preconceito e de detalhes focados na arena do conflito podem trazer consequências para o personagem em relação a sua integração na nova comunidade e, em alguns casos, nos processos de adaptação.

Os indivíduos em deslocamento não podem ser mandados contra a própria vontade para um local no qual possam ser expostos à perseguição, onde corram risco de morte ou ainda para um território no qual possam sofrer perseguição ou tenham a integridade física ou a vida ameaçada. Então, os enquadramentos predominantes de violência e conflito feitos pela cobertura jornalística deveriam ser trabalhados com mais cuidado, análise e aprofundamento – a fim de não atuar como combustível para o ódio e a intolerância, bem como para um prejuízo das chamadas soluções duráveis que compreendem o processo do refúgio.

Ao expor rostos, nomes, corpos e histórias de vida ladeados de vitimização, o jornalismo pode contribuir contra a proteção necessária para mantê-los sob segurança, algo garantido por lei. Sem perceber, o texto pode submeter esse indivíduo para o risco de ter o paradeiro descoberto pelo inimigo e a possibilidade de sofrer novas ameaças. Assim, em vez

usar o trabalho de colaborar para a democracia e cidadania, o jornalismo acaba por ampliar diferenças e a sensação de insegurança na qual vivem os refugiados.

Para prevenir conflitos futuros, bem como reações adversas às diferenças é preciso valorizar textos que contemplem a individualidade de cada um, sua cultura e estrutura social, apontando explicações e desdobramentos para os fatos e evitando generalizações relacionadas principalmente à etnia, religião, nacionalidade ou cor de pele. É necessário adotar um modelo proativo, encontrando noticiabilidade e filtrando a notícia de forma menos maniqueísta, desconsiderando a ideia de que vivemos em uma batalha travada entre o bem e o mal.

Pensar em uma prática voltada para ações de mais divulgação do tema, porém menos violenta e mais inclusiva, requer também a possibilidade de associar o tradicional caráter comercial do jornalismo à produção de conteúdo analítico e crítico sobre conflitos. Dessa forma, a venda do produto estaria muito mais ligada ao seu caráter de qualidade e não apenas à possibilidade de ampliação da audiência. A movimentação para se chegar nesta fórmula requer, entretanto, um interesse corporativo e pessoal do jornalista para tratar a informação de maneira diferenciada. Assim, evitar-se-ia a pouca produção sobre o tema, capaz de criar discursos semelhantes e embasados principalmente na lógica de que a violência e a tragédia vendem jornal. Portanto, atuar como mediador da paz por meio do jornalismo somente é possível se houver um interesse de diferentes lados.

O discurso ajuda a construir esse “mundo real” e, por ser reconhecido também como produto da subjetividade do profissional e das exigências que envolvem a política da empresa para qual trabalha, pode ganhar tratamento diferenciado. Na medida em que práticas e critérios de escolha mudam, o conteúdo passa a ter mais qualidade, quantidade e possibilidades de reflexão. A partir daí, pode-se dizer que o jornalista estará colaborando para a construção de um cenário mais pacífico e real sobre os refugiados.

Paralelo a este percurso, movimentações na área da educação para paz seriam necessárias dentro da academia e anteriores aos procedimentos jornalísticos de fato, o que poderiam ajudar nestes primeiros gestos rumo à mudança de pensamento. Ensinar desde cedo a trabalhar com as diferenças sociais sem apenas inseri-las em uma arena de espetáculo e unir esforços na investigação sobre o trabalho jornalístico na área do refúgio é também um desafio para professores e futuros jornalistas. Neste sentido, os novos valores e posicionamentos conduziram a uma abertura de pensamento da sociedade. Só assim, seria cabível reduzir – ou eliminar – as lacunas conflituosas ou de silêncio ainda existentes sobre o refúgio.

## REFERÊNCIAS

AIDAR, José Luiz Prado. BAIRON, Sérgio. A construção do outro na mídia semanal. In: LAGO, Cláudia. BENETTI, Márcia. (orgs) **Metodologia de Pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, Vozes, 2007.

AGNEZ, Luciane Fassarella. A profissão de correspondente internacional: entre ameaças e oportunidades. In: **10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Curitiba, novembro, 2012. Disponível em: <http://migre.me/eCWK0> Acesso em: 25 de fevereiro de 2013

ALLAN, Stuart; ZELIZER, Barbie. **Journalism after September 11**. New York: Routledge, 2002.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDRADE, José H. Fischel. O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946-1952). In: **Revista Brasileira Política**. Vol. 48, 2005, p.60-96

ARANGO, Joaquín. Las leyes de las migraciones de E.G.Ravenstein, cien años despues. In: **Revista Española de Investigaciones Sociales**. n. 32, 1985, p. 7-26

\_\_\_\_\_. **Las migraciones internacionales en un mundo globalizado**. Vanguardia Dossier, n. 22, Barcelona, 2007.

ARENDT, HANNAH. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

**ASYLUM in Brazil** – a statistical review (2010-2012). The UN Refugee Agency.

**A YEAR OF CRISES**. UNHCR Global Trends, 2011. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4fd6f87f9.html>> Acesso em: 12 de agosto de 2012

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec. 1990

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil** – A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, 2010.

\_\_\_\_\_. **Das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/eCWPM>> Acesso em: 7 de maio de 2012

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vida em Fragmentos** – sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BENETTI, Márcia. FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e Acontecimento** – mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Peter I. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BLANCO, Cristina. **Las Migraciones contemporâneas**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Edunb, 1998.

BOYD-BARRETT, Oliver; RANTANEN, Terhi.. **The globalization of news**. Londres: Sage, 1998.

BRASIL troca refúgio de angolanos e liberianos por residência permanente no país. In: **ACNUR**, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/dTSYr>> Acesso em 12 de novembro de 2012.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

BURKHARDT, Fabiano. **Jornalistas free-lancers** – trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre. [Dissertação de Mestrado] Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2006.

BURTON, John W. 1972. **World Society**. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

BURUMA, Ian. Caricaturas do Ocidente. In: **Revista Veja**, São Paulo: edição 1957, 2006. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/240506/entrevista.htm>> Acesso em 20 de maio de 2010.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas** – Estratégias para entrar e sair da Modernidade. 4a ed. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidadãos imaginados pelos meios de comunicação**. Opinião Pública, Campinas, vol. VIII, n.1, 2002, p. 40-53.

CARDOSO, Anelise Zanoni. A cobertura jornalística brasileira sobre refugiados e as possibilidades do jornalismo para paz. In: **10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Curitiba, novembro, 2012.

\_\_\_\_\_. Refugiados, uma diáspora em tempos globais. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo: ano X, 23 de maio 2011, número 362, p. 5-27.



CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios** – dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTLES, Stephen, MILLER, Mark J. The Age of Migration International Population Movements. In: **The Modern World Fourth Edition/ Revised and Updated**. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. **Orientalismo na Imprensa Brasileira: a representação de árabes e muçulmanos nos jornais**. Folha de São Paulo e O Estado De São Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001. São Paulo, 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar** – Percursos do Jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 2000.

CHIMNI, B.S. The birth of a discipline: from refugee to forced migration studies. In: **Journal of Refugee Studies**. Oxford: Oxford University Press. vol. 22, n. 1, mar. 2009, p.11-29.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Poder y terror** – Reflexiones posteriores al 11/09/2001. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2003.

\_\_\_\_\_. HERMAN, Edward. **Manufacturing Consent: The political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 1988.

COGO, Denise. **Mídia, Interculturalidade e Migrações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

\_\_\_\_\_. **Latino-americanos em diáspora** – usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais. Rio de Janeiro: Tribia, 2012.

\_\_\_\_\_. BADET, Maria. **Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores** – Migrantes Brasil. Bellaterra: Instituto Humanitas, 2013

**CONSELHO Nacional de Imigração**. Disponível em:

<<http://carep.mte.gov.br/cni/default.asp>> Acesso em 10 de abril de 2012.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo** – para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CORTRIGHT, David. Peace: a History of Movements and Ideas. What is Peace? In: **A History of Movement and Ideias**. Cambridge: University Press, 2008.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade** – Para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DAMÁSIO, Antônio. **Em busca de Espinosa**. Prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DAVID, Charles-Philippe. **A Guerra e a Paz** – Abordagens Contemporâneas da segurança e

da estratégia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

DE MELO, Zélia Maria. Estigmas: espaço para exclusão social. In: **Revista Symposium**, Universidade Católica de Pernambuco, ano 4, n. especial, dez. 2000.

ESPIRIDIANO, Maria Cleidejane. **Gigantes Invisíveis no telejornalismo mundial: agências internacionais de notícias e o ecossistema noticioso global**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2011, volume 7, numero 1, p 106-129

EUROPEAN Monitoring Centre on Racism and Xenophobia. **Media Coverage of Refugee and Asylum seekers in Ireland**. Dublin: 2003.

FAWCETT, Liz. Why peace journalism isn't news. In: **Journalism Studies**, vol. 3, n. 2, 2002, p. 213-223.

FELIPPI, Ângela C.T. Zero Hora e o "localismo" como critério de escolha das notícias. In: **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação**, 2007, p. 1-10.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge.; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia** – pistas para percibir el mundo. Buenos Aires: Paidós, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Experiências temporais do jornalismo na cobertura de guerras. In: **Revista Verso e Reverso**, São Leopoldo: Centro de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. n.37, 2003, p.39-56.

GALTUNG, Johan. RUGE, Mari Holmboe. The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. In: **Journal of Peace Research**. Oslo, mar. 1965, p.64-90.

GALTUNG, Johan. **Searching for peace – the road to transcend**. London: Pluto, 2002

\_\_\_\_\_. **Peace Journalism as an Ethical Challenge**. GMJ: Mediterranean Edition 1, Fall, 2006. p. 1- 5.

\_\_\_\_\_. **Transcender e Transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

\_\_\_\_\_. WEBEL, Charles. **Hand Book of Peace and Conflict Studies**. London: Routledge, 2007.

GAMSON, W.A. e MODIGLIANI, A.. Media Discourse and public opinion on nuclear Power. A constructionist approach. In: **American Journal of Sociology**, Chicago: vol. 95, july, 1989, p.1-37.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1988.

GHALI, Boutros. An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. In: **Repertoire of the Practice of the Security Council**. jan.1992. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>> Acesso em 30 de março de 2012.

GIBB, Tom. Ecos de uma Outra Guerra. In: GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry (orgs.). **Guerra e Imprensa**. São Paulo: Summus, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University, 1986.

GOMES, Mayra. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Edusp, 2000.

GOODWIN-GILL, Guy. MC ADAM, Jane. **The refugee in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GORDO, Roberta Pereira de Santana. **Estudos de guerra e paz nas nações democráticas**: Alexis de Tocqueville, a filosofia e as relações internacionais. Fortaleza: Revista Polymatheia, vol III, no 3, 2007, p. 85-105

GORSEVSKI, Ellen W. Non violent theory on communication: The implications for theorizing a nonviolent rhetoric. In: **Peace & Change**, Chicago, v. 24, n 4, out. 1999.

HACKETT, Robert A. Is peace journalism possible? Three frameworks of assessing structure and agency in news media. In: **Conflict & Communication online**, Berlim, vol. 5, n. 2, 2006. p.1-13.

HALL, Stuart. **The narrative construction of reality: an interview with Stuart Hall**. Southern Review. Vol. 17, n. 1

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HANITZSCH, Thomas. Situating peace journalism in journalis studies: a critical appraisal. In: **Conflict & Communication online**, vol. 6, n. 2, Berlim, 2007. Disponível em: <[www.cco.regener-online.de](http://www.cco.regener-online.de)> Acesso em: 25 de agosto de 2010

HANSEN, Randall. Migration to Europe since 1945: Its History and its Lessons. In: SPENCER, Sarah. **The politics of migration** – managing opportunity, conflict and change. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 25-38.

HARBOM, Lotta. HÖGBLADH, Stina. WALLENSTEEN, Peter. **Armed Conflict and Peace Agreements**. Oslo: Journal of Peace Research, 2006 43(5): 617-631

HERCOVITZ, Heloisa Golbspan. **Análise de Conteúdo em jornalismo**. In: BENETTI, Márcia. LAGO, Cláudia. Metodologia de pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOHLFELDT, Antonio, et all. **Teorias da Comunicação** – Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação** – uma introdução à informação como fundação da acção, da comunidade e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

JACKS, Nilda. MACHADO, Márcia. MULLER, Karla. **Hermanos, pero no mucho**. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Refugee Law and protection in Brazil: a model in South America?** Oxford: Oxford University Press. Journal of Refugee Studies. vol. 19, n. 1, fev. 2006, p. 22- 44.

\_\_\_\_\_. APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O.S. **A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração**. In: Revista Direito GV. São Paulo: jan/junho, 2010, 6, p. 275-294

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KOSER, Khalid. **International Migration** – A very short introduction. New York: Oxford University Press, 2007.

LAGO, Claudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. In: Brazilian Journalism Research, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010

LEAL, Bruno Souza. ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: LEAL, Bruno Souza. ANTUNES, Elton. **Jornalismo e Acontecimento** – percursos metodológicos. vol. 2, Florianópolis: Insular, 2011.

LEAHY, Joe. **Brazil claims it is fifth largest economy in the world**. Financial Times, 3 de Marco, 2011. Disponível em <http://migre.me/eCo4J>. Acessado em 12/10/2012

LEÓN, Amparo Micolta. Teorias y conceptos asociados al estudio de las migraciones internacionales. In: **Revista Del Departamento de Trabajo Social**, Facultad de Ciências Humanas da Universidad Nacional de Colômbia, 2005, n. 7, p. 59- 75.

LIPPMANN, Walter. **Essays in the public philosophy**. New York: Mentor Book, 1964

\_\_\_\_\_. **Public Opinion**. 2. ed. New York: The Free Press, 1966.

LYNCH, Jake. A course in Peace Journalism. In: **Conflict & Communication online**. vol, 6, n. 1, Berlim, 2007. p. 1-20.

LYNCH, Jake.; MCGOLDRICK, Annabel. **Peace Journalism**. Stroud: Hawthorn Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Responses to peace journalism**. Journalism – Theory, practice and criticism, 2012, p. 1-18.

MANUAL de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado – De acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. ACNUR. Brasília: ACNUR, 2004

MARTÍN-BARBERO. **De los medios a las mediaciones: comunicacion, cultura y hegemonia**. Santafé De Bogotá : Convenio Andrés Bello, 1992

MASSEY, Douglas. **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of the millennium. New York: Osford, 1997.

McCOMBS, M; SHAW D. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. Public Opinion Quaterly, vol. 96, p. 176-187.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**: A formação do homem tipográfico. São Paulo: Nacional, 1972.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, setembro de 1997. Conferência feita nos cursos de Arrábida.

MENICUCCI, Silvia. A necessidade de proteção internacional no âmbito da imigração. In: **Revista Direito GV**, São Paulo, jan/jun. 2010 , p. 275-294.

MILESI, Rosita (org.) **Refugiados – realidades e perspectivas**. Brasília: Edições Loyola, 2003.

MONTÚFAR, Fernando Checa. La migración imaginada en la prensa ecuatoriana. In: **Revista Ecuador en Debate**. Quito, n.70. abr. 2007, p. 185-206.

MULLER, Karla Maria. Presença de fronteiras culturais na mídia local de fronteiras nacionais. In: **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v.4, n.7, p.69-81, jan/junho, 2012.

\_\_\_\_\_. RADDATZ, Vera Lúcia Spacil. O elemento lingüístico como marca sociocultural na mídia fronteiriça. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, junho 2009, p.107-118.

NASH, Mary. **Inmigrantes en nuestro espejo**: inmigración y discurso periodístico em na prensa espanola. Barcelona: Içaria, 2005

NETO, Fausto. **Mortes em Derrapagem**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Public opinion and Rationality. In: GLASSER, Theodore. L.; SALMON, Charles T. **Public opinion and the communication of consent**. New York: The Guildfor Press, 1995.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/dTEow>> Acesso em 2 de dezembro de 2012.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento – um capítulo da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa. MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo – Teorias Sociais da Imprensa**. vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51-70.

PEREIRA, Glória M. Santiago Pereira. BIZERRIL NETO, Jose. Refugiados no Brasil: Identidade e Subjetividade. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais** [Caderno de Resumos?], Minas Gerais, 2008

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima Pereira. Apátridas e refugiados. Os direitos Humanos a partir da ética da Alteridade. In: **Revista do IHU**. São Leopoldo: Unisinos, set. 2012, edição 401. p. 71-76.

PESAVENTO, Sandra. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org). **Fronteiras Culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. In: **Journal of the Royal Statistical Society**. London, n. 48, jun.1985, p. 167-227.

RETIS, Jessica. **La construcción de la imagen de la inmigración latinoamericana en la prensa española**. De cómo los médios de comunicación intervienen en la construcción simbólica de la realidad. Madrid: Junta de Andalucía, 2002, p 123-161.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. In: **7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo, novembro, 2009.

\_\_\_\_\_. Representação das diferenças no discurso jornalístico. In: **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 1, 1º semestre, 2009, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo.

ROLIM, Maria Luiza. **Brasil é a 6ª potência mundial**. Exame Expresso. Disponível em: <<http://bit.ly/sQTibf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

ROIZ, Miguel. **La sociedad persuasora** – Control cultural y comunicación de masas. Barcelona: Paidós, 2003.

RUIZ, Castor. Emmanuel Levinas, alteridade & alteridades – questões da modernidade e a modernidade em questão. In: SOUZA, Ricardo Timm (org.). **Alteridade e Ética**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008, p.117- 148.

SÁDABA, Teresa. **Framing**: El encuadre de las noticias – El binômio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Crujília ediciones, 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo** – O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALES, Dom Eugênio de Araújo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da lei n. 9.474/97. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil** – A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, 2010.

SAMPAIO, Cyntia. Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário: evolução e reflexões para seu fortalecimento. In: **Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Caderno de Debates 5, nov. 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **O Retorno** – Elemento Constitutivo da Condição do Imigrante. São Paulo: Editora Peres. ano XIII, n. especial, jan. 2000.

SCHEUFELE, Dietram A. Framisng as a theory of media effects. In: **Journal of Communication**, vol 49, n. 1. Winter 1999.

SCHÖPKE, Regina. **Dicionário Filosófico** – conceitos fundamentais. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para paz. In: **Revista Líbero**, São Paulo, ano IX, n. 21, jun. 2008, p. 39-48.

\_\_\_\_\_. Media Peace Discourse: Constraints, Concepts and Building Blocks. In: **Conflict & Communication online**. vol.3, n 1/2, Berlim, 2004. p. 1-8.

SILVA, Carlos E. L. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **What`s new about new media?** New Media and Society. London: vol 1, 1999, p. 10-82.

\_\_\_\_\_. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SINGER, Paul. **Economia política de urbanização**. São Paulo: Contexto, 1976.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros** – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade** – além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

STARK, Oded. **The migration of Labour**. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2011. p. 51-61

TANKARD, James. Media frames: **Approaches to Conceptualization and Measurement**. Boston: Journalism and Mass Communication Convention, 1991.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMAS, W. I. & Znaniecki, F. **The Polish Peasant in Europe and America**. New York: Dover Publications, 1918.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Cultura Moderna** – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995

THRALL, A. Trevor. **War in the media age**. New Jersey: Hampton Press, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TIZÓN GARCIA, Jorge L. et al. **Migraciones y Salud Mental**. Barcelona: Promociones y publicaciones Universitarias (PPU), 1993.

TUCHMAN, G. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: Free Press. 1978

VALDERRAMA, Cristina Blanco F. **Transnacionalismo** – Emergencia y fundamentos de una nueva perspectiva migratoria. Barcelona: Papers 85, 2007. p. 13-29.

VAN DIJK, Teun. **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

WAINBERG, Jacques. **A pena, a tinta e o sangue** – a guerra das ideias e o Islã. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mídia e Terror** – Comunicação e Violência Política. São Paulo: Paulus, 2005.

WOLFSFELD, Gadi. **Media and Path to Peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica Conceitual**. In:

WRIGHT, Quincy. **A study of war**. Chicago: The University of Chicago Press. Vol 11, 1942



SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença** – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000,

ZANONI, Anelise. **Uma oportunidade para começar a viver**. Porto Alegre: Jornal Zero Hora, 27 de abril de 2002, p. 27.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA**

**ANEXO 2 – MANUAL DE CODIFICAÇÃO**

## ANEXO 1 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA

### I. MARCAS DE APURAÇÃO

**1. Jornal:** Correio Braziliense, Folha de São Paulo, O Globo, Zero Hora

**2. Ano:** de 2001 / 2002 / 2003 / 2004 / 2005 / 2006 / 2007 / 2008 / 2009 / 2010 / 2011

**3. Mês:** janeiro / fevereiro / março / abril / maio / junho / julho / agosto / setembro / outubro / novembro / dezembro

**4. Editoria:** Cidades / Internacional / Política / Variedades / Economia / Esportes / Ciência e Tecnologia / Ambiente / Polícia / Reportagem Especial / Outra

**5. Título do texto:**

**6. Gênero predominante:** artigo / matéria / reportagem / editorial / entrevista

**7. Autor do texto:** freelancer / correspondente internacional / enviado especial / repórter do jornal

**8. Lugar:**

Brasil: sul/sudeste/norte/nordeste/centro-oeste

Exterior: Ásia / África / América do Sul / América Central / Europa / Misto / Não indicada

### II. MARCAS DOS REFUGIADOS

**9. Origem**

1. Ásia

5. Europa

2. África

6. Misto

3. América do Sul

7. Não indicada

4. América Central

**10. Classificação**

1. etnia

3. narcotráfico

2. guerra

4. político

5.reassentado

**CATEGORIA 1:** oportunidades de fala

**11. Quem fala no texto:**

1. autoridade da ONU
2. cientista político
3. exército

4. Refugiado
5. Representante do governo
6. ONG
7. outros

**12. Como o refugiado fala:**

1. Discurso direto
2. Discurso indireto

**13. Quantas vezes cada um fala (discurso direto):**

1. Refugiado \_\_\_\_\_
2. Outros \_\_\_\_\_

**14. Classificação do discurso do refugiado:**

1. Opinião
2. Testemunho

**15. Sobre o que o refugiado fala:**

Autoridades / Costumes / Choque cultural / Crimes cometidos por ele / Dificuldade de adaptação / Estado de ilegalidade / Felicidade de morar no Brasil / Fuga / Paz /Preconceito / Problemas econômicos / Problemas políticos / Problemas sociais atuais / Problemas sociais passados / Projetos ou iniciativas / Próprio país / Religião / Violência e maus tratos / Vitórias do passado / Vontade de retornar ao país/ Outros

**CATEGORIA 2:** humanização dos personagens

**16. Termos usados para referir-se ao refugiado:**

1. adjetivo negativo
2. adjetivo positivo
3. clandestino
4. Desertor
5. deportado
6. estrangeiro

- |                       |                   |
|-----------------------|-------------------|
| 7. exilado            | 12. por nome      |
| 8. Fugitivo           | 13. por profissão |
| 9. Imigrante          | 14. por religião  |
| 10. imigrante ilegal  | 15. reassentado   |
| 11. por nacionalidade | 16. outros        |

**17. Valor da ação do refugiado:**

- |                |                  |
|----------------|------------------|
| 1. conflitiva  | 5. medo          |
| 2. cooperativa | 6. vítima        |
| 3. sucesso     | 7. indeterminada |
| 4. Desistência |                  |

**18. Traços de caráter ou identidade do refugiado:**

- |                          |                 |
|--------------------------|-----------------|
| 1. desinteressado        | 10. preguiçoso  |
| 2. desempregado          | 11. sonhador    |
| 3. doente                | 12. Trabalhador |
| 4. Engraçado             | 13. terrorista  |
| 5. Foragido              | 14. triste      |
| 6. fugitivo              | 15. velho       |
| 7. marginal              | 16. vítima      |
| 8. participante político | 17. outro       |
| 9. pessoa de bem         |                 |

**CATEGORIA 3: promotores da paz**

**19. Foco dos textos:**

- |                      |                               |
|----------------------|-------------------------------|
| 1. promotores da paz | 2. promotores de paz da elite |
|----------------------|-------------------------------|

**20. Elementos de cultura do refugiado:**

- |                   |                    |
|-------------------|--------------------|
| 1. alcorão        | 5. narguilé        |
| 2. barba (bigode) | 6. lenço na cabeça |
| 3. burka          | 7. Religião        |
| 4. chá            | 8. traje muçulmano |
| 4. música         | 9. turbante        |

**21. Traços de identidade daquele que não é o refugiado:**

- |                     |               |
|---------------------|---------------|
| 1. é melhor         | 3. é inferior |
| 2. é mais instruído | 4. não consta |

**22. Elementos de cultura do brasileiro:**

- |                  |                        |
|------------------|------------------------|
| 1. bola          | 11. jogador de futebol |
| 2. café          | 12. música             |
| 3. carnaval      | 13. Novela             |
| 4. Copa do Mundo | 14. Pelé               |
| 5. Churrasco     | 15. Praia              |
| 6. Chimarrão     | 16. Rio de Janeiro     |
| 7. feijão        | 17. Ronaldo            |
| 8. futebol       | 18. Samba              |
| 9. Guaraná       | 19. Time de futebol    |
| 10. havaianas    |                        |

**CATEGORIA 4: orientações dentro do conflito****23. Aspecto do texto jornalístico**

1. Explora a formação do conflito
2. Explora a arena do conflito
3. Nenhuma alternativa

**24. Foco do texto**

1. Efeitos invisíveis da violência
2. Consequências visíveis da guerra

## ANEXO 2 – MANUAL DE CODIFICAÇÃO

### I. MARCAS DE APURAÇÃO

São referências capazes de localizar o leitor em tempo e espaço em relação ao texto produzido.

1. **Jornal:** nome do veículo sob análise.
2. **Ano:** Período de publicação do texto.
3. **Mês:** Período de publicação do texto.
4. **Editoria:** o nome dado pelo jornal para localizar o leitor dentro de uma página. Além das tradicionais editorias, incluímos reportagem especial – esta se refere apenas àqueles textos em que há indicação sobre a mesma.
5. **Título do texto:** refere-se à categoria jornalística, anterior ao texto, utilizada para chamar a atenção de um leitor. Em alguns casos pode ser chamado de manchete.
6. **Gênero predominante:** estilo jornalístico do texto. Estão nesta categoria artigo (texto opinativo assinado), matéria (notícia geralmente factual trabalhada de maneira mais simples), reportagem (relato ampliado de um acontecimento, com mais fontes e geralmente com pesquisa de campo), editorial (texto opinativo da empresa jornalística) e entrevista (conversa entre repórter e a fonte, impressa no jornal em formato de pergunta e resposta).
7. **Autor do texto:** quem foi o responsável por escrever. Estão nesta categoria, o *freelancer* (profissional contratado para fazer um trabalho específico para jornal), correspondente internacional (profissional que mora na região onde ocorreu o fato ou próximo dela), enviado especial (jornalista do veículo designado para viajar até o local do acontecimento e permanecer lá temporariamente) e repórter do jornal (profissional contratado e que tem como local de trabalho a redação do veículo).

8. **Lugar:** região onde o fato se sucedeu, podendo ser um ou mais. O texto pode ter sido feito *in loco* ou não. O Brasil foi dividido em regiões, enquanto o restante foi segmentado em continentes de acordo com classificações geográficas internacionais.

## II. MARCAS DO REFUGIADO

9. **Origem:** local de nacionalidade do refugiado. A segmentação é feita por continentes.
10. **Classificação:** refere-se ao motivo pelo qual o personagem está refugiado<sup>38</sup>.

### CATEGORIA 1: oportunidade de fala

Refere-se à tentativa do jornalismo para paz de ouvir os envolvidos de um determinado fato, e não apenas a elite.

11. **Quem fala no texto:** indica quais os atores do texto têm poder de fala e servem de fonte de informação.
12. **Como o refugiado fala:** estilo de discurso (direto ou indireto).
13. **Quantas vezes cada um fala:** indica o número de vezes em que um ator tem poder de voz por meio de um discurso direto (representado pelo uso de aspas – nos jornais Correio Braziliense e Folha de São Paulo – ou de travessão – em O Globo e Zero Hora).
14. **Classificação do discurso do refugiado:** refere-se ao estilo de discurso. Neste caso, consideramos opinião aquele em que o refugiado é comentarista de um determinado fato; em testemunho, ele atua como participante, contando alguma história.
15. **Sobre o que o refugiado:** temas que permeiam a fala direta ou indireta.

### CATEGORIA 2: humanização dos personagens

Ao apresentar um conflito, o texto analisa causas e conseqüências que podem influenciar em fatos históricos, culturais e identitários.

---

<sup>38</sup> Ver mais detalhes sobre a descrição nas páginas 113 e 114

**16. Termos usados para referir-se ao refugiado:** palavra usada em substituição a refugiado, podendo ser uma ou mais. Algumas delas podem ser classificadas como negativas e pejorativas (deportado, clandestino, fugitivo) outras como neutras (nome, profissão).

**17. Valor da ação do refugiado:** é a valoração ou qualificação da ação principal descrita no texto.

A opção “conflitiva” refere-se àqueles fatos cuja essência descrita tem fundo em ações violentas, ilegais e de enfrentamento diante de um contexto desfavorecido. Pode conter termos pejorativos.

A opção “cooperativa” refere-se a ações positivas, conciliadoras e de integração por parte do refugiado.

“Sucesso” refere-se aos textos em que o resultado de algo feito pelo refugiado teve êxito, está bastante relacionada ao trabalho e a sensação de orgulho e reconhecimento.

A opção de “desistência” refere-se ao fato de o refugiado apresentar desinteresse e decepção pela realidade que vive.

“Medo” é a alternativa que revela o temor devido a alguma ameaça do presente ou do passado.

A opção “vítima” refere-se a um posicionamento negativo, no qual o refugiado recebe as conseqüências de ações geralmente violentas ou de injustiça.

A alternativa “indeterminada” é utilizada quando nenhum dos valores acima descritos se aplica.

**18. Traços de caráter ou identidade do refugiado:** classificação feita pelo jornalista para identificar o jeito, a personalidade e o caráter do personagem. Podem estar explícitos ou implícitos no texto.

### **CATEGORIA 3:** promotores da paz

Quando são apresentadas possibilidades de paz, esta pode ser sugerida por meio de promotores de paz da sociedade ou por aqueles da elite, como é o caso de governantes, autoridades, ONU e organizações de poder.



- 19. Foco dos textos:** quando são apresentadas possibilidades de paz, este pode ser sugerida por meio de promotores de paz da sociedade ou por aqueles da elite, como é o caso de governantes, autoridades, ONU e organizações de poder.
- 20. Elementos de cultura do refugiado:** traços que relacionam o personagem ao seu país de origem
- 21. Traços de identidade daquele que não é o refugiado:** como o jornalista apresenta os demais personagens inseridos no texto e em comparação ao refugiado.
- 22. Elementos da cultura do brasileiro:** traços e indicativos mais comuns relacionados nos textos que fazem referência ao refugiado.

#### **CATEGORIA 4:** orientações dentro do conflito

O conflito pode ser apresentado como um espaço onde histórias de vencedores e perdedores podem ter voz.

- 23. Aspecto do texto jornalístico:** ao explorar a “formação do conflito” o texto trabalha com a orientação win-win (vencer-vencer), apresentando os objetivos de todos os lados envolvidos e dando voz para todas as partes. Quando explora a “arena do conflito”, trabalha com espaços fechados e com a orientação de vencedores e perdedores. A opção “nenhuma alternativa” é utilizada quando nenhum dos fatores anteriores é identificado nos textos.
- 24. Foco do texto:** A alternativa “efeitos invisíveis da violência” refere-se à contextualização de traumas, glórias e prejuízos a estrutura local e à cultura dos envolvidos. Na opção “consequências visíveis da guerra” são valorizados elementos relacionados à morte e aos danos materiais causados por um conflito.